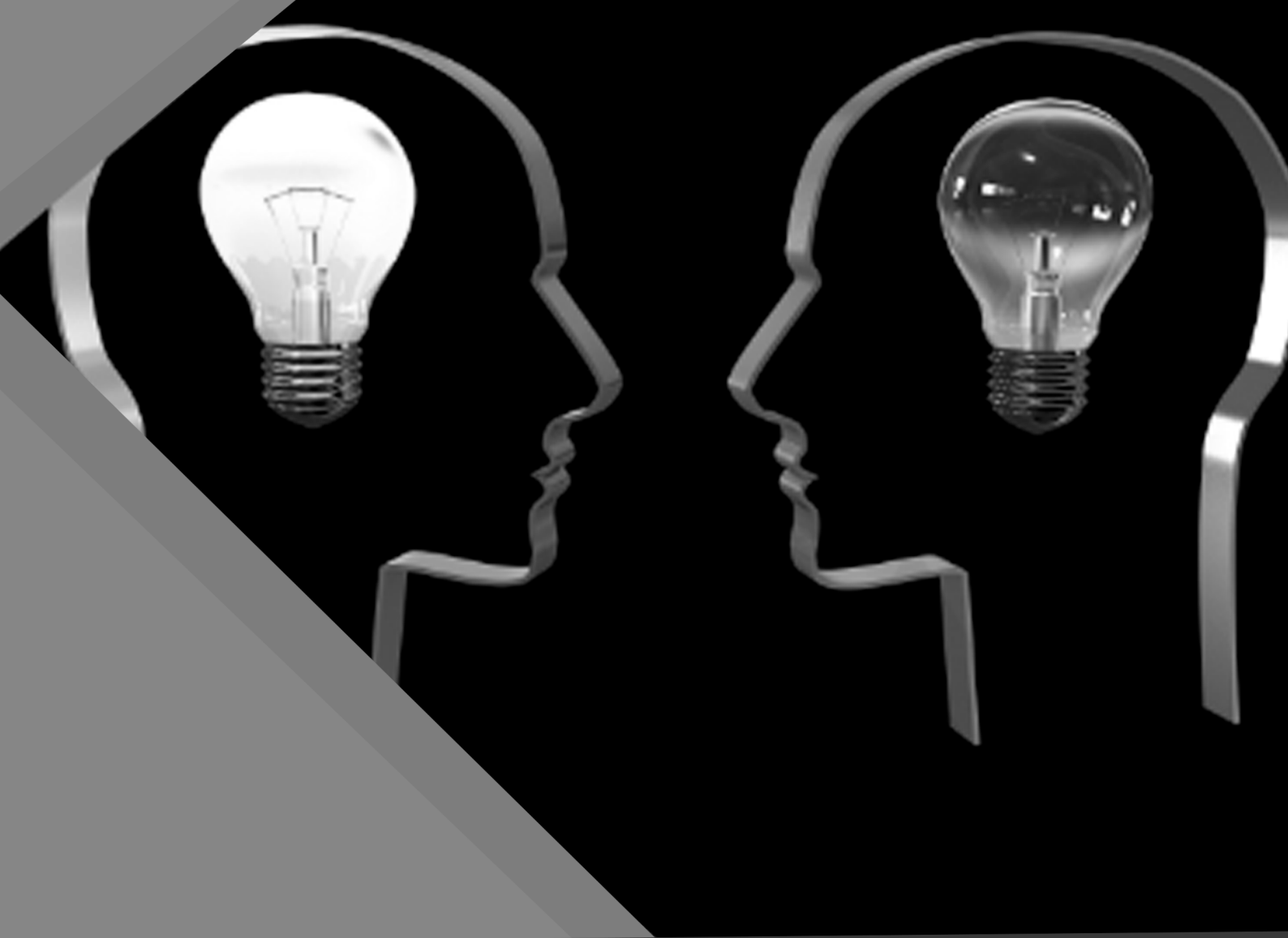




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO <i>NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS</i>	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAIS</i>	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO Allan Rodrigo de Campos Silva DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS Márcia de Oliveira Siqueira Leonardo Saraiva Lia Mara Wibelinger DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA Matheus Luiz de Souza Céfaló DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA Natália Sant Anna Torres DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS

Data de aceite: 17/06/2020

Tiago de Garcia Nunes

Universidade Católica de Pelotas
tiago.nunes@ucpel.edu.br

Samantha Vieira Zschornack

Universidade Católica de Pelotas
samanthavz94@gmail.com

Diego Rodrigues Gonçalves

Universidade Católica de Pelotas
diego.goncalves.uni@gmail.com

Solaine Gotardo

Universidade Católica de Pelotas
managotardo@gmail.com

RESUMO: O artigo destaca a importância da pesquisa-ação militante na práxis extensionista, em especial do levantamento de indicadores qualitativos de autogestão como ponto de apoio crítico-reflexivo para a incubação do Núcleo de Produção da

Associação Bem da Terra/RS. A pesquisa orientou-se epistemologicamente pelo marxismo autogestionário, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Ao final do artigo são levantadas algumas considerações constatadas a partir da pesquisa. Tal reflexão indaga a possibilidade de converter a realidade pesquisada e analisada em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar práticas de educação popular crítica, com ênfase no processo de incubação universitária do Núcleo de Produção.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa-ação; Economia Solidária; Trabalho Associado; extensão universitária; Núcleo de Produção Elementos da Terra

ABSTRACT: The article highlights the importance of pesquisa-ação in university extension praxis, especially the survey

1 Destacamos as obras de István Mészáros, Cláudio Nascimento, Antônio Cruz, Henrique Novaes, Neusa Dal Ri, Cândido Vieitez e Édi Benini.

2 O roteiro semiestruturado para entrevista dos informantes-chave e a coleta de dados referentes aos Empreendimentos baseava-se em 3 eixos: (1) Quanto à identidade do empreendimento (envolvimento dos trabalhadores no surgimento do empreendimento; organização territorial; configuração institucional/formato jurídico; forma de ingresso e associação; organicidade e autonomia em relação a parceiros, apoiadores e agentes externos); (2) Autogestão interna: estruturas, organicidade, cooperação, autonomia e participação (representação e democracia direta); divisão do trabalho; canais de informação e formação voltados para o processo produtivo; (3) Autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Meios/canais de informação e formação continuada, mobilização política, agitprop (agitação e propaganda). Relação com movimentos sociais e outros empreendimentos. Integração sociopolítica com a comunidade na qual o empreendimento está inserido.

of qualitative self-management indicators as a critical-reflexive support point for the incubation of the Production Group Associação Bem da Terra - RS. The research was guided epistemologically by self-managed Marxism, based on a comparative approach of a sociological and political nature. At the end of the article, some considerations raised from the research are raised. Such reflection asks the possibility of converting the researched and analyzed reality into systematized knowledge capable of subsidizing critical popular education practices, with emphasis on the university incubation process of the Production Center.

KEYWORDS: Action research; Solidarity economy; Associated Work; University Extension; Associação Bem da Terra

INTRODUÇÃO

O artigo destaca a importância da pesquisa-ação militante na práxis extensionista, em especial do levantamento de indicadores qualitativos de autogestão como ponto de apoio crítico-reflexivo para a incubação do *Núcleo de Produção da Associação Bem da Terra/RS*. A pesquisa orientou-se epistemologicamente pelo marxismo autogestionário¹, a partir de uma abordagem comparativa de cunho sociológico e político. Ao final do artigo são levantadas algumas considerações constatadas a partir da pesquisa. Tal reflexão indaga a possibilidade de converter a realidade pesquisada e analisada em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar práticas de educação popular crítica, com ênfase no processo de incubação universitária do *Núcleo de Produção*.

MÉTODO

Para cumprir com os objetivos foi realizada pesquisa de campo para articular dimensões qualitativas e quantitativas à investigação; combinou-se a análise documental, audiovisual e eletrônica do empreendimento estudado² com 6 entrevistas aplicadas às trabalhadoras que o que o integram³. Os resultados da pesquisa mais ampla resultaram nos *indicadores de autogestão* descritos no anexo I⁴. O *autogestômetro* com a tabulação referente ao *Núcleo de Produção* consta no anexo II.

O autogestômetro foi a ferramenta metodológica desenvolvida para traçar as diferentes organicidades dos empreendimentos e verificar, posteriormente, a influência das mediações e práticas organizativas institucionais no comportamento, na prática e a consciência autogestionária individual dos trabalhadores/as. A construção do instrumento foi inspirada nas rosáceas desenvolvidas na obra *Empreendimentos autogestionários* provenientes de

3 Os instrumentos para a pesquisa de campo, tabulação, análise e apresentação dos dados coletados foram construídos a partir de instrumentos, variáveis e indicadores de pesquisa integrantes das seguintes obras: (1) *A enquete operária* de Karl Marx; (2) *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas* de TAUILE et al; (3) *Autogestão em avaliação* da ANTEAG; (4) *Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal* de Édi BENINI et al; (6) *Agitação e propaganda no processo de transformação social* da ViaCampesina.

4 A metodologia é parte constante de uma pesquisa mais ampla que, com intuítos comparativos, analisou quatro Empreendimentos Solidários e seus respectivos trabalhadores.

massas falidas: relatório final: junho de 2004 (TAUILE, 2005), em razão da criatividade e capacidade demonstrativa apresentada pelos resultados da pesquisa. Assim foi possível organizar graficamente os elementos da pesquisa de campo a partir da definição de 32 indicadores institucionais divididos em três grandes blocos estruturantes, a saber: (1) identidade do empreendimento ; (2) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia e participação; (3) autogestão societal ampliada: elementos de socialização autogestionária e tendências para a integração socioprodutiva ampliada. Para cada indicador foram fixados quatro níveis para quantificar maiores e menores tendências institucionais com mediações propícias para o desenvolvimento da consciência e prática autogestionária representadas por barras coloridas, definidas a partir do centro em direção às extremidades do círculo da seguinte forma: (1) socialmente inaceitável (cor lavanda); (2) aceitável (cor amarela); (3) socialmente necessário (cor vermelha); (4) padrão idealizado (cor roxa). Os indicadores e níveis foram classificados com base numa tabulação realizada a partir das informações obtidas pela aplicação do roteiro semiestruturado para entrevistas dos informantes-chave e coleta de dados referentes aos Empreendimentos.

A construção dos instrumentos de coleta e de análise/tabulação dos dados também recebeu forte influxo dos instrumentos apresentados na obra *Autogestão em Avaliação* (ANTEAG, 2004) produzida a partir dos resultados da pesquisa *Iniciativas autogestionárias no Rio Grande do Sul* realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária em 2001. Dentre os principais elementos emergentes de análise destacam-se: tendências para a integração socioprodutiva ampliada e de socialização autogestionária; meios e canais formais/informais de informação e formação continuada; canais e estratégias de mobilização política interna e externa; instrumentos de AGITPROP (agitação e propaganda) como a música, o teatro, as artes plásticas, a fotografia, as místicas, as celebrações das datas importantes dos empreendimentos; a relação política e econômica com outros agentes, empreendimentos e movimentos sociais e populares; existência de atividades de integração sociopolítica com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido, além de relacionamento com outras instituições como associação de moradores, coletivos artístico-culturais, escolas/universidades; a existência de canais de escoamento da produção alternativos ao mercado capitalista e de sistemas compartilhados de logística, crédito, investimento e consumo direto; relações orgânicas dos empreendimentos com outros empreendimentos, movimentos sociais e populares, partidos políticos e sindicatos, entidades de apoio, redes e com o próprio Estado.

Além da ferramenta institucional, a pesquisa ainda apontou 32 indicadores comportamentais que foram elaborados com o intuito de captar aspectos relativos à consciência e cultura autogestionária individual de cada trabalhador a partir da sua práxis e reflexão sobre a prática coletiva na sua organização para posteriormente intentar aferir em que medida os diferentes indicadores institucionais influenciam (e se influenciam) o comportamento, a cultura e a prática autogestionária dos trabalhadores.

Se existem diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar torna-se

imprescindível entender com qual intencionalidade os trabalhadores experimentam os eventuais avanços obtidos no interior das unidades produtivas. Os indicadores comportamentais foram divididos em 3 (três) grandes blocos estruturantes: (1) autogestão interna: organicidade, cooperação, autonomia, participação, disciplina, confiança e liberdade; (2) autogestão societal ampliada: solidariedade de classe, participação e mobilização política, relação com movimentos e outros atores sociais; (3) aspectos sociopolíticos gerais.

No primeiro bloco (1) - autogestão interna – o trabalho de campo procurou captar dos trabalhadores: (a) a compreensão do que possa ser a autogestão (ou expressões análogas como autonomia, auto-organização ou controle); (b) a percepção sobre a divergência de opiniões e conflitos de ideias no interior da organização; (c) a percepção sobre a cooperação entre os trabalhadores; (d) o grau de participação nas principais decisões; (e) o conhecimento dos canais de participação existentes; (f) a participação nas atividades internas e externas de formação técnica; (g) os motivos pelos quais os trabalhadores optaram por trabalhar num empreendimento solidário; (h) a percepção sobre a divisão do trabalho e tarefas; (i) a opinião sobre a retirada/remuneração dos trabalhadores; (j) o ponto de vista sobre a carga horária e a intensidade do trabalho; (k) a avaliação sobre o que é preciso aprimorar num empreendimento solidário.

No bloco (2) - autogestão societal ampliada – o objetivo foi avaliar a participação dos trabalhadores em atividades políticas internas e externas que extravasem os muros da unidade produtiva assim como a sua percepção sobre as relações políticas e econômicas estabelecidas pelo empreendimento com outros empreendimento e atores sociais. Com isso, intentamos decifrar em que medida a solidariedade com a classe trabalhadora está presente no imaginário dos trabalhadores e qual a sua percepção sobre uma eventual confluência dos objetivos corporativos do empreendimento com bandeiras de lutas mais amplas e a socialização dos eventuais avanços obtidos no interior da sua organização. Os indicadores do bloco 2 versam sobre: (a) histórico do empreendimento, especialmente a memória pessoal sobre o momento de sua criação assim como as principais mobilizações políticas, períodos de crise e vitórias ocorridas; (b) interesse por atividades internas e externas de formação política e a efetiva participação nestas; (c) realização de vivências em outras experiências de trabalho associado e constatação sobre as dificuldades que estas também atravessam; (d) nível de compreensão sobre a existência de relações com outros atores e como estas são feitas com eventual existência de setor específico para a tarefa; (e) capacidade de identificar aliados, parceiros e adversários do empreendimento; (f) grau de clareza sobre o que vem a ser os movimentos ou organizações sociais e a frequência de participação nas suas atividades; (g) apropriação em relação ao movimento

5 Documentos internos da Associação.

6 De acordo com Dal Ri e Vieitez o trabalho associado configura-se quando um coletivo detém posse ou propriedade de uma unidade econômica passando a controlar a sua gestão. Este possui algumas características que o diferencia das empresas capitalistas, como: “supressão do trabalho assalariado; retiradas (salários) iguais ou equitativas; substituições das hierarquias burocráticas por coordenações; deliberações em Assembleias gerais; nova perspectiva educacional para os trabalhadores, entre outras”. Os mesmos autores ainda empregam a expressão OTAs *mais-democráticas* para designar empreendimentos com algumas características mais propensas ao engajamento em processos de mudança social.

social ao qual o empreendimento faz parte; (h) participação em organização ou movimento popular referência do empreendimento ou parceiro e a condição e intensidade em que a participação ocorre; (i) opinião em relação a existência de relações políticas locais, regionais, nacionais e internacionais assim como a importância de contribuir nas lutas de trabalhadores e movimentos sociais contra a exploração onde quer que ocorram; (j) a lucidez a respeito da existência de relações econômicas em nível micro e macro econômico e a influência destas no funcionamento do empreendimento; (k) reflexão sobre perspectivas ampliadas de autogestão tanto na esfera política como econômica - compartilhamento de espaços, recursos produtivos, economias de rede, serviços, crédito solidário, bens e objetos com outros empreendimento, organizações e movimentos populares, entidades de apoio ou redes e o Estado; (l) preocupação com a integração sociopolítica do empreendimento com as famílias dos trabalhadores e a comunidade na qual o empreendimento está inserido e com organizações e movimentos populares, associação de moradores, partidos políticos, sindicatos, coletivos artístico- culturais, cursos EJA, escolas/universidades etc.

No bloco (3) – aspectos sociopolíticos gerais – o propósito foi o de avaliar a consciência dos trabalhadores a partir da sua compreensão e posicionamento em relação a temas relevantes à classe trabalhadora e com grande repercussão nos meios de comunicação.

O NÚCLEO DE PRODUÇÃO EM CONTEXTO

O Núcleo de Produção das Artesãs da Associação Bem da Terra (NP) é um coletivo composto por 10 artesãs e foi constituído há aproximadamente três anos no interior da Associação Bem da Terra (ABDT), que consiste numa associação de fins não lucrativos de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) da região sul do Rio Grande do Sul. Apesar de ser formado por trabalhadoras de empreendimentos da Associação Bem da Terra, o *NP* possui organicidade própria, podendo ser considerado um empreendimento independente, no qual toda a gestão e organização do trabalho são determinadas pelas próprias trabalhadoras. No entanto, antes da análise do *NP*, é imprescindível compreender o contexto do seu surgimento no interior da Associação assim como o contexto de criação da própria Associação.

A ABDT nasceu como resultado direto de uma *pesquisa-ação* desenvolvida por pesquisadores dos empreendimentos fundadores e do NESIC/UCPEL entre os anos de 2007-2009. Nesse período, foram visitados vários empreendimentos solidários - *Coesperança*, em Santa Maria/RS e *Mundo Paralelo*, em Porto Alegre/RS); e estudadas experiências exitosas - supermercado *Eróski*, em Mondragón/País Basco, o Centro de Abastecimento Comunal *El Galpón*, em Buenos Aires/Argentina e o *CEPESI*

– *Centro Público de Economia Solidária*, em Itajaí/SC.

7 Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016

8 Convênio interministerial do qual participam a SENAES, MTE, PRONINC e o CNPq.

9 Apesar de o recurso ter sido gerido pelo NESIC, constatou-se uma importante participação e integração institucional do núcleo universitário TECSOL da UFPel.

10 Entrevista realizada com trabalhadora do NP em abril de 2016.

As reuniões de trabalho desenharam um modelo apropriado para ser coletivamente construído e que considerou as principais especificidades da Economia Solidária. Os trabalhadores concretizaram a proposta: formalizaram uma associação, criaram nome e marca, e passaram a realizar uma *atividade experimental* – uma feira mensal nas imediações da universidade, que atenderia a um público muito variado (como um passo de *dupla acumulação*: social e econômica).⁵

Transcorridos quase dez anos do seu surgimento como rede, a Associação conta atualmente com cerca de 40 empreendimentos que representam aproximadamente 850 produtores/trabalhadores das cidades de Pelotas, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas e Piratini, além das citadas entidades apoiadoras tanto públicas como privadas.

Neste sentido, o NP cumpre papel relevante, pois é o primeiro grupo a se estruturar como uma *Organização de Trabalho Associado*⁶ com tarefas produtivas no interior da Associação. Durante a entrevista, uma trabalhadora do NP relata o momento inaugural do seu surgimento, a partir do contato com a extensão universitária:

Há muito tempo nós tínhamos a ideia de ter um centro de distribuição, uma banca no mercado e um ateliê. Não queríamos abrir mão de nada. Então eu levei uma proposta pra reunião de fazer uma coleção em homenagem, para homenagear os 10 anos da associação e os grupos. Quando eu cheguei lá tinha uma integrante da incubadora da UCPel e uma assessora do SEBRAE que disseram: “- temos uma proposta que pode ser a *ponta* da ideia de vocês, um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de uma *coleção de artesanato* junto ao CNPQ, aí vocês tentam construir um coletivo com integrantes dos grupos mais fragilizados”. Então pensei que foi um encontro de duas ideias que deram numa mesma proposta. O projeto foi aprovado. Não existia muito recurso, mas custeava profissionais e equipamentos. Então foi uma pedreira. Mas tocamos em frente e aqui estamos. No início os grupos (da Associação) faziam o próprio material porque já começamos sem recurso nenhum.⁷

O projeto de pesquisa citado pela trabalhadora foi submetido pelo NESIC/UCPel junto ao CNPQ⁸ e obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do Núcleo de Produção⁹. Os recursos aprovados contemplaram: contratação de assessores em áreas técnicas como *Design* e gestão da produção; locação de veículo e combustível; instrumentos de produção como máquina de costura, tesouras, bastidores, teares, agulhas; matéria-prima para pesquisa e desenvolvimento da coleção como algodão, álcool, botões, tecidos diversos, linhas, fibras; material de expediente; computador e projetor; passagens para assessores de outras localidades e para integrantes do NP. A assinatura do convênio entre a UCPel e o CNPQ viabilizou a cessão do uso de uma sala da universidade para a produção, que funciona como ateliê do NP, sendo esta sua a única unidade produtiva. Além disso, o projeto possibilitou a realização de um estudo de mercado preliminar à execução da coleção e de uma pesquisa sobre o perfil das trabalhadoras do núcleo, realizado concomitantemente à execução das etapas da coleção.

Em novembro de 2015 foi lançada a coleção *Elementos da Terra*, que reúne itens com destaque para a identidade e a flora local, cuja perspectiva é o resgate e preservação de traços regionais. “Na confecção de todas as peças são utilizadas técnicas artesanais combinadas com novas tecnologias sociais. Resgatar as técnicas do bordado caseiro

11 Idem.

transmite a ideologia do cuidado com a natureza”.¹⁰ O lançamento da *Coleção* simbolizou importante momento de superação coletiva.

O início da produção foi entre 2012/2013 quando aprontamos todos os protótipos, 63 peças. O pessoal pensou, não dá. Ficamos com medo por que tínhamos que correr atrás de recurso. Algumas deram para trás, mas eu não desisti daquela ideia que vinha lá de trás e o *Deus* da UCPel também não (risos). Daí quando deu esse projeto do CNPQ elas falaram: - vamos botar como base o núcleo de produção! Em 2014 começamos a nos estabelecer aqui na sala e a chamar os grupos de volta. A coleção foi o primeiro trabalho efetivo, naquele dia que eu vi os protótipos com cada setor, setor de crochê, de costura, de pintura, ficava aquele núcleo de mulheres trabalhando ali, era lindo de ver, e eram dias de frio que não dava nem pra ficar sentada. Eu pensei isso funciona aqui dentro. Quando foi para terminar a coleção, ficava um grupo aqui e outro ali [...] isso aqui *formigando*. Olha que foi bonito, a gente tava podre, mas era assim que era para ser.¹¹

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, a pesquisa e a extensão universitária foram determinantes num duplo aspecto: - primeiro por contribuir na consolidação da Associação Bem da Terra; segundo por submeter, mediante demanda das produtoras, projeto de pesquisa junto ao CNPQ que obteve recursos para a preparação da coleção *Elementos da Terra*, como componente propulsor do *NP*. Cabe assim, aos núcleos universitários manterem-se parceiros, vigilantes e sensíveis aos impactos gerados pelo término dos projetos a fim de resguardarem, juntamente com os trabalhadores o futuro e a sustentabilidade dos empreendimentos.

O perfil socioeconômico das integrantes do Núcleo de Produção destaca a sua particularidade e aponta alguns elementos para os futuros processos de formação técnico-política:

- Sobre a questão de gênero, o *NP* é composto integralmente por mulheres. Destas, 80% está acima dos 51 anos de idade e 90% moram em bairros pobres. A escolaridade média das trabalhadoras é o ensino médio completo [...] 50% reside com companheiros ou filhos que trabalha e contribuem com a renda familiar. Quanto à renda mensal das trabalhadoras, todas recebem menos de R\$1.000,00 como renda mensal [...] 60% recebe até um salário mínimo regional e 30% recebe menos de R\$300,00. Sobre a composição da renda 60% declarou receber menos de R\$100,00 mensais na atividade junto ao empreendimento solidário a qual está vinculada e 40% declarou não receber mais de R\$ 400,00 [...] 50% usufrui de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão por morte ou benefício de prestação continuada). Estes resultados são determinados pelos fatores mencionados anteriormente como, a composição familiar (se mais alguém trabalha na família), bem como se tem alguma outra fonte de renda (benefício previdenciário, aposentadoria, pensão etc.).

É possível inferir que a *avançada faixa etária*, somada a *fruição de benefícios previdenciários* e à *falta de garantia de renda digna* proveniente do empreendimento,

12 Entendimento sobre a autogestão dentro da OTA, Considerações sobre a existência de diferentes opiniões entre os colegas e a percepção sobre a sua importância, Recebimento de informações sobre os acontecimentos internos da OTA, Participação, interesse e colaboração nas atividades internas de formação técnica, Conhecimento sobre o método de definição da carga horária de trabalho e as suas consequências, Discernimento sobre a existência de diferença de retirada/remuneração dos trabalhadores, Apreciação sobre os aspectos necessários para o aprimoramento da OTA.

apresenta-se como variáveis que não favorecem estruturas organizativas mais dinâmicas e intensas. Talvez, por esta razão, as trabalhadoras não se sintam encorajadas a dedicarem-se exclusivamente ao NP, desempenhando uma dupla função e acumulando as tarefas produtivas nos seus grupos de origem. Apesar de serem trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de fontes alternativas de renda, os números referenciados apontam para o eventual papel que o trabalho associado representa na vida destas trabalhadoras. Todas as entrevistadas manifestaram que a Economia Solidária tem mais relevância política e recreativa que econômica. Evidentemente que a escassez de recursos financeiros é componente de grande impacto no quadro apresentado. Os elementos destacados não minimizam a importância do Núcleo de Produção como um empreendimento, apenas lhe confere essência distinta se comparado com outros empreendimentos.

No terceiro ano de atividade produtiva o NP ainda não atingiu viabilidade econômica e os poucos recursos que compõem a sua receita são destinados ao pagamento das mensalidades da Associação.

Em relação à organização do trabalho percebeu-se que o NP possui algumas funções razoavelmente definidas como a costura, o crochê e a pintura; a coordenação era exercida por uma trabalhadora bolsista do projeto e que ainda se mantém na função.

As reuniões da produção e os processos deliberativos são realizados de acordo com a necessidade. As trabalhadoras mantêm o ateliê funcionando dois dias por semana e a incipiente produção é escoada principalmente nos canais de comercialização da *Rede Bem da Terra* – loja do mercado, feira virtual e feira itinerante.

Em relação às práticas comunicativas, por se tratar de um coletivo recente e pequeno, a comunicação interna funciona basicamente pela oralidade e por meio de alguns murais afixados no ateliê, que também exibem fotos e um breve histórico do NP. Além disso, algumas atividades do Núcleo são divulgadas no sítio e nos perfis de redes sociais da Associação. O NP possui um perfil próprio numa rede social ainda com discreta utilização. Apenas uma trabalhadora entrevistada manifestou afeição às pautas *progressistas* ou *de esquerda*. A inexistência de publicações impressas ou digitais com alcance externo como panfletos, boletins, revistas, livros ou zines dificulta a captação da intencionalidade política do coletivo em relação a outras pautas ou bandeiras políticas. Destacando-se as referências à Economia Solidária.

Quanto às práticas formativas, as trabalhadoras declararam não terem participado de atividades de formação técnica e/ou política nos últimos anos. No entanto, algumas entrevistadas registraram a ocorrência de atividades desta natureza, especialmente durante os momentos iniciais da Associação Bem da Terra. Durante a entrevista, uma trabalhadora entendeu que isso seria uma fragilidade importante e ser contornada.

Em relação aos indicadores comportamentais/individuais as trabalhadoras do Núcleo de Produção apresentam uma partição quase que igualitária entre a incidência de manifestações do nível muito fraco e fraco (*socialmente inaceitável*) e do tipo moderada e forte (*aceitável*). As fragilidades foram detectadas em vários elementos, muito aguçadas nos indicadores: 1, 2, 6, 8, 12, 13, 14¹². Tal questão pode resultar do momento delicado em que

vive o empreendimento. O resultado indica uma fragilizada apropriação dos trabalhadores sobre o processo autogestionário interno, tanto em termos de concepção como em relação à experimentação cotidiana da autogestão. Isso pode ser atribuído ao caráter quase que experimental do empreendimento. No entanto, considerando que as trabalhadoras do empreendimento integram também outras experiências é possível inferir que estas reproduzam as mesmas dinâmicas fragilizadas dos seus empreendimentos de origem no núcleo de Produção, evidenciando também a debilidade destes. Tal argumento pode ser reforçado pela fragilidade identificada mediante a análise discursiva das entrevistas, especialmente no que toca a ausência de qualquer compreensão sobre a expressão *autogestão*, mesmo se compreendida como sinônimo de autonomia, autodeterminação ou cooperação.

A partir do resultado comparativo global da pesquisa é possível desenhar algumas considerações específicas ao caso do *Núcleo de Produção*:

(1) Na sociedade sob domínio do Capital, enquanto seu *sociometabolismo* (MÉSZÁROS, 2011) alcançar todas as esferas da vida, não há autogestão plena, da mesma forma que não é possível contemplar uma *nova consciência* dos trabalhadores; a autogestão e o processo de consciência precisam ser analisados como processo, a partir da relação dialética existente entre as representações ideais dos indivíduos e as suas relações concretas;

(2) Sob as circunstâncias anteriores, as experimentações autogestionárias nos empreendimentos podem, sob algumas condições, engendrar mediações propícias para o desenvolvimento de práticas democratizantes no âmbito interno das experiências com a eventual socialização dos avanços obtidos no interior das unidades produtivas. As rupturas não anulam as continuidades com a lógica heterogestionária, portanto o horizonte da emancipação dos trabalhadores não está garantido; as condições e mediações precisam ser pesquisadas e podem ser um potente instrumento a serviço da extensão universitária;

(3) Em relação aos componentes relativos à autogestão interna (indicadores 7-17), além de inexistir quaisquer perspectivas reflexivas sobre o que venha a ser a *autogestão*, seja de forma *direita*, como *autonomia* ou como *autodeterminação*; a fragilidade dos indicadores aponta a debilidade política do empreendimento. Mesmo em que se respeitem as diferentes maneiras de cooperar, participar e protagonizar no interior dos empreendimentos, pode ser precipitado identificar este empreendimento enquanto *fato de poder*. Os demais indicadores relativos à autogestão ampliada confirmam o argumento, de forma ainda mais aguda;

(4) O convênio governamental estabelecido pelo *NP* possibilitou a aquisição de maquinário e recursos tecnológicos que possibilitarão uma produção apta a gerar renda às trabalhadoras. Contudo, se a renda não vier acompanhada de um salto político, será mais uma, dentre tantas experiências orientadas unicamente para a sobrevivência dos seus integrantes.

Alguns trabalhadores associados ainda têm dificuldades em compreender que o seu trabalho está inserido num contexto mais amplo do sociometabolismo do capital ou de forma mais simplificada, que os acontecimentos no interior dos empreendimentos também são influenciados pelo movimento de outros atores importantes como o Estado e o próprio Mercado. Uma quantidade considerável dos trabalhadores entrevistados desconhecem

outras experiências e as relações estabelecidas por seu próprio empreendimento com outros atores. Esse é um bom motivo para a retomada das práticas formativas. No entanto, estas práticas precisam ultrapassar o método clássico de formação política. A pedagogia mediada pelas práticas artístico-culturais como o teatro, a música, a dança e o próprio grafite, também são surpreendentes instrumentos de sensibilização e transformação dos sujeitos.

Também se constatou que alguns empreendimentos, com um passado repleto de relações políticas e com práticas formativas diversas; com o passar dos anos passam a priorizar as tarefas de gestão do empreendimento e os interesses econômico- corporativos, não ofertando qualquer modalidade de prática formativa ou lúdica para os seus trabalhadores ou de relacionamento desses com a comunidade local. Para Jean-Paul Sartre, é a *livre práxis* do grupo organizado cristalizada em *práxis constituída*: quando o grupo se endurece e o que era movimento se torna rotina, o que era ação converte-se em *procedimentos* (2012, p.293).

Assim, o fortalecimento da organicidade do *Núcleo de Produção* é tarefa urgente que deve ser trabalhada tanto no plano da formação técnica como política. Neste sentido, o levantamento de indicadores qualitativos de autogestão precisa servir como ponto de partida crítico-reflexivo para orientar uma *práxis* extensionista sensível e transformadora. No entanto, tais reflexões ainda precisam ser amadurecidas e exaustivamente debatidas com os trabalhadores para que sejam convertidas em conhecimentos sistematizados capazes de subsidiar processos educativos no interior das unidades produtivas.

REFERÊNCIAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária; IBASE. *Autogestão em avaliação*. São Paulo: Edições ANTEAG, 2004.

BENINI, Édi Augusto; SABINO, Adalberto; GOMES, Ana Lúcia Sales. Organicidade socioproductiva: metodologia construtiva de uma autogestão de caráter societal. In: *Revista Movimentação* v.2, n.2, p. 01-20, 2015.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E JUVENTUDE DA VIA

CAMPESINA. *Agitação e propaganda no processo de transformação social*. 2007.

MARX, Karl. A enquete operária – o questionário de 1880. Anexo 1. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1981.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da Unicamp/ Boitempo, 2011.

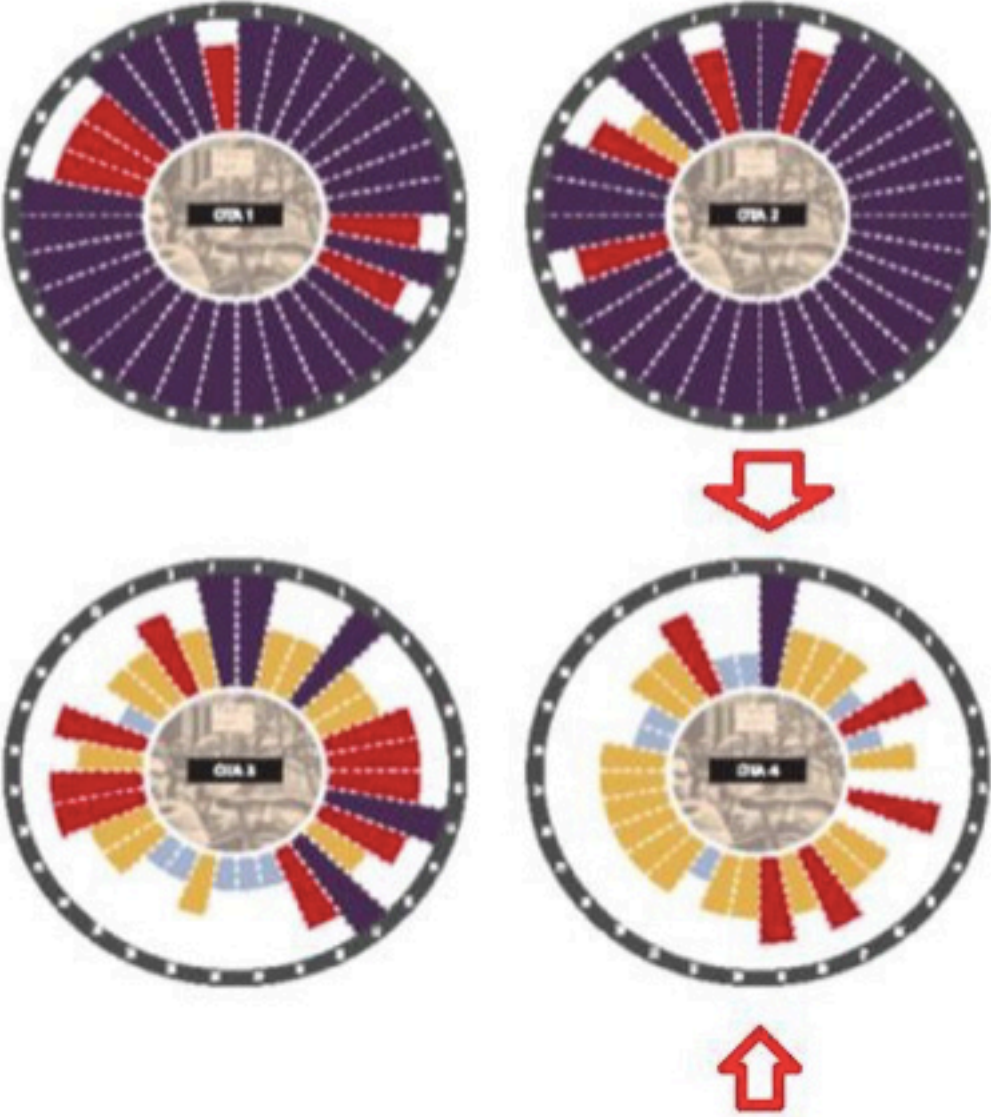
SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. Buenos Aires: Editorial Losada,

v.1 e 2, 1979, p. 223 *apud* IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 p.293.

TAUILE, José Ricardo et al. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final: junho de 2004*. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

ANEXO I - INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AUTOGESTÃO

N°		DESCRIÇÃO
Identidade da OTA	1	Envolvimento dos trabalhadores na criação – momento inaugural da OTA
	2	Organização e disposição territorial da unidade produtiva
	3	Posse e/ou propriedade dos meios de produção - regime jurídico
	4	Possibilidade e forma de adesão de novos associados
	5	Participação institucional da OTA em movimentos populares ou organizações sociais e participação destes na OTA
	6	Programa político, demandas ou visão de sociedade razoavelmente definidos
Autogestão interna	7	Modelo de administração (Heterogestão, co-gestão, administração participativa ou autogestão)
	8	Existência de canais de participação e deliberação
	9	Existência de canais para que os trabalhadores troquem informações
	10	Eleição de representantes, rotatividade de cargos e revogação de mandato
	11	Divisão e forma de definição de funções e papéis
	12	Diferença de retirada ou remuneração entre os trabalhadores
	13	Existência de colaboração e cooperação entre diferentes setores
	14	Carga horária e intensidade da jornada de trabalho
	15	Existência de canais de informação e comunicação interna
	16	Participação (em sentido qualitativo e quantitativo) dos trabalhadores nos canais de participação e deliberação
	17	Oferta de atividades internas de formação técnica e/ou gestão associada
social ampliação e organização	18	Existência da expressão autogestão ou expressão análoga nos canais de comunicação
	19	Memória política da OTA e registro detalhado do seu histórico
	20	Solidariedade a outras experiências de trabalho associado, a movimentos populares e a outras organizações sociais
	21	Existência de atividades de formação e mobilização política e existência de setor específico para tal finalidade
	22	Existência de espaço para leitura e aprendizagem dos trabalhadores, familiares e vizinhos assim como de produção de conhecimento próprio



CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)

Data de aceite: 17/06/2020

Alessandra Oliveira Teles

aoteles@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana - BA

INTRODUÇÃO

Feira de Santana, com 556.642 habitantes - segundo o Censo Demográfico, no ano de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - é um dos municípios do Estado da Bahia que compõem a mesorregião denominada Centro Norte Baiano. A cidade é considerada pelo IBGE (2008) uma capital regional A e dentro do estado só é menor que a capital, Salvador. A área da unidade territorial do município distribui-se por 1.396 km². Distancia-se 109 quilômetros, considerando o trajeto rodoviário, da capital.

O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. As relações de troca consolidam tal atividade, associada à localização estratégica da cidade promoveu o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse

e se mantivesse. O objetivo específico é debater as territorialidades constituídas pelos camelôs e a ação do poder público.

Este texto encontra-se estruturado nesta introdução, nos subitens 1, 2 e 3, os quais discutem os conceitos que embasam a pesquisa. Nos subitens 4 e 5 apresentamos os dados preliminares da pesquisa de campo onde procuramos demonstrar como a rua se estabelece como território para os camelôs; as territorialidades criadas, ao longo do trabalho deles e de que modo a gestão pública vem atuando. Também apresenta breves considerações finais e referências.

1 | ESPAÇO, TERRITÓRIO-TERRITORIALIDADE

A discussão sobre território nos leva a considerar as relações de poder - não necessariamente a do Estado enquanto gestor público - mas também, no momento contemporâneo, em que circulação e comunicação ocorrem de modo quase instantâneo, as grandes corporações promovem seu estabelecimento de forma pontual sobre os territórios que lhe interessam desregulando as fronteiras

políticas estabelecidas (ANDRADE, 1993). Nesse sentido Raffestin (1993, p. 143) descreve a formação territorial como um produto humano e que o território está contido no espaço, segundo o autor “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Nota-se que mesmo sob um ponto de vista social o território é tornado um campo de lutas no qual acontecem “[...] por e a partir de relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), uma vez que cada grupo defende e deseja ver seus interesses ou necessidades realizadas. Além disso, considerando que cada momento na evolução histórica houve diferentes usos para o território, estes vão apresentar marcas e organizações particulares em consonância com as manifestações dos grupos que os constituem. Para o autor estas relações materializam o território e as diversas territorialidades, por ser o local do poder e de suas relações este se destaca principalmente quando exercido e inseparável à política, economia e cultura presentes nas redes de circulação e comunicação estudadas por ele.

Ainda segundo Raffestin, por ser um espaço transformado pelo labor o território mostra as relações de poder e domínio aludindo na consolidação de uma ou várias territorialidades que marcam o espaço a partir das atividades diárias e individualizadas promovendo a construção de malhas, nós e redes balizando campos de ação e poder repercutindo nas práticas espaciais e constituição do território.

O debate proposto por Andrade (1993) quanto ao caráter participativo da sociedade civil na consolidação do seu território a partir de elementos identitários estimula a análise de outro item diretamente relacionado ao conceito de território; na discussão sobre territorialidade, o autor escreve – mais adiante – sobre a subjetividade da atuação popular perante o território, onde destaca “Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território [...] (p. 215)

O espaço da cidade torna-se um território apropriado e utilizado de formas diferenciadas pelos variados agentes que se interessam por ele. Além disso, o território é um dos principais motivos de conflito e disputa pelos agentes envolvidos na sua dinâmica espacial. Por não ser um espaço neutro, o território apresenta uma dupla possibilidade, de um lado favorece a manipulação dos interesses dominantes e de outro, permite a manifestação de outras classes menos favorecidas seja pela falta de recursos ou poder. Santos (2006, p. 96) enfatiza que o território vai além do conjunto de sistemas, sejam naturais ou artificiais.

Segundo Haesbaert (2006, p. 121) “[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. A discussão sobre território e territorialidade aparece como conceitos de suma importância para a validação desse estudo e compreensão da realidade.

A territorialidade se concretiza associada a identidade que a sociedade cria – através de sua relação com um dado espaço – estabelecendo relações de poder, afetividade,

enraizamento e apropriação desse, de forma concreta e simbólica, mesmo com as modificações das funções firmadas em velhas estruturas.

Se o território pode ser conceituado a partir da propriedade e apropriação de um dado espaço, a territorialidade configura-se a partir dos elementos que consolidam essa definição de território através de representações materiais e imateriais onde as práticas desenvolvidas por diversos agentes sociais garantam sua permanência e utilização desse território para seus interesses (ANDRADE, 1993).

Como os agentes são diferenciados, suas representações e práticas também serão, logo, ter-se-á diferentes territórios e territorialidades sobre o espaço, formando, deformando e reformando os mesmos, sendo apropriados de forma diferenciada por cada um. Nota-se que a cada conotação política se faz presente em todas as situações, independente da visão político ou social que se tenha, pois a finalidade, em qualquer dos segmentos, é estabelecer o controle e a dominação de áreas, pessoas e recursos como afirma Sack (apud ANDRADE, 1993, p.251): “Territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área”.

O território é um entrelaçamento de forças que atuam promovendo a construção de territorialidades. Essas forças fazem parte da natureza, economia, política e cultura todas mescladas na formação do território e colaboram para sua heterogeneidade. As dimensões sociais do território - numa perspectiva integradora - proporcionam a busca pelo entendimento do território na sua totalidade, utilizando para tal a perspectiva natural, econômica, política e cultural, compreendendo esta categoria da geografia numa visão integradora.

2 ICOMÉRCIO: FORMAL E INFORMAL

O comércio é definido como troca voluntária de produtos que pode ser realizada por dois ou mais parceiros. Esta atividade relaciona-se a duas partes da economia: (a) formal, quando legalmente estabelecido, possuindo firma registrada e realizando o pagamento de impostos; e (b) informal, quando estão à margem da formalidade, sem firma registrada, pagamento de impostos ou emissão de nota fiscal.

Entende-se como comércio formal as atividades de compra e venda, legalmente estabelecidos, com firma registrada, dentro da lei e pagando impostos, além disso, seus trabalhadores contam com carteira assinada e benefícios previdenciários. O entendimento acerca do comércio formal e informal encontra-se cercado de dificuldades em defini-los, se moderno/tradicional, estruturado/ não-estruturado, formal e informal. Entra também nesse debate os quesitos relacionados a situação de emprego/desemprego, remuneração assalariada e não-assalariada, proteção previdenciária e sua ausência.

As mudanças ocorridas no setor formal são resultado da reestruturação produtiva que vem ocorrendo ao longo do tempo, mais precisamente a partir da década de 1990. Um grande número de trabalhadores, ao perderem seus postos de trabalho, passam a atuar em atividades definidas como flexíveis, temporárias, sem regulamentação ou prazos determinados e redução/ausência de direitos trabalhistas, promovendo uma condição de

instabilidade ao mesmo tempo em que se apresenta como meio imediato de sobrevivência.

Essa situação demonstra a dificuldade de delimitação do setor formal e do informal. Se tínhamos até pré-década de 1990 um setor formal, marcado pelo emprego com carteira assinada e uma série de leis de proteção e um setor informal caracterizado pela ilegalidade e à margem da legislação, pós-década de 1990 ambos apresentação precarização nas relações de trabalho e regressão na regulamentação das leis trabalhistas. Este cenário contribui para o fortalecimento da informalidade.

Ao se direcionar para as discussões relacionadas a temas da economia é possível perceber que o conceito de economia informal vem se destacando de modo crescente. É preciso considerar que tem sido agregado a esse termo uma série de acepções muito diferentes, a saber: contrato irregular de trabalhadores em diversas modalidades como temporário, doméstico, estrangeiro; trabalho sem carteira assinada; terceirização de serviços; abertura e funcionamento de microempresas; comércio de rua. Porém, apresentam um ponto em comum, no senso comum, a população entende que ao falar de economia informal está se tratando de algo que foge a legislação nos seus diversos níveis, para muitos até beirando a marginalidade.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o termo trabalho informal aparece em seus estudos desde 1972, em seus relatórios para o Programa Mundial de Emprego. Com enfoque para os países da África, sobretudo Quênia e Gana, porém o Brasil também tem sérios problemas, uma vez que a excessiva carga tributária e a lei trabalhista dificultam a formalização do trabalho.

O entendimento do Governo Federal sobre a formalização tem se mostrado tão legítimo que foi elaborada a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criando “[...] condições especiais para que trabalhadores informais do todo Brasil possam se legalizar como Microempreendedor Individual (MEI)”. (SEBRAE, 2014, s. p). Através do site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o indivíduo encontra um roteiro que explica passo a passo como proceder para a abertura de uma empresa, além de ter uma série de outras informações que esclarecem as dúvidas sobre as atividades, benefícios e regulação para quem deseja se tornar um MEI ou precisa fazer a transição para microempresa.

Com esse cenário, no caso brasileiro, e em particular Feira de Santana, o trabalho informal concentra-se na atividade comercial. Como forma mais simples, e de certo modo, honesta, muitos trabalhadores optaram por tornarem-se trabalhadores na rua, pois apesar de não encontrarem-se legalmente estabelecidos conseguem sobreviver. As mudanças que se estabeleceram a partir da reestruturação produtiva em função das novas atividades – como da indústria – estabelecem um novo perfil para o trabalhador, atingindo, sobretudo aqueles com menor qualificação técnica e escolaridade, ficando com menor espaço no mercado formal de trabalho.

Mesmo com essa perspectiva, a organização social promove uma reestruturação do espaço buscando, inclusive, alternativas para que estes segmentos, ora excluídos do alinhamento global de uma reprodução formal do capital, possam exercer uma atividade

remunerada ao tempo que consigam um modo de estar inseridos no universo do trabalho. As atividades informais aparecem então como essa alternativa, pois são através delas que grandes segmentos populacionais alcançam algum tipo de inclusão social, no caso do comércio, em muitas situações é através desse que as populações excluídas de um modelo padronizado conseguem ter necessidades básicas atendidas, como descreve Silva e Marques (2010, p. 1): “O comércio informal se consolida na medida em que se legitima como espaço de inclusão e sociabilidade, por ser um dos poucos lugares onde os segmentos sociais de baixíssima renda realizam seus desejos de consumo”.

O comércio informal em Feira de Santana representa parte significativa na organização do espaço urbano, originado com a feira livre. Reestrutura-se continuamente e mantém posição de destaque entre as atividades econômicas. Não há um limite preciso entre o formal e o informal, principalmente quando se trata de comércio de rua.

O processo de reestruturação produtiva também teve repercussão na cidade. O comércio informal, hoje, não representa mais o pequeno produtor que trás o catado de seu quintal para garantir um mínimo recurso financeiro, ou a venda de artigos que não se produziam na região. Hoje, o comércio informal realiza a ponte entre a mercadoria de escala global, garantida por uma localização estratégica e privilegiada através dos agentes envolvidos na sua realização e o consumidor numa escala local.

O comércio informal se estabelece com base na circulação de pessoas, consumidores em potencial, portanto a necessidade de ocupação dos espaços onde o movimento é maior. As áreas do centro, geralmente, representam esses espaços. Conforme Pintaudi (2007, p. 149) “O chamado comércio ambulante, por sua vez, é indicativo de trânsito intenso de pedestres, e, no centro de São Paulo, sua presença é marcante na paisagem”. Via de regra, a discussão dos conceitos economia informal e informalidade operam uma cisão entre legal e ilegal, formal e informal, cindindo a própria economia urbana em compartimentos relativamente estanques. (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

3 | AMBULANTES E CAMELÔS

Para tratar do comércio informal estabelecido no centro da cidade de Feira de Santana, faz-se necessário definir quem são os principais participantes dessa dinâmica, especialmente por sua contribuição, tanto na produção do espaço quanto no funcionamento da economia, reflexo das contradições resultantes do desenvolvimento do capitalismo, na maioria das vezes de fora e que repercute na ação local. Como resultado mais próximo e imediato, percebe-se os contrapontos a partir da produção, consumo e reorganização do espaço urbano, especialmente das áreas centrais.

Salvitti et al (1999, p. 2) define camelô como “[...] um pequeno revendedor de mercadorias, ou até mesmo produtor das mesmas, faz parte do chamado setor informal, juntamente com os trabalhadores autônomos em geral, estando ou não submetidos ao controle legislativo.” Para Santos (2008, p. 219) pode-se definir camelô de forma mais detalhada: “[...] duas categorias de vendedores de rua: [...] os que tem seu local fixo na

calçada ou andam com suas mercadorias nas ruas do centro da cidade e aqueles que vão à procura de fregueses nos bairros.”

Souza (2013) define camelôs como “[...] indivíduos que tem um ponto, em que estrategicamente desenvolvem suas atividades, quer sejam entre as bancas ou nas ruas em panos espalhados pelo chão.” Para Montessoro (2006) os camelôs são aqueles que possuem um ponto estratégico para a realização de seu labor, ocupando tanto bancas nas ruas quanto camelódromos. Faz-se necessário destacar a discussão de Pintaudi (2007), pois não é possível homogeneizar a figura do trabalhador de rua, como se todos fossem iguais, uma vez que “diferenciam não só pela forma de propriedade das mercadorias e do ramo de comércio [...] como também pela ‘propriedade do ponto’, na rua em que se estabelecem, [...] deambulam, carregando nos braços os produtos que oferecem.”

Yázigi (2000) elaborou uma obra na qual trata especialmente o comércio de rua. Ele aponta de forma direta os elementos teóricos que tratam da questão classificando quem são, além de discutir conceitualmente comércio informal, economia informal e circuitos da economia. Também destaca os comerciantes de São Paulo, mas nos lembra que essa é uma realidade de todo o país anterior ao período republicano. Entre as páginas 187 e 217 detalha os marcos jurídicos do uso do espaço público, define quem são seus usuários comerciais, bem como, detalha a utilização desse espaço e a territorialidade que é estabelecida identificando a localização dos pontos de comércio. Para esse autor: “[...] por ambulante entende-se o vendedor ou prestador de serviços, aí se incluindo formas de comércio, lazer e publicidade comuns.” (p.189).

Essa discussão de Yázigi nos traz um relevante tema que precisa ser discutido, o autor trata de toda uma legislação nacional acerca do uso dos bens públicos e privados, o que inclui o espaço público. O que nos chama a atenção se refere ao fato de que tanto esse autor como vários outros fazem uma discussão acerca do uso dos bens e do espaço público. Analisando a legislação em nível nacional, não há uma regulamentação para ambulantes, camelôs e similares, toda a legislação é pontual e está restrita as Câmaras Municipais de Vereadores.

A legislação que regulamenta a atividade comercial, caracterizando e definindo o papel dos indivíduos que desenvolvem essas atividades, e no caso em estudo, do comércio informal, está sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Este elaborou uma Classificação Brasileira de Ocupações, na qual descreve as ocupações, apresenta um histórico, define as características do trabalho bem como as áreas de atividade e as competências pessoais necessárias para a concretização de qualquer trabalho.

Ao realizarmos uma busca no site, a partir dos termos camelôs, ambulantes e vendedores de rua tivemos como resposta a classificação para vendedores ambulantes e vendedores em bancas, quiosques e barracas. De tal modo, tem-se a seguinte caracterização, como podemos citar: comerciantes, vendedores ambulantes de produtos alimentícios, verdureiros, entre outros, a lista detalha ocupações de A até V.

Com o crescimento acelerado do comércio informal por muitas cidades do país – desde as grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro – até cidades médias - como nosso

objeto de estudo - e a não-arrecadação de impostos nesse segmento que se alarga em grande proporção. O Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, criou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, através da Lei Complementar nº 123/2006, onde promove a criação da pessoa jurídica para os empreendedores informais. Dois anos depois, a Lei Complementar nº 128/2008 traz modificações, criando o Micro Empreendedor Individual (MEI), permitindo um registro jurídico aos ambulantes, camelôs, feirantes e demais que se encontram na informalidade. A intenção do governo com essa regulamentação é aumentar a arrecadação fiscal, pois o registro desses indivíduos acarretará significativo acréscimo à receita do país.

Em Feira de Santana, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, procura, ao longo de sucessivas administrações, ordenar o uso do espaço público e destinar áreas específicas para que camelôs, ambulantes e outros possam desenvolver suas atividades. Na prática, tem-se o cumprimento do que é estabelecido pelos órgãos competentes no momento da organização, porém, com o passar do tempo, a falta de fiscalização e a elevação no número de pessoas comercializando nas ruas, os espaços outrora desocupados pelo poder público passam a abrigar novos trabalhadores que justificam falta de trabalho formal, desemprego, ausência de oportunidade em outros segmentos, necessidades familiares para ocupar os referidos espaços, entre outras justificativas.

A dinâmica da área central promove as condições necessárias para que ambulantes, camelôs e outros atuem. Pois, contam com uma série de estabelecimentos formais que atuam com muita força, principalmente no setor varejista, atraindo um número significativo de pessoas circulando, principalmente a pé, favorecendo o consumo dos produtos disponibilizados em ambos os segmentos.

O crescimento do comércio informal é facilmente percebido em Feira de Santana. A informalidade concentra os trabalhadores dispensados através da reestruturação produtiva e que necessitam sobreviver. A ausência de legalidade cria um ambiente de conflito com os comerciantes formais, na maioria, lojistas que arcam com todo tipo de carga tributária.

O desemprego é a principal causa para o fortalecimento desse segmento, mesmo com a autonomia promovida pelo comércio informal. A falta de carteira assinada para a garantia de direitos mínimos pesa no momento de avaliar os elementos positivos do comércio informal.

O cenário apresentado revela um espaço de contradições. Os trabalhadores informais necessitam obter meios para a sua sobrevivência individual e familiar. Ao mesmo tempo, os comerciantes formais – além de serem pesadamente cobrados através de encargos trabalhistas e impostos governamentais nos diversos níveis – veem sua clientela dividida entre suas lojas e os camelôs arrumados em frente aos seus estabelecimentos. Enquanto isso, o poder público demonstra grande lentidão para resolver a situação de conflitos e necessidades de todos os segmentos envolvidos, inclusive da clientela, que ao mesmo tempo consome os produtos do comércio informal e critica a falta de espaço para a circulação nas vias da cidade.

4 | O TRABALHO INFORMAL E AS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

O trabalho informal não é um fenômeno recente, associado a atual crise econômica que invade países ricos e pobres. Historicamente, a política neoliberal e o processo de reestruturação produtiva repercutem nos países, independente de terem adotado essa política. Segundo Durães (2013, p. 41)

Os principais resultados deste processo, vivenciado nos anos 1990 e 2000, são as altas taxas de desemprego, aumento da concentração de riqueza, aumento da desigualdade social e, principalmente, aumento da precarização do trabalho, do crescimento de atividades não regulamentadas e do trabalho informal, além da ocorrência de um fenômeno novo: a desestabilização dos trabalhadores tidos como estáveis.

A fragilidade que se instalou no mercado de trabalho, nesse período, teve repercussões por todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. As políticas neoliberais adotadas pelo governo federal – que sempre esteve entrelaçado com órgãos internacionais como FMI e Banco Mundial – vão se consolidar promovendo desestabilização e estagnação independente de apresentarem especialização. Durães (2013, p. 49) ainda destaca: “[...] o aumento da informalidade como prática atenuante da falta de emprego, atendendo, dessa forma, ao excedente de força de trabalho que aqui é fruto da própria modernização do sistema capitalista”.

Nessa pesquisa realizamos uma amostragem com os camelôs e ambulantes presentes nas principais vias públicas do centro comercial. Temos as Ruas Sales Barbosa, Benjamin Constant e Marechal Deodoro, a Avenida Senhor dos Passos e as praças Nordeste e Presidente Médici. A pesquisa de campo revelou o comércio de rua é consequência desse enfraquecimento das relações formais de trabalho. Apesar de um número significativo informar que sempre atuaram como camelôs, percebe-se a variedade de atividades anteriormente exercidas por estes trabalhadores. O que ratifica a discussão de Durães, pois nesse processo de reestruturação produtiva os trabalhadores estão à mercê das políticas adotadas pelos governos que repercutem localmente e atingem, inclusive, segmentos extremamente frágeis na cadeia produtiva, como é o caso das ocupações apresentadas na tabela acima.

A Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC) desde 2013 vem trabalhando num projeto de requalificação do centro comercial de Feira de Santana, denominado Pacto de Feira tem como objetivo “organizar os ambulantes que atualmente se aglomeram de forma autônoma e desordenada pela região”. (PMFS, 2015). Atualmente, 21 representações de classe, sindicatos, associações e órgãos governamentais encontram-se envolvidos nesse projeto. Segundo a Secretaria foi realizado um cadastro dos camelôs que atuam no centro comercial e existem aproximadamente 1.680 camelôs atuando nos principais logradouros.

Segundo o Secretário, os funcionários realizaram o cadastramento de todos os comerciantes presentes nas principais ruas do centro da cidade, com estes dados, elaboraram os gráficos que seguem (Gráfico 1). O que se pode concluir, a partir dos mesmos refere-se a variedade de itens que estão disponíveis nas ruas de Feira de Santana.

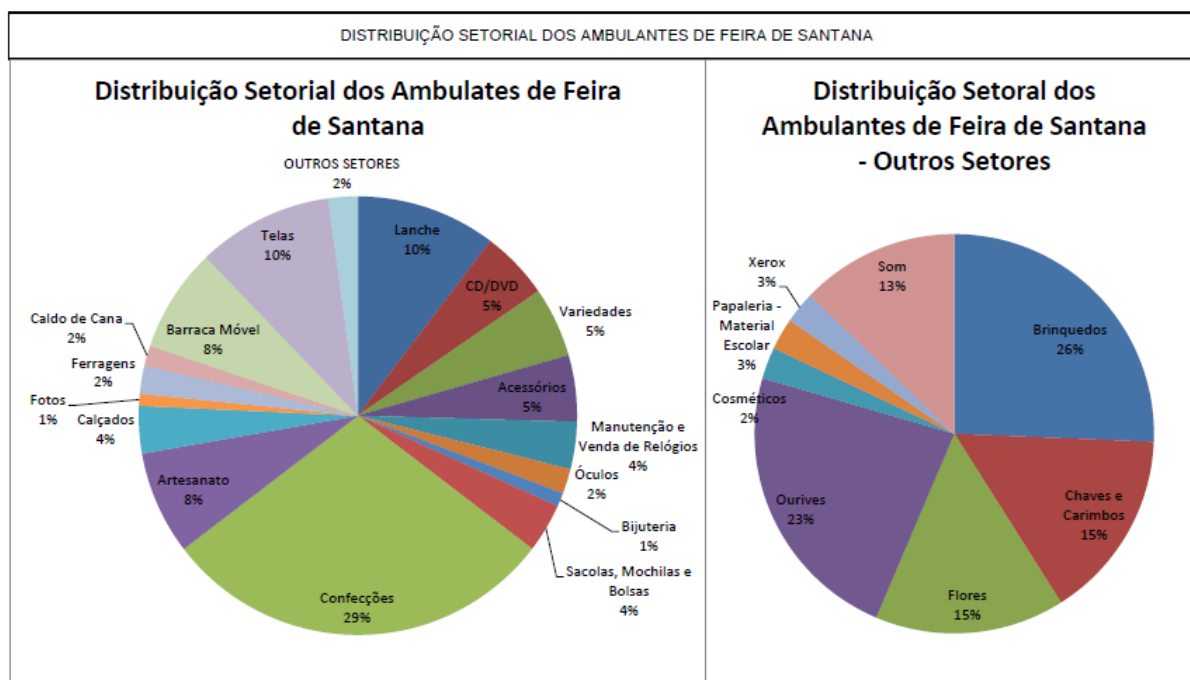


Gráfico 1 – Distribuição Setorial dos Ambulantes do Centro Comercial de Feira de Santana

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico

A proposta da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) é a criação de um centro comercial popular para a transferência destes comerciantes que atuam nas ruas. Neste espaço, tanto os comerciantes quanto os consumidores vão dispor de estrutura e segurança para a realização de suas atividades.

Ainda segundo o site da Prefeitura (PMFS, 2015) há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico com representantes da sociedade civil organizada e as representações de classe, citadas acima, envolvidas no Pacto de Feira. Definiram pela construção desse centro comercial popular, este será construído através de uma Parceria Público-Privada (PPP). O investidor particular que está à frente desse empreendimento é um empresário mineiro com histórico de implantação desse modelo de atividade em diversas cidades pelo Brasil.

A informação é que custará aproximadamente 30 milhões de reais e o município arcará com 25% dos recursos (logo, 7,5 milhões de reais), porém, numa reunião realizada entre o poder público, o empresário interessado em investir no shopping e os comerciantes foi informado que a PMFS investirá R\$ 13 milhões e a empresa ganhadora da licitação R\$ 40 milhões, o que coloca uma divergência nas informações, pois desse modo, a PMFS não entrará com 25% do investimento e sim com 32,5%, considerando o valor de 40 milhões de reais.

Dos 98 entrevistados, 34 trabalham com confecções, 14 calçados, 6 cd/dvd; acessórios (consideramos bolsas, cintos, relógios e bijuterias) são comercializados por 13 indivíduos, 10 com alimentos, 7 com eletroeletrônicos e 11 aparecem numa variedade de bonés, cintos, meias, cadernos, perfumes, sombrinhas e outros produtos. Neste logradouro há uma predominância do setor de confecções, o que marca a visão de quem circula pela primeira

vez é o fato de parecer existir um certo zoneamento, no início da rua, no seu espaço central, encontram-se os calçados, do lado direito eletroeletrônicos e do outro predominam capas de celular, em seguida a predominância é das confecções, e ao longo da rua é possível observar uma variação dos tipos de comércio, aparecem barracas de alimentos, acessórios, carros de mão apenas com meias ou pessoas com as mãos cheias de cintos, outros oferecendo cadernos escolares ou perfumes nitidamente falsificados.

Em relação ao tempo de trabalho, esse dado revela que existe uma população que vem há muito tempo sobrevivendo desta atividade, dividimos em faixas de intervalo de 5 anos e podemos observar que nos intervalos 11-15 anos e 16-20 anos são os que comportam o maior número de trabalhadores (Tabela 1). Entre os que estão na faixa 0-5 anos as conversas durante a pesquisa de campo revelaram que muitos são funcionários das barracas, o que nos dá a oportunidade de entender a existência de uma heterogeneidade neste tipo de atividade, pois ocupam o mesmo espaço, um grupo definido como camelô, porém com situações financeiras diversas, uma vez que há aqueles que conseguem realizar vendas suficientes para sua sobrevivência, as despesas do comércio e poder pagar um funcionário, ao mesmo tempo, existem comerciantes que não conseguem realizar vendas que permitam prover seu sustento e da sua família.

Tempo de trabalho (anos)	Nº de comerciantes
0 – 5	21
6 – 10	13
11 – 15	20
16 – 20	24
21 – 25	8
26 – 30	10
+ 31	2

Tabela 1 – Tempo de trabalho dos comerciantes da Rua Sales Barbosa – 2015

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda sobre a tabela 1, a organização do espaço geográfico – e suas diversas escalas – permitem compreender a atual configuração do trabalho, uma vez que a inserção do Brasil na economia global impacta tanto na escala regional quanto local. A reestruturação produtiva tem como uma de suas bases a economia neoliberal e a atuação de agentes exógenos no território brasileiro. Detentores de uma estrutura técnico-científica-informacional bem mais avançada faz com que a mão-de-obra nacional torne-se cada vez mais dispensável. Assim, um número cada vez maior de postos de trabalho são extintos e proporcionalmente o número de pessoas sem ocupação formal.

Os anos 1990 são o marco nesse cenário, no Brasil, esse período apresenta elevação no desemprego e o Estado favoreceu a inserção de ações neoliberais com reflexos significativos sobre o mercado de trabalho, Pochmann escreve sobre esse panorama: “O Estado arcou com parte significativa do crescimento neoliberal, por meio da privatização do setor produtivo,

elevação da carga tributária sobre os mais pobres e o aumento do endividamento público sustentador do processo de financeirização da riqueza”. (2010, p. 57). Esse é o resultado da relação direta entre o meio técnico e o político, promovendo uma elevação do número de pessoas participando do comércio informal presente nas ruas.

No comércio da rua Sales Barbosa 70,4% os comerciantes aceitam apenas dinheiro; 27,5% além de dinheiro disponibilizam máquina de débito/crédito; e 2,1% ainda trabalham com nota promissória. O destaque nesse quesito refere-se ao uso da máquina de débito/crédito ser aceita predominantemente pelos comerciantes de confecções, estes apresentam uma melhor e maior organização de suas barracas; os que trabalham com calçados também apresentam boa estrutura em seus espaços, mas quando questionados paralelamente a aplicação dos formulários sobre o motivo de não utilizarem essa modalidade de pagamento, quase todos alegaram que negociando em espécie podem barganhar um preço melhor e na maioria das vezes conquistam os clientes que voltam para a compra de outras mercadorias.

5 | O QUE PENSAM SOBRE O CENTRO COMERCIAL POPULAR

Segundo a Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico vários estudos foram realizados na busca por uma solução para a desobstrução das ruas e avenidas do centro da cidade. Numa audiência pública realizada pela Prefeitura em 05 de março deste ano, o Secretário informou aos presentes sobre a realização desse estudo e o resultado alcançado foi a criação de um centro comercial popular para a relocação dos comerciantes que se encontram ocupando as vias públicas, porém não apresentou nenhum documento que comprovasse a realização desse estudo.

Nessa mesma reunião, representantes do corpo de bombeiros do município apresentaram fotografias e relataram sobre a dificuldade de acessibilidade, a falta de mobilidade e o risco de incêndio na Rua Sales Barbosa, consequência da desordem causada pelo número de barracas e a sua disposição ao longo da rua, o que justifica serem a favor da relocação de camelôs e ambulantes para o centro comercial.

Por ser uma parceria público-privada (PPP) o representante da empresa que pretende construir o centro comercial e explorar economicamente o espaço também estava presente. Segundo ele, a prefeitura concederá 30 anos de concessão para a exploração. Dividido em 3 pavimentos (subsolo, 1º e 2º andar) haverá 1.831 boxes organizados para as diversas atividades que hoje são realizadas nas ruas da cidade, numa gestão compartilhada entre PMFS, o sindicato que representa os camelôs da Rua Sales Barbosa e empresa.

Os comerciantes presentes demonstraram grande indignação ao projeto apresentado pela PMFS e a empresa. A primeira fala destacou o preço cobrado para a ocupação do espaço, cerca de R\$ 80,00 por metro quadrado, além da taxa de condomínio para promover limpeza, segurança e estacionamento. Destacaram a concorrência dos chineses, presentes no comércio da cidade, e que trabalham com preços impossíveis de serem superados pelos comerciantes locais.

Outros comerciantes questionaram o porquê não construir o camelódromo na própria

Sales Barbosa, pois é o desejo da maioria daqueles que trabalham nesse espaço. A justificativa da PMFS apoiou-se em três aspectos: não caberia todos os que hoje trabalham ali; em caso de incêndio a dificuldade de acesso é maior como demonstrou o representante do corpo de bombeiros; e a rua é do pedestre, do deficiente que não consegue andar. Segundo o Secretário há um estatuto do pedestre e este precisa ser respeitado.

Durante a pesquisa de campo, os comerciantes foram indagados sobre a transferência para o centro comercial popular e as respostas demonstram a insatisfação com o projeto da PMFS, dos 98 entrevistados todos apresentam descontentamento e preocupação com a mudança, uma vez que a rua é o lugar no qual encontram aquilo que mais precisam: o pedestre que é um consumidor em potencial.

Segundo os comerciantes o perfil de um cliente que busca uma mercadoria numa banca de rua é totalmente diferente daquele que vai a um shopping. Nos relatos, quem compra na rua é aquela pessoa que foi em busca de uma consulta médica, um serviço bancário ou outra atividade e ao passar vê a mercadoria exposta e lembra que precisa daquele objeto ou aproveita, por saber que vai passar naquela via e busca por um determinado serviço (geralmente pequenos consertos), diferente daquele que sai de casa no propósito de ir a um shopping consumir determinado produto ou serviço.

6 | CONCLUSÃO

Feira de Santana – por sua posição geográfica e apresentar um sistema rodoviário que colabora para a circulação de pessoas e mercadorias – compreende uma intensa atividade comercial associada a sua história de formação territorial. As mudanças nas relações de trabalho, em níveis globais e com repercussões locais, também colaboram para que um grande contingente a margem do emprego formal busque no comércio de rua uma alternativa para sua sobrevivência. A figura do comerciante que é definido como camelô ou ambulante se refere aquele trabalhador de rua que realiza suas atividades no espaço que para muitos é apenas de circulação.

A ideia de construção de um shopping popular para abrigar este tipo de atividade se fragiliza no momento em que se pensa no modelo de funcionamento, o comércio de rua atende um público transeunte que na maioria das vezes não planeja a compra e encontra oportunidade de barganhar um preço que lhe seja mais acessível.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia)

CORRÊA, Roberto Lobato, **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DURÃES, Bruno J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia: novos proletários da acumulação**. Salvador: EDUFBA, 2013.

MONTENEGRO, Marina R. **O Circuito Inferior da Economia Urbana na Cidade de São Paulo no**

Período da Globalização. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado, 205 p.

MONTESSORO, Claudia Cristina L. **Centralidade Urbana e Comércio Informal:** Os Novos Espaços de Consumo no Centro de Anápolis – GO. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006. Tese de Doutorado, 355 p.

OLIVEIRA, Edilson L. **Circuito Inferior da Economia Urbana e Mídia Impressa em Londrina/PR.** Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010. Disponível em www.agb.org.br. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

PINTAUDI, Silvana M. A Cidade e as Formas do Comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia.** 5 ed.; São Paulo: Contexto, 2007. (Caminhos da Geografia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Centro de Comércio Popular: reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SALVITTI, Adriana; et al. O Trabalho do Camelô: Trajetória Profissional e Cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo: 1999, n. 2, v. 1, p. 1-23.

SANTOS, Célia Regina B. **Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais:** o caso do projeto hidroagrícola platô de Neópolis (Da utopia do Estado, à realidade dos trabalhadores rurais). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Aracaju, 1996. Dissertação de Mestrado.

SANTOS. Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

SANTOS. Milton. **Por Uma Outra Globalização:** Do pensamento único à consciência universal. 13 ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Quando e como ocorre a transição de MEI para Microempresa. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SOUZA, Elizete C. **Organização Espacial e a Utilização do Espaço Público pelos Feirantes e Ambulantes da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Feira de Santana – BA.** Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2013. 67 f.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

YÁGIZI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas.** São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA

Data de aceite: 17/06/2020

Rodrigo Dutra Gomes

Programa de Pós-Graduação em
Geografia – PPGeo – CFCH, UFPE,
Recife – PE. Email rodrigo.dutragomes@
ufpe.br

RESUMO: O conhecimento científico busca novas formas para estudar a realidade para além das dicotomias. Neste trabalho, a partir da apresentação de alguns aspectos do dualismo e suas incomunicabilidades demonstramos a perspectiva de fluidez e complementaridades na ciência, baseados nos entendimentos da teoria da relatividade, teoria quântica, teorias sistêmicas, teoria do caos, física do não-equilíbrio, numa perspectiva processual-organizacional de realidade e conhecimento. O cenário é de novas construções reflexivas e operativas, para além das cisões dicotômicas, pautadas no diálogo entre os conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Dicotomias; complementaridades, sistemas complexos, diálogo entre os conhecimentos.

ABSTRACT: The scientific knowledge it is seeking new ways to think the reality to beyond the dual. In this work, considering some aspects

of dualism and their inabilities, from basic understandings of relativity theory, quantum theory, systems theory, chaos theory, physic of non-equilibrium we have demonstrated the fluidity and complementarities of the dualisms and dichotomies, considering the procedural and organizational perspective of the knowledge and reality. The scenario aims to be for new reflexive constructions and practices, beyond the dichotomist division, and based on dialogue between the knowledge.

KEYWORDS: Dichotomy; complementarities, complex systems, dialogue between the knowledge.

INTRODUÇÃO

A vivência dicotômica dos dualismos é uma das características do conhecimento científico ocidental. Se expressou em termos de ontológicos (sobre o objeto em si) e epistemológico (sobre o conhecimento dele). Nos termos ontológicos, por exemplo, em termos de Forma/Função, as *funções*, ligadas ao funcionamento das leis da causalidade, que podem ser vistas como as leis divinas expressas na matéria física, consideradas como de caráter mais fundamental que a *forma*, que é a maneira que os fenômenos se expressavam, sempre de forma particular e

única, no espaço e no tempo. As particularidades e contingências destas últimas foram vistas, no período moderno, como superficiais e mascarando um regimento legislativo de Deus e da Razão, com a própria Natureza, pela visão mecanicista, sendo considerada como racional (BURTT, 1992). Neste movimento, como nos lembra Chauí (1996, p.20) grande parte do esforço da razão ocidental foi justamente a de entender e dominar as particularidades, o contingente, o diferente, nas manifestações do mundo, buscando demonstrá-los como aparentes ou não existentes (Chauí, 1996, p.20).

Com referências fundamentais como esta o conhecimento rigoroso filosófico e científico ocidental pautou sua interpretação de mundo. O dual seguiu então se expressando no período moderno e ao longo da modernidade em termos de idealismo/materialismo, sujeito/objeto, empirismo/racionalismo, tempo/espaço, histórico/funcional, sentimento/razão, compreensivo/explicativo, ideográfico/nomotético etc. A filosofia matricial de Descartes no XVII, por exemplo, distinguiu o Sujeito e Objeto como substâncias totalmente distintas. Mesmo que ontologicamente, referente às entidades reais do objeto, estes pares nunca foram considerados como totalmente excludentes e incomunicantes entre si, epistemologicamente, sobre a forma de se conhecê-lo, eles foram vividos de maneira dicotômica, separados pelo princípio reducionista que reduz, por condutas unilaterais, o entendimento de um pelo outro. Nestas condições, na chamada cultura científica os termos materialistas e racionalista tiveram predominância e hegemonia no sentido ontológico e epistemológico de funcionamento do Mundo e no seu conhecimento rigoroso – científico –, com as leis e as regras causais consideradas como mais fundamentais que as singularidades, por exemplo, empíricas e sensíveis.

Desenvolvimentos científicos ocorridos desde o XIX e afirmados principalmente no século XX ofereceram argumentos na Ciência de ultrapassagem dessa visão dual de hegemonia de um dos lados do par. Ocorre a necessidade de uma nova forma de se refletir e agir no mundo, para além dos mitos e utopias que dicotomizam a relação do Homem com a Natureza, do Sujeito e do Objeto, da Forma e da Função, do Histórico e do Funcional, do Idiográfico e do Nomotético. Apresentou-se a limitação de se considerar a manifestação e estudo dos fenômenos da realidade por estes pares. No movimento de transição de uma visão mecânica para orgânica de Natureza, os avanços científicos trouxeram a dissolução dos pares dicotômicos numa perspectiva processual e organizacional. Estabelece-se, em perspectiva, uma tensão criativa, complementar e dialógica, embora também com contradições e ambiguidades, entre as formas de conhecimento – epistemologias, abordagens, métodos etc – referenciados no dual em busca de novas, e outras, formas de conceber e operacionalizar a realidade.

Pela temática do dualismo pretende-se apresentar uma leitura sobre aspectos da atual situação do pensamento científico, e a partir disto demonstrar a situação de necessidade e possibilidade de novas propostas para a sua reflexão e prática. A partir de uma breve contextualização sobre o dualismo e suas incomunicabilidades, retirar-se-á aspectos básicos advindos da Teoria da Relatividade, Teoria Quântica, Teorias Sistêmicas, Teoria do Caos, Física do Não-equilíbrio etc no panorama dos Sistemas Complexos e Teoria da Complexidade, sob a referência de noções como caos, auto-organização, complexidade etc apresentar-se-á entendimentos que dissolveram essas dualidades e consolidaram a natureza orgânica numa

perspectiva processual e organizacional de funcionamento da natureza e conhecimento.

SOBRE DUALISMOS E INCOMUNICABILIDADES.

Para o conhecimento rigoroso, o dual pode ser observado, por exemplo, desde a Antiguidade nas diferenças de abordagens entre as Formas eternas (ideais) de Platão, e as Formas de Aristóteles consideradas como uma propriedade intrínseca à matéria, ou a própria substância, ou seja, observado entre o Idealismo platônico e o materialismo aristotélico. Na Idade Média os pensadores do período buscaram delimitar e distinguir as especificidades das esferas teológicas, referente a Deus, e filosófica, sobre a Natureza. Essa relação religião e conhecimento não deixou de questionar os fundamentos e natureza das coisas, contudo, estes eram subordinados às questões mais amplas e urgentes do período, como as ligadas à salvação da alma humana e do mundo material (Epping, 1983, p.157). Mesmo na baixa Idade Média, na transição e afirmação do período Moderno este dualismo, Deus e Natureza, a Alma e a Corpo, também poderiam ser concebidos como a distinção entre os domínios da fé e da razão (Deus-Alma) de um lado, e os domínios da dúvida e da sensação (Natureza-corpo) de outro, e, a partir destes dois, os pensadores tentaram construir uma síntese para o conhecimento da realidade; o racionalista Descartes, por exemplo, colocou justamente a dúvida (sentidos nos enganam) como centro de sua proposta filosófica.

O vínculo entre a interpretação teológica e a científica se mesclaram nas interpretações renascentista e iluministas do século XVI ao XVIII. Um clássico exemplo é novamente dado na filosofia basilar de Descartes concebendo o sujeito, o Homem (judaico-cristão), como uma substância distinta do objeto, a matéria – a Natureza. Embebido numa concepção mecânica de natureza, o corpo, concebido como máquina, foi visto como uma entidade distinta da alma, dotada de um *elan* divino e que habitava o corpo – união que ocorreria, para Descartes, na glândula pineal no cérebro. a natureza em toda sua extensão física. O contexto filosófico que se estabeleceu logo após este período bem refletiu esta distinção, com as correntes empiristas, como Hume e Newton, e racionalista, como Leibniz (1646-1716), contrastando as opiniões a respeito das formas e pretensões do conhecimento. Após a síntese de Kant, que procurou tratar e resolver tal questão contrapositional, o dualismo se re-expressou, dentre outras, em referência às categorias absolutas do Espaço e Tempo. Concebidas como intuições puras, livres de qualquer coerção anterior dos sentidos, Kant, na reflexão de uma natureza mecanicista, utilizou destas referências para balizar a possibilidade de constituição de uma Filosofia da Ciência da natureza. O Espaço vinculou-se diretamente em referência da manifestação fenomenal dos objetos externos ao sujeito, a Natureza. O Tempo vinculou-se à intuição interna do sujeito, que o vivenciava de maneira histórica a dinâmica dos objetos no espaço. Mas externo ao sujeito o tempo não existiria em si, sem o sujeito nada seria (Kant, N/C, p.42-58). Podemos relocar as influências teológicas nestas referências pela concepção de que, como coloca Burt (1991, 267p.) pela ideologia de Newton e em Kant, o Espaço estaria representando a onipresença, e o Tempo a onisciência do Deus. Revertido em termos epistemológicos, a classificação kantiana distinguiu duas formas básicas de conhecimento: a nomotética e a idiográfica. A nomotética,

com referência ao Espaço, ligada à elaboração de leis intemporais gerais, em captação à universalidade dos processos, e a idiográfica, em referência ao Tempo, ligado à captação das particularidades da manifestação fenomenal como é vivenciada pelos sujeitos na realidade.

Em diálogo com Kant, e com a retomada de uma visão orgânica de natureza, o caminho estreitou-se em duas direções: a do objeto, ao tratar a realidade a partir dos métodos das ciências empíricas, e, de outro, a direção do sujeito, ao estudar os processos pelas quais a realidade deriva dos princípios constitutivos do espírito, com a filosofia tratando da gênese e devir da idéia. Depois de Kant iniciou-se, então, uma nova fase que apresentou justamente o domínio de ambas correntes *dicotômicas*, com o Positivismo e o Materialismo com o objeto, limitando a filosofia à síntese científica, e o desenvolvimento do idealismo transcendental do sujeito com o 'Romantismo', elaborando 'sistemas filosóficos' que buscavam explicar o mundo como derivação do movimento do pensamento (Bochenski, 1962, p.28).

O tipo de dualismo de substância tal como posto em Descartes foi dissolvido na natureza orgânica que foi refletida pelos positivistas e românticos. Assim, no XIX, sob o fundamento materialista e naturalista, principalmente depois de Darwin, ontologicamente o homem e a natureza, na ciência, nunca foram considerados como opostos ou antagônicos, mas sim, reduzidos, no caso dos fenômenos humanos, aos enfoques das ciências físicas-naturais, que vinham obtendo significativos sucessos. Ainda no XIX autores como Dilthey advogou a necessidade das ciências humanas deterem enfoques particulares para o tratamento da singularidade das manifestações humanas, como a necessidade da inserção de procedimentos mais interpretativos. Contudo, as questões e dúvidas metafísicas, ligadas às indagações filosóficas que se prosseguiram depois do Romantismo, foram rechaçadas pela Ciência pelos positivistas no XIX e neopositivistas no XX. E dessa cisão entre formas de conhecimentos estabeleceu-se o que se perpetuou no século XX, a dualidade entre os conhecimentos, que Snow (1995, 128p.) chamou de duas culturas: as Ciências e as Humanidades. As 'ciências' correspondem ao conhecimento pautado na experimentação e utilização da lógica e matemática, tendo uma das principais tarefas, ainda que não única, o estabelecimento de padrões e 'leis gerais', pela construção de um corpo teórico que direciona a elaboração e manuseio de modelos. As 'humanidades' liga-se aos conhecimentos filosóficos como, por exemplo, os irracionalistas, existencialistas, dialéticos, hermenêuticos etc e literários.

O dual, por ser marcante, se expressou no conhecimento moderno de diferentes maneiras. Em termos epistemológicos temos a necessidade/liberdade, racionalista/empirista, determinismo/possibilismo, espaço/tempo, explanativo/interpretativo etc, e em termos ontológicos como ordem/desordem, total/local, universal/singular, causal/comportamental, funcional/histórico, cérebro/espírito etc. Estas referências duais se expressam no estado de fragmentação do conhecimento moderno. Isso referente tanto à 'o que' se estuda, quanto 'como' se estuda os fenômenos, ou seja, tanto pelas especializações disciplinares, tendo de um lado a Física, a Química, Geologia etc, e de outro, a História, Antropologia, Sociologia etc – com campos como a Biologia e a Geografia encontrando-se na encruzilhada –, quanto pelas diversas formas de conhecimentos aplicadas para o seu inquérito, como epistemologias, abordagens, métodos, procedimentos, técnicas etc.

Em termos de ‘o que’ se estuda, mesmo havendo o discernimento disciplinar característico, os diversos ramos sempre se comunicaram e se nutriram uns dos outros. É claro que o reducionismo (reduzir o conhecimento de um fenômeno pouco conhecido ao entendimento de outro fenômeno mais conhecido), por se tratar de um importante e operacional princípio, se fez presente pelas imposições características dos enfoques disciplinares, com, por exemplo, a Bioquímica focando o que é químico dos processos biológicos, e a História Antiga focando o que é da Antiguidade da História em geral, mas isso, não descaracterizou a inerente interligação das áreas, dos campos disciplinares. A não-comunicabilidade entre os conhecimentos parece se dar mais pelo predomínio da aplicação unilateral das formas de conhecimentos, com as epistemologias, métodos, técnicas etc, pouco se comunicando entre si. Além das referências ontológicas como total/local, conjunto/partes etc, as maiores referências duais epistemológicas para a incomunicabilidade dos conhecimentos é a clássica classificação kantiana entre abordagens nomotéticas e abordagens idiográficas, que de forma básica, também se expressou em termos de enfoques explanativos e interpretativos-compreensivos respectivamente. O diálogo entre os conhecimentos associados à estes pares parece ser, definitivamente, um dos principais projetos do conhecimento para o século XXI, tarefa imprescindível para um melhor tratamento dos problemas e desafios da atual Crise generalizada posta à Humanidade.

SÉCULO XX – A FLUIDEZ DO PROCESSUAL E ORGANIZACIONAL

O processual

Em questionamento à visão estática, ordenada e mecânica das heranças renascentista e iluminista o século XX demonstrou, cientificamente, uma realidade fundamentalmente processual, isso tanto com respeito às características e propriedades do objeto do conhecimento (ontológico), quanto em relação à forma de se conhecê-lo (epistemológico). Tal enriquecimento derreteu os dualismos e seus resquícios dicotômicos numa perspectiva organizacional na qual estamos vivenciando apenas o início de suas repercussões. Sem estabelecer uma ruptura entre os avanços do século XX e os do século XIX – com a eletrodinâmica, termodinâmica etc –, já que se compõem de continuidades e descontinuidades, a Teoria da Relatividade e Teoria Quântica constituíram importantes exemplos no início do século XX, que reconheceram tal processualidade e fluíu uma das principais referências da dualidade do conhecimento: o Espaço e Tempo. Pela Relatividade a estrutura do espaço e do tempo deixou de ser um meio vazio independente dos corpos que os ‘habitava’, para referir-se a uma extensão *relativa* à realidade material destes corpos que o comporiam e dariam sua realidade numa estrutura espaçotemporal quadridimensional. Relativiza-se e flui as categorias pelas quais Kant edificou a possibilidade de um conhecimento filosófico da ciência da natureza. A referência científica da dualidade fundamental, entre o objeto externo do Espaço, e a intuição interna do Tempo pelo sujeito ganhou um essencial argumento de fluidez e complementaridade, mas que só se consolidou com os desenvolvimentos que se seguiram e corroboraram tal situação.

Outro aspecto marcante da Teoria da Relatividade de Einstein é ter ela questionado idéias que antes eram tidas como praticamente evidentes: o Espaço e Tempo Absolutos de Newton. Colocou-se, então, em xeque, não somente a coisa estudada, mas principalmente a capacidade do espírito humano de questionar suas próprias estruturas do conhecimento. Com a retirada das referências absolutas do conhecimento científico, nenhuma teoria científica poderia, a partir de então, se impor como absolutamente objetiva em suas proposições, e universal em suas explicações (Japiassu, 1981, p.21). A *objetivação* ficou prevalecida sobre a *objetividade*, no sentido que, determinar um caráter objetivo não mais significaria basear-se em fundamentos puros e absolutos, mas sim provar que se poderia aplicar corretamente um método que já deu provas de seu valor lógico, mas que, contudo, não deixava de ser uma criação do espírito humano (Bachelard, 1977, p.31-36).

A Teoria Quântica trouxe, em analogia à relativização macroscópica do espaçotempo, a ‘relativização’ microscópica da matéria, e dissolveu, tanto ontologicamente (sobre o objeto do conhecimento), quanto epistemologicamente (sobre o seu conhecimento) as barreiras dicotômicas das dualidades essenciais. Os corpos apresentaram-se como fundamentalmente interconectados pelos domínios e escalas físicas. Nestas condições, considerando que o próprio instrumento de inquérito e o sujeito pesquisador também são compostos por átomos, houve, no inquérito quântico, uma inevitável interferência na partícula atômica e que alterava seu estado no momento da relação pesquisador-sujeito e do fenômeno-objeto. Isso impossibilitou a realização de um conhecimento objetivo do inquérito quântico pelas incertezas descritivas que proporcionava, expresso no conhecido Princípio da Incerteza de W. Heisenberg. Epistemologicamente falando não se poderia mais separar o sujeito e o objeto na pesquisa, tornando-se impossível o sujeito, e seu método, ausentarem sua influência na pesquisa.

Em termos ontológicos também houve a impossibilidade de se separar o objeto do sujeito e seu método, devido ao *continuum* ontológico que se estabelece no inquérito. Isso por que a propriedade (ontológico) do elétron (onda ou corpúsculo) só poderia ser definida pelo sujeito pela aplicação de um método (epistemológico), não podendo se atribuir uma propriedade definida para o elétron antes dessa relação. A física quântica, em acompanhamento às considerações da Teoria da Relatividade, reconhece que a matéria, o objeto (físico) do conhecimento, não pode ser concebida como um objeto estático e ordenado, mas sim, como uma ‘atividade’, uma entidade fundamentalmente *processual* (Heisenberg, 1981, p.94). Essa situação experimental exigiu dos físicos quânticos a elaboração de um “modelo teórico” para representar as manifestações ocorridas na escala quântica, com a interpretação Ortodoxa sendo a mais aceita até hoje. Assim, no nível fundamental na matéria, podemos dizer que a descrição em termos de dicotomia se tornou insustentável e não representando a manifestação (ontológico) e a forma de se conhecer (epistemológico) a matéria na escala quântica; mas sim em termos de complementaridade.

Em reflexão a tais movimentações, e apresentando seus próprios desenvolvimentos, o contexto da Filosofia da Ciência do início do século, também apresentou exemplos de avanços teóricos que demonstraram a falta de um fundamento absoluto e a natureza fundamentalmente processual do conhecimento. Considerações como as Incompletudes lógicas e formais, com Tarski e Gödel, demonstraram que, tanto a lógica, quanto a matemática, careciam de fundamento

final e definitivo. Esse contexto que envolveu a Relatividade, Mecânica Quântica, Incompletudes etc demonstrou que o conhecimento é inevitavelmente mediado de forma indireta e incerta pela Teoria. Alia-se a esse panorama o desencadeamento da maior discussão epistemológica do século XX, promovida por figuras como Popper, Kuhn, Lakatos, Horton etc, sobre a organização e evolução do conhecimento, suas teorias e princípios; sendo estes alguns das reflexões que expressaram a processualidade do conhecimento científico (Lakatos; Musgrave, 1979, p. 343).

Com a realidade reconhecida como processual a noção de sistema começou a ganhar, na primeira metade do século XX, maior notoriedade e aplicação no âmbito científico. As modernas Teorias Sistêmicas, pelas Teoria Geral dos Sistemas (TGS), Cibernética e Teoria da Informação, constituem os rebentos deste contexto que tomaram o 'sistema' como objeto de investigação intensiva. Seus entendimentos e noções se espalharam para a Ciência em geral como princípio, ou paradigma, guia, constituindo um norteador ao qual partiram e se conectaram entendimentos dos diversos campos científicos.

A TGS, com Ludwing Von Bertalanffy (1953) buscou formular princípios válidos para os sistemas em geral, independentemente das entidades (físico, químico, orgânico etc) que os constituíam, entendendo-os como uma emergência: a totalidade que não se reduz a uma simples soma de seus constituintes. As emergências basicamente declaram que novas qualidades de existência, podem surgir, em dependência e decorrência das estruturas relacionais dos componentes de um sistema. Com isso, concebe-se a presença de diversos níveis de existência, com tendência à formação de unidades de um novo tipo, de natureza mais complexas e com novas qualidades advindas do 'conjunto' das partes. Aplicadas ao mundo físico isso resulta em hierarquias descritivas como átomos-moléculas-minerais, e ao mundo biológico na hierarquia matéria-inorgânico-orgânico-orgãos-indivíduo-mente-sociedade. Caracteriza-se por ser 'novidades' não-aditivas e não-preditas de antemão somente pela dinâmica dos componentes, como são as propriedades consideradas 'resultantes'. Os tijolos de uma casa, por exemplo, darão um peso físico total que será 'resultante' do peso individual dos tijolos que a compõem, contudo, sua característica peculiar de ser uma 'nova entidade' referente a ser a "casa de alguém", poderá ser caracterizada como uma emergência total cujas propriedades não podem ser preditas a partir dos tijolos. Ou, também, a novidade emergencial surgida das interações chamada Água com respeito aos seus constituintes isolados, que são dois gases, o hidrogênio e oxigênio.

Sobre a fluidez das dualidades como causal/comportamental, funcional/histórico, quantidade/qualidades etc, e mais fundamentalmente sujeito/objeto, as emergências oferecem, assim, argumentos para justificar a transformação da 'quantidade' em 'qualidade', consideradas como fatos empíricos e detendo uma imprevisibilidade variável de manifestação. Dessa forma, em nível 'elevado' existem modos efetivos de relacionamentos e qualidades que não estão presentes ao nível 'médio'; e este em relação ao nível 'subjacente'. As evoluções dos sistemas são, assim, descritas como um processo de emergências contínuas de níveis sucessivos de existência, com cada nível emergencial manifestando um novo patamar e modo de 'relacionamento' (Ablowitz, 1939, p.1-15). Os entendimentos advindos da Cibernética confirmaram tal fluidez, oferecendo um arcabouço de noções que auxiliaram a descrição e funcionalização complementar da relação

entre esses domínios.

Definida por N. Wiener como “a ciência do controle e da comunicação no animal e na máquina”, a Cibernética pode ser considerada como a “Teoria das Máquinas”, porém o termo máquina é aqui empregado no sentido de seu funcionamento, e não da natureza (ou materialidade) de seus constituintes. Esta ciência não questionou, portanto, *o que é esta máquina, ou do que ela é feita*, mas, sim, quais são seus aspectos funcionais – *o que esta faz ou pode fazer* (Ashby, 1970, p.1). Constituída por um grupo interdisciplinar, a Cibernética tinha, na década de 50 e 60, o anseio de edificar uma ciência geral do funcionamento da mente. Adotaram como modelo básico de mente uma calculadora mecânica aritmética que calculava/computava dados, denominada “máquina de Turing”, considerada até hoje o modelo científico básico de máquina de conhecer, o ser vivo. As discussões tinham como objetivo maior encontrar princípios de funcionamento nas máquinas automáticas vivas (organismos vivos) que pudessem ser reproduzidos nas máquinas artificiais, buscando desenvolver mecanismos que gerassem comportamentos cada vez mais automáticos. Obtiveram, conseqüentemente, as bases formais matemáticas para o projeto de entendimento do conhecer, com importantes considerações a respeito da fluidez das dicotomias das dualidades do conhecimento.

Uma importante constatação desde a máquina de Turing, diz respeito as dinâmica funcional apresentada por esta máquina. Foi observado que a máquina apresentava dois domínios de funcionamento que não poderiam ser reduzidos um ao outro: um mecânico, de processamento (binário) das informações, e um comportamental (emergencial), referente aos resultados produzidos na tela, que se apresentava numa esfera de ação, ou domínio, distinta da dos constituintes e processamentos mecânicos que o geraram. Ou seja, apesar das produções (cálculos/computações) serem geradas mecanicamente, não é possível caracterizar da mesma forma o seu funcionamento global. O entendimento do seu comportamento, como resultado, está para além do mecânico (Dupuy, 1996, p.34). Tais considerações convergem com o sentido da noção de emergência com um qualitativo não-redutível surgindo a partir de processos causais. No caso da máquina de Turing cabe lembrar que refere-se ao modelo básico da relação do ser vivo, expressando os seus domínios existenciais correspondentes em termos duais: causal/comportamental, fisiologia/conduita, corpo/mente e objeto/sujeito.

Um dos conceitos fundamentais desenvolvidos pela Cibernética foi o de “retroalimentação” (*feedback*), referente ao processo de informação que permite à máquina, ou ao ser vivo, regular o seu comportamento em função dos resultados obtidos a partir de seu próprio funcionamento (Ashby, 1970, p.62). Os *feedbacks* apresentam as ‘causalidades circulares’, onde, parte do resultado (efeito) do funcionamento de um sistema (causa) retorna para este mesmo sistema como informação a ser utilizada para o seu comportamento momentâneo e futuro. Em ampliação à causalidade linear, a circular permite remeter, em um sentido complementar, a inter-relação dos domínios causal/comportamental numa circularidade congruente entre eles. Contudo, como será comentado nas repercussões epistemológicas, ainda são precursores os entendimentos sobre a natureza da interface de conexão e mútuas influências entre estes domínios.

A teoria da Informação de C. Shannon e W. Weaver, publicada em artigo em 1948, teve o objetivo de esclarecer como transmitir informação com eficiência. Visava analisar a eficácia da

informação e estabelecer medidas quantitativas sobre as variadas capacidades dos sistemas de transmitir, armazenar e processar informação. Procurou dar um estatuto físico à noção de informação. Reconheceu-se que a informação não poderia ser considerada como algo isolado, por si só, mas somente em termos relacionais e processuais. A informação era um produto de relações entre entidades, ‘emergindo’ no sentido de fazer parte de um resultado global, sendo uma totalidade que a distingue de suas partes constituintes – e que destacou o caráter relacional entre Todo e Parte quando o objeto e transmissão e interpretação de informação. Para que haja sua ocorrência são necessários pelo menos cinco ou seis elementos organizados linearmente: (1) uma fonte de informação, (2) um transmissor, (3) um canal de transmissão, (4) um receptor e (5) um destino. Depois se distinguiu a ‘fonte’ da ‘mensagem’, passando a considerar seis elementos: (1) fonte, (2) codificador, (3) mensagem, (4) canal, (5) decodificador, (6) receptor. Com isso, fica distinguida a ‘informação’ do ‘significado da mensagem’ que se relaciona capacidade do receptor de interpretá-la e à rede de conceitos ao qual está relacionada. Outro aspecto marcante do processo de informação é a inevitável presença de ‘perturbações’ no canal de transmissão. Esse aspecto foi incorporado ao modelo de Shannon como ‘fonte de ruído’ referindo-se às perturbações que influenciam na clareza da transmissão da informação, podendo ser associado à concepção de desordem (MORENO, 2002, s/p, PESSOA JR, 2006, p.13.). As concepções e noções sistêmicas se espalharam para a ciência em geral, com clara expressão, por exemplo, na Biologia, auxiliando numa das mais importantes mudanças na disciplina com Watson e Crick em 1953 com a utilização de termos com código (por exemplo, do DNA), programa (genético), informação, retroação etc. Na biologia tais entendimentos trouxeram novos problemas de inquérito na direção de articulação das dualidades característica da biologia – processos causais e fisiológicos de um lado e processos comportamentais e morfológicos por outro; por exemplo, no inquérito das relações entre os genótipos (pelo código-causal) e os fenótipos (sua expressão morfológica).

A Desordem Criadora – o Objeto Complexo

Na ciência clássica, dos séculos XVII ao XIX, a noção de ordem preponderava e dissolvia totalmente a idéia de ruído e desordem nas descrições físicas, não lhes atribuindo significância. A máquina do mundo newtoniana, por exemplo, considerava o Universo como regido por leis intemporais deterministas, refletindo uma dinâmica estável e equilibrado, com as desordens e instabilidades tratadas apenas como aparentes e momentâneas, desmascaradas e dissolvidas pelo método científico na ordem matriz pré-concebida (Morin; Le Moigne, 2000, p.199). A partir da segunda metade do século XX, com o desenvolver científico, as desordens, instabilidades e desequilíbrios, presentes já na termodinâmica e em outros ramos da física, que já concebiam a idéia de não-determinação, adquirem, com a constituição da física do não-equilíbrio e dos chamados sistemas dinâmicos complexos, estatuto de significância descritiva.

Inicialmente, em 1963 no campo da meteorologia com Edward Lorenz (1917-2008), foi observado que pequenas diferenças na entrada de um simulador atmosférico poderiam gerar, com o decorrer do tempo, significativos desvios de sua trajetória. Essa situação encontrou

concordância com os desenvolvimentos da mecânica dos fluidos, física do não-equilíbrio e da teoria dos sistemas dinâmicos (Luzzi; Vasconcellos, 1999, p. 2), com as pequenas flutuações, ou ruídos, ganhando realce na descrição dos sistemas dinâmicos nas diversas escalas, associados às fontes de bifurcações e inconstância evolutiva do sistema, denominado de “sensibilidade às condições iniciais”. As constantes e infinitas interações que um sistema dinâmico realiza com o seu ambiente, apesar de sensível às condições iniciais, não o torna dependente, ou determinado por ela, pois possui a ‘liberdade’ e relativa imprevisibilidade de evolução. E, considerando que as condições iniciais dos sistemas determinísticos na natureza podem ocorrer numa ampla, de fato, infinita, classe de estados iniciais, então se comunga falar de caos. Essas condições são alguns dos ensinamentos trazidos pela Ciência do Caos, no qual o ‘efeito borboleta’ é uma de suas proposições mais conhecidas. As escalas se apresentam como interinfluentes, com o local – as batidas das asas de uma borboleta no Japão – podendo ganhar grandes proporções e influir no total – causando um furacão nos EUA. A descrição da extrema maioria dos sistemas dinâmicos da natureza, devido a imensa rede de interações e influências, apresentaram-se, assim, como incontrolláveis no sentido clássico e imprevisíveis quando se considera longos períodos.

No campo dos sistemas termodinâmicos longe-do-equilíbrio observou-se que as instabilidades, ou flutuações, produtoras de entropia no sistema, constituíam, não apenas um processo de degradação, mas, também, condição para dinâmicas construtivas. Ficou constatado que, sob determinadas condições de desequilíbrio termodinâmico, a matéria poderia adquirir propriedades criativas e organizacionais, e, caso envolvesse um significativo número de componentes individuais estruturados, interagindo e co-existindo entre si, poderiam surgir espontaneamente comportamentos coerentes em nível macroscópico, como é o caso dos átomos, vida, sociedades, estrelas etc, modelo denominado de estruturas dissipativas (PRIGOGINE, 1996, 199p.). A não-linearidade das interações, e as conseqüentes flutuações, constituiriam as procedências das bifurcações e transições de comportamento vivenciadas pelo sistema em sua evolução (Pessoa Junior, 2006, p.44).

A consideração da historicidade e das instabilidades é essencial para a compreensão destas estruturas, pois estas propriedades caracterizam as potencialidades criativas e de transformação do sistema. A noção de historicidade desempenha, associada à dinâmica dos sistemas instáveis e caóticos, a idéia de descrição evolucionista, no sentido de constituir um fluxo unidirecional de produção de entropia e inter-relações produtoras de a-simetrias, que remete à idéia de Flecha do Tempo. As pequenas mudanças nas condições iniciais ocasionadas pelas flutuações e instabilidades, e que constituem as bifurcações originárias dos desvios, podem ser amplificadas, fazendo com que, no decorrer do tempo, o sistema perca a memória de suas condições iniciais. Essa propriedade de não-integralidade, comum aos sistemas dinâmicos complexos afirma a não possibilidade de reversão da evolução temporal do Universo, mesmo que seja teoricamente. De forma inversa, também não é possível uma previsão objetiva do futuro, estabelecido apenas em termos de cenários probabilísticos associados a uma rede complexa de causalidades. Corrobora-se a idéia de que o futuro está sempre em vias de criação.

A redundância, ao inverso das incertezas, perturbações, ruídos etc, é a responsável pela

manutenção da ordem no sistema, e que, mesmo detendo instabilidades, ainda conservam o seu caráter determinístico de manutenção; porém, esta é sempre nutrida pela indeterminação, numa relação de concorrências, antagonismos e complementaridades (MORIN, 2002, 480p.) que permitem manter o dinamismo da organização do sistema em estado criativo (caos determinístico). O criativo, nesta perspectiva, pode ser considerado como a produção do novo, resultado de um processo de transformação organizacional, caracterizado pela formação de estruturas novas e funcionamentos novos, evidenciando que a criação é uma emergência do sistema (D’ottaviano; Bresciani Filho, 2004, p.19)

Algumas destas estruturas podem apresentar no nível dos seus elementos uma cooperação auto-referente de dinâmicas. Observa-se o estabelecimento de uma coerência global no sistema, com transferências de níveis locais para os globais. Essa situação, já presenciada na cibernética de 2ª Ordem (morfogenia), foi considerada por I. Prigogine como o princípio da “ordem a partir das flutuações”, e que, em conjunto com a “ordem a partir do ruído”, de V. Foerster, já descrita, e o “acaso organizador”, do biólogo H. Atlan, constituem estes os principais fundamentos para a emergência na ciência do chamado princípio da “Desordem Criadora” (Pessis-Pasternak, 1993, 259pp.), tendo como conceito chave o da auto-organização. Essa conjunção de entendimentos referenciam a emergência da perspectiva *organizacional* que dissolve no processo os argumentos antes remetidos à termos duais e dicotômicos.

A idéia de auto-organização, enquanto convergência, derivou-se, assim, a partir do reconhecimento das instabilidades, flutuações, ruídos como fontes de ordenação e complexificação na evolução dos sistemas dinâmicos. Portanto, só pode haver auto-organização em sistemas que funcionam longe-do-equilíbrio, ou seja, em regime de trocas de energia, matéria e informação providas do ambiente, fontes de sua manutenção organizacional. O prefixo “auto”, nesta perspectiva, corresponde à idéia de referência a si mesmo, havendo auto-organização toda vez que ocorrer a reestruturação de uma forma ao longo de um processo, com a reestruturação se devendo pelo próprio processo (Luzzi; Vasconcellos, 1999, p.19, Debrun, 1996, p.4).

As considerações destas noções proporcionam uma visão abrangente que embasa lógico-formalmente dinâmicas que contemplam desde processos físico-químicos, ecológicos e climáticos, até humanos, culturais, comportamentais, sócio-econômicos, administrativos etc. Subjazem, com isso, controvérsias históricas como, por exemplo, a dicotomia entre funcional e histórico nas ciências biológicas que pode, neste caso, ser associado à dualidade sujeito/objeto ou homem (sociedade) /natureza, sem que, para isso, o humano seja desqualificado em suas capacidades pela perspectiva física (Prigogine, 1996, p.157-167, Luzzi; Vanconcellos, 1999, p.93, Morin, 2002, 480p.).

Os denominados sistemas dinâmicos complexos e a Complexidade representam as expressões conceituais mestras de todo este contexto que reconheceu o objeto do conhecimento como uma entidade complexa. Isso se deu pelo re-encantamento, desde o fim do século XIX, da não-linearidade (desordem), associados à caos, turbulências, bifurcações, quebras de simetria, catástrofes, rupturas, multidomínios etc, no âmbito do conhecimento científico. O sistema complexo não detém, por exemplo, somente aspectos *físicos-mecânicos*, mas também

transferências de *informação-sinais*, que possibilita o sistema mudar e se adaptar no ambiente, a partir de suas relações internas e externas. Isso realçou a *não-reducibilidade de manifestação e descrição* no estudo de muitos fenômenos físicos e emergentes na natureza. Os sistemas complexos operam sob condições distantes do equilíbrio termodinâmico, em constante fluxo de energia como forma de manter sua organização em patamares estáveis, ou seja, fugindo do equilíbrio definitivo (termodinâmico). As não-linearidades, associadas à dissipação de energia (produção entropia) e às instabilidades, flutuações, bifurcações, catástrofes etc, corroboram o caráter *histórico* dos sistemas complexos. Isso torna o passado de correlações do sistema co-responsável pelo seu comportamento atual, exigindo a incorporação da dimensão temporal em sua descrição dinâmica (Cilliers, 2000, p.03-24).

A chamada Complexidade apresenta-se, então, como esse contexto de reconhecimento do objeto do conhecimento como uma entidade que tem qualidade ou estado 'complexo', com o complexo sendo caracterizado basicamente como algo composto da inter-relação de muitas partes (ou elementos) e padrões variados de domínios e dimensões não-reducíveis. A noção da Complexidade encontra-se, assim, na encruzilhada entre as noções duais de desordem/ordem, universal/singular, sujeito/objeto, funcional/histórico etc uma vez que, dependendo do nível de representação e escala adotada, um sistema pode ser considerado mais ou menos ordenado ou desordenado, universal ou singular, sujeito ou objeto, funcional ou histórico etc.

ALGUMAS REPERCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS: ASPECTOS DA FLUIDEZ E COMPLEMENTARIDADE

Apesar de tradicionalmente persistir, as referências duais do conhecimento científico foram, em importante aspectos ontológicos e epistemológicos, dissolvidas na concepção processual de realidade e conhecimento no século XX. Logo no início do século, as principais referências absolutas estabelecidas por Newton e transpassadas para Kant, que balizavam a descrição científica foram relativizadas e dissolvidas numa quadridimensão: o espaço-tempo. Afirmado isso houve o esclarecimento da impossibilidade de realização da universalidade tradicional. Dessa maneira, tornou-se impossível a extrapolação, de maneira absoluta, em generalidade, das considerações da ciência para o Universo inteiro, com o conhecimento ficando fundamentalmente limitado à situação espaço-temporal onde se realiza. As balizas duais que expressavam a cisão entre o objeto e o sujeito foram fundidas, o espaço e o tempo, a matéria e a energia, o objeto e o sujeito, tornaram-se, então, uma entidade única, que podem até ser discernidos, pois a entidade total é múltipla, mas não mais separados e isolados um do outro.

No inquérito quântico houve também a fluidez ontológica e epistemológica. Inicialmente a matéria demonstrou ser ontologicamente uma entidade em constante e ininterrupta 'atividade', fundamentalmente processual. Em concordância com a Teoria da Relatividade a matéria e energia se fundem, de maneira, que não é possível dizer que, no caso do elétron, o corpúsculo é um pedaço de matéria isolado que transita por uma órbita ondular de energia. O corpúsculo só pode ser considerado como uma entidade individual quando dissolvido no

campo de energia que o compõe e compõe o sistema total. Só se pode remeter a um se relevar a inerência do outro. Tais considerações foram utilizadas nas ciências humanas, em muito a partir de analogias, de forma que, no campo da Geografia na década de 50 do XX, por exemplo, Jones (1956) coloca que, a exemplo do caráter corpuscular-individual da partícula atômica que só poderia ser concebido enquanto tal se dissolvida no 'campo' energético-ondulatório de sua órbita, os sujeitos humanos individuais também agora só poderiam ser concebidos como existentes se dissolvidos em seu grupo social (campo energético).

A fluidez epistemológica, por seu lado, acompanha a impossibilidade de realização de um conhecimento objetivo pelas irremediáveis incertezas, com a impossibilidade de se separar e isolar a presença do sujeito no inquérito do objeto da pesquisa. As incertezas, voltadas para as ciências humanas, remeteu a ideia de que, assim como as partículas quânticas, as descrições das ações individuais humanas nunca poderiam ser entendidas e calculadas de forma exata. Da mesma forma que a dinâmica individual das partículas de um fluido num recipiente, os fenômenos da mente, assim como as ações humanas, não seriam pré-determinadas, e também apresentariam, em suas entidades individuais, incertezas e indeterminações não passíveis de generalizações estritas. Contudo, assim como as partículas, as ações humanas individuais também emergiriam em escalas superiores como 'padrões ordenados', ou 'grupos', estes sim, apresentando significado estatístico passível de generalizações. O cientista humano poderia, com isso, se enriquecer de entendimentos e das ferramentas lógico-matemáticas estatísticos para o estudo do comportamento dos processos sociais, econômicos, culturais etc (JONES, 1956, p.373). Outro aspecto ontológico e epistemológico sobre a fluidez é o continuum que se estabelece entre o sujeito do conhecimento e o objeto conhecido, com a propriedade do elétron (onda ou corpúsculo) só podendo ser definido pela aplicação de um método pelo sujeito. Dessa forma se questionado em termos corpusculares o elétron se chocará com a chapa de chumbo, mas se questionado em termos ondulares, ocorrerá padrões de interferência em termos de frequência energética-ondulatória. Exigiu-se, então, a complementaridade entre as abordagens para o estudo do fenômeno quântico, conforme apresentado por N. Bohr no princípio da complementaridade.

Neste movimento contextual, as teorias sistêmicas, mais condizentes com uma realidade processual, trouxeram considerações sobre a fluidez das dualidades e dissolução das dicotomias. As emergências, como 'novas' qualidades surgidas na totalidade pelas inter-relações das partes, oferecem argumentos de congruência, embora com distinções e legitimidades, entre as propriedades e domínios causais-funcionais e comportamentais-singulares, e, em outros termos, quantitativos e qualitativos. Na modelagem básica do ser vivo, feita pela máquina de Turing na Cibernética, houve o mesmo realce das qualidades emergenciais. A dinâmica de funcionamento total da máquina apresentou, como resultado, a presença básica de dois domínios que não poderiam ser reduzidos, nem em manifestação, nem em entendimento uns aos outros: o binário (simulando o causal-funcional fisiológico no ser vivo) e o funcionamento global (referente à conduta comportamental do ser vivo). Como já comentado, a causalidade circular ofereceu meios de se descrever a presença

e interação desses multi-domínios pela retroação que se estabelece entre eles, com um remetendo a influência ao outro numa circularidade quase fechada. Com o espraiamento das concepções sistêmicas, em realce à noção de auto-organização, que será mais bem comentado a seguir, principalmente no campo biológico, houve pertinentes considerações ontológicas e epistemológicas que confirmaram a fluidez das dualidades com respeito à dinâmica do ser vivo.

Historicamente o problema da vida tem sido tratado a partir de duas perspectivas distintas: o vitalismo, ligado a um princípio vital global, durante muito tempo descrito em termos holísticos, com dinâmicas não-redutíveis e estendível às leis físico-química, e o materialismo-mecanicismo, explicando a vida a partir dos princípios mecânicos físico-químicos que regem as leis científicas da matéria; atualmente esta dualidade está balizada em termos de abordagens histórico e funcional. Esta dualidade de descrição pode ser tratada como da mesma natureza apresentada na distinção cartesiana sujeito/objeto, porém com a animalidade do sujeito não sendo reconhecida como pertencente à realidade física, ou ao mundo animal; representando esta, aspectos da distância 'sentimental' (existencial) do homem moderno (componente humana-vital global) em relação à natureza física da realidade.

A visão sistêmica na Biologia desenvolveu uma atitude epistemológica intermediária a estas tendências. Sem distinguir os tipos de animais, a relação do espírito-comportamental não transcende à animalidade do corpo, que dele emerge. Os domínios da existência, mutuamente generativos e modulares, apesar de distintos, são tratados complementarmente: *funcional-mecanicista* nos seus aspectos fisiológicos, pois lidam com 'máquinas' do universo físico fenomenal, e *histórico-vitalista* nos aspectos dos fenômenos comportamentais (conduta - emergenciais) do domínio de sua descrição. Esta manifestação descrita em termos de duais pode ser observada nas diversas hierarquias: células, tecidos, órgãos, indivíduos, sociedades, ecossistemas. Para o tratamento epistemológico desta dualidade Varela (1979, p.71) esclarece que, além do modo *explanativo* vinculado às leis da causalidade para o tratamento dos aspectos operacionais fisiológicos, os estudos dos sistemas vivos necessitam de um modo complementar de inquérito, referente ao tratamento de seus aspectos *simbólico-interpretativo* comportamentais. Assim, o problema do fenômeno biológico, e do humano em contexto, encontra-se na encruzilhada dos dois principais modos tradicionais de inquérito: explicativo e compreensivo. Embora as abordagens ainda apresentem óbvias dificuldades de comunicação, na Biologia, por exemplo, já é reconhecida a complementaridade destes pares Mayr (2008, p.152). Cabe conectar-se, então, às considerações do objeto complexo que, da mesma forma, reconhece na dinâmica da matéria a mesma situação ontológica e epistemológica no sentido de complementaridade dos pares e reconceitualização de entidades.

Em termos paradigmáticos a ciência moderna carregou a concepção de que a natureza detinha uma dinâmica ordenada e estável, regida fundamentalmente por regras, ou leis, fixas que refletiram um governo regido por Deus. Toda e qualquer desordem, as que normalmente se observa no cotidiano, como os tropeções, os esbarrões, atrasos etc,

vividas como manifestações únicas, seriam apenas aparentes, frutos da limitada visão do sujeito do conhecimento, que veria, a cada momento, pela vivência intuitiva do Tempo (simétrico-absoluto), as manifestações como singulares e únicas. Contudo, como o Tempo em si, fora do sujeito, não existia, de maneira que, estabelecido como uma 'ilusão', as vivências históricas e singulares, ou qualquer resquício de caos ou desordem, na verdade, se eliminaria na ordenação e estabilidade soberana, refletido pela descoberta das leis e regras eternas que regeriam, de forma linear, simples e totalmente previsível, a dinâmica da natureza. Observa-se então, que esse par dicotômico entre ordem/desordem bem reflete e expressa a dualidade do conhecimento ocidental.

A Ciência do Caos e física do não-equilíbrio na segunda metade do século XX apresentaram, em ampliação à visão moderna, o acaso, instabilidade, bifurcações etc são inerentes ao funcionamento dos sistemas da natureza (físicos e humanos). De maneira mais generalizada, reconheceu que as situações simples e lineares são, em sua extrema maioria, idealizações. Em acompanhamento aos entendimentos expostos sobre a Cibernética de 2ª Ordem e Teoria do Observador, retira-se da descrição científica qualquer poder de onisciência em relação aos estados completos e evolutivos da grande maioria dos sistemas dinâmicos da natureza. Com isso, reconhece-se que os fenômenos e dinâmicas evolutivas dos sistemas da natureza apresentam mesmo um caráter de complexidade irreduzível. Observa-se, pelas inter-relações entre determinações e contingências, a emergência, não necessariamente previsível, de estruturas organizadas em nível superior a partir de interações individuais das partes, com mútuas influências por entre as escalas dimensionais e os domínios de ações (causais e comportamentais).

As leis mecânicas da ciência clássica concebidas após Newton prescreviam as descrições dos movimentos dos corpos sem uma orientação definida para o parâmetro Tempo. Centrado na intuição interna do sujeito em Kant, nas descrições da natureza o Tempo poderia, pelas equações matemáticas, ser arbitrariamente direcionado tanto de maneira positiva, para frente-futuro, quanto de maneira negativa, para trás-passado. Com isso, conforme exposto acima, a idéia de um Tempo simétrico pressupunha a concepção de um Universo ordenado, passível de ser descrito objetivamente e de maneira determinista, tanto no que se refere à evolução futura, quanto à descrição dos estados passados. Contudo, como lembra Prigogine (2002, p.31-77), num universo descrito deterministicamente de forma linear e simétrica, não haveria espaço para o novo, para a criação. Neste sentido, ao orientar a evolução num sentido histórico unidirecional, ligado a uma dinâmica complexa não-linear com bifurcações que quebram as simetrias entre o passado e futuro, os sistemas complexos romperiam com a determinação, ao mesmo tempo em que desvelariam a importância do Tempo, ou da história, como criadores de estruturas organizativas e complexas na descrição dos sistemas da natureza. Os processos criativos, associados às manifestações como produção histórica de entropia, e a partir das flutuações, instabilidades e bifurcações, que constituem as a-simetrias, demonstrariam o papel construtivo que pode desempenhar a desordem, ruídos e perturbações associados à irreversibilidade do tempo, no caso desencadeando a emergência da vida, das sociedades, dos redemoinhos, dos

furacões, das culturas etc. Contudo, convém considerar que, apesar de muitas publicações já darem continuidade sobre a irreversibilidade do tempo, ainda não é consensual afirmar o caráter ontológico da irreversibilidade temporal, mas sim seu destaque enquanto parâmetro epistemológico.

Todo sistema físico é, assim, um vir-a-ser dependente do seu ambiente e submetido ao tempo, que não é apenas aquele que vai do nascimento à dispersão, mas também o da evolução e organização, com todos os sistemas da Natureza detendo a finitude (entropia) que antes era apenas reservada ao homem (Morin, 2002). Essas considerações físicas reintegram o sujeito no que Morin (2002, p.335) denomina *physis renovada*, ou seja, na Natureza que ele descreve, como ser vivo desde Darwin, e agora, concebido enquanto máquina cibernética, associado ao universo das estruturas que dissipam energia (Prigogine, 2002, 85p.). Há de se destacar que esta consciência vem do campo das ciências físicas, ou seja, realçando o sujeito do conhecimento sem transcendê-lo à realidade física, mas com este sendo uma emergência dela como resultado de uma dinâmica complexa.

A complexa relação observada nestes estudos, entre os domínios mente/corpo, histórico/funcional, desordem/ordem, singular/universal, ou sujeito/objeto, está, por exemplo, exposta em Morin (1999, p.87-109), na discussão da relação cérebro-espírito. Esta relação, de acordo com o autor, não pode ser concebida simplesmente como produto e produtor, pois o produto pode retroagir sobre o produtor e o efeito sobre a causa, detendo, cada um, relação de autonomia e dependência para com o outro. Para se entender essa dupla subordinação é necessário reconhecer, primeiramente que a *identidade comum entre eles ainda não fora identificada* e, depois, que *comportam uma contradição insuperável, tratando-se da identidade do que não é idêntico*. Esse pode ser visto como um dos sentidos da necessidade de diálogos entre as formas de conhecimento.

Nesta direção, noções como a auto-organização oferece perspectivas conciliatórias entre as dicotomias ontológicas e epistemológicas entre universal/singular, nomotético e idiográfico, onde, conforme já exposto, processos gerais idênticos são susceptíveis à produzir efeitos e estruturas singulares e diferentes em função da variação dos valores dos parâmetros e diversas condições iniciais que controlam sua evolução. Assim, a liberdade de escolha dos atores individuais, e a possibilidade de ‘surgir’ e ‘existir’ entidades autônomas e singulares, como são as diferenças culturais dos indivíduos e sociedades, não podem mais ser excluídas das explicações pelo argumento de que são incompatíveis com a produção, ou efeito, das regularidades dos processos.

A relação estabelecida entre o real-empírico e a representação em modelos conceituais e formais exige, nas perspectivas abertas, que novos aspectos sejam inseridos e outros comecem a ser realçados na modelagem. Um aspecto a realçar como premissa, é o reconhecimento, nas representações dos modelos, de resíduos incompreensíveis incontornáveis, e neste sentido, procurar caminhos que busquem combinar outros modelos e abordagens comumente tratados unilateralmente. Isso pode ser referenciado nos resíduos qualitativos incompreensíveis em modelos quantitativos e vice-versa, ou em termos de distinções clássicas, os resíduos idiográficos incompreensíveis pelos termos nomotéticos,

e vice-versa (Durand-Dastès, 1991, p.313, Pumain, 2003, p.27).

Dessa maneira, mesmo fornecendo um arcabouço que subjaz e associa os múltiplos domínios e dimensões da realidade, como histórico/causal, local/total, individual/coletivo, essas considerações não dissolvem os antagonismos e as contradições presentes. Realça-se, ao contrário, a impossibilidade e a inadequação de se eliminar suas diferenças e singularidades de manifestação e entendimento. Aplicados e interpretados por sujeitos não alheios, o caráter descritivo da ciência ressalta a limitação de representação e a unilateralidade das respostas obtidas pelos métodos de questionamento. Esses ensinamentos sugerem confrontos e somas complementares de perguntas e respostas de métodos paralelos para se obter um mais abrangente e adequado conhecimento multidimensional da realidade. Neste sentido, o esforço pode ser para a constituição de caminhos estratégicos que detenham consistência teórico-metodológica necessária para a promoção de abordagens flexíveis que sejam consistentes, pautadas em devidas conciliações, que finalmente possam ser revertidas em modelos práticos voltados à articulação sugerida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dualismo não corresponde à forma como a Natureza e o Humano se manifestam, na verdade os avanços científicos demonstraram uma realidade múltipla e com níveis organizacionais que se interpenetram e influenciam mutuamente mas não são redutíveis uns aos outros, nem em manifestação (ontológico), nem em conhecimento (epistemológico). Um dos mais claros sentidos do dualismo do conhecimento ocidental é o sentimento de externalização, de não pertencimento, do homem moderno em relação à natureza. No conhecimento científico se expressou em balizas como o Espaço (funcional) e Tempo (histórico), e no contexto geral na caracterização das duas grandes culturas, as Ciências (da natureza) e Humanidades (do homem). Os desenvolvimentos científicos, principalmente os ocorridos no século XX, demonstraram a necessidade da construção de novas e outras formas de inquérito que ultrapassem tal limitação e busquem ‘terceiras’ propostas. Acaba também por expressar, assim, no mesmo movimento, a atual situação de crise existencial do Homem moderno frente às suas tradições constituídas na Idade Média, Renascimento e Iluminismo, e expandida na Modernidade, necessitando, inclusive, de uma nova reflexão sobre o que é o “Homem” e seus propósitos.

Apresentados aqui por breves considerações em torno da Relatividade, Teoria Quântica, Teorias Sistêmicas, Biologia do Conhecer, Sistemas Dinâmicos Não-Lineares, Física do Não-equilíbrio, inseridos no contexto da Complexidade, noções como caos, auto-organização, historicidade, sistemas complexos etc, oferecem argumentos de fluidez entre as referências duais do conhecimento. Fundamentalmente esse contexto, que pode ser visto como o embasamento científico do pós-moderno, traz a integração do homem – Humano-cultural – na Natureza que ele descreve, não mais como dono e Ser preferido da criação, ou preferido do Criador, mas sim como um dos filhos emergidos da Natureza surgido em meio à sua dinâmica criativa. Trazendo novas formas de pensamento e novas

técnicas esse contexto traz perspectivas fluidas para estas dualidades; ‘dissolvidas’ numa concepção processual de realidade e conhecimento, que se expressa, agora, em termos organizacionais. As clássicas referências das formas de conhecimento entre quantitativo e qualitativo, nomotético e ideográfico, causal e histórico, sofrem a mesma fluidez, estabelecendo uma tensão criativa e complementar para a construção de formas mais amplas e híbridas de estudo. Não mais direcionadas em unilateralidades, mas caminhando para uma constante necessidade e possibilidade de diálogo entre as formas de conhecimento praticadas, tanto entre as rigorosas, como a ciência e filosofia, quanto em diálogo com o senso comum, o artístico, místico, religioso etc. Nesta perspectiva, há ainda todo um caminho a ser construído, percorrido e explorado.

REFERÊNCIAS

- ABLOWITZ, R. The theory of emergence. *Philosophy of Science*. Vol.6, n.1, p.1-16, Jan. 1939.
- ASHBY, W. R. *Introdução à Cibernética*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1970, 345p.
- BACHELARD, G. *Epistemologia*. Rio de Janeiro : Zahar editores, 1977, 196p.
- BOCHENSKI, I. M. *A filosofia contemporânea ocidental*. São Paulo : Editora Herder, 1962, 300p.
- CILLIERS, P. *Complexity and postmodernism*. Understanding complex systems. London and New York : Routledge, 2000, 156p.
- D’OTTAVIANO, I. M. L., BRESCIANI, E. Sistêmica, auto-organização e criação. *Revista Multiciência – Seção Rede Interdisciplinar, A mente humana, COCEN/UNICAMP*, v.3, 2004, p.1-23.
- DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. p.3-23. In: GONZALES, M. E. Q., PESSOA Jr. *Auto-organização*, Coleção CLE 18, Campinas, 1996.
- DUPUY, J. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo : Editora da Universidade Paulista, 1996, 228p.
- DURAND-DASTÈS, F. La notion de chaos et la géographie quelques réflexions. *L’Espace géographique*, n.4, pp.311-314, 1991.
- EPPING, A. História do Pensamento Filosófico na Idade-Média. In: HEINEMANN, F. *A Filosofia no Século XX*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1983, 574p.
- HEISENBERG, W. *Física e Filosofia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, 149 p.
- JAPIASSU, H. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro : Imago, 1981, 173p.
- JONES, E. Cause and Effect in Human Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Vol.XLVI, Nº4, pp.369-377, December-1956.
- LAKATOS, I. MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo : Ed. Cutrix : Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, 343p.
- LUZZI, R., VASCONCELLOS, A. R. *Algumas considerações sobre a complexidade, auto-organização e informação*. Campinas/SP.: UNICAMP, 1999, 108p.

- MATURANA, H. Estratégias Cognitivas. p.148-170. In: MORIN, E. PIATTELLI-PALMARINI, M. *A unidade do Homem. Vol. II : invariantes biológicos e universais culturais*. São Paulo : Cultrix : ed. USP, 1978, 207p.
- MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997 (2002 no IG), 350p.
- MATURANA, H., VARELA, F. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: P. Athenas, 2001, 283p.
- MAYR, E. *Isto é Biologia: a ciência do mundo vivo*. São Paulo : Companhia das Letras, 2008, 428p.
- MINGERS, J. *Self-producing systems. Implications e Application of auytopiesis*. New York : Springer Science, 1995, 268p.
- MORENO, J. C. Tres teorías que dieron origen al pensamiento complejo: Sistémica, Cibernética e Información. In: VELILLA, M . A. (org.). *Manual de iniciación pedagógica al pensamiento complejo*. Instituto Colombiano de Fomento de la Educación Superior, UNESCO, 2002, s/p.
- MORIN, E. On the definition of complexity. pp.62-68. In: *The Science and Praxis of Complexity*. Contributions to the Symposium held at Montpellier, France, 9-11 May 1984, Ed. The United Nations University, 1985, 384pp
- MORIN, E. *O método. Vol. 3 – O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre : Sulina, 1999, 287p.
- MORIN, E. *O Método Vol. 4 – As idéias*. Porto Alegre : Editora Sulina, 2001, 320p.
- MORIN, E. *O método. Vol. 1 – A natureza da natureza*. Porto Alegre : Sulina, 2002, 480p.
- MORIN, E. LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo : Ed. Peirópolis, 2000, 263p.
- PESSIS-PASTERNAK, G. *Do caos à inteligência artificial. Quando os cientistas se interrogam*. São Paulo : Editora da UNESP, 1993, 259pp.
- PESSOA JUNIOR, O. *Auto-Organização e complexidade: uma introdução histórica e crítica*. In: <http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/AO&C-text.pdf>, 50p., acessado em 15/11/2006.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo : Editora da UNESP, 1996, 199pp.
- PRIGOGINE, I. *As leis do caos*. São Paulo : Editora UNESP, 2002, 109p.
- PUMAIN, D. Une approche de la complexité en géographie. *Geocarrefour*, Vol.78, 1, 2003, pp.25-31.
- SNOW, C. P. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo : Editora da USP, 1995, 128p.
- VARELA, F. *Principles of Biological Autonomy*. New York : Oxford : North Holland, 1979, 306p.
- VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas : Papirus, 2002, 268p.

AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA

Data de aceite: 17/06/2020

Letícia Aparecida Rocha

-UNIMONTES - leticiarocheidp@gmail.com

Mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, 2017. Pedagoga - PUC-MINAS, 2009.

Participante do grupo de pesquisa Opará – Unimontes. Documentarista do Caderno de Conflitos no Campo/ CPT-MG. Assessora do MPP/MG.

Edivaldo Ferreira Lopes

Mestre em Estudos Rurais e Licenciado em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática pela UFVJM; Agente da Comissão Pastoral da Terra – MG. edivaldocpt@gmail.com

RESUMO: A compreensão das categorias região, tradição e comunidade corroboram na análise de situações conflitantes no campo das lutas sociais envolvendo diversas identidades coletivas. Estas são construídas a partir de uma identidade regional estabelecida muito mais por limites sociais instituídos do que por metodologias lastreadas em bases políticas e “científicas”. Estas divergências são elucidadas nas disputas sociais frente as relações de

dominação entre grupos sociais locais em seus processos históricos de conflitos de poder, a exemplo, do histórico de ocupação tradicional das margens do rio São Francisco, no município de Buritizeiro, no Norte de Minas pelos pescadores artesanais da Comunidade Canabrava.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Tradicional, Região, Desenvolvimento, Conflitos Sociais, Rio são Francisco.

Introdução

Com a criação da política nacional de desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, acontece o advento de diversos coletivos identitários, ou seja, houve uma explicitação pública, destes sujeitos coletivos em processos de autoafirmação e lutas por direitos. Este recurso de autoafirmação mobilizam a compreensão de categorias como *comunidade, tradicional e região* que corrobora na compreensão das lutas pela manutenção de grupos sociais de um modo de vida coletivo. Entre esta diversidade apontada, nos propomos a refletirmos o histórico de ocupação do coletivo de famílias de pescadores nas margens do

rio São Francisco, no município de Buritizeiro/ Norte de Minas a partir das contribuições teóricas sobre as três categorias supracitadas.

Em seu texto *Comunidade e sociedade como estrutura de socialização*, os tipos de relações sociais mantidas pelos indivíduos, Max Weber (1973), diferencia as categorias comunidade e a sociedade. Para o autor, na primeira, nas interligações prevalecem os aspectos subjetivos (afetivos e morais), já na segunda, as relações estão mais lastreadas sobre o interesse - mediado por leis objetivas - escritas e reconhecidas pelas instituições sociais.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que em uma sociedade os indivíduos se aglutinam de forma impessoal, enquanto que em uma comunidade os integrantes possuem relações mais conectadas e próximas. Brandão (2012, p.350) aponta como uma das características de base na comunidade tradicional a inevitável presença do outro na vida de todos. O termo tradicional, acrescido a categoria comunidade “não se reduz à história, mas a mobilização continuada” (Almeida 2008, p. 30), de ressignificação cultural, situacional, conforme o conjunto de circunstâncias a marcarem as situações em que se inserem os grupos sociais com suas peculiaridades a consolidarem modos de vida que em algum grau se difere da atual sociedade envolvente.

Por esta concepção, a antropologia, em termos técnicos, através dos seus peritos, possui a competência de atestar a existência de tais elementos culturais identitários, através de uma compreensão científica do espaço reivindicado, identificando a “cosmografia dos territórios sociais coletivamente criados e historicamente situados” (LITTLE, 2002)¹: os domínios cognitivos e os saberes tradicionais - presente nas práticas sociais, os quais, asseguram a sua tradicionalidade.

A categoria região, para Bourdieu (1989), na sua origem uma realidade natural, ganha concretude a partir de uma divisão do mundo social fundamentada no ato de vontade de sujeitos concretos revestidos de poder, o qual dar existência a região. Isto é, para além dos limites diferenciais do espaço natural, há também, os limites construídos socialmente.

Embora, não apontaremos aqui um caso específico, afirmamos que são diversas as situações, em que as divisões políticas regionais instituídas pelo Estado, não fazem sentido para grupos sociais, de modo que se articulam em todas as dimensões com outros grupos, sob diversas perspectivas, não concernentes a divisão regional estabelecida.

Neste sentido podemos afirmar que pode existir as regiões oficiais, enunciadas pelo poder oficial do Estado, das disciplinas da ciência, bem como as regiões simbólicas, se não estabelecidas, frente as relações de poder no campo das lutas sociais – vivenciadas por agentes coletivos. Entendendo que, como aponta Bourdieu (1989) o que se estabelece por conceito de região, está ligado por vezes aos interesses políticos, a uma fração de

1 LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. N° 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

2 A proposta do território pesqueiro é pautada nas lutas territoriais dos PCTS e, como conceito, ainda em construção pela coletividade da pesca artesanal, é descrito como espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras (CTPs) tenham condições materiais de existência como grupo diferenciado, tendo a pesca como modo de vida. (C.f. ROCHA, 2017, p.29)

aspectos objetivados por um grupo local.

Nesta perspectiva, dialogaremos com essas categorias e o histórico ocupacional da Comunidade Tradicional pesqueira² e vazanteira de Canabrava. Ela se situa à margem esquerda do Rio São Francisco, no município de Buritizeiro-MG. Canabrava é topônimo do espaço ocupado, pelas famílias, às margens do córrego Canabrava, afluente do São Francisco, hoje intermitente, devido aos processos de desmatamento do cerrado sanfranciscano.

A comunidade é composta por quarenta e cinco famílias às margens esquerda e trinta famílias na ilha de Manoel Redero. Localizadas às margens do rio São Francisco, as famílias já ocupavam de modo autônomo a região (municípios ribeirinhos de Buritizeiro, Ibiaí, Ponto Chique) antes mesmo dos processos de modernização agrícola e desenvolvimento da região, que atingiram seu ápice na década de 1970 com a implementação do projeto de desenvolvimento para o Norte de Minas. Assim, a partir de iniciativas que resultaram num aumento considerável da concentração fundiária na região norte mineira, tais famílias se viram expropriadas de seus territórios e parte dos seus meios de produção, (a terra), com a introdução de relações de trabalho feudais, como a *talha* – dar ao fazendeiro parte do que produzia – e a *corvéia* – trabalhar alguns dias de graça para o fazendeiro. Lembra o senhor Edmar: “...a gente era agregado pagava era com a roça. Se você colhia quatro sacos de milho um era do fazendeiro, a gente era arrendatário ou meeiro...” (**Edmar Gomes da Silva, 63 anos, Comunidade Canabrava**).

Segundo relatos de membros mais antigos as várias famílias, tinham a manutenção do seu modo de vida no consorciamento da atividade da pesca e no cultivo de vazantes. E com a chegada dos fazendeiros, dizendo que eram proprietários, as famílias pesqueiras passam a se sujeitarem a prestação de serviço ao fazendeiro, conforme relato do Senhor Pedro, membro mais antigo da comunidade Canabrava: “*Eu conheço estas terras mais do que os que se diz dono, desde dos quinze anos trabalho aqui [...] A gente trabalhava no tipo de cativo, então, se quisesse ir ia, e se não quisesse tinha que ir também, o ganho era mixaria... não tinha hora de pegar e não tinha hora de largar, era do tipo do cativo.*” (**Pedro Pinheiro da Silva, 90 anos, Comunidade Canabrava**).

As famílias, ainda que, em meio a sobreposição territorial, historicamente mantiveram o domínio da posse tradicional por usufruto das margens do São Francisco, através da resiliência de se sujeitarem a sazonalidade da condição de agregado em diversas fazendas na região - um modo concreto de garantirem a existência do seu modo de vida às margens sanfranciscanas, pois, enquanto famílias pesqueiras, “a vida acompanha o rio: sistema de trabalho e uso dos recursos naturais” (OLIVEIRA, 2005).

O vale do rio São Francisco fora inicialmente, anterior a chegada de Américo Vespúcio em 1501, ocupado pelas tribos indígenas dos Caeté, Ubirajara, Tocha, Tupinambá, Tapuia, Amai porá, cariri e Caiapó, entre tantos outros povos indígenas (DUMONT, 2007). O processo de

3 Compreende-se aqui como conflitos ambientais aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, em que um dos grupos é ameaçado por impactos indesejáveis, do modo de apropriação do outro. (ACSELRAD, 2004).

sobreposição territorial, marcado pelas diferentes lógicas de uso da terra e do rio configuram conflitos ambientais³ e diferentes modos de homens e mulheres incorporarem saberes que se manifestam cotidianamente em uma cultura própria, grupos sociais fortemente marcados pela relação com o rio, e dependentes deste para a manutenção do seu modo de vida.

Neste sentido, a comunidade se autoidentifica como pesqueira, vazanteira, pois, “não existem identidades ‘puras’, mas composição de múltiplas identidades que caracterizam pessoas e grupos (SCHETTINO, 2014).

Rocha (2017, p.38) analisa que as identidades de pescadores e vazanteiros, no rio São Francisco, são construídas na relação das famílias com o espaço ocupado, referentes ao trabalho desenvolvido – captura de espécies do rio e plantio nas vazantes. Entretanto, o trabalho é apenas uma das múltiplas dimensões das identidades acionadas. São ações permeadas de sentidos construídos no conhecimento tradicional na relação empírica com a condições sempre moventes do rio São Francisco: suas ilhas, suas vazantes e seus estoques pesqueiros, conferindo-lhes um modo tradicional de ser.

É a partir das relações, materiais e simbólicas, estabelecidas com o espaço tradicionalmente ocupado, que a comunidade de Canabrava é caracterizada nas condições do decreto nº 6040/2007, dentro da categoria Povos e comunidade tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais podem ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição **(Art. 3º do Decreto 6.040, de 7/2/07).**

Entre o coletivo das famílias da comunidade Canabrava, identificamos condições que a lei observa, do conceito “povos tribais”, no artigo primeiro, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que pressupõe a existência dos seguinte indicadores de tradicionalidade: a presença de condições sociais, culturais e econômicas diferentes de outros setores da sociedade nacional; a presença de uma organização social regida total ou parcialmente por regras e tradições próprias; e a autoidentificação, entendida como a consciência que o grupo social tem de sua identidade tribal.

É dentro destes termos que a comunidade de Canabrava se identifica e reivindica o “território pesqueiro”: espaço fundamental que lhe dá condições materiais de existência como grupo diferenciado, tendo a pesca como modo de vida – e neste, a preservação dos conhecimentos tradicionais sobre os rios, os astros, os diversos pescados (ROCHA,2017). Massey (2000) corrobora na compreensão da tradicionalidade da comunidade de Canabrava e a partir desta, a especificidade de sua reivindicação territorial, afirmando que o sentido da mesma, não se apresenta só pela internalização de uma história narrada, mas a partir de uma constelação de relações sociais estabelecidas, no caso dos comunitários aqui relacionados, nas relações estabelecidas nas margens do rio São Francisco.

Nessa acepção, o território pesqueiro, reivindicado, envolve as áreas de pesca e coleta;

de moradia; os locais de embarque – e os trajetos com seus barcos; os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo (ROCHA, 2017). A mesma, autora, afirma que, o elemento diferencial que caracteriza cada identidade tradicional é apontado pelos próprios sujeitos que se identificam, diferenciando-se e afirmando sua alteridade frente ao outro. “Cada grupo retira do seu estoque cultural aqueles aspectos que, politicamente, expressam sua diferença contrastivamente” (COSTA, 2015, p.23).

No norte de Minas, nas barrancas do São Francisco, encontramos uma diversidade de modos de vida a configurarem múltiplos signos identitários apresentando uma heterogeneidade das “gentes do rio” a consolidarem uma cultura sanfranciscana – conjunto de relações intimamente ligadas ao rio – marcadas por peculiaridades de grupos sociais nos processos de autoidentificação (SOUZA, BRANDÃO 2012), uma divisão regional estabelecida por características do espaço natural, o rio, e por diversas culturas compartilhadas, a caracterizam modos de vidas ligados a dinâmicas das águas do rio. Neste sentido visualizamos duas divisões regionais, de um mesmo espaço, que se coadunam: a divisão politicamente estabelecida a região do Norte de Minas e a divisão culturalmente vivenciada em torno do rio São Francisco – “as gentes do rio” (pescadores, vazanteiros, quilombolas, etc).

As relações de famílias com os diversos espaços que compõem a paisagem sanfranciscana – vazantes, rio, ilhas, terras altas – imprimem várias possibilidades de autoidentificação, sempre marcadas de algum modo, pelos contextos de desenvolvimento social, político e econômico.

O histórico do Município de Buritizeiro está ligado a “conquista” do bandeirante Manoel Toledo que expugnou a tribo Caiapó, habitantes da margem esquerda do rio, dando-lhe o nome de São Romão e após, outros nomes surgem: Santo Antônio da Manga, São Gonçalo das Tabocas, Santo Antônio das Tabocas e Pirapora d’Além São Francisco. Em 1861 passou a chamar São Francisco de Pirapora, mas só em 1923 recebe seu nome definitivo de Buritizeiro (DUMONT, 2007, p. 45).

O município de Buritizeiro foi emancipado em dezembro de 1962, e como outros municípios tem o seu processo de desenvolvimento ligado ao histórico do modelo desenvolvimentista nacional, que passa por políticas que estimulam a ocupação dos Cerrados, pela expansão da agricultura e da pecuária.

A partir, da incorporação da região do norte de Minas, nas ações da SUDENE⁴ 1963, o modelo de desenvolvimento que vigorou nessa região lastreou-se nos grandes projetos industriais, de reflorestamento e de irrigação. Buritizeiro desenvolveu-se com a implantação de projetos agropecuários, em que proprietários de grandes latifúndios, com monoculturas de soja, café, algodão e grandes plantações de eucalipto (DUMONT, 2007).

Com a modernização das fazendas, subsidiadas pelo investimento do Estado na região, via SUDENE, as fazendas rompem as relações estabelecidas com as famílias pesqueiras, e passam inviabilizar a presença destas nas margens do rio, sempre na tentativa

4 Em 1959 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo a intervenção do governo federal no combate à seca – “problema” do desenvolvimento regional nordestino do Brasil.

de descaracterizar a posse tradicional das famílias através do uso do espaço. Ou seja, no processo de modernização da região politicamente estabelecida – Norte de Minas, a região culturalmente vivenciada pelos diversos modos de vidas ligados ao rio, se divergem. O processo de desenvolvimento, submete a divisão regional cultural as dinâmicas econômicas da divisão política, ou seja, aos sujeitos detentores de capital econômico.

“...Meu pai era pescador, vazanteiro, mexia com as lavouras dele, então, foi a tradição que a gente acompanhou também. Então, a gente foi criado nessa região, uma hora na fazenda do lado, outra hora de baixo, na outra mais em cima. A gente demora um pouco na fazenda o fazendeiro fica de olho gordo porque a gente está melhorando as condições. Já falava, óh você tem que sair daqui, meu pai chamava Fortunato. Tem que mudar daqui Fortunato porque essa área aqui vou mexer com gado. Nós éramos nove irmãos, mas tudo aquilo era desculpa pra gente poder sair da área. A gente saía e ia pra outro fazendeiro. Daí a pouco a gente já tava começando a melhorar, parece que os fazendeiros andavam coligado um com outro. Na hora que ele tiver melhorando as coisas a gente muda ele pra cá de novo. Da barra da fazenda do Pipiri pra cá, toda essa área era movimento pra gente trabalhar. Uma vez na fazenda Santa Terezinha, outra aqui na da Caldeira, aqui mesmo, na Canabrava, descia para a Pipiri, era esse tipo. A Taboa também, era o movimento da gente. Mas toda vida a gente foi pescador e vazanteiro. **(Edmar Gomes da Silva, 63 anos, pescador, vazanteiro da Comunidade Canabrava).**

Com a política de incentivo à modernização da agricultura e pecuária, através de recursos subsidiados pela SUDENE, muitas das relações de trabalho feudais foram rompidas, e contínuas foram as investidas por parte dos fazendeiros na busca pela inviabilização da continuidade da posse tradicional das famílias pesqueiras em toda a região. A concentração da terra, ora por posses formais, ora processos de grilagem de terras de uso comuns acenderam-se.

Rocha (2017) aponta que, no processo de desenvolvimento do Norte de Minas, as formas de vida tradicionais em torno da atividade da pesca no Rio São Francisco, de modo mais veemente, sofreram as consequências do processo de modernização das estruturas econômicas da região.

Além da expulsão dos seus territórios tradicionais nas margens do rio, a categoria dos pescadores ainda lidam com o ônus do desenvolvimento econômico advindo da poluição do rio por esgoto urbano e industrial, uso de agrotóxico, desmatamento, mineração, represamento das águas por barragens para a geração de energia, “atualmente responsável pela transformação do rio, cuja atual condição permite falar em outro corpo d’água diferente do rio São Francisco histórico” e o uso das águas do rio para o turismo, que resulta na baixa vazão e comprometimento dos estoques pesqueiros (ROCHA, 2017, p. 118-119)

As famílias pesqueiras, ao longo do rio São Francisco, com o processo de desenvolvimento da região norte mineira, lidam com o processo de expropriação das margens sanfranciscana, e todo o ônus de uma degradação das águas. O pescador José, atesta: *O que enfraqueceu a pesca foi aquela mortandade, da Votorantim, que soltou aquele rejeito na água, aí veio morrendo tudo, ... Na ilha, encostado no capim, eu contei vinte e dois surubim morto. E você via um tanto de peixe morto descendo. Morreu dourado,*

gongó, mandim amarelo, até estes ficaram poucos no rio. (José Alves pereira, 66 anos, Comunidade Canabrava).

Rocha (2017), afirma que são diversas as denúncias de vários conflitos ambientais envolvendo famílias pesqueiras, que se iniciaram na década de 1970, com a expulsão das famílias das margens do rio. Há vários relatos de casos de queima de barracas de pescadores, destruição de plantios com a solta de gado, nas barrancas do rio por parte dos fazendeiros, usando de violência para inviabilizar o uso das margens do rio, só nos últimos cinco anos o

Conselho Pastoral dos Pescadores⁵ fez várias denúncias ao ministério Público Federal, de casos acontecidos nos municípios de Buritizeiro e Ibiaí⁶.

Rocha (2017) analisa que os sujeitos a disputarem as margens do rio São Francisco: famílias pesqueiras, fazendeiros e os sujeitos ligados ao ramo do turismo possuem lógicas distintas de desenvolvimento. O caminho de desenvolvimento escolhido para o Norte de Minas, diferenciam as lógicas dos sujeitos, bem como das divisões regionais existentes de viés político - econômico e cultural. Para as famílias de pescadores o rio e todo o complexo a ele ligado tem um valor de uso, enquanto para os demais um valor econômico, que empreende ações de refuncionalização da natureza, como ressalta o pescador Cleosmar, ao descrever sua preocupação com o secamento das lagoas marginais, berçários do rio:

O rio não tem como jogar nas lagoas, muitos fazendeiros esgotaram as lagoas, inclusive tinha uma lagoa aqui em baixo que era a mãe do povo, mas os fazendeiros meteu a máquina e esgotou ela, agora hoje ela está seca. Essa lagoa era a mãe, ela nunca tinha secado antes. Ele faz isto porque o povo usava e ele queria só para o gado dele, entendeu? Fazendeiro, hoje não brinca com ninguém não **(Cleosmar Cardoso Soares, 37 anos, Comunidade Canabrava).**

Estes conflitos e a situação de concentração fundiária impossibilitam a posse autônoma das margens do rio São Francisco, pelas famílias pesqueiras, no Norte de Minas. Em 2005, as famílias da comunidade Canabrava, via Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, na busca pela manutenção da posse tradicional de usufruto das margens do rio São Francisco, reivindica sua base territorial, através da regularização territorial no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a qual se realiza através da compra de terras, para fins de reforma agrária, porém o mesmo órgão arquiva o processo em 2015.

As famílias pesqueiras, que tem sua percepção territorial na extensão das águas do rio, no contexto de desenvolvimento do Norte de Minas, precisam demandar uma delimitação territorial, pelo menos no que concerne as margens do rio, base referente a terra, considerando que o território para as famílias de pescadores envolve terra e água.

É importante ressaltarmos que, anteriormente ao ano de 2005, outras negociações

⁵ Conselho Pastoral dos Pescadores é uma pastoral social ligada a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade Solidária, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em < <http://www.cppnac.org.br> >. Acesso em: 11 de maio de 2017.

⁶ Entre as denúncias do CPP, está o caso da família do pescador Carlos da Conceição, que, em 2010, sofreu ameaças e teve sua moradia e plantações destruídos pelo fazendeiro da fazenda Passagem Real; e o caso do pescador Seu Geraldo que, também sofreu a mesma violência, em 2015, pelo fazendeiro da fazenda e pousa-da Nevada. (Arquivo CPP/MG, 2015).

de assentamentos de reforma agrária, nas atuais terras reivindicadas, foram negociadas via INCRA. Tais negociações levaram as famílias a serem transferidas para outras terras, o que não resolveu o problema social. Parte significativas das famílias retornaram para as atuais terras em litígio, configurando a necessidade da compreensão da centralidade da tradicionalidade envolvida na reivindicação de regularização de sua base territorial, por parte da comunidade, que não se traduz em qualquer terra agricultável, mas no espaço tradicionalmente ocupado, em que a socialização da natureza, nas margens do rio São Francisco, marcado por heranças ancestrais e simbiose com as águas franciscanas, constroem o sentimento de pertencimento ao lugar, o território pesqueiro, pelas famílias de pescadores artesanais. “... *meu lugar é aqui, só saio quando Deus me levar...*” (Edmar Gomes da Silva, 63 anos, Comunidade Canabrava).

A tradicionalidade dos comunitários de Canabrava aqui relacionados, é identificada, nas relações estabelecidas nas margens do rio São Francisco como aponta o antropólogo Silva (2017) em seu parecer técnico, frente as incursões in lócus:

“Apesar das dificuldades que enfrentam diariamente, tem o rio como o motor principal de suas vidas, ele se torna quase um ente místico, no qual traz os meios necessários para a reprodução material e cosmológico das famílias, mas também pode trazer a destruição. A insistência em viver do rio, mesmo diante dos fortes mecanismos de expulsão decorrente da atuação coronelista de latifundiários, da poluição e do uso abusivo do rio, ou mesmo das atuais frentes de modernização agrícola é o principal fator que compõe a tradicionalidade do grupo”(PT 758/2017. P. 17).

O’Dwyer (2007), corrobora na compreensão da tradicionalidade a envolver a comunidade Canabrava, afirmando que, na pluralidade identitária que existe na categoria povos e comunidades tradicionais, há uma diversidade de situações sociais que têm como denominador comum, condições de existência consideradas contrastivas à “modernidade”, situadas à margem das representações de “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes econômicos e políticos hegemônicos.

É a lume deste panorama, de impedimento do modo de vida da pesca artesanal, marcada por um divisão regional – lastreada pela cultura, relações de reciprocidade e aspectos subjetivos (afetivos e morais) que as famílias pesqueiras de Canabrava, na sua condição de comunitários, reivindicam a regularização territorial do seu espaço tradicional, de imediato via TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável) e posteriormente CDRU (Cessão de Direito Real de Uso), considerando a necessidade da regularização das áreas da União e seus recursos naturais como imprescindíveis para reprodução cultural, social, econômica, ambiental e religiosa da coletividade comunitária que utiliza conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

O modo de vida da Comunidade Canabrava

O modo de vida da comunidade Canabrava está amalgamado aos ciclos fluviais do rio São Francisco, as suas margens, partes altas e outras unidades de paisagens como

as vazantes e as ilhas. As atividades econômicas da comunidade são: pesca, agricultura de vazante, agricultura de ilha, agricultura do alto e criação de pequenos animais. Estas atividades acompanham as dinâmicas do rio, relata dona Neusa: *“Nós só vamos plantar depois que passa a cheia. Nós que somos católicos temos o santo de devoção, e nós temos muita devoção com o santo São José, que tem a cheia dele. Enquanto, não passar a cheia, a gente não planta. Porque se plantar antes, vem a cheia e rebuça. Fui nascida e criada na beira do Rio São Francisco onde vivo até hoje, graças a Deus”* (**Dona Maria Neusa Araújo Pereira, 55 anos, Comunidade Canabrava**).

E na situação atual de conflito ambiental pela posse do território, passam acompanhar também as situações de expropriação concernentes ao conflito pela posse territorial, afirma Jesus: *“Eu pescava na Valinha, no Lance da Valinha, fiquei uns dez anos lá. Depois fui expulso pelos fazendeiros, mandavam a gente sair, tiravam a gente.”* (**Jesus Alves Araújo, 31 anos, Comunidade Canabrava**).

Os lances de pesca são áreas do rio apropriados e instituídos através do trabalho de limpeza e esta posse fluvial por membros da Comunidade é regida pela direitos consuetudinários, conforme descreve o pescador Cleosmar: *“No limpar o lance é o seguinte: Quando o rio enche, toda vez que dá uma cheia sempre desce um pau e engancha. Agora, aquele que vai dar o lance primeiro ele vai com a rede mais grossa. Vai com a rede mais grossa, mais forte pra poder descer. Quem dá o lance primeiro é esse que limpa o lance.”* (**Cleosmar Cardoso Soares, 37 anos, Comunidade Canabrava**).

Cordell (1982 *apud* DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 25) afirma que “para as sociedades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres, e sua ‘posse’ é muito fluída”. Rocha (2017, p. 29) ajuda a compreendermos a fluidez da posse, afirmando, que no caso das comunidades pesqueiras, a condição fluída deve ser compreendida quanto a parte do território que corresponde às águas fluviais, em que se pode observar a configuração dos fenômenos da indivisibilidade, a não apropriação formal, a mobilidade fluvial e a imprevisibilidade da produção, apontada pelo pescador Cleosmar: *“Pesco de lance de rede, pesco de caçador, pesco com corda de varal. Tem várias pescarias que eu pesco. A noite quando a lua está escura é o ideal. A lua clara não precisa nem mexer. O peixe vê a rede.”* (**Cleosmar Cardoso Soares, 37 anos, Comunidade Canabrava**).

Contudo, deve-se considerar que o território pesqueiro é compreendido além das águas, é também, o espaço ocupado para a materialização de conhecimentos e relações adquiridas e compartilhadas. Para a atividade de pesca, os pescadores apontam diferentes áreas do rio, utilizadas para a pratica de diversas técnicas de pescas, indica o pescador Gerson:

Nos pescamos de anzol para surubin, caçador para dourado e piranha. O caçador é uma pedra amarrada na ponta de um linha e uma cabaça em cima, no meio tem um anzol. Eu pesco de rede também, rede de caceia com malha 14 até 18, tem também a pesca de terrenia – você pesca o mandin isca e põe na água, e vai descendo terrenando – aí você pega um dourado, uma piranha. Os lances aqui é unido, um pesca outro pesca, não tem lance só de um não. A gente junta um grupo e limpa o lance, todo mundo trabalha igual. Os nome dos pontos de lance que temos, é o de Jequitáí – é muito bom, pra cá do Jequitáí – antes Barluarte – tem outro lance, tem o lance do baluarte, tem o lance do

coqueiro, tem o lance do córrego do barro, tem o lance do córrego a baixo do córrego do barro, tem um abaixo do clube de pesca amadora – que é muito bão, tem o lance abaixo do córrego Canabrava aqui, e tem outros mais abaixo. (Gerson Alves dos Santos, 59 anos, Comunidade Canabrava).

Através da agricultura de vazante cultivam mandioca, feijão, milho, banana, batata, fava, cana, mamão, goiaba, maracujá, berinjela, jiló, abóbora, quiabo, etc. E ainda, otimizam a dieta e renda familiar através da atividade extrativista na mata, praticando a coleta: do mel; dos frutos do: Buriti, pequi, mutamba, jatobá, araticum, etc. E também, ainda complementa o sustento familiar a criação de pequenos animais porco, galinha, pato e vacas (para obtenção do leite) criadas por algumas famílias. Segundo Rocha (2017, p. 105) a atividade da pesca e agricultura de vazante é peculiar no modo de vida dos pescadores artesanais e vazanteiros do São Francisco, em Minas Gerais, a pluriatividade possibilita o protagonismo de resistência necessária à manutenção do modo de vida tradicional, frente ao modelo de produção capitalista.

O consorciamento das atividades: pesca, agricultura de vazante e extrativismo das comunidades pesqueiras têm suas diversas razões de ser: econômico e simbólico, de um metamorfosear-se que torna possível a sua existência, a expansão e manutenção do seu modo de vida, o qual é ressignificado no decurso dos processos socioeconômicos da sociedade existentes em cada época (ROCHA,2017), como relata o pescador José:

Eu vivo da pesca, quando tá fraca, eu cuido da minha rocinha. Aí eu fui ali para a ilha, eu pesco e planto minhas coisas tudinho lá. Agora mesmo, eu tenho feijão já embajado, já cheia as bajes... tem a pescaria de Curimatá, de Matrinchá, de cacea de vara. Hoje muitos falam que é bater vara, mas é uma carseinha. Você põe a farinha na mão e faz as pelotinha, aí você isca um pelotinha daquelas, e sai batendo, aí aparece duas ou três, para pegar um bolo só. E você desce pescando. Tem lugar que está mais fundo, é o lugar onde está elas. Você tira para isca, como para comer. Com elas você vai pescar o dourado. Tem dia mesmo, que minha mulher me chamou para casear, levamos a tarrafa e conseguimos pegar um dourado de cinco quilos. Aí, eu disse nem precisamos ir casear as matrinchãs, mas ela disse vamos, a diante pegamos um peixe, moço, esse peixe não saia fora, aí eu passei a fisga e veio um pacu caranha de seis quilos, não foi? E pegamos muitas matrinchãs. (José Alves Pereira, 66 anos, Comunidade Canabrava).

Nas memórias da comunidade de Canabrava é possível, também, resgatar a comercialização de produtos como farinha e rapadura na região através das canoas. Esta situação se aproxima da categoria remeiro do São Francisco mencionado por viajantes e técnicos pela região, sendo descrita como sujeitos que em suas canoas contribuíam com a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional no Alto e Médio São Francisco (NEVES, 2003). Entretanto, este trabalho era realizado por membros da comunidade de modo autônomo, sem as injustas e fatigantes condições de trabalhos, as quais, eram submetidos os remeiros. Esta autonomia mantida nos pequenos comércios, via as águas do São Francisco, não se materializa nas bases territoriais devido as contínuas disputas territoriais pelas margens do rio, lembra a pescadora Rosa:

Sou mãe de seis filhos, o de dezesseis anos e o de catorze me ajuda a pescar também. Meu pai sempre viveu aqui, teve um tempo que teve que ir embora, por causa das coisas que aconteceu. Meu pai vivia subindo e descendo rio de canoa, para levar farinha e rapadura a remo para a cidade de Pirapora e Buritizeiro. Na época o fazendeiro era muito ruim para ele, fundou a casa dele, e ele teve que mudar para o outro lado do rio. Era o fazendeiro Breninho que era ruim. Ele atacava todo mundo com espingarda, até no córrego do Jatobá ele ia querendo atirar nas pessoas lá. **(Rosa Ramos da Silva, 42 anos, Comunidade Canabrava).**

As técnicas de pesca coletadas entre as famílias da comunidade são: caceia, terrenia, cerco, flecha, rede de coroa, tarrafa, rede, etc. Muitas dessas, estão imbricadas nas heranças ancestrais de “pescadores mestiços de origens indígenas, africana, portuguesa, e recriadas pelos descendentes mestiços, dentre outras nomeações étnico-sociais, que são mais numerosos e dispersos espacialmente” (SILVA,2015), conforme relatos do pescador Verdiano:

“Desde eu pequeno, idade de seis anos eu já pescava com meu pai. Meu pai era fabricante de canoa. Nós tinha uma pescaria tipo índio, de flecha jogado pelo bodoque. Nós pescava de anzol, de tarrafa, de rede. Acho que o maior prejudicamento nosso aqui foi esse desvio d’água que fizeram pro nordeste. Isso aí eu acredito do motivo do rio nosso ter secado bastante. Hoje a gente pesca mais no canal. Hoje a gente sai é arriscado a gente pescar alguma coisa ou voltar sem nada. Então pra substituir isso aí o que que resta, nós com esse pedacinho de terra vamos plantar alguma coisa. Que as vezes você não pega um peixe mas tem uma abóbora, tem um quiabo, tem um maxixe, um tomate... Tinha também a pesca de cerco, faz um circo com uma turma e vem de lá para cá com a rede, uns tarrafeando e outros batendo na água com ramos, isso é para lagoa não é para o rio mais. No rio a gente pesca é com a caceia, a tarrafa. A caceia é, você amarra uma boia no meio da rede e vai soltando dentro do rio, e do outro lado você vai descendo na embarcação e ela desce. A boia leva a rede de um lado e o barco do outro, até chegar no engancho, você deve colher a rede antes de chegar no engancho, se não a rede vai ser danificada, vai rasgar.” **Verdiano Alves Pereira, 49 anos, Comunidade Canabrava)**

Atualmente, o Estado instituiu a pesca em nove categorias: a) Aquicultor; b) Pescador Profissional Artesanal; c) Pescador Profissional Industrial; d) Empresa Pesqueira; e) Embarcação de Pesca; f) Trabalhador de Apoio à Pesca Artesanal; g) Aprendiz de Pesca; h) Pescador Amador ou Esportivo; i) Armador de Pesca (BRASIL. 2015, p.2). As famílias da comunidade de Canabrava, enquanto comunidade pesqueira artesanal, entraria na categoria pescador profissional artesanal. Entretanto, é preciso considerar que a atividade institucionalizada não alcança o diverso contingente de sujeitos a fazerem uso da atividade da pesqueira.

A construção dos instrumentos de pesca e a captura das espécies se entremeiam ao conhecimento tradicional e crenças fundadas no acúmulo das tradições culturais e na relação empírica com o ambiente aquático (THÉ, 2003, p. 9).

“Para você descobrir onde está o canal do rio, você tem que prestar atenção nos remansos, acima deles é sinal que está raso. Você tem que procurar o lugar onde os remansos estão mais baixo, ali está mais fundo. Você acostuma tanto com o lugar de pesca, que mesmo a noite, sem lumiar você já sabe onde vai desviar. Qualquer hora que eu entrar no rio para pescar, eu sei os lugares onde engancham a rede, o lugar que vou encalhar se eu passar,

eu conheço tudo, de canto a canto. A gente pesca do Jequitai até aqui, na ilha do Manoel Redeiro.” **Verdiano Alves Pereira, 49 anos, Comunidade Canabrava)**

É no âmbito das relações sociais, política, econômica e cultural dos pescadores que se dedicam à atividade da pesca com a finalidade de obter a renda principal da família, que se pode compreender a pesca artesanal, para além de um ofício, como um modo de vida (ROCHA, 2017). Frente a chegada de antagonista no processo de “desenvolvimento”, uma ocupação tradicional espalha pela região, se torna inviável e demanda uma organização política deste grupo social, respaldado por lastros da ordem da tradição (por modos próprios de vida, memória social, práticas sociais e produtivas, territorialidades específicas), faz-se necessário o acionamento do ordenamento jurídico existente, pois possuem as características que lhes conferem distintividade e lhes asseguram proteção especial.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

A partir dos relatos das famílias, da comunidade Canabrava, no esforço de reconstrução do histórico de ocupação tradicional do território pesqueiro reivindicado, reconhecemos a condição de grupo culturalmente diferenciado, dentro da categoria dos Povos e Comunidades Tradicionais que vivenciavam uma divisão regional marcada por seus costumes.

Destarte, anterior ao processo de desenvolvimento, a divisão regional marcada por traços simbólicos e naturais (a cultura e a dinâmica das águas do rio São Francisco), regia uma relação territorial fluída, no sentido de não demandar uma demarcação física do espaço, sendo regido por leis consuetudinárias dos diversos coletivos tradicionais às margens do rio.

A demarcação da sua base territorial, a partir de uma intervenção do Estado, se faz necessário para salvaguardar a reprodução do seu coletivo que é: cultural, social e economicamente diferenciado. E tal reivindicação está amparado pelas orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme mecanismo jurídico, o decreto 6040 de 2017. Os limites socialmente constituídos e legitimados pelo grupo social em seu histórico ocupacional das barrancas do rio São Francisco, frente aos agentes do modelo de desenvolvimento propositado para a região do Norte de Minas, são indeferidos no campo das lutas sociais.

Nos processos de disputas territoriais de diferentes territorialidades nas margens do rio São Francisco, os pescadores artesanais, são os atores políticos mais vulneráveis, e tendo seu modo de vida imbricado nas dinâmicas fluviais, são dependentes da compreensão de um desenvolvimento, que considere a sua interdependência em relação ao seu ambiente social e natural, com todas as unidade de paisagens do rio, relação esta, lastreada no valor de uso e presente em diversos coletivos tradicionais, a demandarem por parte do Estado políticas públicas específicas, enquanto cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, A. W.B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e

uso comum. In: ALMEIDA, A. W.B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-131.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004. p 13-34.

BOURDIEU, P. “**A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região**”, em **O poder simbólico**. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1989, p. 107-132.

BRANDÃO, C. R. 2012. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Intermeios, Montes Claros, p. 367-380**.

BRASIL. **Decreto n.º 6.040, de 2007**. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09 mai. de 2017.

COSTA, J. B. **A invenção de sujeitos de Direitos e Processos Sociais: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil e no Norte de Minas Gerais**. In: LAUREANO, D. S; XAVIER, E. D; MAGALHÃES, J. L.Q. (Org.) **Coleção Direito e Diversidade**. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, 84 p.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

DUMONT, S. R. T. **São Francisco – caminho geral do sertão: cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**. 171 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antônio (org). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus Editora, 2000, p. 176-185.

WEBER, M. “Comunidade e sociedade como estruturas de socialização”. In_ F. Fernandes (org.), **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973, p. 140-143.

NEVES, Z. **Os remeiros do São Francisco na literatura**. In_ Rev. Antropol. vol.46 no.1 São Paulo 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/>>. Acesso em 09 de maio de 2017.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011, 1 v.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre as populações e territorialidades no Norte de Minas Gerais**. 2005. 135 f. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

O’Dwyer, E. C. **TERRAS DE QUILOMBO: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. TOMO São Cristóvão-SE N° 11 jul./dez. 2007.

ROCHA, L. A; NASCIMENTO, N.F. **Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas, Alto/ Médio São Francisco. Buritizeiro**, 2011. Disponível em:< <http://www.cppnac.org.br/> >. Acesso em: 09 maio de 2017.

ROCHA, L. A. **O Poder da Territorialidade: “o lugar da gente”, o território pesqueiro**. 177 f. Dissertação. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SCHETTINO, M. P. F. **Relatório Técnico Pericial, n.º40, de 2014**. 6ª Câmara de Coordenação e

Revisão. Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2014. 28 p.

SILVA, C. A. **Política Pública e Território**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, 115 p.

SILVA, L.L. **PARECER TÉCNICO** N° 758/2017 – SEAP.

SOUZA, A. F.G; BRANDÃO, C. R. **Paisagem, Identidade e Cultura Sanfranciscana: sujeitos e lugares das comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio rio São Francisco**. In: Geo UERJ - Ano 14, n.º. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 77-98.

THÉ, A. P. G. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG. 2003**. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 17/04/2020

Jessyca Fonseca Souza

Centro Universitário do Estado do Pará
(CESUPA)
Belém- Pará
[Http://lattes.cnpq.br/2431473660250489](http://lattes.cnpq.br/2431473660250489)

RESUMO: Considerando o ingresso da mediação como forma de resolução de conflitos no ordenamento jurídico brasileiro formalmente em 2010, através da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça e, por conseguinte, o grande crescimento de sua utilização, apura-se a viabilidade de se utilizar deste método como tratamento adequado aos conflitos na seara fundiária e agrária amazônica. Objetiva-se, com isso dar um novo enredo a tais conflitos frequentemente judicializados, mas sem alcance de uma eficaz solução. Para tanto, a presente pesquisa baseia-se na análise bibliográfica de fontes relativas à mediação e ao conflito fundiário e agrário, partindo do método dedutivo. Deste modo, observa-se que a real compreensão das técnicas da mediação, permite reconhecer a capacidade de adaptação do método mediativo aos conflitos em análise e superar

as problemáticas que se colocariam como supostos empecilhos para a utilização da mediação – principalmente a desigualdade das partes e a indisponibilidade dos interesses públicos –, permitindo concluir pela viabilidade da sua utilização a fim de tratar adequadamente os conflitos fundiários e agrários.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação, Conflitos agrários e fundiários, Viabilidade.

MEDIATION AS AN APPROPRIATE METHOD OF CONFLICT RESOLUTION IN THE AGRARIAN FIELD IN THE AMAZON REGION

ABSTRACT: Considering the input of mediation as a “ADR” in the Brazilian legal system formally in 2010, through Resolution n. 125 from of the National Council of Justice and, consequently, the great growth of its use, the viability of using this is verified, as an appropriate treatment method for conflicts in the Amazon land and agrarian field. The objective is, with this, to give a new plot to such conflicts that are often judicialized, but without reaching an effective solution. Therefore, this research is based on the bibliographic analysis of sources related to mediation and land and agrarian conflict, based on the deductive method. Thus, it is observed that the real understanding of the

mediation techniques, allows to recognize the capacity of adaptation of the mediation method to the conflicts under analysis and to overcome the problems that would be put as supposed obstacles to the use of mediation - mainly the inequality of the parties and the unavailability of public interests -, allowing to conclude by the viability of its use in order to properly deal with land and agrarian conflicts.

KEYWORDS: Mediation, Agrarian and land conflicts, Viability

1 | INTRODUÇÃO

A mediação tem o seu reconhecimento formal há pouco tempo no Brasil. A partir dele, percebe-se a tentativa de utilizá-la como panaceia de todo e qualquer conflito da realidade prática. Apesar desse aparente exagero, para além das controvérsias sobre sua utilização, percebe-se que a mediação é um meio adequado para a resolução de uma variada gama de conflitos.

No Brasil, a mediação começou a ser adotada formalmente em 2010, a partir da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal Resolução foi fruto de uma política de reforma do Judiciário brasileiro que tinha como objetivo garantir o acesso à justiça efetivo (justo) para a população, que encontrava (e ainda encontra) um Poder Judiciário assoberbado de demandas judiciais. Tal política pública foi influenciada também por um contexto internacional.¹

Assim, o Ministério da Justiça brasileiro guiado por este viés, conferiu espaço à conciliação e à mediação como formas adequadas de resolução de conflito, reconhecendo que o acesso à justiça não devia se confundir com o acesso ao Judiciário (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013, p. 11).

Passado este primeiro marco brasileiro da mediação no ordenamento jurídico, ela, então, ganha espaço também no Código de Processo Civil (CPC) de 2015, denotando-se a partir daí, um verdadeiro sistema integrado de resolução de conflitos, a qual não se baseia mais unicamente na jurisdição, mas também em outras formas de resolução de conflitos, como a conciliação e a arbitragem que também foram reconhecidas².

Por fim, e ainda em 2015, a mediação ganha lei própria – Lei nº 13.140 – a qual delineia, mais especificamente, seus objetivos e princípios, e ainda reconhece o meio extrajudicial de realização da mediação. Nela também se abrindo-se, expressamente, a possibilidade de realização de tal meio aos conflitos envolvendo a Administração pública³.

É devido reconhecer que apesar do viés de introdução de outros métodos além da jurisdição, sob a justificativa de tratamento adequado dos conflitos, sua inserção teve como objetivo principal diminuir as demandas destinadas aos magistrados brasileiros, e tentar diminuir a chamada hiperjudicialização⁴.

1 Neste sentido, é possível mencionar que a partir da década de 1970, alguns documentos internacionais foram desenvolvidos na tentativa de permitir um acesso verdadeiro à justiça. Pode-se citar aqui o “Acess do Justice” de Mauro Cappelletti e Bryant Garth e a palestra “Varieties of dispute processing” realizada pelo Professor Frank Sander na Pound Conference, em 1976 nos Estados Unidos.

2 Art. 3º, §§1º e 3º do Código de Processo Civil.

3 Capítulo II da Lei nº 13.140/15 – Lei de mediação brasileira.

É possível chegar a tal entendimento quando se percebe o método da mediação inserido em leis brasileiras que discorrem, por exemplo, sobre a realização da mediação antes da audiência de instrução e julgamento (art. 334 do CPC), indo de encontro com um dos seus princípios de realização que é a voluntariedade das partes. Tais exemplos deturpam a mediação uma vez que não estabelecem bases mínimas necessárias para ela poder ser utilizada.

Apesar de não estar aberta a totalmente todos os tipos de conflitos, este trabalho pretende enfrentar o problema da utilização da mediação nos conflitos envolvendo questões fundiárias e agrárias na Amazônia. E o fará, primeiramente reconhecendo que a mediação deve ser compreendida como método, que possui suas características, princípios norteadores e técnicas específicas de realização por parte do mediador e a partir de então, ao permitir-se esta forma de análise, se constituirá uma compreensão adequada de resolução de conflitos desta seara, principalmente quanto às características mais fortes dos conflitos fundiários e agrários: a desigualdade das partes e a indisponibilidade dos interesses públicos.

2 | A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A mediação frequentemente é conhecida como é um método heterocompositivo de resolução de conflito. A identificação da sua natureza jurídica como “método” se dá por conta de estar

baseada num complexo interdisciplinar de conhecimento científicos extraídos especialmente da comunicação, da psicologia, da sociologia, da antropologia, do direito e da teoria dos sistemas. E é também, uma arte, em face das habilidades e sensibilidades próprias do mediador (VASCONCELOS, 2008, p.36).

Sendo assim, a mediação, por si, é, na verdade um conjunto de influências de diversos ramos do saber, dos quais um deles é o direito, por isso a sua designação como método.

Por outro lado, a lei de brasileira (Lei nº 13. 140), traz a mediação como

atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia. (BRASIL, 2015)

Partindo-se, brevemente para a etimologia de “técnica”, percebe-se que de sua origem grega, “*téchne*” está ligada à arte, ofício. E hoje, segundo o dicionário Aurélio, pode-se indicar como “parte material de uma arte” (FERREIRA, 2010).

Tais indicações têm como objetivo demonstrar que a mediação não deve ser configurada como um método fechado, construído de fases e etapas determinadas e institucionalizadas. É certo que a lei brasileira de mediação traz consigo uma indicação do “caminhar” da mediação

4 A chamada hiperjudicialização advém da “judicialização das demandas sociais significa que todos os litígios, dos mais simples ao mais complexos, são submetidos ao crivo do Judiciário.”(ALMEIDA; ALMEIDA, 2015, p. 155).

judicial, entretanto, é coerente advertir que tal indicação, não deve ser levada à risca, caso contrário tornar-se-á uma verdadeira desconfiguração da própria mediação.

Outro ponto de esclarecimento é quanto à sua característica heterocompositiva, que se dá por conta do papel do mediador ser essencial para as partes mediandas conseguirem alcançar o diálogo e ainda porque o restabelecimento da comunicação apenas é possível através do aparelhamento teórico e prático deste profissional, que se utilizará dos aprendizados da sua formação profissional e ainda se adequará ao caso em que foi solicitado conforme outras experiências semelhantes que pode ter vivenciado como mediador. (SANTOS, GALVÃO FILHO, 2014, p.442)⁵

Para os estudiosos que afirmam a natureza heterocompositiva da mediação a indicam porque defendem a própria necessidade da atuação do mediador, entendendo que se as partes conseguissem chegar a um consenso, não estariam solicitando uma mediação.

Superando tais controvérsias formais, indica-se ainda que a mediação é destinada para o tratamento de conflitos que envolvem um “vínculo anterior”. Este vínculo pode ser interpretado como uma relação de afetividade entre as partes, isto é, que envolva alguma forma de sentimentalismo. Neste sentido, é possível indicar a mediação também para conflitos que se estendem durante os anos (como os conflitos agrários e fundiários), uma vez que por conta de tal empasse as partes envolvidas possuem uma considerável proximidade.

O reconhecimento da destinação da mediação para determinados tipos de conflitos, já permite ultrapassar a ideia da sua introdução como superação da hiperjudicialização, ou seja, o grande número de demandas destinadas ao Judiciário. A falsa compreensão da introdução da mediação como solucionadora de toda e qualquer base conflituosa precisa ser desconsiderada.

Indicando uma definição abstrata e aberta para a mediação, passa-se a analisar algumas das tantas características deste método que decorrem dos seus princípios norteadores⁶.

2.1 Princípios da mediação

A mediação pode ser encaminhada a partir dos princípios, os quais devem ser vistos como uma orientação na atuação do mediador, isto é, são eles que irão medir a adequação das atitudes do profissional e guia-lo na sua atuação para com as partes. (Art. 1º, Resolução nº125/CNJ). O artigo 2º da lei de mediação elenca um rol de oito princípios. Entretanto, para uma análise mais adequada quanto a real problemática deste trabalho, discorrer-se-á sobre apenas estes princípios, sem que isso signifique a desconsideração em importância dos

5 A mediação encontra, porém, um empecilho quanto à estipulação de sua auto ou de sua heterocomposição. Apesar da corrente majoritária entender pela sua heterocomposição, há doutrinadores que a indicam como autocompositiva, afirmando que o terceiro imparcial (mediador) trabalhará apenas no sentido de auxiliar as partes na busca restabelecimento da comunicação. Por isso, a figura do terceiro (que a classificaria como heterocompositiva), não poderia ser considerada, julgando que o mediador não interfere no resultado final da mediação.

6 Os princípios da mediação podem ser encontrados tanto no art. 2º da lei nº 13.140 quanto no Código de ética de conciliadores e mediares judiciais, no seu art. 1º encontrado dentro da Resolução nº 125.

demais.

A análise aqui realizada iniciará pela melhor compreensão do princípio da autonomia da vontade das partes. É por conta deste princípio que as partes se encontram cientes de participarem da mediação, isto é, a mediação dificilmente conseguirá ser guiada e, por conseguinte, chegará ao seu objetivo, se as partes (mediandos) não tiverem voluntariamente aceitado a realizar a mediação. Isto significa que não há viabilidade quando da realização da mediação obrigatória.⁷

Outro princípio da mediação é a isonomia das partes. Os participantes da mediação devem, preponderantemente, manifestar-se igualmente e estarem em igualdade de condições na realidade prática para que assim seja refletida nas sessões de mediação. Isso porque no momento de realização da mediação, a possibilidade de sobreposição de forças de uma das partes por outra, poderá inviabilizar a realização adequada da mediação. A existência de uma desigualdade fática entre as partes, entretanto, não inviabiliza por completo a possibilidade de utilização da mediação e ainda a sua adequação ao caso. Tal detalhe será analisado posteriormente neste estudo.

A confiança no mediador também é essencial para a condução da mediação. Na verdade, a confiança é fundamental para que as partes consigam se sentir mais confortáveis e acolhidas e, de fato, superem a barreira do nervosismo, vergonha ou mesmo do orgulho e passem a dialogar. A confiança no mediador é influenciada pelo princípio conhecido como “confidencialidade”. Ele determina que as informações que forem mencionadas durante as sessões de mediação não podem ser levadas pelo mediador para outros lugares e nem a outras pessoas. Tanto o mediador quanto todos os envolvidos direta e indiretamente na mediação não estão autorizados a revelar estas informações a outras pessoas (art. 30/ L.13.140)

Por fim, o princípio identificador da mediação e assim, o que a distingue das demais formas de resolução do conflito é o chamado princípio do empoderamento das partes. O empoderamento das partes é o papel principal do mediador. Através das técnicas mediativas, ele tem como o objetivo despertar nas partes o espírito de autodeterminação a fim de conseguirem (r)estabelecer o diálogo entre elas e, por conseguinte, tentar alcançar uma solução para o conflito através delas mesmas.

O empoderamento é caracterizador da mediação, e por meio dele que o conflito poderá ou não ser superado. Ao conseguir empoderar os mediados, eles reconhecem-se capazes de, por si só, terem segurança para determinar o que acreditam ser mais coerente para superar o conflito. A partir do empoderamento, o diálogo, antes conturbado, passa a se dar mais naturalmente entre as partes e daí também, suas tentativas de solucionar o conflito.

É a partir disso que se reconhece que o objetivo principal da mediação não é verdadeiramente o acordo ou a suposta solução do conflito, mas sim, a restauração do diálogo entre as partes, isto é, a preservação do “vínculo anterior”.

⁷ Quanto a isso, já se citou o artigo do CPC que traz a “audiência de mediação e conciliação, quando possível”. Tal artigo, como já dito deturpa a mediação, quando não considera a vontade das partes que nela será envolvida.

Deste princípio, é também possível extrair que o mediador não se caracteriza por impor uma decisão, mas primordialmente por despertar nas partes este sentimento de autodeterminação. O mediador, então é um terceiro imparcial não-hierárquico (VASCONCELOS, 2008, p. 39). Se ele propuser possibilidades de solução do conflito, ao contrário, não estará empoderando, mas permitindo que as partes mantenham-se delegando a terceiros a solução dos seus problemas.

2.2 As finalidades da mediação

Reconhecendo a mediação fora do espectro de solução pura do conflito, é devido afirmar, mais uma vez, que ela se presta primeiramente a (r)estabelecer o diálogo entre as partes, e posteriormente à manutenção desta relação restabelecida⁸. Nesta escala, as partes passam a vislumbrar o conflito como um fruto natural de uma sociedade complexa e com isso, tendem a trata-lo mais adequadamente ou, ao menos, não insistir numa maior litigiosidade.

Há um conjunto de consequências positivas que advém do (r)estabelecimento do diálogo entre os mediandos. Tais consequências são entendidas como as finalidades da mediação. A primeira delas é a própria preservação da relação e na medida em que os mediandos voltam a dialogar, é possível que eles preservem a relação (o vínculo anterior) que tinham.

As finalidades da mediação também se alargam para além dos problemas que foram objeto da mediação realizada. Fernanda Tartuce (2008) indica que uma vez tendo participado de uma mediação e obtido o aprendizado do empoderamento, as partes constroem subsídios para enfrentar suas dificuldades diárias sob um olhar mais positivo também, evitando outros conflitos. Além disso, indica a autora que a mediação se encaminha para a verdadeira pacificação social quando incentiva os indivíduos a enfrentarem seus empasses sem a necessária atuação do Estado (através do Poder Judiciário).

As finalidades e consequências da mediação estendem-se, assim, para além da relação entre as partes, e chegam a alcançar toda uma sociedade. (AZEVEDO, p. 2013, p. 237-238). Ao considerar como pano de fundo a realidade brasileira, vê-se as grandes vantagens que a mediação tende a promover, considerando que hoje ainda há forte delegação de solução dos conflitos ao Poder Judiciário, fortalecendo a hiperjudicialização.

2.3 As técnicas da mediação

Compreendendo as bases principiológicas e finalidades da mediação, passa-se para a análise das técnicas mediativas, sem intenção, mais uma vez, de exaurir o tema, mas com o intuito de reconhecê-la para viável no tratamento de conflitos socioambientais territoriais.

A mediação pode ser realizada por meio de uma série de técnicas que envolvem os

⁸ Por isso que este estudo enfatiza o termo “tratamento do conflito” por meio da mediação, uma vez que tal método tem como finalidade primeira a construção do diálogo entre os envolvidos no conflito. Por isso que o “papel do mediador não consiste em apresentar soluções e sim em agir de forma a estimular partes a considerarem desenvolvimentos da relação conflituosa.” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, p.69)

sentidos, comportamentos e reações dos mediandos. Ao mediador judicial⁹ exige-se uma gama de capacitação teórica para a realização das mediações, desde o conhecimento dos princípios norteadores até a forma de alcançar o diálogo entre as partes, como seu principal objetivo.

Estas técnicas, comumente chamadas de ferramentas, auxiliam o mediador por um lado mais instrumental, enquanto os princípios os indicam maneira com que tais técnicas devem ser construídas na realidade prática.

Dentre as técnicas utilizadas na mediação, menciona-se a recontextualização, quando há uma necessidade de retornar ao momento-fato de desenvolvimento do conflito. Isso se dá porque comumente as pessoas tem uma facilidade de, no momento de incitadas a desenvolver sobre o conflito, incluírem outras questões que perpassam para além do objeto da mediação propriamente dito. Recontextualizar é trazer o(s) mediando(s) para o momento do conflito, para, na verdade, os fatos que o acarretaram.

Além da técnica da recontextualização, aqui se chama a atenção, particularmente para a técnica da escuta ativa. Escutar ativamente é fazer com que o mediando esteja sendo apreendido e compreendido cuidadosamente pelo mediador. Ou seja, é deixá-lo sentir que a sua fala tem um espaço importante dentro do momento da mediação, enfim, é “permitir à pessoa perceber que ela é objeto de atenção” (TARTUCE, 2008, p. 233).

As atividades de falar, escutar questionar e responder devem ser apropriadamente praticadas pelo terceiro imparcial para promover o diálogo, identificar os interesses envolvidos (...) e colaborar para a retomada de conversações produtivas. (TARTUCE, 2008, p. 239).

Assim, para a realização de uma eficaz mediação é imprescindível a capacidade de escutar ativamente do mediador. E tal capacidade é ainda mais necessária para a realização de mediações socioambientais, conforme se demonstrará.

3 | O CENÁRIO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS E FUNDIÁRIOS

Inicialmente, é importante reconhecer que os conflitos fundiários e agrários se encontram sob um contexto de “Justiça socioambiental”, isto é, um movimento que faz

parte do grande conjunto de conflitos tratados pelo Movimento de Justiça Ambiental, porém, com um destaque contextual (*highlight*) advindo de um posicionamento político que visa sublinhar povos e comunidades tradicionais como atores de uma categoria de conflitos específicos, na qual as relações entre território (...), são muitas vezes o elemento catalisador. (MOREIRA, 2017, p.16)¹⁰

9 As exigências da capacitação do mediador judicial, não são exigidas para o mediador extrajudicial. A este, apenas é necessário que ele tenha a confiança das partes mediandas, conforme o art. 9 da Lei nº 13.140.

10 Com isso, faz-se questão de demonstrar o encaminhamento atual de que os conflitos que envolvem questões fundiárias e agrárias, não podem estar unicamente adstritos às questões ambientais puramente ligadas à preservação da fauna e flora locais, direta e indiretamente afetadas. É necessário reconhecer que em tais locais de disputa encontram-se povos, os quais tem uma relação salutar com o território e de não degradação ambiental e por isso, é importante preservá-los, dando-os voz, oportunidade e, por conseguinte, respeitando suas identidades e, principalmente seus protagonismos nestes conflitos.

Assim, não é possível falar sobre o contexto Socioambiental sem mencionar e reconhecer a identidade dos povos diretamente ligados ao território em discussão. Para a compreensão de uma Justiça socioambiental, os povos e comunidades tradicionais precisam ser reconhecidos como sujeitos de direito e não meros objetos do próprio conflito. (MOREIRA, 2017, p. 21)

Os povos tradicionais possuem uma relação diferenciada com a “terra”, compreendendo-a como um ser, igualmente a eles, que deve ser respeitada e mantida. Esta relação de proximidade deve ser interpretada com base no princípio da territorialidade, que é entendido como o “direito base das relações entre povos e comunidades tradicionais com o território.” (MOREIRA, 2017, p.10).

Por isso, este estudo embasa-se na compreensão de conflitos socioambientais territoriais, conforme o proposto pelos professores MARÉS e SAUER (2013, p. 78) num estudo realizado sobre a mediação em conflitos socioambientais, no qual elenca os seguintes as seguintes características para tais conflitos: (1) envolvimento dos sujeitos coletivos de direito; (2) direitos fundamentais vinculados aos modos de vida junto a terra e ao território; (3) as políticas públicas que lhes são correlatas no Estado Democrático de Direito; (4) os órgãos públicos fundiários e correlatos e por fim, (5) agentes privados que ora se apresentam como órgãos públicos, ora se confundem na figura de consórcios ou concessionárias.

No mesmo sentido, é necessário indicar que tais conflitos, objeto deste estudo ainda tem “seus grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que reflete nas variadas formas de apropriação (...)” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23)

Tais características de complexidade e diversidade são encaradas aqui como questões socioambientais territoriais amazônicas. Em meio a características, então, que se encaminham estes conflitos a um fundo extremamente litigioso, fazendo-se importante pensar em estratégias de lidar que os mesmos adequadamente, reconhecendo suas complexidades, mas propondo outras formas de trata-los.

4 | ANÁLISE DA VIABILIDADE DA MEDIAÇÃO PARA CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Ao analisar a viabilidade ou não da utilização da mediação para o tratamento de conflitos socioambientais territoriais, alguns questionamentos são realizados. Primeiramente é necessário notar que para uma resposta afinada com o caminhar deste trabalho dois elementos devem ser colocados em questão: a desigualdade das partes e a indisponibilidade de interesse público. Tais questionamentos passam, então a ser fruto de análise.

4.1 A desigualdade das partes

Como já se apresentou, uma das características e requisito de realização da uma mediação é a isonomia entre as partes. A isonomia é requisito de realização da mediação, uma vez considerando que a imposição de poderio por uma das partes representa um encaminhamento não salutar ou mesmo desconfiguração da mediação de forma que a

autodeterminação das partes, como essencial para o alcance do diálogo não será igualmente desenvolvida.

Uma das percepções que o mediador precisa desenvolver é quanto à possível desigualdade entre as partes envolvidas para que assim, possa guiar a mediação sem imposição de opiniões, que a destinaria ao fracasso. Sendo assim, questiona-se, como realizar uma mediação em isonomia entre os sujeitos considerando a complexidade dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais territoriais?

De antemão é importante mencionar que a desigualdade não impossibilita a utilização ou êxito completo da mediação. Para superação desta desigualdade fática inicial

as partes devem ser tratadas de forma equitativa durante todo o procedimento de mediação, cabendo ao mediador de conflitos gerir o procedimento de forma a garantir o equilíbrio de poderes e a possibilidade de ambas as partes participarem no mesmo. (LOPES PATRÃO, 2016, p. 54)

Assim, tem-se que, na verdade, um dos papéis do mediador é saber realizar a condução do diálogo entre as partes para que ele de fato ocorra, isto é, para que as partes falem e escutem entre si, para alcançarem suas autodeterminações. A técnica utilizada neste momento é a, já mencionada, escuta ativa, preconizando que todos os sujeitos são objeto de atenção perante o mediador, como terceiro imparcial e ainda perante os demais sujeitos do conflito.

A escuta ativa permite que os sujeitos compreendam quais as reais intenções que envolvem os demais no conflito, isto é, qual a relação de cada envolvido tem quanto ao objeto em confronto que neste estudo é o território.

A posição do mediador permite, através da observação e da escuta ativa, considerar essa desigualdade e a partir dela posicionar-se desigualmente frente às partes para que durante a mediação, elas consigam igualar-se, e o procedimento tenha um caminhar saudável.

Na mesma linha é que se enfatiza a necessidade do mediador ser um terceiro totalmente imparcial dentre os envolvidos, isto é, que o mesmo não tenha interesse quanto ao objeto em disputa (territórios), “não sendo parte interessada no litígio, devendo agir com as partes de forma imparcial durante toda a mediação.” (LOPES PATRÃO, 2016, p. 54)

É neste ambiente saudável que

os participantes são treinados a usar procedimentos e técnicas específicos de gestão de conflito como a escuta ativa, recontextualização (ou reenquadramento), comunicação conciliatória (ou efetiva), procedimentos para mover os disputantes da negociação posicional para aquela baseada em interesses, técnicas específicas da sessão individual, superação de barreiras substantivas, processuais e psicológicas ao acordo e como lidar com o poder do negociador, mediador ou facilitador. O conhecimento e a habilidade em usar os comportamentos (MANUAL DE MEDIAÇÃO, 2016, p. 125).

A desigualdade entre as partes também deve ser observada no momento de escolha do local da mediação. Este ambiente de diálogo precisa ser neutro, isto é, a mediação não deve ocorrer em locais patrocinados por um dos sujeitos envolvidos, ou mesmo nos prédios

que os representantes das instituições realizam suas atribuições. Permitir mediações em locais já marcados pela supremacia de um dos sujeitos envolvidos é, de fato, desviar-se do método da mediação.

Assim, a partir da condução igualitária e desprivilegiada pelo mediador, que opera através da escuta ativa e promoção de equilíbrio e harmonia, que todos intervenham isonomicamente conforme suas necessidades e intenções, é que se constrói um campo fértil para o verdadeiro diálogo.

4.2 Os Direitos fundamentais e indisponíveis nos conflitos sociais ambientais

Além da crítica quanto à desigualdade das partes, outra crítica que se destina à mediação no tratamento de conflitos socioambientais territoriais é quanto à possibilidade de transação de direitos considerados indisponíveis, isto é, não passíveis de transação.

Compreende-se que a indisponibilidade de direitos versa mais especificamente quando “os órgãos públicos fundiários e correlatos e por fim e agentes privados que ora se apresentam como órgãos públicos” (MARÉS; SAUER, 2013, p. 78) estão envolvidos, uma vez que eles estão a defender direitos não pessoais, mas são representantes de um grupo de pessoas. Como considerar, então, que tais pessoas jurídicas possam transacionar o direito indisponível dos seus representados?

Primeiramente, destaca-se a necessidade de diferenciar direitos indisponíveis de direitos intransigíveis. A intransigibilidade, isto é, a total impossibilidade de transação apenas ocorre quando há vedação legal expressa da possibilidade de transigir¹¹. (SOUZA, 2016, p. 212)

Indisponibilidade, em termos jurídicos, significa que o direito tutelado pelo Estado é resguardado a um nível para além da vontade própria do indivíduo. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2011, p.190). Entretanto, tal resguardo não constrói uma ligação direta com a impossibilidade de transacioná-lo ou mesmo quanto aos limites da transação. Daí a importância de redirecionar a definição de intransigível e indisponível.

A própria lei de mediação também preleciona a possibilidade de diferenciar os conceitos de intransigibilidade e indisponibilidade. O art. 3º da lei permite a transação de direitos quando expressamente indica que “pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.”

A cisão entre ambos os significados, se faz, portanto, notável. O que se enfrenta na realidade prática, então, são os limites que os órgãos representantes têm quanto à transação destes direitos. Os limites podem ser exemplificados quanto à própria base de atuação deles, isto é, quanto aos direitos dos grupos que eles protegem. Suas atuações, em prol de tais coletividades é o que devem guiar a transação dos direitos dos representados.

Por fim, e ratificando o posicionamento, a lei de mediação traz o artigo 17, parágrafo único, versando sobre a suspensão do prazo prescricional enquanto o litígio estiver sendo

11 Um exemplo dentro do ordenamento jurídico brasileiro é o art. 17, §1º da Lei de Improbidade Administrativa, nº 8429/92.

tratado por meio da mediação. Compreende-se a essencialidade de tal dispositivo quando dá espaço à possibilidade de eficácia da mediação e ainda permite afastar possibilidade de artimanhas procedimentais-judiciais, incutindo nas sessões mediativas, espaços de acirramento do conflito e, por conseguinte, de possível aniquilamento da mediação.

Em termos de autonomia, cidadania, democracia e direitos humanos, a mediação pode ser vista como a sua melhor forma de realização. As práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício de cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões (...). Falar de autonomia, de democracia e de cidadania, em um certo sentido, é ocupar-se da capacidade das pessoas para se autodeterminarem-se em relação com os outros; a autodeterminarem-se na produção da diferença (produção do tempo com o outro). Em realidade, a mediação revela-se como método ideal para lidar com conflitos complexos e multifacetados, dado seu potencial de ligar com as camadas a eles subjacentes e de trabalhar com múltiplos interesses e necessidades, harmonizando-os e buscando compensações e soluções criativas que maximizem a proteção do com junto, tanto do ponto de vista objetivo (dos diversos interesses em jogo) quanto sob o prisma subjetivo (dos diferentes sujeitos afetados pelo conflito). (WARAT, 2001, p.88)

Investir na realização da mediação, como já visto, não é diminuir-se enquanto autoridade, mas realmente, tentar realizar o papel de salvaguarda de direitos dos mais vulneráveis. Quando o Ministério Público, por exemplo, se permite envolver-se numa mediação, ele está dando chances para uma outra alternativa (mais acertada) de tratar da solução, que o Poder Judiciário ainda hoje mostra-se deficiente.

Assim, apesar das características dos conflitos socioambientais territoriais serem complexas e multifacetadas, elas não chegam a inviabilizar a utilização da mediação como recurso de tratamento, mas ao contrário, permite que através da autodeterminação do envolvidos, o tratamento dado ao conflito seja mais adequado por envolver verdadeiramente as partes na construção da possível solução.

Na mediação, não há a imposição de regramentos ou de um ordenamento jurídico que muitas vezes não foi desenvolvido sobre o prisma dos conflitos mais multifacetados que ainda podem envolver sujeitos não amparados por tais regulamentos, como é o caso das comunidades tradicionais. A mediação traz novos aspectos de lidar com conflitos os quais o Judiciário, ainda mais frequentemente demandado, não carrega, mas imputa uma suposta solução ao caso, sem aderir fortemente ao diálogo, acirrando a litigiosidade.

5 | CONCLUSÕES

Compreendendo a mediação através dos seus princípios norteadores, suas finalidades e suas técnicas, e ainda suas bases destinadas à solução de conflitos nos quais as partes tenham um vínculo anterior, reconhece-se que os conflitos socioambientais territoriais podem ser seu objeto, pois as disputas por terras se alongam nos anos, construindo uma relação entre os sujeitos.

A atuação do mediador, como terceiro imparcial ao conflito, e a utilização das técnicas adequadas como a escuta ativa e da recontextualização fazem com que desigualdade fática

entre os sujeitos seja superada através do diálogo e permita que os envolvidos no conflito construam um verdadeiro diálogo, por meio do desenvolvimento das suas autodeterminações. Além disso, a transigibilidade dos direitos deve ser sempre guiada a fim de garantir os direitos dos representados, sem atingir seus alicerces mais básicos e identificadores enquanto grupo.

Propõe-se a viabilidade da mediação uma vez que consegue abarcar as complexidades apresentadas por estes conflitos e não sob a justificativa de uma resolução supostamente ágil e efetiva para todo e qualquer conflito posto ao Judiciário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA Anthony Ferreira; ALMEIDA, Pamela Ferreira. **A hiperjudicialização das demandas sociais:** a utilização de medidas alternativas de solução de conflitos como contenção para a hipertrofia do Poder Judiciário. Aracaju: Escola Judicial do Estado do Sergipe. Revista da EJUSE, Aracaju, n. 22, p. 154-165. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/92287/hiperjudicializacao_demandas_sociais_almeida.pdf.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. André Gomma (org). **Manual de mediação Judicial**. 4 ed. Brasília, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. Vol. 1, 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARÉS, Carlos Frederico; SAUER, Sérgio. Casos **Emblemáticos e experiências de mediação:** análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflito fundiários. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Pesquisa-Conflitos-Fundi%C3%A1rios-Agr%C3%A1rios-Terra-de-Direitos.pdf>
- MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. **Justiça Socioambiental e Direitos Humanos:** uma análise a partir dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- SANTOS, Theophilode Azeredo; GALVÃO FILHO, Mauricio Vasconcelos. **A mediação como método (alternativo) de resolução de conflitos**. In MUNIZ, Joaquim de Paiva; VERÇOSA, Fabiane; PANTOJA, Fernando Medina {et. al} (Coord.). Arbitragem e Mediação: Temas Controvertidos. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014.
- SOUZA, Luciane Moessa de. **Mediação de conflitos e Administração Pública**. In HALE, Durval; PINHO; Humberto Dalla Bernardina de; CABRAL, Trícia Navarro Xavier (orgs.) O marco da mediação no Brasil: comentários à lei n 13.140 de 26 de junho de 2015. São Paulo: Gen/Atlas, 2016.
- TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo, Método, 2008
- VASCONCELOS. Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas:** Modelos, Processo, Ética, Aplicações. São Paulo: Método, 2008.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 .
- WARAT, Luis Alberto. **O Ofício do Mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS *ANNALES* NO BRASIL NOS ANOS 30

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 30/04/2020

André Augusto Abreu Villela

Graduado em História pelo Centro
Universitário UNI-BH

Graduado em Ciências Sociais pela UNIFRAN
Belo Horizonte – Minas Gerais

<http://lattes.cnpq.br/2046977314240766>

RESUMO: Este presente artigo tem como pretensão analisar a influência da historiografia francesa no Brasil nos anos de 1930, seja na fundação da USP em 1934 ou na fundação da Universidade do Distrito Federal em 1935, onde a chamada “missão francesa” enviou ao Brasil professores como Henri Hauser, Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, entre outros, no sentido de “catequizar” e “civilizar” a nação brasileira, onde até então operava nosso passado obscuro, não civilizado e anti-cristão.

PALAVRAS-CHAVE: Annales, USP, Missão Francesa, Nação Imaginada e Etnocentrismo.

THE FRENCH MISSION: A REFLECTION ON THE INFLUENCE OF *ANNALES* IN BRAZIL IN THE 30'S

ABSTRACT: This present article intends to analyze the influence of French historiography in Brazil in the 1930s, is the USP of the foundation in 1934 or in the founding of the Federal District University in 1935, where the so-called “French mission” sent to Brazil teachers as Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, among others, to “evangelize” and “civilize” the Brazilian nation, where it had operated our dark past, uncivilized and anti-Christian.

KEYWORDS: Annales, USP, French Mission, Imagined Nation and Ethnocentrism.

NAÇÕES IMAGINADAS: UM DIÁLOGO ENTRE BENEDICT ANDERSON, ERIC HOBSBAWM E STUART HALL

Como podemos definir o conceito de nação? Segundo o pensamento de Benedict Anderson (1991), são comunidades políticas imaginadas. Ernest Renan (1991), em seu famoso discurso sobre o tema, disse que três coisas constituem o principio de nação: “a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a

vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que recebeu”. (HALL, 2014, p. 19).

Segundo bem analisou Lilia Schwarcz (2008), é possível dizer que nações não possuem data de nascimento identificada num registro oficial e que a morte delas, quando ocorre, nunca tem uma causa “natural”. Como o próprio Anderson propõe, mais do que inventadas, nações são imaginadas, constituem objetos de desejos e projeções. Podemos então pensar que a língua, a cultura, os heróis, a etnia comum e a religião, entre outras, são peças importantes para gerar em nós um sentimento de pertencimento, um sentimento de nação dentro de cada um. Assim como o samba, o carnaval e o futebol se tornaram marca de uma brasilidade, como explica Schwarcz (2008), é por eles que morremos ou defendemos a nacionalidade.

Magnoli (2009) menciona como o samba, o futebol e até mesmo a própria religião se tornaram fatores preponderantes no processo de criação de uma identidade nacional por parte dos brasileiros.

Nos amplos domínios da cultura, a conversão da mestiçagem em traço definidor da nacionalidade teve variadas repercussões. O samba articulou-se como gênero musical do início do século XX no Rio de Janeiro, e a Deixa Falar, escola de samba pioneira, foi fundada no morro do Estácio por Ismael Silva, em 1928. Anos depois, o jornal Mundo Sportivo patrocinou o desfile inaugural de escolas de samba. O futebol converteu-se em esporte nacional de massas nos anos 1920 e, em 1923, o Vasco da Gama tornou-se o primeiro clube brasileiro a admitir negros em sua equipe. Em 1929, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, uma santa “mestiça como os brasileiros”, foi elevada a padroeira do Brasil. (MAGNOLI, 2009, p. 156).

Em particular no caso do Brasil, é muito nítido que em 1822, ano da Independência, naquele momento criava-se o Estado, porém faltava talvez o elemento essencial, o sentimento de nação e de pertencimento por parte dos brasileiros. O IHGB¹ foi de fundamental importância para o contexto político brasileiro da época, abalado por revoltas separatistas durante o governo provisório. A criação dessa entidade ligada à monarquia foi relevante para que o país não se fragmentasse, criando uma memória e um sentimento de nação até então desconhecidos no Brasil, como bem descreve Schwarcz (1993) em seu livro *O Espetáculo das Raças*:

Sediado no Rio de Janeiro o IHGB surgia como um estabelecimento ligado a forte oligarquia local, associada financeira e intelectualmente a um “monarca ilustrado” e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos da antiga metrópole europeia. (SCHWARCZ, 1993, p.32,33).

Para conceituar nação, faremos uso de outros dois historiadores, marxistas, e que fizeram parte do movimento inglês denominado *New Left Review*, um modelo de marxismo mais conservador, voltado mais para uma análise cultural do que economicista, que tinha entre seus membros Christopher Hill, Edward Thompson, Hobsbawm, Stuart Hall entre

1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 21 de outubro de 1838 e tem por finalidade preservar a cultura nacional, estimular os estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos a sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional. (<http://www.ihgb.org.br/>)

outros.

Eric Hobsbawm (2013), em seu livro *Nações e Nacionalismos desde 1780*, tem ele uma visão um pouco diferente de Anderson, por isso julgamos importante fazer essa interlocução entre autores diferentes, e pensamentos diferentes, para assim chegar a uma síntese do significado de nação. Hobsbawm (2013) começa mostrando como se dá o conceito de nação em diversas culturas.

Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo”. (HOBBSAWM, 2013, p. 27).

Mais abaixo Hobsbawm (2013) irá descrever outro conceito de nação, descrito na *Enciclopédia Brasileira*.

Na recente Enciclopédia Brasileira Mérito, a nação é “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses, a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo. (HOBBSAWM, 2013, p. 28).

E, por último, a citação espanhola do conceito de nação, também utilizado por Hobsbawm (2013) em seu livro.

No dicionário da Academia Espanhola, a versão final de “nação” não é encontrada até 1925, quando é descrita como “a coletividade de pessoas que tem a mesma origem étnica, e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum. (HOBBSAWM, 2013, p. 28).

Por essas análises podemos chegar a duas conclusões: a primeira é a de que o conceito de nação, de comunidades imaginadas, é um conceito recente na historiografia; e a segunda é a de que o conceito de nação irá mudar, dependendo do conceito vigente em cada localidade do globo, ou seja, o conceito de nação para um asiático poderá ser diferente do de um latino americano, como poderá ser diferente para um europeu. Por isso o cuidado ao analisar aqui o conceito de nação, já que tanto Anderson como Hobsbawm tentaram “deseuropeizar” o conceito de nação.

Outro conceito importante citado pelos dois historiadores é o de nacionalismo. Ele será de grande importância na formação dessas comunidades imaginadas, como cita Gellner (1991): “O nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”.

Como bem coloca Anderson (1991), acerca da construção de uma nacionalidade.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos

Como cita Hobsbawm (2013), em relação a Benedict Anderson, a nação moderna é uma “comunidade imaginada” e não há dúvida de que pode preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais; mas o problema permanece na questão de porque as pessoas, tendo perdido suas comunidades reais, desejam imaginar esse tipo particular de substituição. (HOBSBAWM, 2013).

Já segundo o pensamento de Hall (2014), no mundo moderno no qual estamos inseridos, as culturas nacionais em que nascemos e vivemos se constituem de uma das principais fontes de nossa identidade cultural, como no caso do Brasil se expressa através principalmente do samba e do futebol. Hall vai ainda dizer que essas identidades não estão literalmente impressas ou marcadas em nossos genes. Porém, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, 2014).

Em seu livro intitulado *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2014) irá discutir a questão da globalização e como essa tem abalado sistematicamente o conceito de nacionalismo no mundo pós-moderno. E como tem sido difícil de se conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do constante bombardeamento e da infiltração cultural.

Nosso modelo de mundo contemporâneo acaba nos bombardeando diariamente através de notícias da TV, internet, rádio, jornais e qualquer outro meio de comunicação que consiga nos alcançar e nos submeter a uma cultura diferente e estrangeira. O que de certa forma fica reduzida a uma espécie de língua franca internacional ou a uma moeda global, que nos dias atuais é a língua inglesa, e a moeda, o dólar norte-americano.

Como bem coloca Hall (2014), as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos, discursos e representações. Vemos que, no caso do Brasil, a construção desse projeto de nacionalidade se deu com a criação de símbolos, de hinos, de bandeiras, de heróis, tudo isso para nos trazer um sentimento nacionalista e para nos convencer de que pertencíamos a essa nação, como muito bem coloca Carvalho (2011) em seu livro *A Formação das Almas*, onde o autor vai narrando como se deu a construção do imaginário durante a República e como foi arquitetado o projeto da nossa brasilidade, com os artifícios citados acima.

Carvalho (2011) mostra como o imaginário é poderoso na construção de um sentimento de nacionalismo.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem duvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses,

aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. (CARVALHO, 2011, p. 10, 11).

Como cita Schwarcz (2008), pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade”. (SCHWARCZ, 2008, p. 106)

No diálogo entre Benedict Anderson e Stuart Hall, percebemos que muitas vezes as diferenças que se configuram entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais são imaginadas. Aqui Hall cita um grande patriota britânico, chamado Enoch Powell, que diz: “A vida das nações, da mesma forma que a dos homens, é vivida, em grande parte, na imaginação”. (HALL, 2014)

Já que o conceito de nação, segundo Anderson (1991), são comunidades políticas imaginadas, caberá a nós, analisarmos qual o sentido de nação pensado e imaginado por Sérgio Buarque de Holanda. Assim como Simon Bolívar imaginou e prospectou uma grande nação na América Hispânica, chamada Grã-Colômbia, em que sonhava com um grande império, unificado principalmente pela língua e pela cultura latina.

Sendo assim, tem-se a necessidade de desconstruir tudo aquilo que foi construído ao longo dos anos acerca de Sérgio Buarque de Holanda, seja nos livros, revistas, biografias, opiniões públicas, entre outros. Como bem colocou em seu livro, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Stuart Hall, faz um paralelo entre a sociedade contemporânea e as sociedades mais antigas, onde o conceito de identidade e relações irá mudar drasticamente na pós-modernidade. Segundo Hall, as relações na sociedade contemporânea são relações superficiais, efêmeras, fluidas, onde o sujeito moderno se torna fragmentado, sem uma identidade fixa. Assim, chamada “crise de identidade”, é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2014).

Analisando Sérgio Buarque, percebe-se a flutuação do intelectual em vários meios, seja no meio acadêmico, seja nas relações de amizade, não tendo ele uma identidade fixa, percebe-se um sujeito fragmentado, que mantém relações em todas as esferas públicas e intelectuais. Sérgio representa muito bem o conceito de homem pós-moderno proposto por Hall (2014), onde se desloca com muita facilidade entre suas redes de sociabilidade, seja como modernista carioca, seja como modernista paulista, entre os jornais para o qual escreveu, as amizades que manteve, as cartas trocadas com intelectuais acerca de projetos, e por fim sua maior aproximação com a USP, onde a partir desse momento, assume uma identidade mais paulistana, ligada principalmente a historiografia francesa dos *Annales*.

A pré-história dos *Annales*: tempos de Marc Bloch e Lucien Febvre

Antes de tudo, é importante analisar e conhecer o terreno e o ano em que foi fundada

a revista dos *Annales* para se compreender como seu deu sua vitória e sua hegemonia em relação a outros projetos historiográficos. O ano de sua fundação é emblemático, 1929, ano esse marcado profundamente pelo crack da bolsa de Nova York, onde a crise no sistema econômico e financeiro põe a prova o sistema capitalista, levando milhares de pessoas a desempregos, fome e miséria. Como cita Le Goff: “Não é por acaso que os *Annales* nasceram em 1929, o ano da grande crise”. (GOFF, 1978, p. 214). François Dosse cita em seu livro *A História em Migalhas* como que a quebra da economia em escala mundial, abala a crença da ideia de progresso contínuo da humanidade em direção ao acúmulo de bens materiais. (DOSSE, 2003, p. 34). Já o historiador Pierre Chaunu, professor da Sorbonne, protestante e conservador, diz que “Tudo começa no horizonte de 1929-1930. A medida entrou na história através dos preços, o choque aconteceu no dia seguinte a crise de 1929”. (CHAUNU, 1974, p. 56). A geração que fundou os *Annales*, é uma geração que cresceu e se formou às vésperas da Primeira Grande Guerra, e se concretizou no período entre guerras, período esse mais produtivo dessa geração de intelectuais, um momento singular e ímpar na história da cultura e da civilização europeia, que foi marcado por um momento de crise, de abalos das certezas, e da crise dos fundamentos gerais da própria razão. Pondo fim à ideia de uma Europa triunfalista e um progresso contínuo da humanidade. Cabe salientar que intelectuais desse período destaca-se Norbert Elias, Fernand Braudel, Marc Bloch, Lucien Febvre, Paul Ricœur, entre outros, que atingiram seu auge intelectual no período entre guerras.

Os tempos de Braudel e de Elias foi o de uma Europa marcada pela barbárie das duas guerras mundiais, pela tragédia da ascensão do nazismo, do fascismo e do franquismo, pelos efeitos destrutivos da crise econômica de 1929 e pela perda de uma hegemonia europeia sobre o mundo, que remontava ao século XVI. Ao mesmo tempo, esta será a Europa do florescimento de projetos críticos e contraculturais tão importantes como a Escola de Frankfurt, o marxismo gramsciano, a psicanálise de Freud, os círculos linguísticos de Viena e de Praga, a antropologia crítica inglesa ou a historiografia dos *Annales d'Histoire Economique ET Sociale*, entre muitos outros. (ROJAS, 2003, p.430).

Além de todos fatos citados, encontramos ainda os efeitos da Primeira Guerra Mundial 1914-1918, anunciando assim o fim da Belle Époque, levando a Europa a um período de crises e incertezas enquanto ao que virá no futuro, ou como dizem alguns historiadores, a Europa cometeu “suicídio” no século XX.

A guerra anuncia o fim da Belle Époque para uma Europa em que se percebe as primícias do declínio ou da decadência. Antes da guerra, tudo se decidia na Europa. O discurso eurocêntrico dos historiadores correspondia bem a um mundo unificado pelo capitalismo e dominado por Londres e Paris. Ao sair da guerra, a Europa está enfraquecida pela sangria humana que se eleva a vários milhões de mortos, pela destruição material, mas sobretudo pela ascensão de novas potências bem mais dinâmicas, como o Japão e principalmente os Estados Unidos. (DOSSE, 2003, p. 36).

Febvre afirma: “A crise da história não foi uma doença específica que atingisse unicamente a história. Foi e é um dos aspectos, o aspecto propriamente histórico de uma grande crise do espírito humano.” (FEBVRE, 1953, p. 26). Peter Burke, em seu livro

A *Escola dos Annales 1929-1989* diz que a revista foi planejada, desde o começo, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. De certa forma pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Como ele mesmo cita, seria o porta-voz, ou porque não o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. (BURKE, 1990). Sendo assim, percebe-se nos fundadores, a necessidade de um intercâmbio intelectual com outras disciplinas, como a psicanálise, a sociologia, geografia, antropologia entre outras. Como cita *Dosse 2003*, “O questionamento do evolucionismo, da ideia de progresso, desloca a reflexão da história para outros terrenos, exteriores ao seu próprio território”. (DOSSE, 2003, p. 40). Segundo Burke (1990), os *Annales*, podem ser divididos em três fases. A primeira constitui até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que é chamada de fase de formação. A segunda já com Braudel como líder, vai até o fim da década de 70, a terceira fase é marcada principalmente pelas história das mentalidades, mesmo Bloch e Febvre já fazendo uso desse artifício em *Os Reis Taumaturgos* e *a Religião de Rabelais*, ela só vai se concretizar nos *Annales* na terceira geração, lá pelos fins da década de 70. Duby, Le Goff, Pierre Nora e Michel Vovelle, são os principais nomes dessa geração. (BURKE, 1990).

O primeiro exemplar da revista sai em 15 de janeiro de 1929, dando proeminência a história econômica, em sobreposição a história política. Essa primeira fase da revista vai até os anos de 1959, onde Febvre passa a direção da revista a Fernand Braudel, dando assim início a segunda geração dos *Annales*, período onde a historiografia francesa vai se estabelecer com proeminência em relação a outros projetos historiográficos. Como cita Febvre: “Os *Annales* começaram como uma revista de seita herética. É necessário ser herético”. Declarou Febvre em sua aula inaugural no Collège de France. (FEBVRE, 1953).

Os anos em Estrasburgo, a influência da historiografia alemã nos *Annales*

Estrasburgo, cidade situada ao leste da França, que passa ao controle alemão, depois da Guerra Franco-Prussiana em 1871, e logo depois em 1918, após o termino da Guerra, volta a ser território Frances. Significativo notar que Marc Bloch e Lucien Febvre se conhecem na universidade de Estrasburgo, até então território extremamente germanizado, e a partir daquele momento começa a germinar a ideia da criação de uma revista voltada para a chamada história problema. De um lado um projeto historiográfico Frances em rivalidade com o projeto historiográfico alemão, disputando palmo a palmo a supremacia da escrita da história. O projeto Francês, que também é ligado aos *Annales*, e que propunham uma guerra simbólica pela dominação da historiografia em nível mundial. Rivalizando com outras potências ocidentais, como o projeto inglês, o norte americano, o italiano e principalmente o alemão, como bem analisa Fraiçois Dosse.

O historicismo francês alimenta-se em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold Von Ranke da metade do século 19. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. (DOSSE, 2003, p. 66)

Já que muito da historiografia dos Annales passa pela escola alemã, como cita Reis:

(...) na verdade, a escola francesa dos Annales não pode ser entendida sem se considerar a herança da escola histórica alemã. Os «grandes homens» dos Annales liam alemão e Bloch até mesmo estudou na Alemanha. (REIS, 2004, p. 101).

Ou porque não citar Braudel, quando este próprio, líder da segunda geração dos Annales cita a importância da historiografia alemã para os *Annales*, quando estes formados em Estrasburgo, ficaram expostos a um processo de germanização no campo da história. Sendo assim, pode-se afirmar que a Alemanha, tentava rivalizar com a França, principalmente através da Universidade de Estrasburgo, até então pertencente à Alemanha, durante o governo de Bismarck, tornando-a o símbolo da superioridade alemã sobre a cultura francesa.

Seria então fortuito o fato de Henri Berr, Lucien Febvre, Marc Bloch e eu mesmo sermos os quatro do leste da França? Que o empreendimento dos Annales comece em Estrasburgo, face a Alemanha e ao pensamento histórico alemão? (DAIX, 1995, p. 173).

O que estava em jogo naquele momento era uma disputa política, através do discurso, e das relações de força, principalmente pela disputa hegemônica da História, entre França e Alemanha. O contexto também se torna importante de ser analisado, pois esse período é marcado pelo crescente revanchismo entre as duas nações, período entre guerras, nacionalismos aflorados dos dois lados, que acabou levando a Segunda Guerra Mundial. Onde um dos fundadores da Escola dos Annales, Marc Bloch, que inclusive fazia parte da resistência francesa, analisa muito bem em sua obra intitulada *A Estranha Derrota*, escrito no campo de batalha em 1944.

Após a Guerra Franco-Prussiana, em 1871, com vitória dos alemães, percebe-se no Brasil uma influência significativa de autores alemães em contra ponto aos franceses, que até então dominavam o cenário nacional através de seus escritores, como cita Dosse (2003).

“A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina cientificista de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta no desastre da França em 1870”. (DOSSE, 2003, p. 66).

José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil 1*, nos mostra como se deu essa “germanização” da cultura brasileira no século XIX, e como esse fato acirrou um revanchismo francês em relação à Alemanha. Reis cita abaixo como o prestígio francês fora abalado pela derrota na guerra em terras brasileiras. (REIS, 2007).

O desfecho da guerra franco-prussiana abalou o prestígio da cultura francesa, e os intelectuais brasileiros se abriram às influências inglesa e alemã: Spencer, Darwin, Buckle, Ranke, Ratzel. Os franceses ainda influenciavam: Comte, Taine, Tarde, Renan, G. Le Bon. (REIS, 2007, p.89).

Dessa forma a região de Estrasburgo será de suma importância na germinação

e crescimento dos *Annales*, pois ali nascerão as ideias e as influências da escola alemã no projeto Frances. Como bem analisa Dosse, que o historicismo francês alimenta-se em grande parte, na escola historiográfica alemã, nas teses de Leopold Van Ranke da metade do século 19. Elas influenciaram bastante os historiadores franceses, que delas extraíram as bases teóricas. A escola historicista francesa parece ter captado bem a doutrina cientificista de Ranke para obter a eficácia alemã, manifesta no desastre da França em 1870. (DOSSE, 2003).

A Missão Francesa, a influência da historiografia dos *Annales* no Brasil

A missão francesa começa no século XIX, em 1896, por intermédio de missões científicas e culturais e da Aliança Francesa. Porém foi no ano de 1908, que a Universidade de Paris criou um grupo com objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina. Já nos anos da Primeira Guerra mundial esse intercâmbio foi bastante reduzido, em virtude do conflito, porém na década de 20 a influência francesa no Brasil volta ainda mais forte, principalmente no começo dos anos de 1930, onde o projeto francês no Brasil no campo universitário entra em conflito com outros projetos, como o italiano, alemão e norte-americano, toda essa disputa se intensifica principalmente na criação das primeiras universidades no Brasil, principalmente nas cidades do Rio e São Paulo. (FERREIRA, 1999). No ano de 2005, celebrou-se o ano da França no Brasil, quando completava-se 70 anos da criação da UDF e do primeiro curso universitário de História no Rio de Janeiro. Esse evento mobilizou mais de 2 milhões de franceses, e durante esse mesmo ano aumentou em 27% o número de turistas franceses no Brasil, simbolicamente esse fato reforça novamente como a missão francesa está presente até os dias de hoje em terras brasileiras.

A maior concorrência que os franceses sofreram foi do projeto italiano, pois o governo brasileiro e paulista vinham sofrendo grande pressão por parte de grupos italianos, propensos a desenvolver em terras brasileiras influências nas universidades que estavam sendo criadas, principalmente na Universidade de São Paulo. Pode-se dizer que o grande responsável por esse processo de vinda de professores franceses para o Brasil se resume na figura de George Dumas, que foi médico e psicólogo francês, que faleceu em 1946.

Com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil em 1939, organizaram-se afinal as missões universitárias francesas compostas não mais de conferencistas eventuais, mas de professores que iriam se transferir para o Brasil e tornar-se responsáveis por cursos completos. As articulações para a vinda dessas missões constam da documentação diplomática francesa a partir de 1934. (FERREIRA, 1999, p. 230).

Abaixo, Sérgio em um artigo intitulado *Cultura Brasileira*, publicado em 1951, no *Jornal Correio da Manhã*, nos relata da importância da chamada “missão francesa” no Brasil, onde segundo ele, foi de suma importância para criar no Brasil um novo modo de se fazer história, baseado em um novo modelo historiográfico. Bem distante daquele modelo positivista que

até então permeava por terras brasileiras.

A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários. Referindo-se a criação, em 1934 e 35, das nossas primeiras faculdades de filosofia e letras – a de São Paulo e a do Distrito Federal. (...) No que se refere a história, inclusive a história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua a sê-lo, sobre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo, e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hauser e de um Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 15 de julho de 1951).

No caso do Brasil, nota-se claramente um projeto Francês, ligado a Escola dos Annales, (que talvez seja no século XX o principal núcleo da historiografia contemporânea) numa tentativa de implantação nos trópicos de uma cultura europeia. Voltada principalmente para o etnocentrismo do homem branco, “salvador do mundo”, catequizador, civilizado e portador dos bons costumes. A USP foi estruturada em um momento decisivo dos *Annales*, mais precisamente no ano de 1929, o ano de sua criação. Esse projeto ficou conhecido como “A missão francesa”, uma tentativa talvez de tentar nos lembrar do nosso passado obscuro, não civilizado e anticristão, encontrado aqui no Brasil, nos primeiros anos de nossa colonização.

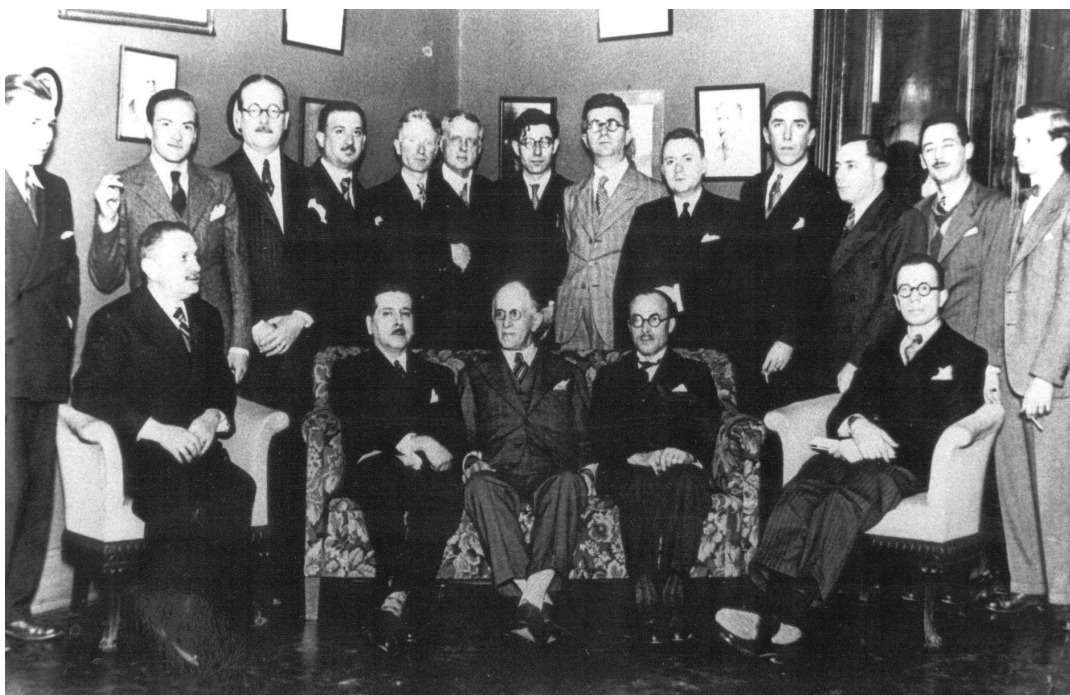


Figura 7: Professores da Missão Francesa no Brasil, que ajudaram na criação da USP, São Paulo, 1934.

Fonte: Foto: Acervo Caph/USP

Como bem cita Fernando Novais: “A palavra missão, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação”. (NOVAIS, 1994, vol. 8, n. 22). A missão foi composta de pessoas de alta qualidade: Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Braudel, Lévi-Strauss, Pierre Monbeig

etc. O mais importante deles era Henri Hauser, que ocupava lugar de destaque na estrutura acadêmica francesa, saindo da Sorbonne em 1935, dando lugar a March Bloch na cadeira de História. (FERREIRA, 1999). Fato significativo é de Lucien Febvre e March Bloch sempre manterem contato com Hauser ao longo dos anos 20 e 30, além de manterem uma relação de respeito de admiração, conforme pode ser observada em correspondências trocadas entre os fundadores dos *Annales* e Hauser. Sendo Henri Hauser participante da revista dos *Annales* como redator.

Em 1937 e 1938, Hauser publicou vários artigos sobre o Brasil nos *Annales*. O primeiro deles versava sobre a figura de Maúa e intitulava-se “Um problème d’influences: Le Saint-Simonisme au Brésil”. (*Annales*, 1937, v. 9). Cabe salientar que Hauser foi a figura mais proeminente da “missão”, já beirando seus 70 anos de idade, era sem dúvidas o mais conhecido de todos que vieram ao Brasil, sendo inclusive já muito bem estabelecido e conhecido na França, sendo junto com Dumas, um dos maiores articuladores da missão francesa no Brasil.

No que se refere ao Brasil, Hauser também desempenhou um papel chave, pois, acionando sua rede de relações, não só indicou vários nomes para integrar as missões que vieram pra São Paulo (entre os quais Pierre Monbeig e Fernand Braudel), como foi um dos pioneiros a escrever e publicar sobre o Brasil na França, permitindo aos franceses uma “redescoberta” do Brasil. Em 1937, publicou na *Revue Historique* um ensaio bibliográfico sobre a historiografia brasileira, no qual discutia as obras dos principais historiadores do país, como Varnhagen e Capistrano de Abreu, e também divulgava os esforços de jovens estudantes universitários cariocas para criar um Centro de Estudos Históricos em 1936. (FERREIRA, 1999, p. 234).

Abaixo, Guimarães nos mostra como o intelectual Sérgio Buarque de Holanda, já com uma identidade uspiana, na década de 50, conseguiu transitar em meio a duas correntes historiográficas muito fortes na USP naquele momento. De um lado os braudelianos e de outro os marxistas comandados por Florestan Fernandes, sendo assim pode-se dizer que Sérgio Buarque vai representar uma terceira via de pensamento na Universidade de São Paulo.

Sua chegada a cátedra representou uma renovação e uma terceira via para a produção historiográfica uspiana, até então marcada por duas vertentes: de um lado, os tradicionalistas paulistas, herdeiros da historiografia do Instituto Histórico; do outro os “braudelianos”, próximos aos postulados dos *Annales*, marcados pela presença de Braudel na USP e sua subsequente ascensão na revista francesa. A abertura de Sérgio Buarque de Holanda ao diálogo teórico metodológico, que tanto o marcou, permitiu que mantivesse o respeito e influxo sobre membros das duas correntes, assim como também ocorreu com relação aos marxistas, que muito cresceram nos anos 60. (GUIMARÃES, 2008, p. 53).

Analisando esses pensadores franceses que chegaram a USP, fica claro que talvez não só eles trouxeram algo de novo e benéfico para o Brasil, talvez nossa terra tenha oferecido a eles algo muito maior do que eles nos ofereceram, o Brasil com toda sua peculiaridade cultural, através da música, da mestiçagem, da capoeira, do samba entre outros, forma esse “caldeirão cultural” que atrai e fascina sociólogos, historiadores e principalmente

antropólogos como é o caso de Levi-Strauss, que depois de estar no Brasil afirmou, em 1957: “Um ano depois da visita aos Bororo, todas as condições para fazer de mim um etnógrafo estavam satisfeitas”. Lembra que, num certo dia, recebeu um telefonema de um filósofo, seu professor, perguntando se continuava com a ideia de estudar índios. Diante da confirmação, esse professor disse: “Então, você precisa falar com Georges Dumas, pois ele está organizando uma missão que vai para uma Universidade em São Paulo, recém-criada; e nos arredores dessa cidade enxameiam índios”. Esse foi o critério para a escolha de Lévi-Strauss. É o caso do próprio Braudel, líder da segunda geração dos *Annales* e autor de uma obra clássica chamada *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. (PEIXOTO, 2009). Abaixo Novais (1994) analisa a importância do Brasil na formação desses jovens intelectuais da missão francesa.

Agora, por que nós fomos bons para eles? Provavelmente porque gostaram do Brasil. Sempre me pergunto por que os estrangeiros, salvo raríssimas exceções, gostam do Brasil. Talvez a explicação seja a cordialidade brasileira, assinalada por Sérgio Buarque de Holanda. Outros franceses também fizeram os maiores elogios ao Brasil e aos brasileiros. Relembro os casos de Jacques Godechot e Albert Soboul. (NOVAIS, 1994, vol. 8, n. 22)

Alguns brasileiros citam exaustivamente outra afirmação feita por ele - a de que “se tornou inteligente no Brasil, em São Paulo especialmente”. Braudel líder da Escola no período pós-guerra e até fim dos anos 70, era visto como a figura exponencial dos *Annales*. Aqui Braudel, em 1936, mostra a visão que teve do Brasil, e como este o influenciou sobremaneira na construção de sua obra.

(...) músicos cegos, um povo que canta e dança. A miséria é algo que existe sobretudo no Norte, que é a mais bela região do Brasil. Assim foi que estive na Bahia, Bahia de todos os santos. Lá estando, é impossível deixar de entender. Diante de uma mesquita como a mesquita de Argel, entendo os elementos porque se trata de um trabalho, muito trabalho italiano, mármore, apliques de mármore, mas não entendo o que é uma mesquita, ao passo que entender as igrejas da Bahia é extremamente fácil: sinto-me a altura...O Brasil é a mesma civilização, mas não na mesma idade. Foi efetivamente o Brasil que me permitiu chegar a uma certa concepção da história que eu não teria alcançado se tivesse permanecido em torno do Mediterrâneo. (DAIX, 1995, p. 162).

Segundo relata Paulo Miceli (1998), professor da Unicamp, em fevereiro de 1935, Fernand Braudel chegava ao porto de Santos, a bordo de um luxuoso navio. Nascido no mesmo ano de outro intelectual, Sérgio Buarque em 1902, Braudel substituíra um professor da Sorbonne, recentemente falecido. Sendo assim, integrado a missão francesa encarregada de organizar a USP. Tinha início, uma estada de três anos no Brasil, como professor do curso de História da Civilização, tornando-se um dos grandes nomes da historiografia mundial no século XX. (MICELI, 1998). Segundo Braudel, o Brasil, principalmente o litoral paulista, reproduzia em sua mente imagens que o fizeram lembrar a vida camponesa na Idade Média francesa. Significativo notar como algo tão efêmero, como os vaga-lumes que via no Brasil, o ajudaram a esclarecer questões centrais e a compreender a essência da teoria dos *Annales*: “Os acontecimentos são como vaga-lumes nas noites brasileiras: brilham mas não aclaram”.

(O ESTADO DE SÃO PAULO, 1995, caderno2, p. D2).

Ainda segundo Miceli (1998), o Brasil foi de suma importância na criação de um clássico da historiografia mundial, escrito por Braudel, considerado por alguns a maior obra do século XX, pois no Brasil, Braudel encontrou uma outra sintonia, outra paisagem, diferente da Europa, já cansada e desgastada pela guerra quando Braudel chega ao Brasil em 1935. Uma vez perguntado se *O Mediterrâneo* foi escrito no Brasil, Braudel respondeu bem objetivamente.

Ao ser perguntado se sua tese sobre o Mediterrâneo fora escrita no Brasil, Braudel respondeu: “Foi. Grande parte dela. Eu tinha toda documentação. Os estudantes trabalhavam pouco e os professores também. Havia muitas distrações e feriados no Brasil. E como é possível a vida sem distrações? Um dia era festa de descoberta da América, depois festas de São João, etc. E não tinha aulas. Havia dias em que a faculdade estava fechada e isso não era minha culpa. Dessa forma, tinha muito tempo para ir escrevendo a tese escondidinho...”. (MICELI, 1998, p. 262).

Braudel passou três anos no Brasil, de 1935 a 1937, período definido por ele como “o mais feliz de sua vida”. E foi no retorno pra casa em 1937, que conheceu Lucien Febvre, vindo de Buenos Aires. Quis o destino que os dois se encontrassem no mesmo navio, com destino a Europa, que dois anos depois iria se ver novamente envolvida em um novo conflito, e novamente assim como em 1914-1918, ser completamente destruída, abrindo assim espaço para outras potências, como URSS e EUA. Já o Brasil a partir de 1937, tomado pela ditadura do Estado Novo, durante o governo Vargas. Porém o mais interessante de se notar foi a “adoção” de Febvre, em relação à Braudel como filho intelectual a partir daquele momento. (BURKE, 1990, p. 50).

Durante os três anos que permaneceu no Brasil foi professor da recém inaugurada Universidade de São Paulo. Dessa forma Braudel pode semear aqui em terras brasileiras um pouco de seu vasto conhecimento, e porque não pensar que foi uma troca, já que segundo o próprio Braudel, o Brasil o encantou desde o primeiro dia, com seu hibridismo, suas danças, sua cultura, e seu jeito peculiar de ser. Assim como Braudel, outros também se encantaram com a cultura heterogênea brasileira, esse “caldeirão” de misturas que é o Brasil, e que sem dúvida alguma, foi de suma importância na concretização humana desses intelectuais.

Além desses já citados, cabe destacar também a figura de Roger Bastide, que chega ao Brasil em 1938, para assumir as funções de professor de sociologia na Universidade de São Paulo. Muito inspirado pelas obras de Nina Rodrigues e principalmente em Gilberto Freyre, onde ele em sua tese de doutorado “As religiões africanas no Brasil”, vai travar um profundo dialogo com duas obras de Freyre, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. Sendo assim ele vai desenvolver um trabalho muito forte ligado à antropologia e aos estudos étnicos raciais presentes no Brasil, principalmente nos terreiros de candomblé. Como diz Ruy Coelho: “o Bastide, como todos os outros professores franceses, nos endereçava ao Brasil”, ou como dizia o próprio Bastide: “Minha partida para o Brasil, onde eu esperava estudar as crises de possessão afro-americanas, não teve outra finalidade”. (PEIXOTO, 2009).

Significativo foi o fato de uma carta do historiador Pierre Mombeig, endereçada ao líder dos *Annales* Lucien Febvre em 1940, sugerindo que Gilberto Freyre fosse publicado na

França. Como relata o próprio Mombeig na carta: “Há no Brasil um sociólogo que se chama Gilberto Freyre que escreve boas coisas sobre o nordeste. Os *Annales* poderiam publicar um artigo dele. Eu penso que Hauser poderia dar a opinião dele sobre Gilberto Freyre”. (FERREIRA, 2011). Assim cita Burke, sobre a relação próxima de Freyre com os *Annales*.

Como Freyre chegou a desenvolver sua marca particular de história social? (...) Embora seu contato com a cultura francesa tenha sido para ele de grande importância, alguns nomes franceses óbvios serão mencionados aqui apenas para serem rejeitados como influências: Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e Paul Vidal de la Blache. Em 1930, quando Freyre começou a trabalhar em Casa-Grande & Senzala, Bloch e Febvre ainda não tinham estabelecido suas reputações internacionais e Fernand Braudel, um mestre-escola na Argélia, era ainda virtualmente desconhecido. Foi somente no final da década de 30, quando Braudel veio à USP, que ele e Freyre encontraram-se e descobriram seus interesses em comum (BURKE, 1997, p.5).

Esse paralelo se torna interessante, pela similaridade entre a obra de Freyre, *Casa Grande e Senzala*, obra datada de 1933, com as obras dos *Annales*. O método historiográfico usado por ambas às partes se torna muito similar, quando se percebe como *Casa Grande e Senzala* foi concebida, é impossível não pensar no modelo historiográfico dos *Annales*, pois Freyre vai usar de maneira muito peculiar uma forma de se fazer história muito parecida com os franceses, como a história da vida privada, do cotidiano, cultura material entre outros, porém assim relata Burke em relação a essa semelhança.

Estas semelhanças de abordagem foram reconhecidas tanto por Febvre como por Braudel quando descobriram a obra de Freyre no fim dos anos 30. Freyre, no entanto, não estava imitando os *Annales* e nem Febvre ou Braudel o estavam imitando. Freyre aprendera seu estilo interdisciplinar na Universidade Colúmbia (BURKE, 1997, p.1).

Já a Universidade do Distrito Federal propunha chamar jovens talentos para lecionar, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Mário de Andrade entre outros, além de professores Franceses. Segundo Antônio Cândido: “foi o mais belo plano de Universidade já criado no Brasil, porém o projeto foi massacrado pela direita católica e pela direita política, no qual eram bastante conservadores”. (CÂNDIDO, 2011).

Como cita o site da UFRJ, temos registros da presença e atuação de professores franceses, na UDF, em 1936, lecionando nas Escolas de Economia e Direito e de Filosofia e Letras. São eles: Émile Bréhier, Eugène Albertini, Henri Hauser, Henri Tronchon, Gaston Leduc, Etienne Souriou, Jean Bourcier, Jacques Perret, Pierre Deffontaines e Robert Garric na Escola de Ciências, registra-se a presença, em 1935 e 1936, de outros estrangeiros, como: Viktor Lenz e Bernhard Gross.

Entre os brasileiros, destacamos: além de Anísio, Afrânio Peixoto, Roberto de Azevedo, Hermes Lima, Lélío Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascente, Cândido Portinari, Heloisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Lourenço Filho e Carneiro Leão.



Universidade do Distrito Federal

SBH
Vp 16 exal

APPROVO

Em 25 de Maio de 1936

Affonso Penna Junior

PORTARIA DE CONTRATO Nº 146-RU

O Reitor da Universidade do Distrito Federal, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Prefeito, de acordo com o despacho exarado no ofício numero 108-RU, de 13 de Maio de 1936,

Resolve contratar o prof. SERGIO BUARQUE DE HOLLANDA, para professor de Literatura Comparada, Secção de Línguas Estrangeiras da Escola de Filosofia e Letras, nos termos do Decreto nº 5.513, de 4 de Abril de 1935 e das Instruções que regulamentam a Universidade, bem como dos Estatutos a mesma relativos.

1.º prazo de prestação dos serviços ora contratados é de um ano letivo, de 15 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1937. Em caso de desídia, negligencia, abandono de serviço ou falta no exercício dele, a juízo do Conselho Universitário, sera este contrato rescindido a qualquer tempo, não tendo o professor contratado direito a qualquer indenização por esse fato.

2.º contratado se obriga a prestar 12 (doze) horas de serviço semanais.

3. A Prefeitura se obriga a pagar ao contratado a importância de Rs. 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis) mensais, correndo a respectiva despesa pela Verba 29 - Pessoal 4º do orçamento vigente.

4.º contratado deverá atender ao horario de serviço organizado pelo Diretor da Escola de Filosofia e Letras.

5. Cada falta ao serviço será descontada, nos vencimentos, a razão de 53\$000 (cincoenta e tres mil réis), salvo quando devidamente justificada.

6.º presente contrato não dá ao contratado a expectativa de qualquer direito futuro, nem lhe confere a qualidade de funcionario, com os direitos e vantagens que lhe são inerentes.

Distrito Federal, 13 de Maio de 1936

Affonso Penna Junior

Affonso Penna Junior.

Contrato da Universidade Federal, contratando Sérgio Buarque de Holanda como professor de Literatura Comparada da Escola de Filosofia e Letras da Universidade. Distrito Federal, 1936.

Fonte: Arquivo SIARQ-UNICAMP

Como declara Fernando Novais, “quando se diz que o surgimento da USP assinala a passagem do amadorismo para o profissionalismo nas ciências, isso é verdadeiro para Sociologia, Antropologia etc. No entanto, no caso da História, essa transformação não é assim tão nítida. Havia mais longa tradição e alguns historiadores de maior projeção, como Capistrano de Abreu. Deve-se levar em conta que, no Brasil, já se fazia História antes da

criação da USP”. (NOVAIS, 1994, vol. 8, n. 22)

REFERÊNCIAS

A UDF um breve histórico. <<http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/udf.htm>>. Acesso em: 28 de março de 2015.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989, A revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Editora Unesp, 1990.

_____. *Gilberto Freyre e a Nova História*. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 12 de outubro de 1997.

CANDIDO, Antonio. *Um Homem, duas Cidades*. Seminário “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda”. Debate promovido pelo IEB/USP. São Paulo, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHAUNU, Pierre. *Histoire, science sociale*, Paris, SEDES, 1974.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: Uma Biografia*. São Paulo: Editora Record, 1995.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos Annales a Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. 1953

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e a redescoberta do Brasil*. Rio de Janeiro, 1999. (Artigo Científico).

_____. *A trajetória de Henri Hauser: um elo entre gerações. Estudos de historiografia brasileira*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Henrique de Lima. *A Modernidade Brasileira reconta as tradições paulistas. Sérgio Buarque de Holanda, Perspectivas*. MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Introdução a Democracia. *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1870: Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

JORNAL, O estado de São Paulo. *Em dois novos livros a trajetória de Braudel*. Caderno 2, 26 de Nov. 1995, p. D2.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MICELLI, Paulo. *Sobre a História, Braudel e os vaga-lumes. A escola dos Annales e o Brasil (ou vice e versa)*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo, Editora Contexto, 1998.

NOVAIS, Fernando. *Braudel e a Missão Francesa*. São Paulo: Estud. av. vol.8 no.22 São Paulo Sept./Dec. 1994. (Artigo Científico).

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Um Enigma Chamado Brasil*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André (Org.). São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC, vol.1*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Norbert Elias: um paralelo com Fernand Braudel*. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.) *Grandes nomes da história intelectual*, São Paulo, Editora Contexto, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Comunidades Imaginadas*. In: ANDERSON, Benedict. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO

Data de aceite: 17/06/2020

Data da submissão: 06/03/2020

*Parte deste texto foi publicada originalmente nos Anais do X Encontro Internacional de Produção Científica. UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá, 24 a 26 de outubro de 2017. Revisto e ampliado para esta edição.

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro

Universidade Estadual de Maringá.

Maringá – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4035631192602792>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá.

Maringá – Paraná.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: O objetivo deste texto é discutir a revolta nobiliária ocorrida em 1272/1273 nos reinos de Castela e Leão contra o monarca Alfonso X, o Sábio (1252-1284). Procuramos compreender as motivações da revolta, pautada, sobretudo, na recusa dos nobres em aceitar a nova legislação proposta pelo rei que buscava a centralização do poder em detrimento dos interesses nobiliários. Utilizamos com fonte principal, a *Crônica de*

Alfonso X, escrita por volta do ano de 1344.

PALAVRAS-CHAVE: Nobreza; Rei; Crônica.

THE NOBILIARY REVOLT OF 1272/1273 IN THE CRONICLE OF ALFONSO X, THE LEARNED

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the noble revolt that occurred in 1272/1273 in the kingdoms of Castile and Leon against the monarch Alfonso X, the learned (1252-1284). We sought to understand the motivations of the revolt, based, above all, on the refusal of the nobles to accept the new legislation proposed by the king that sought the centralization of power to the detriment of noble interests. We used the main source, the Chronicle of Alfonso X, written around the year 1344.

KEYWORDS: Nobility; King; Chronicle.

1 | INTRODUÇÃO

A revolta nobiliária de 1272 e 1273 em Castela e Leão acirrou os embates entre a nobreza e Alfonso X (1252-1284). O projeto político centralizador empreendido pelo monarca, atingia diretamente a nobreza, que, desde o início da Reconquista Ibérica havia conquistado, além de privilégios,

direito de ter uma jurisdição própria.

Objetivamos, portanto, compreender o processo de fortalecimento da nobreza castelhana-leonesa, bem como o perfil de rei construído por Alfonso X (1252-1284). O equilíbrio destas duas forças foi comprometido, de um lado, o rei que buscava ampliar seu domínio e, de outro, a nobreza que relutava em abrir mãos dos privilégios e direitos adquiridos.

Durante o reinado de Alfonso X, a relação entre o monarca e a nobreza foi se tornando mais conflituosa, à medida que o rei buscava legitimar o seu poder frente aos nobres mais poderosos de seus reinos. Alfonso X pôs em prática uma legislação que limitava o poder e a influência da nobreza nas decisões reais.

Dessa forma, foi com o *Fuero Real*, código elaborado sob sua supervisão, que Alfonso X tentou empreender a centralização do poder e da jurisdição sobre Castela e Leão. Mas, o rei encontrou resistências por parte dos nobres que, naquele momento, viam sua autonomia jurídica ameaçada e, por consequência, seus direitos e privilégios até então reconhecidos pelos monarcas.

A *Crônica de Alfonso X*, redigida por volta de 1344, por solicitação de Alfonso XI, (1311-1350) seu bisneto, resgata as relações entre o monarca e a nobreza castelhana-leonesa por meio de cartas e documentos. Esta fonte nos permite compreender as razões que levaram ao embate. A correspondência nela contida possibilita a investigação da relação entre o monarca e os nobres rebelados, bem como a forma como se deram os enfrentamentos, as negociações e os acordos firmados.

2 | A CRÔNICA DE ALFONSO X

A principal fonte de nossa análise é a Crônica de Alfonso X, redigida, conforme afirmamos, em 1344 durante o reinado de Alfonso XI. Além de basear-se em outras crônicas escritas durante o reinado do monarca, o cronista incorporou uma extensa documentação relativa à revolta nobiliária de 1272/1273. Além da documentação oficial, ou seja, emitida pela chancelaria de Alfonso X, vários outros documentos como cartas e petições nobiliárias foram incorporados à crônica.

A crônica apresenta a seguinte estrutura:

SEÇÕES	CONTEÚDO
Primeira 1252-1272	Corresponde aos capítulos I ao XIX. Narra o início do reinado de Alfonso X, apesar dos erros cronológicos, o cronista busca mapear a organização política e econômica.
Segunda 1272-1273	Corresponde aos capítulos XX até LVIII. O cronista incorporou ao texto documentos da chancelaria real do processo de negociação dos nobres com o monarca durante a revolta nobiliária é, portanto, a seção mais documentada de todo o texto da <i>Crónica de Alfonso X</i> .
Terceira 1274-1275	Corresponde aos capítulos LIX ao LXIV e, novamente, traz erros cronológicos e informações de itinerários de viagens. O objetivo do cronista foi de apresentar o fim da rebelião dos nobres.
Quarta 1275-1284	Se refere aos capítulos LXV até LXXVIII, narra os feitos de Sancho IV, filho de Alfonso X, o Sábio.

Tabela 1: Estrutura da *Crónica de Alfonso X* segundo Manuel González Jiménez (2000).

As fontes auxiliares são de caráter jurídico, o *Fuero Viejo de Castilla*, *Fuero Juzgo* e *Fuero Real*. Esses códigos demonstram a autonomia jurídica da nobreza, com o *Fuero Viejo de Castilla* como código jurídico local restrito à Castela, seguido pelo *Fuero Juzgo*, a primeira tentativa de Fernando III (1217-1252) de unificação jurídica e o grande projeto de Alfonso X (1252-1284) com o *Fuero Real*. Iniciado por Fernando III, Alfonso X deu continuidade a essa política centralizadora, pelo menos até a eclosão da crise com a nobreza (GERBET, 1997, p.120).

A imposição dos novos códigos centralizadores e a substituição das antigas leis de origem nobiliária provocou o enfrentamento entre o rei e parte da nobreza castelhana. A análise das fontes possibilitou o entendimento das razões que levou à revolta e as dificuldades enfrentadas pelo rei em seu projeto político.

Metodologicamente, as crônicas medievais devem ser analisadas como obras histórico-literárias. Para além dos feitos de “grandes homens”, elas retratam uma sociedade, sua forma de ver e encarar a realidade, seus aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos, e é essa pluralidade de possibilidades que amplia os campos de estudos para quem se debruça sobre tais documentos. Todavia, há que se ter um olhar cuidadoso na investigação das crônicas uma vez que elas podem conter uma intencionalidade não declarada, objeto de análise dos historiadores. De acordo com Maurizio Tulliani,

Para a historiografia moderna seu interesse particular [da crônica] não se estabelece só nos sucessos que se relatam, mas também na forma em que a narração se desenvolve, na maneira de refletir o ambiente cultural em que se escreve, nas ideias políticas e religiosas que constituem o bastidor da obra¹ (TULIANI, 1994, p. 3).

1 “Para la moderna historiografía su particular interés no radica sólo en los sucesos que se relatam, sino también en la forma en que la narración se desarrolla, en la manera de reflejar el ambiente cultural en que se escribe, en las ideas políticas y religiosas que constituyen el trasfondo de la obra” (TULIANI, 1994, p.3).

Segundo Moses Finley (1994), a realização de uma pesquisa histórica exige que o pesquisador leve em consideração alguns elementos fundamentais ao exercício da investigação. Informações acerca do contexto de produção da fonte, da autoria, da tipologia, dos termos, bem como da historiografia relativa ao documento e ao objeto de análise, tornam o trabalho do historiador mais crítico e caracterizam-se como um caminho metodológico necessário para a leitura e análise de fontes, neste caso, inseridas no contexto medieval.

3 | A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272-1273

Alfonso X mostrou-se participativo e interessado nos assuntos do reino desde a juventude, sua formação para ocupar o trono ia muito além da simples formação militar e cristã, abrangia também conhecimentos científicos e literários, pois desde jovem cercou-se de poetas, tradutores e intelectuais. Durante o reinado de Fernando III, seu pai, desempenhou atividades administrativas, militares, além de participar das atividades intelectuais desenvolvidas na corte (REIS, 2007, p.170).

Após a morte de Fernando III em 1252, o então príncipe, foi proclamado rei de Castela e Leão. Na *Crónica de Alfonso X* não há menção à forma como se deu a ascensão ao trono, apenas uma citação breve: “[...] depois que faleceu o santo rei dom Fernando, o primogênito infante Alfonso foi elevado à condição de rei na cidade de Sevilha” (CAX *apud* REIS, 2007, p.74).

A partir de então, Alfonso X dedicou seu reinado à questão intelectual, militar e religiosa, mantendo a política até então proposta por seu pai, de expansão e consolidação do território castelhano-leonês, e de centralização do poder por intermédio da implantação de novos códigos legais.

Em alguns momentos de seu reinado Alfonso X entrou em conflito com a nobreza, especialmente quando se tratava da imposição da nova legislação que previa a substituição dos antigos códigos jurídicos adotados pela nobreza em seus respectivos territórios. Neste contexto, as novas leis criadas pelo rei deveriam ser “entendidas, obedecidas e preservadas”, além de possuírem o dever de ser “benéficas, corretas e verdadeiras” (REIS, 2007, p. 196-197).

Em 1264 as possibilidades de expansão territorial cessaram, pois restava sob o controle dos muçulmanos apenas o reino de Granada. Concomitante, a nobreza castelhano-leonesa compreendeu que a fonte de sua riqueza, condicionada à constante obtenção de terras e favores, havia se esgotado. A interrupção da Reconquista trouxe consigo uma crise econômica e, como consequência, a diminuição das regalias e benefícios da nobreza. (GERBET, 1997, p.121).

Entretanto, os nobres tinham consciência de sua importância política e militar e, frente às ameaças de diminuição do seu poder, decide pelo enfrentamento com o monarca. Deste modo, é uma nobreza unida em torno dos seus ideais que se subleva em 1272. A razão principal eram as mudanças provocadas pelo projeto de unificação jurídica de Alfonso X, mas o cenário econômico e a pressão fiscal que aumentava sobre os nobres também colaboraram

para a sublevação nobiliárquica. Segundo Félix Pérez Algar,

As constantes e enormes despesas que se originaram do Império, em conjunto com as necessárias para combater em Granada, tinham deixado os cofres reais vazios. Alfonso X estava gastando praticamente sem parar desde o momento em que chegou ao tron² (PÉREZ ALGAR, 1997, p.245).

Os problemas econômicos do reino complicavam ainda mais a situação do monarca neste momento. O rei não poderia aumentar os impostos ou desvalorizar os metais das moedas, qualquer uma dessas saídas causava ainda mais problemas com a nobreza local e limitava as negociações políticas frente aos problemas com os nobres. A saída encontrada por Alfonso X foi criar um imposto extraordinário que levaria a pressão fiscal do reino aos limites, mas que viabilizaria a viagem do monarca até o Império, a fim de reclamar o título de imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

Neste sentido, as negociações explicitam a necessidade de coexistência das forças que compunham o cenário político durante a Idade Média, por um lado a nobreza que precisa do monarca, em suas instâncias econômicas e sociais e, por outro, o rei Alfonso X (1252 – 1284) que, além de precisar da nobreza para os assuntos econômicos e organização social do reino, neste momento, precisa dos nobres revoltosos para empreender sua ida ao Império.

A relação de interdependência que existia entre a nobreza e o monarca castelhano-leonês impunha às partes certa cautela nas negociações e, garantiu que o monarca se disponibilizasse a negociar com os nobres revoltosos, pelo menos inicialmente.

O casamento infante herdeiro, Fernando de La Cerda; a realização das Cortes de Burgos e, a aprovação de um novo imposto, denominado *servicio*, por volta de 1272, intensificaram os problemas entre o monarca e a nobreza a tal modo que o embate direto foi inevitável.

A relação entre a monarquia e a nobreza nos reinos de Castela e Leão foi estudada por historiadores como Salvador de Moxó, Marie-Claire Gerbet, Pascual Martinez Sopena, Almir Marques Souza Junior, entre outros. Tais autores apontam para questões que ainda carecem de investigação, dadas suas implicações para o entendimento do processo de fortalecimento do poder real que se observa ao longo do século XIII, e, especificamente, durante o reinado de Alfonso X, o Sábio.

Salvador Moxó ao trabalhar com os estudos acerca da nobreza castelhano-leonesa na Idade Média indica que sua formação passou por três fases diferentes: a primeira delas se deu na Alta Idade Média, quando se forma a “primitiva aristocracia”, um pequeno grupo que gradativamente vai se destacando da população livre; a segunda se deu durante Idade Média Central, quando a “velha nobreza” obtém seu estatuto legal e passa a ser reconhecida juridicamente; por fim, na Baixa Idade Média, a nobreza se caracteriza como “nova nobreza” resultante de um processo de renovação nobiliária (MOXÓ, 2000, p. 226-227).

Alguns elementos foram fundamentais para o desenvolvimento da nobreza em sua

² “Los inmensos y constantes gastos que originaba el Imperio, unidos a los necesarios para combatir a Granada, habían dejado vacías las arcas reales. Alfonso X había estado gastando sin parar prácticamente desde el instante en el que llegó al Trono” (PÉREZ ALGAR, 1997, p. 245).

primeira fase, ou seja, a da aristocracia primitiva, dentre eles: o repovoamento, que foi, sem dúvida, um importante elemento para a formação de domínios territoriais e para o fortalecimento econômico e político da aristocracia durante o reinado de Alfonso III (852 - 910); o desenvolvimento das linhagens e a participação da nobreza na administração real. Com o início do processo de Reconquista em 722, manifesta-se a ação política e militar da “nobreza velha” com o objetivo de garantir e aumentar seus direitos jurídicos e seus privilégios. (MOXÓ, 2000, p. 255).

Já o surgimento da “nobreza nova” deveu-se ao declínio político da “velha nobreza”, em função de conflitos políticos e crises econômicas frequentes. Os gastos da longa guerra travada com os muçulmanos eram bancados pelas grandes famílias nobres e o conflito pelo poder levou ao desaparecimento de muitas linhagens antigas. Este novo grupo social era constituído pela família do rei e seus parentes; aqueles que ocupavam cargos administrativos; os cavaleiros e guerreiros (MOXÓ, 2000, p. 284-285).

Entre os séculos X e XII a nobreza emerge como grupo político e militar bastante fortalecido, com importante papel na defesa dos territórios e da sociedade como um todo. À hereditariedade da posição ocupada junto à monarquia, dos cargos e privilégios, soma-se a afirmação do ideal cavaleiresco e a manutenção do seu status social. É a nobreza nova e militarizada que,

[...] se constituiu na classe militar por excelência já que a profissão das armas era considerada enobrecedora. Não há que se esquecer da estreita relação que existiu durante todo o processo medieval entre «cavalaria» e nobreza cujo significado se faz complementar, sobretudo em fins da Idade Média ao considerar que suas origens eram idênticas.³ (GARCIA VERO; CASTRILLO LLAMAS, s.d., p. 23).

Desta maneira, o processo de fortalecimento da nobreza castelhana está intrinsecamente relacionado à questão militar e, por consequência, à Reconquista. Em pouco mais de dois séculos, findando-se em 1264, se recuperou mais de 400.000 km², o que permitiu aos cristãos apoderar-se praticamente de toda a Península, com exceção apenas do pequeno reino de Granada (GERBET, 1997, p. 36). Junto a esse avanço cristão, o fortalecimento da nobreza foi latente e paralelo ao fortalecimento do poder real.

Com a diminuição de atividades do processo de Reconquista⁴, a nobreza viu-se desprovida de sua fonte de enriquecimento e regalias, isto é, a apropriação de parte dos territórios conquistados. De início, Alfonso X (1252 – 1284) tentou remediar a situação, concedendo algumas compensações, como remunerações pelos cargos ocupados na administração,

³[...] se constituyó en la clase militar por excelencia ya que la profesión de las armas se consideraba ennoblecedora. No hay que olvidar la estrecha relación que existió durante todo el período medieval entre «caballería» y nobleza cuyo significado se hace complementario sobre todo a fines de la Edad Media al considerarse que sus Orígenes eran idénticos.” (GARCIA VERO; CASTRILLO LLAMAS, s.d., p. 23).

⁴ Apesar de a Reconquista Ibérica ter sua data final apenas em 1492, com a retomada de Granada pelos cristãos, as atividades de investidas militares diminuem consideravelmente e a nobreza já passa a sentir a perda de poderes e privilégios. Ver: GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza, 1997. p. 36 – 64.

[...] quando a nobreza se levantou contra Alfonso X, em 1272, estava ainda muito longe de ser excluída do poder; o fortalecimento das instituições em benefício do rei não havia perturbado; se adaptava muito bem às tendências absolutistas, sempre e quando este não fora dirigido contra ela nem contra as cidades, e pudera controlá-lo. Contudo, no último decênio do reinado de Alfonso X, se iniciou um período de crise aguda entre os nobres e as cidades, por um lado, e entre estes e o rei por outro⁵. (GERBET, 1997, p. 123).

Assim, a Revolta Nobiliária de 1272/ 1273 registrada na *Crónica de Alfonso X*, mais do que representar um momento de exclusão da força política da nobreza, diz respeito a um embate de duas forças consolidadas e importantes ao contexto medieval castelhano, de um lado a nobreza historicamente fortalecida e apoiada e, por outro, a realeza, que cada vez mais buscava a centralização do poder.

A coesão dos nobres em defesa de seus direitos foi fundamental para o início da revolta. Aos poucos, passaram a angariar apoio de outros monarcas e fortalecer o grupo para enfrentar o rei. Em busca de apoio, os rebelados contataram o rei de Granada, Abu Yusuf, que concordou em ajudá-los. Segundo a *Crónica de Alfonso X*, o rei granadino expressou apoio aos nobres, oferecendo-lhes armamentos, cavalos e até mesmo homens, para enfrentar o monarca castelhano-leonês (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.72).

Conscientes de seu poder, os nobres rebelados buscaram alianças que permitiram consolidar seu movimento contra Alfonso X. Apesar do descontentamento acerca da condução política e econômica do reino, principalmente com os gastos excessivos com o casamento do infante Fernando de La Cerda, o problema era pontual, pois se referia à reforma político-jurídica de Alfonso X.

No primeiro memorial de queixas, os chamados *ricos omnes*⁶ apontam algumas determinações constantes no *Fuero Real*, consideradas prejudiciais por afetarem diretamente seus direitos e privilégios:

[1] Que os foros que o rei [dera a algumas cidades] às quais fidalgos pertenciam, que obrigavam a eles e a seus vassalos por força seguir aquele foro.

[2] E também que o rei não traga para sua Corte *alcades* de Castela que os julgassem.

[3] E a outra razão porque tinham se ofendidos era dos *porfijamientos* que o rei e seus filhos recebiam dos ricos-homens e dos fidalgos, porque ficavam deserdados.

[4] E a outra razão que lhes pedem que os *servicios* que eram outorgados que se recebessem em menos tempo e que lhes desse a confirmação que não mudasse, nem por foro, nem por mais tempo.

[5] E também que ofendiam os fidalgos o valor que davam em Burgos, em impostos.

[6] E a outra queixa que havia era dos *merinos* e dos *cogedores*, que lhes causava muitos prejuízos.

[7] E também que os ricos-homens e fidalgos do reino de Leão e de Galícia, que se

5“[...] cuando la nobleza se alzó contra Alfonso X en 1272 estaba aún muy lejos de ser excluída del poder; el fortalecimiento de las instituciones en beneficio del rey no la habia perturbado; se adaptaba muy bien a las tendencias hacia el absolutismo, siempre y cuando éste no fuera dirigido contra ella ni contra las ciudades, y pudiera controlarlo. Ahora bien, en el último decênio del reinado de Alfonso X se inició un período de crisis aguda entre los nobles y las ciudades, por un lado, y entre éstos y el rey, por outro.” (GERBET, 1997, p.123).

6 *Ricos omnes* é a forma como o cronista se refere, ao longo de todo o texto, ao nobre castelhano-leonês.

ofendiam muito pelas repovações que o rei fazia em algumas terras do reino de Leão e Galícia, e diziam que, por isso, perdiam o que tinham. E que o rei corrigindo essas coisas, que todos lhes serviriam de bom grado⁷ (CAX, 1998, p. 78, 79).

O memorial de petição evidencia o descontentamento dos nobres em relação a algumas imposições do *Fuero Real*, especialmente, a substituição dos chamados *fueros locais*. O novo código acabava com o direito dos nobres de recorrerem à antiga jurisprudência garantida no *Fuero Viejo de Castilla*. Portanto, a disputa na vigência de um ou outro código gerou certo desconforto político em Castela. A centralização proposta por Alfonso X rompia, então, com o equilíbrio das forças visualizadas nesse cenário.

A nobreza castelhano-leonesa exigia que os foros locais fossem mantidos. Apesar de parecer objetivo, o primeiro memorial de queixas dos nobres desmonta todo o cenário político e administrativo construído por Alfonso X ao longo de seu reinado. Além de reivindicar a retomada da autonomia jurídica por parte dos nobres locais, questionava o processo de repovoamento de algumas regiões empreendidos pelo monarca, além de questionar suas reformas administrativas centralizadoras, elegendo pessoas da Coroa de Castela para os cargos de importância local, como os *merinos* e os *cogedores*⁸.

Em meio às reivindicações nobiliárquicas, o monarca assumiu uma postura conciliadora e se dispôs a fazer algumas concessões aos nobres. Em sua resposta, ele confirma todas as concessões e a retomada dos foros locais, revendo as mudanças administrativas propostas pelo *Fuero Real* (CAX, 1998, p. 80-82).

O monarca atendeu as reivindicações dos nobres e avaliou cada um dos pontos do primeiro memorial de queixas. Segundo Ballesteros Beretta (1984, p.574-576), essa atitude de Alfonso X frente as dificuldades com a nobreza, ratifica sua serenidade para resolver os impasses. Apoiou-se no discurso jurídico consolidado, base para refutar e fazer o jogo político em busca da conciliação e da retomada do controle do poder. Pode-se afirmar que o rei Sábio usou da diplomacia e manteve o diálogo para resolver seus negócios internos e recuperar o controle político e econômico da Coroa de Castela.

O primeiro memorial de queixas dos nobres e a resposta do rei frente aos problemas incentivaram os rebelados a investir ainda mais em suas exigências. Percebendo que o monarca estava disposto a negociar, os nobres formularam um segundo memorial, para

7 “[1] Que los fueros quel rey [diera a algunas villas] con que los fijosdal[go comarcauan, que apremia]uan a ellos e [a sus vassallos en guisa que por] fuerça avían de yr aquel fuero. [2] Et otrosy quel rey non traya en su Corte alcaldes de Castilla que los judgasen. [3] E la outra razón por que se tenían por agraviados era de los porfijamientos que el rey e sus fijos recebían de los ricos omnes e de los fijosdalgo, por que fincauan de-seredados. [4] E la otra razón que le pidían que los seruiçios que eran ortorgados que se cogiesen en menos annos e que les diesen carta que gelos non demandasen nin por fuero nin por por más tienpo. [5] Et otrosy que se agraviavan los fijosdalgo del pecho que dauan en Burgos, que dizen alcauala. [6] E la otra querella que avían era de los merinos e de los cogedores, que les fazían muchos dannos. [7] E otrosy que los ricos omnes e fijosdalgo del regno de León et de Gallizia que se agraviauan mucho por las pueblas quel rey fazia en algunas tierras del regno de León e de Gallizia, ca dezían que por esto perdían lo que auían. E que emendando el rey estas cosas, que todos le seruirían de buen talant” (CAX, 1998, p. 78, 79).

8 Os *merinos* e os *cogedores* eram membros da administração local, responsáveis principalmente pela organização do município, com o *Fuero Real* esses cargos passaram a ser indicações do monarca e, portanto, a Coroa de Castela enquanto instituição estava ainda mais presente nos domínios dos nobres, cercando seu poder local.

ampliar ainda mais as concessões por parte do rei. Nesse momento, as reivindicações nobiliárquicas seguem o mesmo padrão das anteriores, pois os revoltosos voltam a exigir do monarca a supressão do *Fuero Real*.

Segundo o cronista,

[1] Que ninguém tivesse o poder de julgá-los senão um fidalgo, e para isso, que houvesse dois *alcades* fidalgos na corte do rei.

[2] E também as repovações que ele havia mandando fazer em Castela, que as mandasse desfazer.

[3] E porque o rei tinha colocados seus *merinos* nos meirinhados de Castela e de Leão fazendo justiça, pediram-lhe que tirasse os *merinos* e colocasse *adelantados*⁹.

[4] E também pediram que deixasse [de cobrar] os impostos das coisas/mercadorias que chegavam traziam para o reino.

[5] E que mandasse que não recolhesse os *servicios* dos seus vassalos.

[6] E também dom Lope Díaz e dom Ferrant Ruyz e dom Diego López pediram que lhes mandassem devolver [as cidades de] *Vrdunna e Valmazedá*, que diziam que era sua herança¹⁰ (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.86-88, grifos nossos).

Depreendemos da leitura da *Crónica* que as demandas cercam os grandes temas do direito e da questão fiscal do reino. A busca pela nulidade do *Fuero Real*, principalmente no que diz respeito aos direitos dos nobres, continuou sendo a peça fundamental das reivindicações. Alfonso X, ainda em busca de uma solução para o enfrentamento com a nobreza, convoca os nobres para a Corte de Burgos e responde direta e contundentemente às questões recebidas.

A segunda resposta do monarca expressa o fim de sua tolerância com a revolta dos nobres. Se, no primeiro memorial, o rei abriu mão de diversas exigências, neste, ele confirma não só seu papel como centralizador, deixando claro que os nobres estavam rompendo os seus laços de fidelidade, portanto, não mereciam mais confiança. Esse posicionamento mais firme foi um sinal do que estaria por vir: o rompimento das negociações (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 108-109).

Na carta dirigida ao infante dom Felipe e a todos os demais nobres (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 94-96), Alfonso X não só rememorou a solicitação de ajuda aos nobres na fronteira que lhe foi negada e, com base no *Fuero de Castilla*, declarou a infidelidade dos nobres para com seu suserano. Conforme o fragmento da *Crónica*,

E também manda dizer que vós sabeis como é o foro de Castela e de Leão [e] que quando algum fidalgo fizer algum malfeito e roubar alimento como não se deve que seja obrigado

9 Funcionários nomeados pelo rei com atribuições militares, judiciais e políticas.

10 “[1] Que ninguno non ouiese poder de los juzgar si non omne fijosdalgo, et para esto que ouiese dos alcaldes fojosdalgo en la corte del rey. [2] Et otrosí las pueblas qué auía mandado fazer en Castilla, que las mandase desfazer. [3] Et porque el rey tenía puestos sus merinos en las merindades de Castilla e de León que fazían justiça, pidiéronle que tiras elos merinos e pusiese adelantados. [4] Et otrosí le pidieron que dexase los diemos de los puertos que mandaua tomar dellas (*sic*) cosas que trayan al reyno. [5] E que mandasse que non cogiesen los seruiçios en sus vassalos. [6] Et otrosí don Lope Díaz e don Ferrant Ruyz e don Diego López pidiéronle que les mandasse entregar Vrdunna e Valmazedá, que dezían que era su hereditat” (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.86-88).

a responder perante o rei e seus *alcades*. E vós sabeis quantos roubos, usurpações e maldades fizeram na terra. E o rei manda dizer que vos dará fiadores para pagar os malfeitos que fizestes¹¹ (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p. 95).

Após a recusa por parte do rei em negociar diretamente com os revoltosos, nomeou a rainha, dona Violante e o infante herdeiro Fernando de La Cerda, para a continuação das negociações a fim de encontrar as soluções aos problemas e terminar com a revolta, permitindo que voltassem para suas terras, reestabelecendo, assim, a aliança por meio da vassalagem.

Dessa forma, a primeira carta direcionada ao rei, apresentada pela comissão, diz respeito ao interesse dos nobres. A Comissão liderada pela rainha, demanda a Alfonso X que retome os foros do tempo de Fernando III e que pague o que deve aos nobres, e que também devolva a dom Felipe sua herança, para que, em meio a algumas concessões, os líderes da revolta possam reaver o apoio de seus homens para a ida do monarca ao Império (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.115-116). A postura assumida pela comissão nomeada pelo rei esteve alinhada à vontade dos rebelados, sem questionar ou impor condições aos nobres.

A reivindicação dos nobres suprimia todos os foros centralizadores e exigia que o monarca retomasse a antiga reorganização do reino. Desta vez, mais diretamente, os nobres abrem a petição exigindo que Alfonso X conceda todos os foros anteriores ao *Fuero Real* e suspenda os impostos, mencionados na pressão fiscal (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.117-118).

Estes aspectos relacionados no memorial de queixas evidenciam o peso dos impostos e os problemas financeiros do reino. No entanto, em uma análise da documentação, entendemos que a grande questão motivadora da revolta foi, sem dúvida, a imposição do *Fuero Real*. Cansado das negociações, o monarca estava propenso a rejeitar todos os pedidos dos nobres revoltosos que, diretamente, atacavam a sua política em todas as instâncias. Alfonso X, no entanto, foi pressionado por aqueles que o cercavam, principalmente, pela Comissão de negociação que estava disposta a colocar fim à disputa, levando-o a acatar as reivindicações quase em sua totalidade (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p. 261).

O cronista transcreve a resposta dada pela Comissão da rainha Violante aos nobres em nome do monarca, e confirma todas as concessões feitas por ele. Reafirmamos que o principal ponto de descontentamento da nobreza foi a questão jurídica cedida pelo monarca para retomar os antigos foros (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.120-121).

A terceira fase das negociações explicita a necessidade de coexistência das forças que compunham o cenário político. Por um lado, a nobreza precisa do monarca em suas instâncias econômicas e sociais. Por outro, o rei, além de necessitar do apoio da nobreza para os assuntos econômicos e a organização social do reino, naquele momento,

11 “Et otrosí vos enbía dezir que sabedes cómo es fuero de Castilla e de León que quando algunt fijo algo feziere alguna malfetría e tomare vianda como non deue, que sea tenuto de conplir de derecho ante el rey o ante sus alcades. Et vos sabedes cuántos robos e tomas e males avedes fecho en la tierra. Enbíavos el rey mandar que le vayades dar fiadores para pagar las malfetrías que fezistes” (CRÓNICA DE ALFONSO X, 1998, p.95).

precisa contar com os revoltosos para empreender sua ida ao Império, onde pretendia se candidatar ao título de Imperador. Mesmo com as concessões do rei, a nobreza continuava a exigir do monarca novas reivindicações. Em meio a esse complexo cenário de enfrentamentos não só com a nobreza, mas, também com os muçulmanos, Alfonso X convoca o *ayuntamiento*¹² de Almagro¹³, a fim de encerrar as discussões com os nobres e estabelecer uma trégua com o rei granadino (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2004, p.262-263).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolta nobiliária de 1272/1273 evidenciou o conflito entre o rei Alfonso X, o Sábio e a nobreza castelhano-leonesa. Os motivos foram a imposição de novos códigos jurídicos que objetivavam o fortalecimento do poder do rei em detrimento dos privilégios que os antigos códigos jurídicos garantiam à nobreza. Tais privilégios e poder político foram conquistados ao longo do processo da Reconquista, cujo início data de 722, quando se deu a primeira batalha contra os muçulmanos, a de Covadonga.

O projeto alfonsino de centralização do poder foi, de certo modo, interrompido devido à necessidade do monarca de contar com o apoio da nobreza à sua candidatura ao trono do Sacro Império Romano-Germânico. Após um longo período de enfrentamentos, os representantes do monarca conseguiram selar um acordo que pôs fim ao conflito e que reestabelecia os antigos foros nobiliários e garantia à nobreza a manutenção dos seus poderes e privilégios.

A centralização do poder proposta por Alfonso X seria posta em prática efetivamente no século XIV, por seu bisneto Alfonso XI (1311-1350), o mesmo que mandou redigir a *Crônica de Alfonso X*, fonte desta principal deste estudo. Em seu reinado, foi finalmente posto em prática o grande código jurídico idealizado por Alfonso X, *Las Siete Partidas*. Resultado do esforço centralizador empreendido pelo monarca, que se iniciou com o *Fuero Real*, motivador da revolta da nobreza em 1272/1273.

REFERÊNCIAS

CRÓNICA DE Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

FINLEY, Moses. **História Antiga: Testemunhos e Modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FUNES, Leonardo. Las Crónicas como objeto de estudio. **Revista de poética medieval**, 1, pp. 123-144, Buenos Aires: 1997. Disponível em: <<http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 19/04/2014.

12 O *ayuntamiento* funcionava como uma espécie de reunião, pela qual buscava-se resolver determinados assuntos. O *ayuntamiento* de Almagro aconteceu em meio às negociações com os revoltosos a fim de resolver os problemas e retomar as alianças. Almagro foi escolhida por ser uma região um pouco mais isolada e, portanto, não sofrer tanta pressão social.

13 Não se sabe com precisão da data em que aconteceu a Reunião de Almagro, Manuel González Jiménez (1998) na nota de rodapé 198 de sua edição da Crônica de Alfonso X, aponta que possivelmente se deu entre Fevereiro e Março de 1273. Ver: CRÓNICA DE Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998, p. 134-135.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**: siglos XI-XV. Madrid: Alianza, 1997.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. **Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X**. 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918>. Acessado em: 21/12/2012.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. **Alfonso X el Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004.

MOXÓ, S. **Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval**. Madrid: Real Academia de la Historia, 2000.

PÉREZ ALGAR, F. **Alfonso X, el Sabio**. Madrid: Studium Generalis, 1997.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. Tese de doutorado. Assis, 2007.

TULIANI, Maurizio. **La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio**. Stud. Hist., H^a mediev., 12, 1994, pp.3-23. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_en_un_manuscrito_.pdf>. Acessado: 01/01/2013.

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO

Data de aceite: 17/06/2020
Data de Submissão: 06/03/2020

Vera Borges de Sá

Universidade Católica de Pernambuco/Centro
de Ciências Sociais-CCS
Recife- Pernambuco.
<http://lattes.cnpq.br/3776943719534145>

Isabelle Barbosa da Silva

Universidade Católica de Pernambuco/Centro
de Ciências Sociais-CCS
Recife- Pernambuco.
<http://lattes.cnpq.br/0096487410915778>

Julianne Ferreira de Mendonça

Universidade Católica de Pernambuco/Centro
de Ciências Sociais-CCS
Recife- Pernambuco.
<http://lattes.cnpq.br/0282731210090094>

RESUMO: Este artigo objetiva abordar a importância do conhecimento científico do tema das Altas habilidades/Superdotação como material de comunicação educativo e democrático, para fins de (in)formação de todos aqueles que se interessam pela questão. Consiste em expor uma experiência de produção de vídeo e *podcast* sobre Altas Habilidades/Superdotação para a web, fundamentados numa perspectiva de diálogos emancipatórios e consolidadores

de cidadania. Teoricamente construiu-se sobre o estudo das obras de Habermas, especialmente a Teoria do Agir Comunicativo e sobre o conceito de igualdade e cidadania em Hannah Arendt. Metodologicamente a pesquisa é de natureza qualitativa e participativa, composta pelas seguintes fases: levantamento de dados na web sobre o conhecimento das pessoas a respeito do tema Ah/SD; levantamento de dados na web sobre o que existe em termos de áudio e vídeo com o tema AH/SD; elaboração de vídeo e *podcast* sobre AH/SD para a web. Concluiu-se que existem poucos materiais disponíveis sobre Altas Habilidades/Superdotação na web, seja no campo do rádio ou vídeo, e que a realização dessa produção do material, apesar de útil e contribuidora para preencher lacunas é apenas uma pedra inicial no discurso dessa questão, quando se trata do espaço das universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Altas Habilidades/Superdotação; democratização da ciência; vídeo; *podcast*; cidadania.

DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE
ABOUT HIGH ABILITY OR GIFTEDNESS:
EMANCIPATORY DIALOGUES IN
PODCAST AND VIDEO

ABSTRACT: This article aims to address the importance of scientific knowledge on the topic of High Ability or Giftedness as educational and democratic communication material, for the purposes *in training* all those interested in the issue. It consists of exposing a video and podcast production experience about High Ability or Giftedness for the web, based on a perspective of emancipatory dialogues and consolidators of citizenship. Theoretically it was built on the study of Habermas' works, especially the Theory of Communicative Acting and on the concept of equality and citizenship in Hannah Arendt. Methodologically, the research is of a qualitative and participatory nature, composed of the following phases: data collection on the web about people's knowledge about the Giftedness theme; survey of data on the web on what exists in terms of audio and video with the Giftedness theme; video and podcast Giftedness for the web. It was concluded that there are few materials available, whether in the field of radio or video, and that the realization of this production of the material, although useful and contributing to fill in gaps, is only a starting of the discourse of this question, when it comes to the space of universities.

KEYWORDS: high ability; giftedness; democratization of science; citizenship

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, para compreendermos o tema das Altas Habilidades/Superdotação, faz-se necessário entrar em contato direto com o que tem sido produzido em termos científicos (PEREZ e FREITAS, 2009), pois é sobretudo nesse campo que se desenvolve o domínio do conhecimento sobre a inteligência humana e suas variadas perspectivas. O conhecimento científico, porém, é difundido através de meios especializados e espaços circunscritos.

As teorias e conceitos científicos paulatinamente deverão tornar-se um domínio intensamente difundido e pouco estranho aos olhos e ouvidos da população de cidadãos comuns, desconstruindo mitos da sociedade elaborados sob frágeis explicações. Deverá ser assim com as noções sobre AH/SD. Isso depende como difundiremos essas explicações e de que forma receberão os cidadãos tal conhecimento complexo, além de ocasionais informações da mídia.

Na abordagem sobre as Altas Habilidades/Superdotação, destacam-se as concepções de Joseph Renzulli contidas em sua Teoria dos Três Anéis. A teoria das Altas Habilidades/Superdotação de Renzulli (2014), conhecida por Teoria dos Três Anéis, ou Modelo Triádico de Renzulli, trata sobre nova perspectiva da inteligência de pessoas superdotadas, por incluir o conceito de criatividade à expressão da inteligência. A Teoria dos Três Anéis caracteriza a superdotação como combinação de três comportamentos básicos do sujeito: habilidades acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade. As Altas Habilidades/Superdotação consistem na intersecção desses três elementos comportamentais manifestos. A habilidade acima da média, refere-se à destreza em qualquer campo do saber ou do fazer que se expressa por meio de testes de conhecimento. O segundo indicador, denominado de criatividade, torna-se perceptível pela demonstração de divergência no pensar, na expressão de ideias inovadoras e úteis à comunidade, e em todas as formas de inteligência

que o indivíduo manifeste na linguagem, nas artes, nas ciências matemáticas, na música, sinestésico-corporal e outras. Por último, o envolvimento com a tarefa, é o que se traduz pelo comportamento observável do sujeito, através do expressivo nível de empenho pessoal nas tarefas que realiza. Renzulli destaca como fundamento para este último, a motivação e a descreve a partir de uma série de características, tais como: perseverança, dedicação, esforço, autoconfiança e crença na sua própria habilidade para desenvolver um trabalho importante.

A explicação de Renzulli sobre AH/SD é impactante. Constitui-se como quebra de paradigma unilateral e elitista do conceito de inteligência humana, que é o quociente de inteligência (QI). Esse conceito é o mais vulgarizado entre as instituições de ensino e pessoas em geral. A Teoria dos Três Anéis é rica na interpretação das facetas da inteligência. Abre novos horizontes explicativos, à medida em que demonstra a existência de uma pluralidade de seres não contemplados pelo teste de QI. Sujeitos passíveis de serem avaliados por novos indicadores, como pessoas também superdotadas.

A teoria de Renzulli deve ser popularizada pois a identificação de pessoas com AH/SD, para este psicólogo cognitivo, não está pautada em laudos psiquiátricos, testes psicológicos e de QI, cujos resultados ficam em domínio restrito e confidencial no que se refere às características dessa população. Contudo, pouco ainda se sabe dessas importantes explicações científicas de J. Renzulli que circulam nas revistas e artigos sobre o comportamento de pessoas com AH/SD.

Apesar dos esforços acadêmicos para divulgar estudos e pesquisas sobre Altas Habilidades/Superdotação trazendo para visibilidade questões pertinentes a esse público, ocorre que a população ainda permanece à margem de informações advindas dos setores científicos.

Tendo em vista a importância da linguagem e da comunicação para a emancipação do sujeito, e aplicando essa discussão para o campo das AH/SD, verifica-se a urgência de expansão da informação científica sobre o assunto para a população em geral, com o objetivo não somente de favorecer o reconhecimento e identificação, mas de desmistificar a falsa ideia de que esses sujeitos não precisam de apoio pedagógico para valorizar o seu potencial ou novas metodologias de aprendizagem.

O presente artigo é produto de relatório científico de pesquisa desenvolvida e recentemente concluída na Universidade Católica de Pernambuco, através do Grupo de Pesquisa Altas habilidades/Superdotação, Humanismo e Cidadania.

2 | AÇÃO COMUNICATIVA, CIDADANIA E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (apud GUTIERREZ e ALMEIDA, 2013) é uma explicação sobre a interação social que acontece entre pessoas, fundamentada no conceito de ação dos sujeitos a partir de seus discursos emitidos, no relacionamento intra e entre grupos do contexto em que se inserem. Considera-se que os discursos dos sujeitos são racionalmente objetivos e intencionais, pois podem ser conhecidos pela observação

do próprio agente da ação. Habermas vai priorizar como princípio das interações, as ações comunicativas que se referem à intervenção no diálogo entre vários sujeitos na sociedade.

As categorias que fazem parte da ação comunicativa são: a) mundo da vida (MV), onde se dá a busca comunicativa de consensos através da ação comunicativa; b) os subsistemas dirigidos pelo meio poder (conceito próximo à esfera da política ou o Estado) e pelo meio moeda (mercado), onde ocorrem as ações estratégicas enquanto a busca de um comportamento útil no ouvinte, por parte do sujeito falante; e, c) a especificidade das relações entre o MV e os subsistemas dirigidos pelos meios, onde se encontra a colonização e instrumentalização do primeiro por parte do segundo.

No Mundo da Vida estão as convicções conservadoras. Para Habermas, existe no MV um acervo de concordâncias, de definições consensuais sobre as quais não é necessário debater para chegar a uma conclusão. Somente na possibilidade da ação comunicativa orientada ao entendimento, a racionalização aparece, como uma reestruturação do MV, como um processo que atua sobre a comunicação cotidiana, o que pode afetar antigas formas de reprodução cultural, interação social e socialização.

O que a Teoria da Ação Comunicativa nos convida a refletir em termos de produção de interações é o entendimento onde a real intenção de nossos diálogos não se percam. Assim expressa Habermas:

O entendimento é um processo de unificação entre sujeitos aptos a falar e agir. Entretanto, um grupo de pessoas pode sentir-se uno em uma atmosfera tão difusa, que chega mesmo a ser difícil apontar o teor proposicional ou um objeto intencional que lhes sirva de direcionamento". (HABERMAS, 2016, 497).

Criar diálogos formativos e menos superficiais, mais próximos da realidade dos sujeitos, significa colaborar para promover com intenção proposital, aquilo que de fato faz parte da experiência específica, a exemplo das pessoas com Altas habilidades/Superdotação. Estas, no contexto escolar, como bem expõe Pérez (2004), ainda são considerados como alunos "fantasmas", já que muitas vezes não são identificados, nem mesmo reconhecidos pelos professores, tanto no atendimento de suas necessidades quanto nas formas de acompanhamento pedagógico. Isso desde o ensino básico, passando pelo ensino médio e tornando-se extensivo ao ensino superior onde nem sequer se cogita tal discussão.

A invisibilidade desse público relacionada ao pouco, ou quase inexistente, conhecimento a respeito de seu perfil e dificuldades enfrentadas, acaba por dificultar reconhecer quais são as garantas de direitos e cidadania educacional.

De acordo com Hannah Arendt (2014, p.218) o reconhecimento da alteridade é aspecto importante da pluralidade, pois todos os seres, inclusive os inorgânicos, exibem sua variada diversidade. Contudo, no homem a alteridade que ele partilha com tudo o que vive, torna-se unicidade e esta pluralidade humana se define apenas como a pluralidade de seres únicos. Somente o discurso e ação revelam essa distinção única dos seres humanos. Por meio deles os homens podem distinguir a si próprios, ao invés de permanecerem apenas distintos. Para Arendt é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano.

Arendt (apud WINCLER, 2004) afirma que é preciso desenvolver na sociedade o que ela chama de pluralidade dos seres, ligada às relações entre os indivíduos e ao direito a

ter direitos. Esse conceito, expressado pela autora, revela a necessidade de uma cidadania pluralizada por meio de ações e palavras dos cidadãos no espaço público.

3 | METODOLOGIA

O principal objetivo desta pesquisa foi criar dois produtos jornalísticos de cunho educativo, sendo estes um conjunto de **Podcasts** e um Documentário **para a web** sobre o tema “**O que são as Altas Habilidades/Superdotação**”, utilizando-se destes produtos comunicativos como instrumentos de serviço para democratização do conhecimento científico desse tema.

Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa denominada de pesquisa-ação participativa, que segundo Antônio Chizzotti (2014, p. 90), consiste num meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos implicados devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social.

A pesquisa, portanto, seguiu a lógica da busca de diálogos com públicos externos, durante e depois da investigação sobre o que são Altas Habilidades/Superdotação. O vídeo e o *podcast* não se constituíram aqui como meros instrumentos de racionalização para divulgação popular sobre o tema. Efetivaram-se num contexto de palestras sobre o tema das AH/SD, difundidas nas universidades.

Tecnicamente a pesquisa constituiu-se por ações estratégicas, composta por cinco fases: 1) Sensibilização nas Universidades para licenciaturas sobre o tema AH/SD; 2) Levantamento de Dados gerais sobre conhecimento das pessoas acerca do tema AH/SD; 3) Levantamento de dados sobre programas de rádio disponíveis na web sobre AH/SD; 4) Levantamento de conteúdo de áudio e vídeo na web sobre AH/SD; 5) Produção de *Podcast* sobre AH/SD e de um vídeo sobre AH/SD.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formulação de materiais educativos para serem veiculados pelos meios de comunicação, requereu atitude pedagógica para motivar abertura das consciências ao conhecimento da temática, especialmente nas universidades, pois o conceito de inclusão tem sido muito debatido em termos apenas da temática sobre deficiência.

Nesse sentido, a constituição do vídeo e de *podcast* sobre esse tema, fez-se numa formulação de pesquisa participativa onde se construiu paralelamente a preparação do público das universidades, especialmente o das licenciaturas e pós-graduandos nessa área. Assim, várias etapas simultâneas aconteceram junto com os dois produtos que se objetivava elaborar, tais como o material audiovisual de vídeo e *podcast*. Essas etapas são adiante narradas.

Levantamento de dados digitais sobre o conhecimento das pessoas em AH/SD

No intuito de verificar o conhecimento das pessoas sobre o tema AH/SD, foi elaborado

em parceria com a ONG Instituto Scientia de Pernambuco, um questionário digital de múltipla escolha. A pesquisa constitui-se como um estudo de natureza qualitativa, e faz uso de amostragem não – probabilística.

O questionário foi composto por sete perguntas: a) Qual é o seu grau de escolaridade? (alternativas: ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo; tecnólogo; pós em docência do ensino superior); b) Você sabe o que são altas habilidades/superdotação? (alternativas: não e sim); c) Você tem ou conhece alguém que tenha um desenvolvimento intelectual ou prático acima da média (altas habilidades/superdotação)? (alternativas: sim, eu tenho e conheço alguém que possa ter; sim, eu tenho, mas não conheço outra pessoa que possa ter; não tenho, mas conheço alguém que possa ter; não tenho e nem conheço alguém que possa ter); d) Se você tem ou conhece alguém que tenha altas habilidades/superdotação acredita que foi bem acolhido nas unidades de ensino? (alternativas: sim, não e talvez); e) Você acredita que pessoas com altas habilidades/superdotação enfrentam problemas em suas unidades de ensino? (alternativas: sim, não e talvez); f) Você acredita que os profissionais de ensino sabem lidar com altas habilidades/superdotação? (alternativas: sim, não e talvez); e, g) Você conhece alguma instituição que trabalha com pessoas que possuem altas habilidades/superdotação? (alternativas: sim e não).

A pesquisa foi encaminhada inicialmente para estudantes de graduação da Universidade Católica de Pernambuco, e, em seguida, para o público em geral através de link gerado pela plataforma onde o produto foi criado, alcançou o total de 191 pessoas. Seguem as respostas:

a) Quando questionados sobre o grau de escolaridade, 1,6% afirmaram ter ensino fundamental incompleto; 3,7% disseram ter ensino fundamental completo; 6,3% afirmaram ter ensino médio incompleto; 29,3% dos entrevistados disseram ter ensino médio completo; 38,2% sinalizaram ensino superior incompleto; já 19,9% afirmaram ter ensino superior completo; uma pessoa (0,5%) disse ter formação tecnóloga; e uma pessoa (0,5%, afirmou ter pós-graduação em docência do ensino superior). b) Quando perguntados sobre o que são altas habilidades/superdotação, 55,5% disseram que não sabiam e 44,5% afirmaram saber o que são AH/SD. c) Ao serem questionados se conheciam alguém que tenha um desenvolvimento intelectual ou prático acima da média, 12,6% disseram que possuem AH/Sd e que conhecem alguém que possa ter; 3,1% disseram que tem AH/SD mas que não conhecem outras pessoas que tenham; 55,5% afirmaram não ter AH, mas disseram conhecer alguém que possa ter; e 28,8% disseram não ter AH/SD e não conheciam alguém que tivesse. d) Quando questionados sobre a opinião quanto ao bom acolhimento de pessoas com AH/SD nas unidades de ensino, 45,2% disseram não acreditar em bom acolhimento; 23,8% afirmaram acreditar em bom acolhimento e 31% responderam que talvez. e) Ao serem perguntados se acreditavam que pessoas com altas habilidades/superdotação enfrentam problemas em suas unidades de ensino, 73,3% dos entrevistados disseram que sim; 7,3% disseram que não; e 19,4% responderam talvez. f) Ao opinarem se os profissionais de ensino sabem lidar com altas habilidades, 49,7% afirmaram que os profissionais não sabem lidar;

13,1% acreditam que eles sabem lidar e 37,2% responderam talvez. g) Quando perguntados se conheciam alguma instituição que trabalha com pessoas que possuem altas habilidades/superdotação, 84,3% disseram não conhecer e 15,7% disseram que sim.

Levantamento de Dados de Programas de Rádio disponíveis na web sobre AH/SD;

Durante o período de estudos desta pesquisa, percebemos a falta de material comunicativo produzido sobre o tema AH/SD, tanto nos grandes veículos de comunicação, quanto em blogs e páginas da internet relacionadas ao tema. Para verificar esta afirmação, fizemos, então, um levantamento de dados dos programas de rádio na web que debateram/discutiram em algum momento a temática AH/SD. Constatamos que existem disponíveis na web apenas cinco programas de rádio que agregam conhecimento sobre AH/SD.

São eles: a Rádio Senado que dedicou em março de 2013 um programa de 11 minutos sobre o assunto “Crianças com altas habilidades e os transtornos psiquiátricos”; a Rádio Web da Universidade Federal do Pará (UFPA) que fez um programa de 48 minutos sobre o tema “Educação especial para pessoas com Altas Habilidades”; a Rádio Nacional da Amazônia que realizou uma entrevista, em janeiro de 2015, com a gerente de atendimento educacional da Secretaria de Educação do Amazonas daquele ano, Hortênsia Macedo da Silva, com o tema: “Entenda mais sobre Altas Habilidades e crianças superdotadas”; e a Rádio Câmara que fez uma matéria especial de sete minutos, em janeiro de 2011, com o tema “Superdotados - Habilidades acima da média”.

A realização deste levantamento na web sobre programas de rádio dedicados as AH/SD, possibilitou observar que todos os produtos se mantêm na superficialidade dos esclarecimentos sobre do que se trata o tema, pouco aprofundando nas consequências provocadas pela falta de identificação e acolhimento das pessoas com inteligência acima da média. E que tratam pessoas com AH/SD como um público apenas de crianças. Faz-se necessário, assim, expandir a discussão para outros subtemas - a exemplo do tratamento das pessoas superdotadas no ambiente educacional - como forma de intensificar os conteúdos sobre AH/SD nos formatos de programas de rádio/podcasts na web, objetivando ampliar as discussões e democratizar o conhecimento da população sobre as nuances deste tema.

Produzindo Podcast sobre AH/SD

Visando difundir meio de comunicação como o podcast, que vem se popularizando bastante nos últimos anos, e, para contribuir com a ampliação de discussão de informações sobre assuntos pouco explorados em AH/SD, foram criados três *podcast* de aproximadamente 20 minutos cada.

Segundo LUIZ e ASSIS (2010), *podcast* são programas de áudio ou vídeo, ou ainda uma mídia de qualquer formato, cuja principal característica é sua forma de distribuição direta e atemporal chamada *podcasting*. Isso os diferencia dos programas de rádio tradicionais e até de audioblogs e similares. Embora haja certa semelhança entre o podcast e o que poderia ser chamado de “rádio pela internet”, já que se trata essencialmente de informações

passadas via arquivos de áudio, não é esse o caso.

Os autores explicam que Meditsch classificou modelos de difusão de áudio tal qual o podcasting como sendo um tipo de serviço, na verdade, fonográfico, “não se caracterizando como radiofônico por não ser emitido em tempo real”.

O podcasting é definido, por LUIZ E ASSIS (2010), como “uma forma de transmitir um arquivo de áudio ou vídeo via internet para ser ouvido em um iPod ou outro aparelho que reproduza ou receba esse arquivo”. Consideram que o podcast é tanto o arquivo de áudio, ou vídeo transmitido via podcasting, quanto o conjunto desses arquivos.

O tema do podcast realizado foi a experiência de oito anos, dos Cursos de Férias para jovens com AH/SD da Universidade Federal Fluminense, com as professoras entrevistadas: Dra. Sônia Regina Alves Nogueira de Sá; Dra. Fernanda Serpa Cardoso e Dra. Ana Luiza Bastos, do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação em Ensino de Ciências – DIECI.

Levantamento de conteúdos audiovisuais sobre AH/SD na web.

Tendo em vista que não é um tema presente na agenda das grandes mídias, foi necessário fazer também um levantamento de conteúdos audiovisuais que abordassem sobre AH/SD, a fim de nos situarmos em que a sociedade está diante do tema. Perante a vasta gama de portais que citam o tema superficialmente, foram encontrados 9 materiais que estão entre os mais acessados quando se pesquisa por Altas Habilidades/Superdotação, todos com viés informativo e educativo. Boa parte dos vídeos seguem a mesma narrativa: definição e dicas para identificar. Apenas um traz a biografia de uma adolescente como foco principal, e um desses trata a AH/SD como inclusão, são eles:

- Altas habilidades e Superdotação - entrevista com o professor Marcos Meier no jornal Bom dia Paraná, da rede Globo de televisão.
- Adolescente e escritora superdotada é tema do Educação no Ar - entrevista com Natalya Lima, jovem identificada com AH/SD no programa Educação no Ar, da TV MEC.
- Como identificar e estimular uma criança com altas habilidades? O vídeo faz parte do artigo homônimo onde é possível encontrar o debate sobre formas de identificação das AH/SD e orientações sobre o papel da escola.
- Como identificar as crianças superdotadas - vídeo que faz parte de um conteúdo especial, produzido pela revista Veja e traz dicas para que os pais descubram se os filhos têm ou não altas habilidades/superdotação.
- A inclusão de crianças superdotadas nas escolas - vídeo produzido pelo Canal Futura que aborda os desafios da inclusão de crianças com AH/SD no sistema educacional.
- Altas Habilidades/Superdotação: Um Guia Animado Para Professores - Vídeo informativo sobre Altas Habilidades/Superdotação-AH/SD para professores da rede pública de ensino, realizado por estudantes de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, sob orientação da Dra. Eliza Tanaka, com apoio do Núcleo de Altas Habilidades / Superdotação (NAAH/S) de Londrina.

- A educação de crianças com altas habilidades ou superdotação - matéria desenvolvida pela TV Escola durante o programa Salto para o Futuro, que aborda as especificidades da educação para uma criança superdotada.
- Altas Habilidades/Superdotação - vídeo produzido pelo canal Papo de Criança, onde é explicado de forma esclarecedora sobre o desenvolvimento emocional e pedagógico de crianças superdotadas apresentando dicas de como lidar com o baixo rendimento escolar e questões afetivas.
- Mentres superdotadas - projeto de TCC desenvolvido por estudantes de Londrina, Paraná, que visa desmistificar conceitos sobre Altas Habilidades/Superdotação - AH/SD, mostrando quais são as características do superdotado e como identificá-lo.

Produzindo Vídeo sobre Altas Habilidades/Superdotação

A composição da produção do vídeo contou com as entrevistas de especialistas como a Prof^a. Dr^a. Suzana Pérez, da Universidad de La Empresa, no Uruguai (UDE); e a Profa. Dra. Ângela Virgolim, presidenta do Conselho Brasileiro para Superdotação (ConBrasD). Ainda durante a produção do vídeo, foram selecionados 5 estudantes universitários para participar do Vídeo, a fim de saber o que pensavam a respeito do assunto.

Para entender as experiências de uma pessoa que vive as AH/SD colhemos o depoimento de uma jovem estudante do Ensino Médio, recém identificada pelo Instituto Scientia de Pernambuco, e de sua mãe, abordando os dilemas da questão no contexto familiar e escolar.

A elaboração do Vídeo para a web sobre AH/SD fez-se através dos seguintes tópicos:

- Entrevista para definição do termo AH/SD por estudantes de universidades do Recife;
- O que são AH/SD com base na teoria de Renzulli, com fala da professora Suzana Perez;
- A experiência de Valentina Lima, estudante de Ensino Médio, recém identificada, pelo Instituto Scientia de Pernambuco, com AH/SD e sua mãe, Márcia Lima;
- A importância e papel do ConBraSD no trabalho ligado às pessoas com AH/SD, explicadas por Ângela Virgolim, presidenta deste Conselho. O vídeo possui cerca de 10 minutos e foi desenvolvido de forma que alcançasse o público, gerando um ambiente de diálogo.

CONCLUSÕES

Temas como o das AH/SD são raramente discutidos na grande mídia que privilegia assuntos de interesse geral. A partir desta afirmativa, o vídeo e o podcast revelam-se como ferramentas úteis de divulgação do assunto, onde seu formato que se estende ao espaço da web amplia o alcance e desmistifica questionamentos comuns do público, contribuindo para que tal assunto faça parte da agenda pública de discussão, inclusive dos ambientes educacionais que pouco desenvolvem práticas pedagógicas para essas pessoas.

Importante mencionar sobre os levantamentos feitos antes da realização do vídeo e podcast. A enquete geral realizada com 191 pessoas, a respeito do conhecimento que possuem sobre AH/SD, é reveladora a constatação de que o público ainda não conhece o assunto e que não acredita no preparo das instituições de ensino para essa questão. Entre os resultados, destacamos o fato de que 55% não sabem o que é AH/SD; 45% não acreditam que as pessoas com AH/SD têm bom acolhimento nas suas unidades de ensino, contra 24% que acredita existir e 31% que duvida existir. Importante ainda o aspecto de que 73% acreditam que pessoas com AH/SD enfrentam problemas em suas unidades de ensino, contra 7% que afirmam que esse público não passa dificuldades, enquanto 19% responderam dizendo “talvez”. É reveladora também a opinião de que 50% dos respondentes pensa que os profissionais de ensino não estão preparados para lidarem com pessoas com AH/SD, que 37% duvidam isso existir e que somente 13% acreditam nessa possibilidade.

Do levantamento de programas sonoros e vídeos na web sobre Altas Habilidades/Superdotação, constata-se a ausência de material onde existe a discussão sobre esse tema com foco no Ensino superior.

Sobre o vídeo e o podcast produzidos nesta pesquisa, onde se buscou trazer também o tema das AH/SD para a abordagem do ensino superior, verifica-se o quão isso representa tamanha novidade e apenas uma pequena contribuição.

Faz-se necessário iniciar um Programa de divulgação amparado no diálogo pedagógico e cidadão que trate do assunto sobre Altas Habilidades/Superdotação nas universidades, pois os programas de divulgação sobre o tema são por demais amplos e diversos.

É nas universidades que se encontram os profissionais das licenciaturas; é nas universidades que existem intensas oportunidades para o debate e para o desenvolvimento dos talentos dos estudantes com AH/SD através do ensino, pesquisa e extensão. Assim, como é para lá também que são conduzidas todos os anos as pessoas que, quando eram crianças expressaram possuir indicadores de AH/SD. Porém, é nas instituições de ensino superior que esses jovens irão encontrar professores ainda sem preparo adequado para recebe-los.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 12ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELOU, Cristina Maria de Carvalho. O atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação no ensino superior: possibilidades e desafios. In: MOREIRA, Laura Ceretta; STOLTZ, Tania. (Coords.). **Altas Habilidades/Superdotação, talento, dotação e educação**. Curitiba: Juruá, 2012. P. 129-142.

GOMES, Luiz Roberto. Educação e comunicação em Habermas: o entendimento como mecanismo de coordenação da ação pedagógica. **Cadernos de Educação**, nº 33, pp 231-250, FaE/PPGE/UFPel Pelotas, maio/agosto 2009. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br. Acessado em 13 de maio de 2019.

GUTIERREZ, Gustavo Luís; ALMEIDA, Marco Antônio Bettine. Teoria da ação comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, Porto Alegre, V. 58, N. 1, jan/abr. 2013, p. 151-173. Disponível em: [https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45747/teoriacomunicativa\(habermas\)estrutura,fundamentosimplicadomodelo.pdf](https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/45747/teoriacomunicativa(habermas)estrutura,fundamentosimplicadomodelo.pdf). Acessado em 21 de janeiro de 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Vol 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. **O professor universitário frente às estratégias de identificação e atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação**. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Disponível em: [http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Denise Maria de Matos Pereira Lima.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Denise%20Maria%20de%20Matos%20Pereira%20Lima.pdf). Acessado em 09 de abril de 2018.

LUIZ, Lúcio; ASSIS, Pablo de. O Podcast no Brasil e no mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Caxias do Sul, RS–2 a 6 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0302-1.pdf>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2019.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. **Gasparzinho vai à escola: um estudo sobre as características do aluno com altas habilidades produtivo criativo**. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PÉREZ, Susana Graciela P.B.; FREITAS, Soraia Napoleão. Estado do conhecimento na área de altas habilidades/superdotação no Brasil: uma análise das últimas décadas. In: 32ª Reunião da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 2009 Caxambu/MG. **Anais da 32ª Reunião Anual da ANPED Sociedade, cultura e educação: novas regulações?**. Caxambu/MG: Editora da ANPED, 2009. v.01, p. 01-17. Disponível em <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT15-5514--Int.pdf>. Acessado em 16 de dezembro de 2019.

RENZULLI, J.S. A concepção de superdotação no modelo dos três anéis: um modelo de desenvolvimento para a produtividade criativa. In: VIRGOLIM, Ângela M. R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon (Org.). **Altas habilidades, inteligência e criatividade: uma visão multidisciplinar**. Campinas (SP): Papirus, 2014.

_____. O que é esta coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de 25 anos. **Educação**, Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1 (52), p. 75 – 131, Jan./Abr. 2004 Disponível em: http://www.Revista_eletronica.pucrs.br/teo/ojs/index.php/faced/article/view/375. Acessado em 16 de fevereiro de 2019.

WINCKLER, Silvana. Igualdade e cidadania em Hannah Arendt. **Direito em Debate**. Ano XVII, No. 22, jul./dez. 2004, p. 7-22. Disponível: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/711>. Acessado em 24 de fevereiro de 2019.

IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 02/03/2020

Diana Cibele de Assis Ferreira

Universidade Tiradentes-UNIT

Caruaru-PE

<http://lattes.cnpq.br/2031752552069052>

Halda Simões Silva

Instituto Federal de Pernambuco-IFPE

Garanhuns-PE

<http://lattes.cnpq.br/3182893332900285>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo suscitar algumas discussões teóricas referentes ao conceito de identidade, relacionando sua compreensão aos estudos junto aos povos e comunidades tradicionais. Tal discussão se faz pertinente diante da necessidade de se evitar e desconstruir essencialismos, os quais por vezes são observados nas lidas com os grupos étnicos. Concebemos a identidade enquanto questão relacional, sujeita as variáveis das interações sociais, de maneira que esta discussão possibilita ao pesquisador no campo da Educação que problematize suas compreensões, anseios e estigmas, em face da realidade que busca conhecer.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Povos

indígenas. Comunidades Quilombolas. Educação.

IDENTITY AND DIFFERENCE: INTERDISCIPLINARY NOTES FOR RESEARCH WITH INDIGENOUS PEOPLES AND QUILOMBOL COMMUNITIES

ABSTRACT: This article aims to raise some theoretical discussions regarding the concept of identity, relating its understanding to studies with traditional peoples and communities. Such a discussion becomes pertinent in view of the need to avoid and deconstruct essentialisms, which are sometimes observed in dealing with ethnic groups. We conceive of identity as a relational issue, subject to the variables of social interactions, so that this discussion allows the researcher in the field of Education to problematize his understandings, desires and stigmas, in the face of the reality he seeks to know.

KEYWORDS: Identity. Indian people. Quilombola Communities. Education.

INTRODUÇÃO

Não é difícil perceber que o interesse dos pesquisadores sobre os povos e comunidades tradicionais têm se avolumado, destacando-se, nesta seara, os

povos indígenas e quilombolas. Nessa perspectiva, no campo da Educação, incumbe ao pesquisador promover um exercício dialógico entre os referenciais teóricos que subsidiam seu amadurecimento acadêmico e a realidade que se propõe a investigar. Tal prática não é tão simples, pois faz-se necessário que o pesquisador possua certa autovigilância, para que não incorra em um simples movimento de sujeição da realidade estudada à teoria ou aos seus preconceitos. Nesse intuito, ainda precisa questionar as verdades que tomou por incólumes ao longo de sua trajetória educacional. Em síntese, nas interações com os grupos étnicos, tornam-se necessárias mais problematizações e menos certezas.

As singularidades que envolvem os povos e comunidades tradicionais são mais que justificantes para os cuidados que cercam os estudos acadêmicos. Observa-se que esses grupos foram esquecidos no decurso da história, tiveram seu reconhecimento minimizado diante de imposições realizadas por grupos dominantes, mesmo em face das vicissitudes das relações sociais. Por tais assimetrias, não raras vezes, aos povos indígenas e quilombolas são atribuídas identidades reificadas, cristalizadas no passado colonizador. Se a construção de uma pesquisa por si só demanda atenção, o pesquisador deve perfazer o caminho de suas observações, para além de estereótipos ou de imposições sociais.

Buscamos contribuir neste artigo com algumas premissas teóricas que corroboram com a formação do pesquisador em Educação, o qual encontra junto aos grupos étnicos seu lugar de estudo. Considerando que à pesquisa é imanente uma preocupação social, e que deve contribuir com o fortalecimento e visibilidade dos povos historicamente subalternizados, abordamos algumas lições sobre o conceito de identidade.

METODOLOGIA

Considerando a proposta do presente artigo, optamos pela realização de um estudo bibliográfico, que nos possibilitasse conhecer alguns conceitos sobre identidade, relacionando-os com as pesquisas junto aos povos e comunidades tradicionais.

No que se refere ao estudo bibliográfico, Marconi e Lakatos (2011) afirmam que o mesmo tem como finalidade: [...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. (MARCONI; LAKATOS, 2011.p 44).

Creemos que esse tipo de estudo perfaz as necessidades dos pesquisadores em sua trajetória, propulsando o amadurecimento e aprendizado, ao considerarmos a necessidade de perceber elementos peculiares que são inerentes a tais populações, tais como a cultura e a construção de identidades.

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS E NECESSÁRIOS

Defendemos a emergência de uma perspectiva interdisciplinar entre a Antropologia e a Educação. Assim como Rocha e Tosta (2009), reconhecemos que a

interdisciplinaridade, entendida como valores comuns a uma ou mais matrizes do conhecimento, vem sendo colocada como dimensão necessária a qualquer projeto científico que se queira implementar, com vistas a obter avanços teóricos e empíricos mais consistentes e de relevância social. No campo educacional, seja o da educação escolar, seja o da educação não formal, cremos não ser diferente. E as possibilidades de interlocução entre educação e outros saberes, no âmbito das ciências humanas ou da natureza, têm sido tema de constantes diálogos entre pesquisadores de diversos matizes (ROCHA e TOSTA, 2009. p. 115).

Uma pesquisa fundamentada na interdisciplinaridade necessita de cuidados redobrados, ao se pensar, por exemplo, no domínio de conceitos e seus pressupostos. Mesmo diante desta perspectiva que exige maior acuidade, o pesquisador não deve, por mera discricionariedade, furtar-se de percorrer os caminhos que são inerentes ao próprio objeto de pesquisa. Logo, é certo que os estudos com indígenas e quilombolas, para além das contribuições teóricas inerentes à pesquisa em Educação, não se dá sem a emergência deste diálogo interdisciplinar.

Pensamos que é inerente à ideia de identidade a reflexão sobre cultura. Logo, antes de tecer considerações sobre identidade, expomos algumas questões sobre o que é cultura, crendo que percebê-la enquanto construção social e sujeita a transformações, possibilita-nos compreender a identidade também enquanto pressuposto não fixo, mas enquanto elemento que comporta dinamicidade.

Kuper defende que “a cultura não é uma questão de raça. Ela é aprendida, e não transmitida por genes” (KUPER, 2002.p.288). Neste sentido, Geertz (2008) nos explica que a Cultura é composta por construções simbólicas, estando os significados englobados dentro de um conjunto de símbolos compartilhados.

O conceito de cultura é fundamentalmente semiótico e toma como base o compartilhamento das ideias, a teia de significados, ligadas coletivamente. Assim ainda conforme as ideias de Geertz, o mesmo assume a cultura: [...] como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008.p.4).

Desse modo, compreendemos na perspectiva do autor, que o conceito de cultura é essencial para o entendimento dos conflitos entre os diversos grupos que convivem num mesmo espaço. Os seres humanos vão dando e construindo significados culturais. A cultura condiciona a visão de mundo dos seres humanos. Inferimos que as distintas formas de ver o mundo são resultantes da cultura. O conceito de cultura de Geertz transparece certa objetividade, apesar do reconhecimento da multiplicidade de compreensões que se tornaram inerentes ao termo. É pensando nas condicionantes externas que argumenta:

ele (conceito de cultura) denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporando em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008, p. 66).

A mesma lógica é proposta à ideia de padrões culturais:

No que concerne aos padrões culturais, isto é, os sistemas complexos de símbolos, o traço genérico de primordial importância para nós, aqui, é que eles representam fontes extrínsecas de informações. Como “extrínseco” eu quero dizer que – ao contrário dos genes, por exemplo – eles estão fora dos limites do organismo do indivíduo, e, como tal, nesse mundo intersubjetivo de compreensões comuns no qual nascem todos os indivíduos, no qual eles seguem carreiras separadas e que persiste após a sua morte. Como “fontes de informação” eu quero dizer apenas que – com os genes – eles fornecem um diagrama ou gabarito em termos do qual se pode dar forma definida a processos externos a eles mesmos. Assim como a ordem das bases num fio de ADN forma um programa codificado, um conjunto de instruções ou uma receita para a síntese de proteínas estruturalmente complexas que modelam o funcionamento orgânico, da mesma maneira os padrões culturais fornecem tais programas para a instituição dos processos social e psicológico que modelam o comportamento público (GEERTZ, 2008, P. 68).

Observamos também o que diz Barth (2005) quando, discutindo sobre o modo como a etnicidade é acionada em defesa de interesses políticos, preleciona que a:

cultura está sempre em fluxo e em mudança, mas também sempre sujeita a formas de controle. Os principais processos criativos e expansivos de conhecimento e diversificação sobre os quais falei não são ilimitados na sua capacidade de produzir variação contínua. Vejo três processos contrários à variação que gostaria de ressaltar: os processos de controle, silenciamento e apagamento de experiência. A cultura que cada pessoa está acumulando e vivendo está em constante reformulação, não devido apenas à sua expansão, mas também por ser limitada e canalizada por esses três processos (BARTH, 2005, p. 22).

Tanto a cultura como a etnicidade são definições que acarretam essencialmente uma dinâmica concomitantemente específica e múltipla, o que significa que um grupo não irá preservar os seus aspectos culturais permanentemente, mas que as suas singularidades podem sofrer modificações no decorrer do tempo conforme as circunstâncias que forem vivenciadas (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998).

Desse modo, pensando em um possível processo de padronização da cultura, observamos as construções culturais, enquanto contraponto frente aos desafios que são lançados pelo ideal de uma sociedade homogeneizadora, que não consegue lidar com diferenças. Expomos portanto, que a cultura resulta da inserção do sujeito nos diferentes contextos sociais, de maneira que é necessário que pesquisador esteja atento a tais variáveis.

Passemos então a relacionar o que dispõe alguns autores sobre a compreensão do conceito de identidade. Ao analisarmos como as identidades são construídas Hall (2000) nos esclarece que estas são formadas por meio da comparação com outras identidades, ou associadas às diferenças. A construção através das diferenças surgiu sob a forma de polos opostos, como oposições binárias, as quais são significantes para a elaboração do significado. Sendo assim, faz-se necessário um estudo contínuo na questão da diferença dando ênfase no seu processo de produção através das oposições que são consideradas essenciais, para que possamos entender o processo da constituição cultural das identidades.

Woodward (2000) nos faz refletir sobre a questão do desenvolvimento negativo da diferença que se dá através da exclusão ou da marginalização dos sujeitos que são vistos em nossa sociedade como “outros”. Estes “outros” também podem ser caracterizados

em nosso contexto social como sendo as minorias sociais e culturais, as quais são: os indígenas, os negros, os homossexuais as populações dos movimentos migratórios, dentre outros, que podem ser chamadas de minorias permanentes, que se tornam sociais e não de procedimento, que são àquelas minorias que estão presentes em: tribunais, parlamentos, conselhos e em outros corpos deliberativos (APPADURAI,2009).

As batalhas sobre os direitos culturais estão interligadas diretamente com a construção de identidades predatórias, que se empenham em extinguir as categorias sociais classificadas como estranhas. Esta cultura hegemônica (branco, homem, heterossexual) determina as regras que todos devem seguir como sendo ideais, ou normas definidoras rotulando assim, os diferentes como àqueles que estão fora dos padrões.

A questão identitária não se restringe a rótulos, e talvez esse seja um dos maiores desafios impostos para esta reflexão. A problematização trazida por Kuper (2002) amplia o olhar sobre uma identidade que pode divergir da compreensão socialmente almejada:

Ao que parece, o termo identidade é um oximoro quando usado em relação a um indivíduo, pois como pode um indivíduo corresponder – ser idêntico – a ele mesmo? Na psicologia, identidade pode referir-se à manutenção de uma personalidade com o tempo: a pessoa é idêntica (mais ou menos) ao que costumava ser. Mais comumente, entretanto, a noção de identidade está ligada a ideia de que o self tem certas propriedades essenciais a algumas eventuais. Existe um eu verdadeiro, que talvez não corresponda à pessoa eu pareço ser. Eu posso escolher, ou ser forçado a, disfarçar elementos do meu verdadeiro self, que permanecem ocultos ao mundo. Talvez eu não seja capaz de encontrar minha própria voz ou de me reconhecer nas representações que me cercam (KUPER,2002. p. 297).

A abrangência da identidade torna-se muito mais intensa que as limitações engendradas em uma cultura, pois aquela implica comunicação e interligação com as demais fronteiras étnicas, nacionais, religiosas, entre outras. Sendo assim:

Todos nós temos identidades múltiplas, e mesmo que eu admita ter uma identidade cultural primária, pode ser que eu não queira me ajustar a ela. Além disso, não seria muito prático. Eu opero no mercado, vivo por meio do meu corpo, luto com os outros. Se eu me considerar apenas um ser cultural, deixo muita pouca margem para manobra ou para questionar o mundo em que me encontro (KUPER,2002, p. 311).

A complexidade das relações indica que o sujeito não mais comporta a ideia de uma identidade única. As transformações das relações cotidianas tendem a revelar que as mudanças são mais recorrentes que as estabilidades. Como pontua Hall,

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...) É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente (HALL, 2003.p. 12-13).

Expondo os perigos do essencialismo, ainda aponta Hall:

O momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. Além disso, como sempre acontece quando naturalizamos categorias históricas (pensem em gênero e sexualidade), fixamos esse significante fora da história, da mudança e da intervenção políticas. É uma vez que ele é fixado, somos tentados a usar “negro” como algo suficiente em si mesmo, para garantir o caráter progressista da política pela qual lutamos sob essa bandeira — como se não tivéssemos nenhuma outra política para discutir, exceto a de que algo é negro ou não é. Somos tentados, ainda, a exibir esse significante como um dispositivo que pode purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs desgarrados, que estão desviando-se do que deveriam estar fazendo, e policiar as fronteiras — que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e posicionais — como se elas fossem genéticas. É como se pudéssemos traduzir a natureza em política, usando uma categoria racial para sancionar as políticas de um texto cultural e como medida do desvio (HALL, 2003, p. 345).

Um contraponto relevante para a questão identitária é a relação entre essas e a visão dos agentes políticos, do Estado. As identidades étnicas podem ser fragilizadas, na medida em que os sujeitos também se tornam hipossuficientes diante da intervenção de agentes políticos:

As identidades étnicas são tentadoras para eles (agentes políticos) porque vêm nelas uma base política potencial (...). Não é dada ao indivíduo a opção de dizer, por exemplo, ‘Sim, eu quero acionar minha identidade étnica para esse fim, mas não para aquele. Eu o apoiarei nessa política, mas não naquela’. Assim, o processo coletivo restringe dramaticamente a liberdade de ação e escolha. Blocos com programas fechados são criados, e escolhas incompatíveis são opostas. A diversidade de vivências e de escolhas das pessoas é reduzida até na sua vida privada, e as suas concepções sobre quem são ou o que poderiam fazer são limitadas e diminuídas (BARTH, 2005. p.25-26).

O argumento trazido por Barth também deve ser considerado pelos pesquisadores, tendo em vista que, para o Estado, há uma tendência para o reconhecimento formal dos diferentes, mas os mesmos são limitados em suas demandas, não são atendidos pelo querer estatal em suas dimensões plurais. Os sujeitos passam a ser rotulados, e restringidos em seus quereres e anseios.

Em discussão semelhante sobre a condição dos diferentes (o pequeno número), as ponderações de Appadurai (2009) nos convidam a pensar sobre o porquê da raiva e do sentimento de hostilidade desferidos em relação as minorias no contexto da globalização. O autor traz algumas explicações para as causas desse incômodo trazido pelo diferente, com os quais cotejamos a discussão aqui proposta: a) a ideia de um ethnos nacional, na qual tem sido produzida e naturalizada a ideia da homogeneidade na perspectiva da nacionalidade; b) lugar da incerteza social na vida social: diante dos inúmeros movimentos e estilos culturais, gera-se a incerteza sobre quem de fato pertence ao grupo legitimado pelo ethnos nacional e os que não são.

As causas apontadas por Appadurai também remetem ao que o autor nomeia como identidades predatórias, consistentes na destruição dos diferentes, das minorias:

Defino como “predatórias” aquelas identidades cuja mobilização e construção social requerem a extinção de outras categorias sociais próximas, definidas como ameaças à própria existência de algum grupo, definido como “nós”. As identidades predatórias emergem, periodicamente, de pares de identidades, algumas vezes de conjuntos maiores do que dois, que têm longas histórias de contato próximo, mistura e algum grau de mútuos estereótipos. A violência ocasional pode ou não ser parte dessas histórias, mas algum grau de identificação contrastante sempre está envolvido. Um dos membros do par ou do conjunto frequentemente torna-se predatório ao mobilizar um entendimento de si mesmo como uma maioria ameaçada. Esse tipo de mobilização é o passo-chave para transformar uma identidade social benigna numa identidade predatória (APPADURAI, 2009, p. 46)

Importante pontuar que as minorias aqui não são mensuradas simplesmente pela questão quantitativa, mas sobretudo por seu caráter dissonante ante o conjunto social desejável.

Essas questões trazem a dicotomia do quanto os pequenos grupos aparentam ser uma forte ameaça no imaginário coletivo: “quanto menor o número e mais fraca a minoria, mais profunda é a fúria em relação a sua capacidade de fazer que a maioria se sinta como mera maioria e não como um ethnos inteiro e incontestável” (APPADURAI, 2009, p. 47).

A condição dessas “minorias” não pode deixar de ser observada no percurso da pesquisa em Educação. É necessário que o pesquisador esteja atento não somente quanto a ausência de fixidez identitária, diferentemente do que muitas vezes se convencionou ditar, mas também é preciso reconhecer os desafios dos diferentes frente aos interesses do Estado, pois para este, a diferença não passa de um reconhecimento formal, contexto que limita a capacidade dos sujeitos e o pluralismo que lhes é inerente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do presente artigo, buscamos apresentar algumas premissas que consideramos relevantes para a realização de pesquisas realizadas junto aos povos e comunidades tradicionais. Nesse contexto, torna-se necessário que o pesquisador se aproprie das discussões e conceitos sobre identidade, pois se assim não fizer, incorrerá no risco de enquadrar os sujeitos participantes de sua pesquisa em rótulos e concepções prévias, o que não trará prejuízos não somente àqueles ao participante da pesquisa, mas ao próprio pesquisador, que, provavelmente, reproduzirá os estereótipos que foram consolidados no decurso da história. Assim, dificilmente conseguirá compreender o contexto ou determinadas ações daqueles que estão envolvidos em sua pesquisa, proporcionando um contexto possível de embaraços ou de certa superficialidade.

Para tracejar este caminho, pautamos nossa discussão em uma perspectiva interdisciplinar. Observamos a importância em relacionar as contribuições que os estudos antropológicos podem trazer ao campo da Educação. As premissas sobre a cultura e as identidades não são exclusivas dos antropólogos, sendo imanente àquele que pesquisa com os grupos étnicos se apropriar dessas discussões, para que suas leituras acerca do campo de pesquisa sejam menos impositivas e, conseqüentemente, também mais livres e éticas.

O aumento destas pesquisas no campo da Educação não tornam as lições que aqui

abordamos sobre a identidade étnica obsoletas ou redundantes. Pelo contrário, a discussão se torna cada vez mais emergente, pois como argumenta Santos e Almeida Filho (2008), a academia não somente contribuiu com a exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como também teorizou sua inferioridade. Observamos, portanto, que o próprio pesquisador, sendo fruto de uma academia eurocentrada, está sujeito aos perigos de contribuir com a inferiorização dos grupos étnicos, quando não se abre à experiência do campo, mas se apega apenas às epistemologias não dialógicas ou excludentes. A pesquisa em Educação não pode desconsiderar estas variáveis.

Há ainda de se reconhecer que, os processos educativos dos povos e das comunidades tradicionais não se encerram com os aportes normativos estandardizados em prol da educação indígena e quilombola. Logo, é indispensável que o pesquisador se coloque sob a tutela da experiência e também das desconstruções dos estereótipos que envolvem o ser indígena e o ser quilombola na sociedade brasileira. Ciente de todo esse processo, o pesquisador necessita refletir sobre a sua condição, e a partir dela pensar de que maneira pode contribuir não somente para a aproximação entre a academia e o campo, mas também para que benefícios possam ser trazidos para a comunidade estudada.

Pensar sobre identidade e a diferença torna-se imprescindível e desafiador ao desenvolvimento de um estudo, pois demanda que o pesquisador se desprenda de certezas e busque a dar espaço para o protagonismo do outro. A insistência nestes argumentos não se dá de forma ingênua ou inconsciente. Consideramos que, àquele que se dispõe à pesquisar, precisa ter uma ciência mínima sobre os enfrentamentos do grupos étnicos.

Em termos históricos, vivemos em uma sociedade que comportou quarenta por cento dos quinze milhões de africanos que foram deportados de suas terras para as Américas (REIS e GOMES, 1996). De maneira similar, os povos indígenas, em meio aos processos de colonização e de resistências, enfrentam o desafio quanto à desconstrução dos pressupostos que se firmaram na historiografia oficial de nosso passado (MONTEIRO, 1999). Resguardada as devidas especificidades, vale ressaltar um problema em comum, vivenciado por indígenas e quilombolas. Tais grupos se encontram no quadro de populações que em o processo de vilipêndio histórico, cultural e político teve como cerne a anulação da identidade e da diferença. Podemos dizer que as tensões vividas por esses povos engendram movimentos antagônicos, os quais retraem e dilatam as identidades, pois o mesmo passado que subsidia movimentos políticos e sociais importantes, também suscita as histórias de sofrimento, os influxos da subalternização histórica. Não raro é que o campo de pesquisa também traga à tona estas percepções.

Dessa maneira, persiste um desafio posto para estes grupos que, é a busca por uma reescrita da história. Mesmo que esta ainda seja delineada de maneira fragmentada, anseia-se subsidiar ainda mais a luta dos povos indígenas e quilombolas, propulsando as rediscussões sobre as identidades e a equidade social. No mesmo direcionamento, atente ao pesquisador às singularidades dos povos e comunidades tradicionais, pois ainda incorre-se no risco de ainda ser traduzida pela historiografia oficial e pelo imaginário social como não diversificada, uniforme e até mesmo monótona.

Creemos que a pesquisa pode se tornar um desafio maior ao pesquisador, ao se deparar com menos suposições e lançar-se em um campo que foi extremamente estereotipado e vilipendiado historicamente. Entretanto, esta mesma pesquisa auferir ganhos, pois tende a sinalizar novas perspectivas de atuação, amplia os horizontes no que se refere aos caminhos a serem tomados nos espaços de educação indígena e quilombola, notadamente na seara da educação formal.

Neste propósito, reiteramos a compreensão da história como fonte de problematização, e não como ensejo para a fixidez ou massividade dos sujeitos em determinado lugar e tempo históricos. Ao discutirmos sobre e com os grupos étnicos, estamos nos propomos a compreender tais sujeitos não como “sobras” de um passado de dor, mas como atores que hoje reivindicam os espaços de dignidade e justiça, que foram denegados aos seus antecessores. Nesse caminho, não raro é perceber que, forma-se a pesquisa, e transforma-se o pesquisador, pelas experiências singulares encontradas em campo.

Ao se fortalecer a luta dos povos subalternizados, invertemos a ordem imposta. Não podemos dispensar a ideia de que na pesquisa em Educação, também é importante a construção de uma “história vista por baixo”, onde não se reproduzam interpretações eminentemente elitistas, uma história determinada por grupos poderosos. Ao inverter essa lógica, fortalecendo aqueles que foram esquecidos, a pesquisa em Educação alimenta um devir social e destoa de uma ordem determinante e por muito tempo vigente no mundo acadêmico, voltada eminentemente para os donos do poder.

REFERÊNCIAS:

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, Itau Cultural, 2009.

BARTH, Fredrik. **O guru**, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

_____. **Etnicidade e o conceito de cultura**. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. N. 1.n 19, 2005, p. 15-30. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf . Acesso em: 10. Ago. 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____, Stuart. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MONTEIRO, John M. **Armas e armadilhas** -História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A Outra Margem do Ocidente, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e

suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

ROCHA, G. e TOSTA, S. **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza e FILHO, Naomar de Almeida Filho. **A Universidade do Século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina; 2008

WOODWARD, K. 2000. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS

Data de aceite: 17/06/2020

César Augusto Fernandes Silva

Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. UFMG/UFBA.
cesareco13@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas pós-Constituição Federal de 1988. Ele oferece uma descrição das políticas específicas e extensionistas quilombolas a partir da análise do Guia das Políticas Públicas das Comunidades Quilombolas do Programa Brasil Quilombola, que reúne ações e programas governamentais para as comunidades quilombolas nos eixos; Acesso ao Território, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, Direitos e Cidadania. Apesar do momento favorável para as comunidades quilombolas, as políticas se mostraram amostrais, ou seja, ainda não se encontram consolidadas. A falta de recursos, os antagonistas, os agentes públicos despreparados e a morosidade de muitas ações corroboram para este parecer. Todas as conquistas fazem parte de um processo

que além da conjuntura local e nacional dependem de muita reafirmação e embates de tais comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Quilombola, Agenda Social Quilombola, Políticas Públicas.

PUBLIC POLICIES IN THE QUILOMBOLA SOCIAL AGENDA: PERCEPTIONS AND CHALLENGES

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the public policies directed to quilombola communities after the Federal Constitution of 1988. It provides a description of the specific policies and extension of quilombolas from the analysis of the Quilombola Communities Public Policies Guide of the Quilombola Brazil Program, which brings together actions and governmental programs for the quilombola communities in the axes; Access to Land, Infrastructure and Quality of Life, Productive Inclusion and Local Development, Rights and Citizenship. Despite the favorable moment for the quilombola communities, the policies have been sampled, that is, they have not yet been consolidated. Lack of appeal, antagonists, unprepared public agents and the slowness of many actions corroborate this opinion. All the

achievements are part of a process that, besides the local and national conjuncture, depends on a lot of reaffirmation and clashes of such communities.

KEYWORDS: Quilombola Community, Quilombola Social Agenda, Public Policies.

INTRODUÇÃO

Para entendemos as comunidades dos quilombos precisamos analisar dois momentos históricos: o primeiro deles é a chegada de 12 milhões de seres humanos a partir do século XVI, das mais diversas culturas dos povos do continente africano. Neste momento, as discussões sobre raças estavam iniciadas. O Europeu começou a se distinguir dos “outros” pela cor da pele e outras características físicas, embora parecesse só uma distinção de características físicas foi um passo essencial para distinção entre nós e eles. Segundo Munanga:

[...] os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (MUNANGA, 2013, p. 21).

O Brasil foi a maior rota de africanos escravizados. O sistema escravagista perdurou por séculos. Estratégias de resistência subversão foram adotadas e entre elas estão os quilombos e mocambos, que se constituíram em refúgios para os escravizados em fuga.

O processo final do período escravagista começou com o tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra, que obrigou o fim gradativo do tráfico negreiro e, em seguida, com a lei de 1831 e a lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibiu o tráfico, e posteriormente, com as leis do Ventre Livre, lei do Sexagenário e a lei Áurea de 1888, que por fim, aboliu a escravidão. Sem qualquer medida compensatória, muitos negros foram para os morros, favelas, matas fechadas, locais onde poderiam viver em liberdade.

O segundo momento, remete-nos a meados do século XX, onde a luta por direitos dos negros das cidades e do campo entram em pauta. Neste momento, a temática dos quilombos está mais evidente, seja, pelas lutas do movimento negro contra o racismo, não pela raça biológica, mas ideológica, “uma relação de dominação e poder” e pelas lutas camponesas por meio de comunidades negras rurais no campo, seja, a luta pela terra e pela manutenção de sua cultura onde estão presentes a religiosidade, os costumes, a troca e reciprocidade e a interação social ecológica.

As resistências são múltiplas contra os antagonistas. A monocultura, grandes fazendeiros, grileiros, mineradoras e unidades de conservação são grandes opressoras das comunidades quilombolas. É também necessário considerar que:

[...] as comunidades dos quilombos estão inseridas no contexto dos “povos e comunidades tradicionais”, categoria relativamente nova, tanto na esfera governamental, quanto na

esfera acadêmica ou social. Conforme definido pelo art. 3º do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, “povos e comunidades tradicionais” podem ser entendidos como *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”* (COSTA FILHO, 2016, p. 129).

No geral, a vida das comunidades tradicionais não cabe nos projetos capitalistas e no projeto econômico hegemônico; comumente são vistos como atrasados, pobres, hostis, um dos óbices do desenvolvimento.

Segundo Arruti (2008), territórios tradicionais, produção e organização social são as principais formas de ser e viver das comunidades tradicionais, notadamente das comunidades dos quilombos. Território é a relação específica do grupo com a terra que faz com ela seja mais que terra e esteja relacionados a fatos históricos, ancestralidade e modos de vida, sentidos de memória social e regimes próprios. Nesse contexto, a produção está intimamente relacionada ao parentesco, solidariedade entre as famílias e relação específica com a natureza e com o mundo. Por fim, a organização social, vínculo familiar, famílias extensas e ancestralidade comum, são também características das comunidades quilombolas.

A primeira grande vitória no âmbito do direito, talvez seja a Constituição Brasileira de 1988, sobretudo, a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seguido da adesão do Brasil como parte da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT - sobre Povos Indígenas e Tribais e do Decreto 4887/2003, que regulamenta o referido artigo constitucional no que tange à titulação dos territórios quilombolas.

Após o reconhecimento dos seus direitos territoriais, percebemos os crescentes atos de violência contra as comunidades quilombolas. Latifúndio, agronegócio, unidades de conservação e a grande mídia são alguns dos antagonistas mais comuns. Além disso, lideranças quilombolas e camponesas têm sido ameaçadas e assassinadas frequentemente, principalmente no governo atual Michel Temer.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo apresentar as políticas públicas para as comunidades quilombolas após a constituição de 1988.

Desenvolvimento

Quilombo é um conceito que se modifica a cada contexto social, político, histórico e cultural. Segundo Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957) citados por Schmitt, Turatti & Carvalho (2002, p. 2) até meados de 1970, perpetuou-se o conceito de 1740 onde o Conselho Ultramarino considerava quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. As autoras destacam ainda as origens das comunidades quilombolas,

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres [...], heranças, doações, recebimento de terras como

pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção”. (SCHMITT, TURATTI, & CARVALHO, 2002, p. 3)

Segundo O’Dwyer (2002, p.18) contemporaneamente o termo quilombola não se refere mais a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, população isolada e homogênea, nem de movimento insurrecionais ou rebelados e não fazem uso individual da terra. São grupos que desenvolveram práticas de resistência e reprodução de modo de vida característico e história comum construída a partir de vivência e valores partilhados.

Cabe ressaltar que,

O seu reconhecimento não está relacionado com uma datação histórica específica, e não se materializa mais pelo isolamento geográfico nem pela homogeneidade biológica dos seus habitantes. [...] As Comunidades Remanescentes dos Quilombos são “grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; em que essa identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política” (COSTA FILHO, 2011, p.1).

Outros conceitos trazem denominações como “terra de preto”, “território negro”, além de trazer presentes elementos do campesinato e da identidade étnica, segundo Almeida, citado por Arruti (2008, p. 328) o termo “terra de uso comum” traz,

[...] territorialidade, marcada pelo uso comum, teria uma série de manifestações locais, que ganham denominações específicas segundo as diferentes formas de autorepresentação e autodenominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto, “domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos”.

Elementos como territorialidade, relação de parentesco, terra de trabalho, predomínio do uso comum da terra, reciprocidade, confrontam e se relacionam, sustentando o conceito de grupo étnico e na observação de formação territorial específica.

O conceito de quilombo está ligado a grupos que se distinguem do restante da sociedade enquanto sua identidade étnico-racial, autoidentificação e patrimônio cultural.

Arruti (2008) discute a “ressemantização” do conceito. No século passado, o conceito estava em discussão tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais. Antropólogos de centros de pesquisa e da Associação Brasileira de Antropologia, Igreja (a parte mais progressista) e Movimento Negro são alguns exemplos.

Completa ainda que com a instauração da ordem republicana haja uma transformação no conceito, levado ao discurso político, passando pela resistência cultural, resistência política e por último, protagonizada pelo movimento negro, “a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da ‘resistência negra’ (ARRUTI, 2008, p.320).

Segundo Almeida (2002 p 46-47):

As situações concretas de conflito levaram ao dissenso em torno do conceito de *quilombo* e dos procedimentos operacionais, revelando o grau de organização das forças sociais que recusavam o caráter restritivo e limitante do único instrumento legal produzido após a abolição de 1888, o qual se refere a direitos sobre a terra por parte de ex-escravos e seus descendentes. Ganharam visibilidade nesse debate as primeiras associações voluntárias e as identidades coletivas que revelavam a condição de pertencimento a grupos sociais específicos e que viriam a compor a partir de 1994 um movimento social quilombola de abrangência nacional.

A identidade quilombola é uma construção social a partir da necessidade de lutar pelo direito ao território, sobrevivência do patrimônio cultural, até então alheio, principalmente para as comunidades negras rurais.

Diante disso, o conceito utilizado atualmente de quilombo está ligado a identificar populações em sua maior parte negras e rural na luta política e social pelo direito ao território e à garantia de reprodução dos seus modos de vida.

Já o termo “remanescente”, segundo Arruti (2008, p. 327):

[...]o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos (documentos, restos de senzalas, locais emblemáticos como a Serra da Barriga etc.) dos artigos 215 e 216, mas ‘comunidades’, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que ‘estejam ocupando suas terras’.

Neste sentido, será utilizado neste trabalho, o termo “comunidade quilombola” como sendo comunitário a partir dos modos de viver e ser.

Na constituição se destaca no artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará, incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Completa ainda que, o Estado protegerá as manifestações populares indígenas e afro-brasileiras entre outros grupos, datas comemorativas como o dia da consciência negra e dia do índio. Já no artigo 216 determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público e pela comunidade, o patrimônio cultural brasileiro.

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), temos: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O dispositivo constitucional não só reconhece a existência dos remanescentes dos quilombos como também, lhes é conferida a propriedade definitiva, sendo este dever do Estado emitir os respectivos títulos. As primeiras tentativas de regulamentação do artigo 68 da ADCT por parte do governo foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por institutos de terras estaduais.

No âmbito do direito internacional temos a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 5.051/2004 que constrói um marco na proteção dos povos e

comunidades tradicionais do Brasil. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil no Decreto n.º 6.177/2007, destaca a importância dos conhecimentos tradicionais e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável devendo ser assegurada sua proteção e promoção. E a Convenção da Diversidade Biológica que passa a valer no Brasil pelo Decreto n.º 2.519/1998 e trata da conservação da biodiversidade e da proteção das comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com os recursos naturais.

Com o início do governo Lula (2003 -2006), houve maior facilidade de dialogar com os movimentos sociais, eclesiais e sindicais até a entrada de parte deles no governo criou-se um ambiente favorável para a execução das políticas públicas há tempos requeridas.

Souza (2010) coloca três medidas essenciais para construção e articulação das políticas quilombolas. A primeira delas é a Lei 10.678/2003 que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que irá articular e acompanhar as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, entre elas, as políticas quilombolas. A SEPPIR constituiu dois programas que guiarão essa intencionalidade política: o Programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial e o Programa Brasil Quilombola – PBQ, ambas criadas em 2004.

A Segunda é a Criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial pelo Decreto n.º 4.885/2003. De caráter consultivo, tem a finalidade de propor políticas para combater o racismo, preconceito e discriminação racial e reduzir as desigualdades raciais. A terceira medida foi a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto n.º 4.886/2003 e o Decreto n.º 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades dos quilombos, além de trazer a definição de comunidade quilombola e como será reconhecida.

Completa ainda o referido Decreto que caberá a Fundação Cultural Palmares (FCP) a certificação e ao INCRA o processo de regularização fundiária. E, por fim, a criação da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC), em julho de 2004.

No segundo mandato do Lula (2007-2010), tivemos o Decreto n.º 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e traz a definição de PCTs, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável. A PNPCT tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Outra ação importante no período foi a Agenda social Quilombola (ASQ), uma política que reunia as ações articuladas de diversos ministérios com foco nas políticas públicas quilombolas em diversas áreas, entre elas, saúde, educação e assistência social. No campo da educação, merece destaque a Lei 11.645/08, suplementar à Lei n.º

10.639/2003 que cria a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto das unidades particulares. Temos também a criação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentre outros.

No primeiro governo Dilma (2011-2014), já com o caminho preparado foi um tempo de políticas específicas e extensionistas, conquistadas com a relação de diálogo, mas também de luta e resistência. A cada ação implementada, ministérios, secretarias e demais órgãos buscavam incluir os Povos e Comunidades Tradicionais, notadamente as comunidades dos quilombos, como público específico. Por exemplo, PDDE Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola, Minha Casa, Minha Vida, Alimentação Escolar, entre outros. Momento de resultados importantes na efetivação das políticas públicas quilombolas, porém outras áreas mantiveram-se muito conservadoras como a área de regularização fundiária.

O segundo mandato do governo Dilma (sobretudo o ano de 2015),¹ foi marcado por muita instabilidade política, ajustes fiscais e movimentos conservadores e terá que ser tratado com pouco de distanciamento temporal. Mas é possível constatar alguns prejuízos como a união dos Ministérios da Educação e Cultura em 2016 que depois de fortes críticas foi desfeito e a nomeação de Mendonça Filho do partido Democrata - DEM, antigo PFL, como ministro da educação. O DEM questionou a constitucionalidade do Decreto nº 4887/2003, sobre o processo de autoidentificação e o procedimento de titulação dos territórios quilombolas na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239².

Resultados

O Programa Brasil Quilombola lançado em 2004 pelo então Presidente Lula (2003-2010) tem como objetivo “consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas” e como desdobramento foi formada a Agenda Social Quilombola em 2007 onde organizou as iniciativas governamentais de 2008 a 2011 e ainda hoje é referência em ações de políticas públicas quilombolas. (BRASIL. SEPPIR. Ministério dos Direitos Humanos, 2013, p.10).

A Agenda Social Quilombola disposta no Decreto 6.261/2007 diz em seu artigo 1º que seu objetivo é a “melhoria das condições de vida” e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil’ e no artigo 2º afirma que ela compreenderá quatro eixos de ações: “ao acesso a terra; à infraestrutura e qualidade de vida; à inclusão produtiva e desenvolvimento local; e à cidadania.” (BRASIL,

1 O segundo mandato presidencial da Presidenta Dilma Rousseff teve início em 1º de janeiro de 2015 e terminou com seu impeachment em 31 de agosto de 2016

2 Cabe ressaltar também que a Ação Direta de Inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, já foi votada. Por maioria de votos (8X1), em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003.

2007). Segundo Arruti, a Agenda Social Quilombola,

[...] implicou na definição de um conjunto de medidas bem mais específicas e setorizadas, quase sempre vinculadas aos pacotes de políticas desenhados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Tal vinculação é tão evidente em alguns setores que algumas destas políticas ganharam o rótulo de “PAC Quilombola”, como aconteceu no caso das ações do Ministério da Saúde voltadas ao Saneamento (ARRUTI, 2009, p. 80).

Será analisado cada um destes quatro conjuntos de ações no sentido de verificar a efetivação das políticas públicas quilombolas. Para fins didáticos utilizarei a mesma sequência de políticas descritas no Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas do Programa Brasil Quilombola (Guia), publicado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2013, além de inclusão de políticas relevantes que não constam no referido Guia.

Acesso ao território - Segundo dados da FCP, foram certificadas 2.494 comunidades quilombolas, sendo que 2.958 solicitações foram feitas. O gráfico abaixo traz um comparativo de certificações anuais emitidas. Outros 225 requerimentos de certidão estão com processos em andamento aguardando complementação de documentação, ou seja, não atendem totalmente aos § I, II, III, IV e V do art. 3º da Portaria 98/2007; as necessidades mais citadas são a falta de atas e históricos das comunidades requerentes (BRASIL. Fundação Cultural Palmares. 2017).

Regularização Fundiária - Como podemos perceber nos dados apresentados os ritos do processo estão prontos, falta a vontade política de alocar recursos financeiros para que se concretize a regularização dos territórios quilombolas.

Processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre.	1.715 Comunidades quilombolas.
Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID	259 Editais de RTIDs publicados.
Portaria de Reconhecimento do Território	141 Portarias publicadas.
Decreto de Desapropriação por Interesse Social	82 Decretos publicados.
Títulos Emitidos	Existem 236 títulos emitidos. OBS: Incluídos as titulações feitas pela Fundação Cultural Palmares e institutos de terras estaduais.

Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA
Fonte: (BRASIL, Casa Civil da Presidência da República, 2018. *Modificado*).

Infraestrutura e qualidade de vida. O PAC FUNASA - Percebemos um aumento de investimento iniciado em 2012, seis vezes maior em 2013, e em 2014 o maior investimento

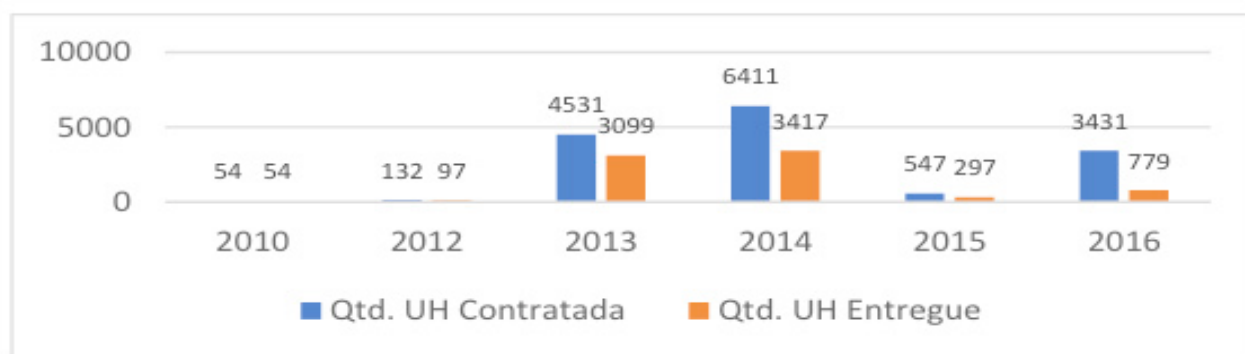
do período analisado. Notamos uma queda expressiva em 2015, ano do ajuste fiscal e 2016 e 2017 com quedas significativas em relação aos quatro anos anteriores.

No **Programa Água Para Todos** - Segundo dados do relatório de gestão da SEPPIR diz que:

[...] às comunidades quilombolas atendidas pelo Programa Cisternas, no âmbito do Programa Água para Todos, entre 2003 e julho de 2015, foram beneficiadas 9.042 famílias com água para consumo humano (Primeira Água), com a entrega de cisternas de placa, e 2.604 famílias com tecnologias sociais para água de produção (Segunda Água). [...] Entre 2014 e julho de 2015, 2.572 famílias foram atendidas com a Primeira Água e 1.530 com a Segunda Água, em nove estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015 p. 34).

Os locais de atendimento estão dentro do escopo norte mineiro e do sertão nordestino, locais mais afetados pela falta de água.

Programa Nacional de Habitação Rural - Com 15.106 UH contratadas são aproximadamente 60 mil pessoas beneficiadas. Podemos dizer que é um grande avanço para as comunidades quilombolas.



Quantidade de Unidades Habitacionais Contratadas e Entregues por ano

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017.

No **Programa Luz Para Todos** - Segundo dados do relatório de gestão 2014 da SEPPIR,

O Programa Luz para Todos (LpT), lançado em 2004, executou nos últimos 10 anos o atendimento a 44.264 domicílios quilombolas beneficiando 131.967 pessoas, correspondendo a ligações realizadas, com investimento aproximado de R\$ 355 milhões. Em 2014, o Programa LpT executou cerca de 15 mil novas ligações em domicílios quilombolas. (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015, p. 34).

Constatam-se um número expressivo de famílias quilombolas que ainda no século XXI se encontravam sem acesso à energia elétrica. E pelo menos, segundo dados do CadÚnico de 2014, outras 14.789 famílias ainda estão sem energia elétrica em suas residências.

No Relatório da SEPPIR de 2014, demonstra-se que foram realizadas onze oficinas de capacitação sobre o benefício da **Tarifa Social**. Estas oficinas são necessárias visto que somente 12.049 famílias, segundo dados da SEPPIR, têm acesso à tarifa social em um universo muito maior de famílias quilombolas, ou seja, o desconhecimento e a falta de informação ainda são grandes entraves para o acesso a políticas públicas (BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014).

Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local. A Declaração de Aptidão ao Pronaf –DAP -Dados da SEPPIR, demonstram que houve um aumento significativo entre 2003 a 2013, passando de 188 DAPs emitidas para 13.939 DAPs emitidas para quilombolas.

Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER) –Dados disponibilizados pela SEPPIR, referentes a 2013, mostra a distribuição de famílias atendidas e valor investido no Ater Quilombola. Os maiores números de famílias se encontram na região Nordeste, seguido pela região Centro-oeste.

Selo Quilombola-Dados do relatório de gestão da SEPPIR de 2015 demonstram que até final de 2015 emitiram 33 selos para 250 produtores que beneficiou 411 famílias de cinco estados.

Programa Brasil Local –Economia Solidária-A revista Brasil Local trouxe dados deste projeto onde 43 municípios foram atendidos com participação de 105 comunidades quilombolas atendendo 7.589 famílias. Nenhum outro projeto voltado para comunidades quilombolas foi encontrado até este momento que explicaria o termo “retomado” citado no plano nacional da economia solidária. (PROJETO BRASIL LOCAL (20--)).

Direitos e Cidadania. Educação Quilombola -A educação quilombola inclui a melhoria de infraestrutura, formação de professores, produção de material didático, transporte escolar e construção de escolas como descrito no Guia. Estas, entre outras medidas, buscam a valorização e afirmação étnico-racial na escola, além de proporcionar marcos teórico e conceitual para se compreender e refletir a educação quilombola visando uma educação de qualidade.

Santos (2016), busca “identificar elementos que possam compor os cursos de formação docente para a Educação Escolar Quilombola, visando sua implementação nas escolas estaduais que atendem aos Quilombos da cidade de Belo Horizonte/MG”. A autora percebeu que os gestores das superintendências de ensino ainda precisam aprofundar no assunto. Os quilombolas entrevistados disseram que a Educação Escolar Quilombola deve ajudar os alunos a entenderem o sentimento de pertencimento à comunidade, evidenciar grandes líderes negros da história, religiões de matriz africana, além da formação de professores/as.

Construção de escolas quilombola –Escolas do Campo-Dados do monitoramento da SEPPIR com base nos dados do INEP e do Censo Escolar, tendo como referência o ano de 2013, demonstra a existência de 2.200 mil escolas quilombolas com 227.430 mil alunos. Já dados do relatório de gestão da SEPPIR de 2015, cita que há neste ano 2.365 mil escolas com 293.046 estudantes quilombolas, um aumento expressivo se confrontarmos

com dados de 2007 onde havia somente 1.253 mil escolas em territórios quilombolas com 151.782 matrículas. (SILVA, T. D. IPEA, 2015).

Programa Nacional do Livro Didático PNLD – Campo - No site da PROCAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo - houve um edital de convocação 04/2014 – CGPLI, cujo objetivo é avaliação de obras didáticas para o programa de livro didático no Campo 2016. Ainda segundo o edital, nos livros devem conter o respeito, história, modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, além de:

Reconhecer a importância e tratar adequadamente a história, a cultura e a imagem de afro-brasileiros, afro-brasileiras, e dos quilombolas considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e conhecimentos, promovendo o respeito à diversidade étnico-racial e fomentando o combate ao racismo e à discriminação racial³.

Segundo dados do INEP, disponíveis no portal de monitoramento da SEPPIR, referente a 2013; 761 escolas localizadas em território quilombola utilizavam material didático específico para quilombolas enquanto 1.423 utilizavam material convencional.

Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Campo - Os dados mostram que 65 escolas quilombolas foram beneficiadas com o PDDE Campo - Com um total de R\$ 538.900,00 mil reais repassados, sendo R\$ 538.900,00 para custeio e R\$ 161.670,00 para capital.

Procampo - Saberes da Terra - Segundo dados do relatório de gestão do Ministério da Educação de 2015 – gestão 2014, o Projovem Campo estava em execução em 14 estados, 302 municípios com atendimento a 42.845 jovens da agricultura familiar.

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Os recursos são repassados diretamente do FNDE para municípios, estados, escolas federais e DF, ou ainda para os caixas escolares. Para escolas quilombolas e indígenas o valor é diferenciado. Na resolução nº 1, de 01 de fevereiro de 2017, o repasse por aluno quilombola, por dia, foi de R\$ 0,64 centavos, o dobro das escolas e alunos convencionais.

De acordo com os dados da SEPPIR, o PNAE repassou para a alimentação escolar dos quilombolas o valor 34 milhões, atendendo 293.046 mil estudantes em 2.635 escolas.

Outro ponto do benefício para as comunidades quilombolas é a aquisição de alimentos por estas escolas. A lei 11.947/2009 em seu artigo 14, diz que do total de aquisição de alimentos, no mínimo 30% deverão ser diretamente da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, povos indígenas e comunidades quilombolas.

O Programa Bolsa Família – PBF - No Relatório de Informações Sociais do governo federal, mês de referência setembro de 2017, há 117.326 mil famílias que se

³ **Edital De Convocação 04/2014 – CGPLI.** Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/edital_convoc_inscricao_aval_obras_didat_pnld_campo_2016.pdf>. Acesso em: 24 de Set. de 2018

identificaram como quilombolas e recebem benefícios do programa bolsa família das 160.919 mil famílias que estão cadastradas no CadÚnico.

Programa Saúde da Família –PSF e Programa Saúde Bucal –PSB/Brasil Sorridente -Para as equipes que atendam comunidades quilombolas tanto no PSF quanto no PSB, há um acréscimo de 50% no valor repassado por mês, por equipe, conforme a portaria nº 978, de 16 de maio de 2012.

Dados da SEPPIR (2017) mostram que em 2013 havia 531 médicos do Programa Mais Médicos em equipes de saúde da família localizadas em territórios quilombolas. O gráfico abaixo mostra o percentual de médicos do Programa localizados nos territórios quilombolas. Percebemos que a região Nordeste é onde estão mais da metade dos médicos, isto se dá pelo déficit de médicos nos estados desta região, por exemplo, no Maranhão, a relação de médicos por mil habitantes é 0,58, o menor índice do Brasil. Outro fato é que na região Nordeste encontra-se o maior número de comunidades quilombolas certificadas (BRASIL. Ministério da Saúde, 2017).

Rádios Comunitárias -O PNO para PCTs afirma que 126 municípios serão contemplados no Brasil, sendo que na Bahia, 10 cidades poderão receber a outorga, no Ceará 11 e Sergipe com 10; estes são os estados com maior número de outorgas.

Diante do exposto neste trabalho faço algumas considerações.

- O Conceito de Comunidade Quilombola é mutável e está em constante transformação pelos agentes públicos, pesquisadores, pelos movimentos sociais e pelas próprias comunidades quilombolas.
- A Constituição de 1988 abriu caminho para direitos e políticas públicas quilombolas, principalmente nos últimos 15 anos.
- O Decreto nº 4.887/2003 trouxe alguns avanços no âmbito legal.
- Embora a SEPPIR tenha articulado as ações das políticas públicas quilombolas, há ainda um atrelamento aos entes federados e que nem sempre há um compromisso político com a causa quilombola.
- Algumas políticas conseguiram avançar com construções de planos, portarias, resoluções, normativas e outras, porém, muitas ainda estão no papel.
- Dificuldade de articulação no congresso nacional. Grupos de parlamentares com projetos de lei que retiram direitos já conquistados.
- Falta de aporte financeiro para as políticas e quando há dificuldades, estão no topo da lista para serem cortados.
- O reconhecimento das terras quilombolas tira o espaço da especulação do capital, pois não poderá ser vendida, arrendada ou doada, ou seja, a terra fica indisponível para o mercado e para o agronegócio, atraindo olhares dos poderosos.
- Diferentes interesses, seja de antagonistas, do capital, racistas, entre as comunidades e seu entorno, em muitos casos, constituem um dos maiores impasses para a agilização do andamento da regularização fundiária dos territórios quilombolas.
- Embora “certificar” tenha trazido para perto as políticas quilombolas, a distância de uma “titulação” também traz diversos conflitos. Garante a existência, mas não

a sobrevivência.

- As políticas estão divididas em duas partes. As específicas, como a certificação e titulação e as extensionista, como as incrementações financeiras para quilombolas no PDDE, PSF e PSB.
- Podemos constatar ainda a “invisibilidade” das comunidades quilombolas. Falta um mapeamento para visibilizar as comunidades e promover a sua inclusão sociopolítica.
- Há falta de informações sistematizadas e de visibilidade espacial, um mapeamento das comunidades. O que se tem são trabalhos acadêmicos e algumas tentativas ainda não concluídas de mapeamento de povos e comunidades tradicionais.
- O desconhecimento do gestor público da existência de comunidades quilombolas no estado ou município é um fator que leva a política pública específica a não chegar até as comunidades.
- O gestor público desconhece o processo/rito necessário para fazer com que a comunidade quilombola tenha acesso à política pública específica.

Costa Filho (2014) ao analisar as políticas públicas quilombolas, diz que os programas e ações estão na pauta dos direitos individuais e coletivos já assegurados pela Constituição e pelos sistemas de educação, saúde, assistência social e que nem sempre os órgãos públicos e entes federados estão abertos à sua aplicabilidade.

Ainda segundo o autor, a ideologia do desenvolvimento ressaltada pelo Estado está presente também nestes programas e ações e finaliza citando Sachs W,

[...] estou propenso a concordar com Sachs, de que as premissas ideológicas do desenvolvimento simplesmente não se sustentam mais: superioridade dos países desenvolvidos; desenvolvimento como arma na competição entre sistemas políticos hegemônicos; desenvolvimento como instrumento de mudança; como forma de ocidentalizar o mundo. (SACHS W. apud COSTA FILHO, 2014, p. 6).

É preciso ressaltar a riqueza de valores que vivenciam e transmitem e a resistência das comunidades quilombolas frente ao opressor, ao avanço do capital e de antagonistas que, muitas vezes, contam com o Estado quando não é este mesmo que se insurge contra as comunidades e sua base territorial e política.

O direito ao território talvez seja a principal política para que as comunidades possam “viver e ser” com dignidade, contudo, frente às incertezas políticas, resta a Luta. Podemos dizer que as políticas públicas quilombola estão em construção, uma construção lenta, com poucos recursos e em disputa.

Podemos fazer uma analogia entre a implementação dos direitos quilombolas e a construção de uma casa. O terreno foi preparado pelo Movimento Negro, pela Associação Brasileira de Antropologia, pelos Movimentos Eclesiais e Socias no século passado. O fundamento é a Constituição Cidadã, sobretudo os artigos 225 e 226 e o artigo 68 do ADCT. Em seguida, vêm os pilares e as paredes, os decretos e leis que regulamentam os direitos territoriais, de autodefinição, bem como os demais programas e ações nas respectivas áreas de atuação governamental. A cobertura é a criação das estruturas governamentais para

que a política de fato aconteça como a SEPPIR. Por fim, temos o acabamento que são as políticas específicas expostas e brevemente analisadas neste trabalho. Embora não seja o melhor acabamento, é uma tentativa não consolidada de implementação. Falta ainda o mobiliário, que é a consolidação das políticas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde e educação, p. 75-110. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos Convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: ActionAid, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. "Quilombos". In. PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Org). **Raça: Perspectivas Antropológicas**. 2ª. ed. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008. P.315-350. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf.pdf>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- COSTA FILHO, Aderval. **Desafios à implementação dos Direitos Quilombolas: uma avaliação crítica pós Constituição Federal de 1988**. 2014. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402337635_ARQUIVO_DesafiosaimplementacaodosDireitosQuilombolas-umaavaliacaocriticaposConstituicaoFederalde1988.pdf>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- COSTA FILHO, Aderval. Quantos diques devem ser Rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo de Reconhecimento e regularização de Territórios quilombolas. In: Oliveira, Osvaldo Martins de (org.). 2016. **Direitos quilombolas & dever do estado em 25 anos de constituição federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. 347 pp.
- COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e Povos Tradicionais**. GESTA – UFMG. 2011. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf>. Acesso em: 03 de Dez. 2018.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro, 2003. p.16-34. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/Penesb%20-%20TEXTO%20Kabenguele%20Munanga.pdf>>. Acesso em: 26 de Jan. de 2018.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Eliane Cantarino O'Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.
- SANTOS, Suely V. (2016). **Quilombos e Educação Escolar Quilombola: estudo introdutório sobre subjetividade e atitudes reativas às afetações psíquicas causadas pelo escravismo e racismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. In: Ambiente e Sociedade. Nº 10. Jan./Jun. 2002. **Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em: 02 de Nov. 2017.
- SILVA, T. D. Educação escolar quilombola no censo da educação básica. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. **Texto para Discussão, n. 2081**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2081.pdf>. Acesso em: 03 de Dez. 2018.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios**. 2010. 55f. Monografia (Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte.

SEPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR. Brasília. 2013.

BRASIL. Ministério da cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs) Com Processo De Certificação Em Andamento: Aguardando Visita Técnica**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-visita-15-05-2017.pdf>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2017.

BRASIL. Ministério da cultura. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades remanescentes de quilombos (crqs) com processo de certificação em andamento: aguardando complementação de documentação**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-em-analise-15-05-2017.pdf>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2017.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. **Relatório de gestão do exercício de 2015**. 2016 p. 135. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2015.pdf>>. Acesso em: 20 de Ago. de 2017.

BRASIL. Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. 2015 p. 187. Disponível em: <www.seppir.gov.br/sobre-2/relatorios-de-gestao/relatoriodegestao2014.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. de 2017.

Projeto Brasil Local. **Desenvolvimento e economia solidaria**. 201-. 24 p. Disponível em:< http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383063791BrasilLocalrevista1.pdf>. Acesso em: 12 de Out. de 2017.

INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 06/03/2020

Ellen Mayara Lima Silva

Graduanda do Bacharelado em Enfermagem,
Núcleo de Enfermagem, Centro Acadêmico de
Vitória – Universidade Federal de Pernambuco
Vitória de Santo Antão – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/1585725332085268>

Marcela Martins da Silva Nascimento

Graduanda do Bacharelado em Enfermagem,
Núcleo de Enfermagem, Centro Acadêmico de
Vitória – Universidade Federal de Pernambuco
Vitória de Santo Antão – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/0179874020464611>

Taciana Rocha dos Santos

Técnica em Anatomia e Necropsia do
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros,
Universidade Federal do Piauí
Picos – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/4161328482161162>

Carolina Peixoto Magalhães

Professora de Anatomia do Núcleo de
Enfermagem, Centro Acadêmico de Vitória –
Universidade Federal de Pernambuco
Vitória de Santo Antão – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/5543171820628431>

RESUMO: Decomposição de cadáveres com presença de ossadas completas ou

incompletas são áreas de atuação da Antropologia Forense na identificação do indivíduo. Sendo o quadril uma região de diferentes funções em cada sexo, este pode ser utilizado para diagnose sexual em ossadas humanas, por meio de mensurações entre pontos anatômicos no osso do quadril que estabelecem medidas lineares. Trata-se de um estudo descritivo realizado na Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Vitória (CAV-UFPE), com 89 ossos do quadril e aprovação do Comitê de Ética (CAAE) 43228015.0.0000.5208. As medições foram baseadas no método Rabbi (2000): distância da espinha íliaca anterossuperior ao tubérculo púbico direito e esquerdo (DEIAS/TP-D e -E), e o diâmetro vertical do acetábulo direito e esquerdo (DVA-D e -E). Utilizou-se paquímetro de aço analógico. Os dados foram tratados estatisticamente em oito grupos amostrais representativos das variáveis estudadas, cada antímero e classificação por sexo. Levantou-se medidas de tendência central e dispersão além do Teste de Normalidade e análise discriminante no programa Prisma 5.0, considerando nível de significância $p \leq 0,05$. Empregou-se os intervalos de confiança superiores e inferiores das variáveis com a finalidade de estimar valores de referência

para diagnose sexual. As amostras DEIAS/TP-D e -E masculinas não passaram no teste de normalidade, utilizando-se o teste de Wilcoxon. As demais amostras, usou-se o teste t. Confirmou-se a presença do dimorfismo sexual tanto nas DVA quanto nas DEIAS/TP nos antímeros. Portanto, em ambos os antímeros foram encontrados intervalos da DVA maiores no sexo masculino e intervalos da DEIAS/TB mais amplo no sexo feminino. Esses resultados são confirmativos para a maior densidade e robustez do esqueleto masculino e para a instabilidade pélvica feminina, decorrente da gestação. Neste estudo além de confirmar que a população estudada é dimórfica para o sexo, foi possível inferir valores de referência para diagnose sexual em ossadas.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia forense; sexo; ossos pélvicos.

INVESTIGATION OF SEXUAL DIMORPHISM IN HUMAN SKELETONS THROUGH HIP BONE MEASUREMENT

ABSTRACT: Decomposition of corpses with complete or incomplete bones are areas of expertise in Forensic Anthropology in identifying the individual. Since the hip is a region of different functions in each sex, it can be used for sexual diagnosis in human bones, by means of measurements between anatomical points in the hip bone that establish linear measurements. This is a descriptive study conducted at the Federal University of Pernambuco - Academic Center of Vitória (CAV-UFPE), with 89 hip bones and approval by the Ethics Committee (CAAE) 43228015.0.0000.5208. The measurements were based on the Rabbi method (2000): distance from the anterior superior iliac spine to the right and left pubic tubercle (ASIS / PT-R and -L), and the vertical diameter of the right and left acetabulum (VDA-R and -L). An analog steel caliper was used. The data was treated statistically in eight sample groups representative of the studied variables, each antimer and classification by sex. Measures of central tendency and dispersion were raised in addition to the Normality Test and discriminant analysis in the Prisma 5.0 program, considering a significance level of $p \leq 0.05$. The upper and lower confidence intervals of variables were used in order to estimate reference values for sexual diagnosis. The ASIS PT-R and -L male samples did not pass the normality test, according to the Wilcoxon test. To the other samples, the t test was used. The presence of sexual dimorphism was confirmed in both VDA and ASIS / PT in antimers. Therefore, in both antimers larger VDA intervals were found in males and broader ASIS / PT intervals in females. These results are confirmatory for the greater density and robustness of the male skeleton and for female pelvic instability, resulting from pregnancy. In this study, in addition to confirming that the studied population is dimorphic for sex, it was also possible to infer reference values for sexual diagnosis in bones.

KEYWORDS: forensic anthropology; sex; pelvic bones.

1 | INTRODUÇÃO

A Antropologia Forense é uma área na qual há aplicações de conhecimentos de antropologia física, tanto na antroposcopia como na antropometria, na busca de identificação de ossos completos ou isolados, por meio de metodologias científicas comprovadas (Rabbi,

2000; Ubelaker, 2006). A identificação, diferentemente do reconhecimento, é um procedimento técnico que investiga o sexo, a estatura, a idade e a ancestralidade em seres humanos vivos, em cadáveres, em esqueletos completos ou em fragmentos ósseos (Rabbi, 2000). Por meio da identificação, pode-se chegar à identidade de uma pessoa, definida como um conjunto de caracteres individualizantes (França, 2017).

Nos organismos, a identificação do sexo passa pelo reconhecimento dos caracteres sexuais primários, ou seja, ligados diretamente com a reprodução (órgãos genitais internos e externos) e dos caracteres sexuais secundários, não relacionados aos órgãos genitais. Estes se atenuam com as mudanças corporais na maturidade reprodutiva pela influência hormonal (Ex: surgimento de pelos pubianos e axilares, nos homens crescimento de pelos no rosto e nas mulheres crescimento das mamas, dentre outras) (Gamba, 2006), O dimorfismo sexual é estudado avaliando os caracteres sexuais secundários como determinantes do sexo biológico (Francesquini, 2001). Estes caracteres são particularmente úteis em uma investigação forense para identificação do indivíduo. Quando um cadáver é encontrado decomposto no estágio esquelético, perdem-se registros dos órgãos genitais e de caracteres sexuais secundários dos tecidos moles, dificultando esse reconhecimento do sexo.

Alguns ossos são dimórficos para os sexos devido à diferentes funções anatômicas e fisiológicas que estes desempenham no indivíduo. Os ossos do quadril se encaixam nesse grupo, sendo bons indicadores para diagnose sexual em ossadas humanas. Por meio da análise antroposcópica, pode-se observar, no sexo masculino que os ossos são mais robustos, com mais rugosidades e inserções musculares marcadas, o acetábulo é maior, o forame obturado é grande e mais ovalado, a incisura isquiática maior é mais estreita e com ângulo agudo; já no sexo feminino ocorre o inverso, ossos mais delicados, acetábulo menor, forame obturado pequeno e triangular e a incisura isquiática maior é mais aberta e com ângulo quase reto (Rabbi, 2000; França, 2017). Vale ressaltar que esse tipo de método é subjetivo, sendo necessário um observador treinado, mas que ainda assim pode levar a erros intra e inter-observadores (Bruzek, 2002). Os métodos antropométricos utilizam instrumentos para medição de distâncias entre pontos anatômicos pré-definidos dos ossos do quadril (Schulter-Ellis, F.P. et al., 1985), estes métodos, apesar de ainda possuírem uma subjetividade, é muito aceito no meio científico para a diagnose sexual (Bruzek, 2002; Pero Bubalo, et al, 2019).

Portanto, o objetivo deste estudo foi investigar o dimorfismo sexual a partir de pontos anatômicos do osso do quadril que estabelecem medidas lineares para a determinação do sexo em ossadas humanas, baseadas no método Rabbi (2000).

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo realizado no Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 89 ossos do quadril pertencentes a Coleção de Ossos Contemporâneos da UFPE, sendo 28 ossadas masculinas e 18 femininas, com idade variando entre 17 e 101 anos, com o número de aprovação do Comitê de Ética (CAAE) 43228015.0.0000.5208.

As medições foram baseadas nas distâncias determinadas pelo método Rabbi (2000): distância da espinha íliaca anterossuperior ao tubérculo púbico direito e esquerdo (DEIAS/TP-D e -E) e o diâmetro vertical do acetábulo direito e esquerdo (DVA-D e -E) (**Figura 1**). A DEIAS/TP se estende da margem inferior da espinha íliaca anterossuperior, abaixo da crista íliaca, até à margem superior do tubérculo púbico. A DVA foi inicialmente descrita por Bräuer (1988) como um prolongamento do eixo longitudinal do ísquio, e caracterizada por Rabbi (2000) como sendo a distância entre dois marcos anatômicos na margem do acetábulo: a margem inferior imediatamente à esquerda da incisura acetabular, e a margem superior no ponto de projeção da espinha íliaca anteroinferior.

Para realização das medidas antropométricas, foi utilizado um paquímetro de aço analógico (0,05x150mm), tomando como critério de exclusão os ossos que apresentavam danos nas referidas estruturas anatômicas. A amostragem foi repetida por dois examinadores em momentos diferentes e calculada a média aritmética para determinar o valor das medidas reduzindo erro amostral.

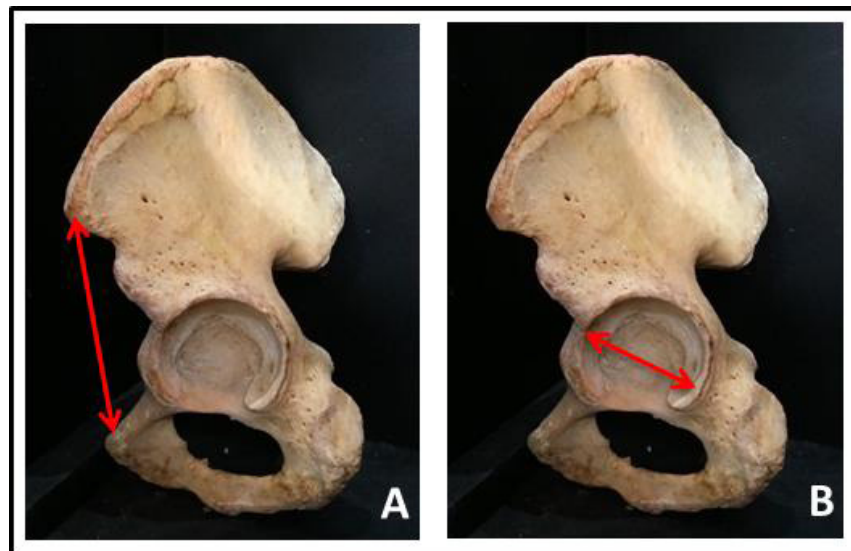


Figura 1: Vista lateral do osso do quadril direito. A: Distância da espinha íliaca anterossuperior ao tubérculo púbico (DEIAS/TB). B: Diâmetro vertical do acetábulo (DVA). Acervo: Laboratório de Identificação Humana e Osteologia Forense (LIHOF).

Tratou-se os dados estatisticamente em oito grupos amostrais que representam as duas variáveis estudadas (DEIAS/TP e DVA), cada um dos antímeros e a classificação por sexo, oscilando de 8 a 26 ossos por grupo. Assim, levantou-se medidas de tendência central e dispersão, bem como o teste de normalidade e análise discriminante no programa Prisma 5.0, considerando nível de significância $p \leq 0,05$. Utilizou-se os intervalos de confiança superiores e inferiores das variáveis estratificadas com o sexo a fim de estimar valores de referência para diagnose sexual em cada variável de cada antímero.

3 | RESULTADOS

As amostras da distância da espinha íliaca anterossuperior ao tubérculo púbico direito e

esquerdo (DEIAS/TP-D e -E) masculinas não passaram no teste de normalidade, utilizando-se o teste de Wilcoxon para investigação do dimorfismo sexual. Às demais amostras, usou-se o teste t. Posteriormente, foi feita análise do intervalo de confiança, com o intuito de identificação de um intervalo numérico, no qual há 95% de probabilidade de se encontrar a média verdadeira ou a média populacional dos sexos das ossadas, sendo calculado para cada variável de ambos os sexos e antímeros. Confirmou-se a presença do dimorfismo sexual tanto no diâmetro vertical do acetábulo (DVA) quanto na distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico (DEIAS/TP) nos antímeros (**Tabela 1**).

Na variável distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico (DEIAS/TB) foi observado que há uma sobreposição dos intervalos de confiança (em roxo na figura 2) no sexo feminino (em rosa na figura 2), porém, apesar dos intervalos inferiores serem numericamente menores do que no sexo masculino (em azul na figura 2) e os intervalos superiores numericamente maiores no sexo feminino, em ambos os antímeros, estes servem de indicativo do sexo para a população estudada. Na variável distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico direito (DEIAS/TP-D), o sexo feminino apresentou um amplo intervalo que extrapola os limites do desvio padrão do sexo masculino, assim sugerindo sexo feminino quando os valores são $>11,24$ cm ou $<10,74$ cm. Na distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico esquerdo (DEIAS/TP-E), valores $>11,13$ cm ou $<10,57$ cm seriam sugestivos para o sexo feminino. Já na distância vertical do acetábulo (DVA), não ocorreu sobreposição dos intervalos em ambos antímeros, sugerindo sexo masculino quando DVA-D $>5,25$ cm e feminino $<4,82$ cm; e na DVA-E, valores $>5,19$ cm indicam sexo masculino e $<4,71$ cm, indicam sexo feminino (**Figura 2**).

VARIÁVEL	SEXO	TAMANHO DA AMOSTRA (n)	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	INTERVALO SUP 95%	INTERVALO INF 95%	VALORES DE P (DIMORFISMO SEXUAL)
DEIAS/TB- D	F	10	11,10	1,03	11,70	10,5	0,0020**
DEIAS/TB- D	M*	22	10,99	0,70	11,24	10,74	
DEIAS/TB- E	F	8	10,74	0,80	11,27	10,22	0,0142**
DEIAS/TB- E	M*	22	10,85	0,77	11,13	10,57	
DVA-D	F	14	4,71	0,23	4,82	4,6	<0,0001
DVA-D	M	26	5,33	0,27	5,41	5,25	
DVA-E	F	17	4,62	0,21	4,71	4,53	<0,0001
DVA-E	M	25	5,27	0,26	5,35	5,19	

DVA-D: distância vertical do acetábulo direito; DVA-E: distância vertical do acetábulo esquerdo; DEIAS/TB-D: distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico direito; DEIAS/TB-E: distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico esquerdo. *Amostras com distribuição não normal.

**Teste discriminante de Wilcoxon.

Tabela 1. Estatísticas descritivas das variáveis analisadas com o teste de normalidade e análise discriminante entre os sexos masculino e feminino.

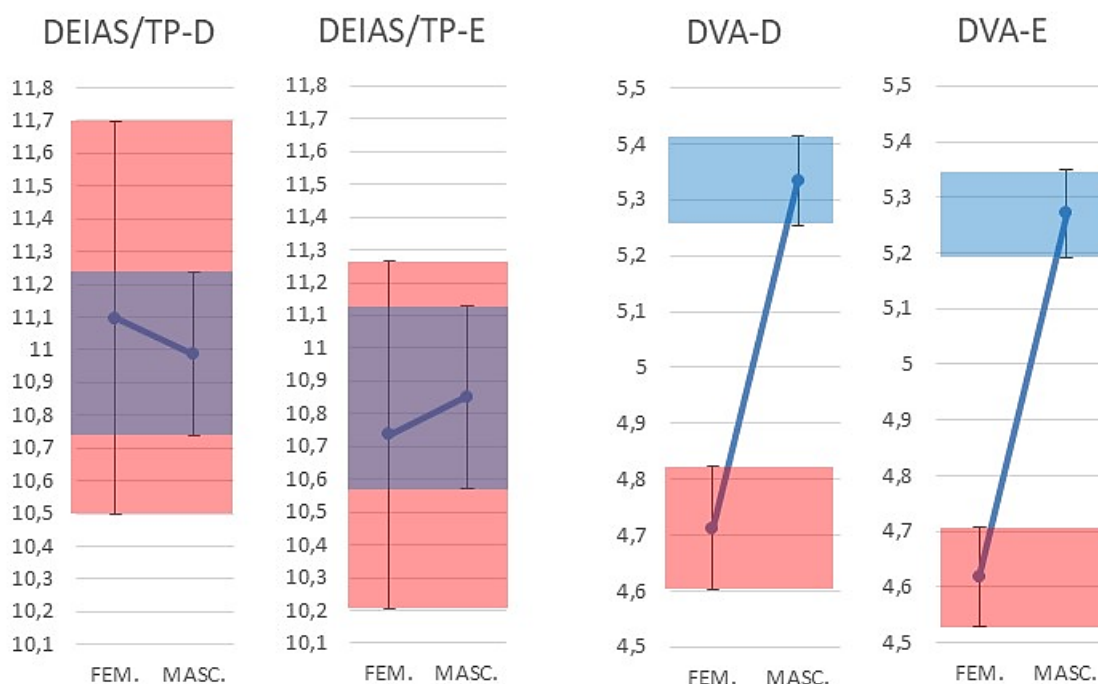


Figura 2: Representação gráfica dos valores do intervalo de confiança das amostras da DEIAS/TP e da DVA: eixo horizontal – grupos amostrais; eixo vertical – valores (cm); rosa – intervalo de confiança nas mulheres; azul – intervalo de confiança nos homens; lilás – zona de sobreposição dos valores nos dois sexos (valores de imprecisão na determinação sexual).

4 | DISCUSSÃO

Em ambos os antímeros foram encontrados intervalos de confiança da distância vertical do acetábulo (DVA) de valores mais altos no sexo masculino e intervalos de confiança da distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico (DEIAS/TB) mais amplo no sexo feminino (**Tabela 1**). Esses valores indicam que o acetábulo masculino é maior que o feminino possivelmente pela robustez e densidade do esqueleto masculino (Rabbi, 2000; Moore, 2014; França, 2017) e a distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico é de tamanho mais variável nas mulheres graças a instabilidade pélvica em função da dinâmica fisiológica da gestação, onde o diâmetro transversal é mais largo no sexo feminino do que no masculino (Moore, 2014).

A variável diâmetro vertical do acetábulo (DVA), em ambos os antímeros, foi a melhor variável para diagnose sexual, uma vez que nos limites dos intervalos de confiança, os valores não sofreram sobreposição entre os sexos (**Figura 2**). Já na distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico (DEIAS/TB) ocorreu ampla sobreposição dos valores masculinos e femininos em ambos os antímeros.

Esse estudo vem afirmar que os intervalos do nível de confiança superior e inferior são recursos significativamente válidos para sugestão de valores que identificam o sexo de uma ossada. A variável distância da espinha ilíaca anterossuperior ao tubérculo púbico

(DEIAS/TB) por apresentar a sobreposição de valores de intervalo entre os sexos em ambos lados da pelve, não é indicada como variável mais confiável para diagnose sexual. Portanto, recomendamos a variável diâmetro vertical do acetábulo (DVA) como recurso seguro para a investigação do dimorfismo sexual na população estudada, corroborando com o estudo de Rabbi (2000), uma vez que seus intervalos do nível de confiança não se sobrepõem.

REFERÊNCIAS

BRÄUER G. 1988. **Osteometrie**, in R. Knussmann (ed.), *Anthropologie, Handbuch des vergleichenden Biologie des Menschen*, Band 1, Gustav Fischer Verlag, Stuttgart, p. 160-232.

BRUZEK, J. **A method for visual determination of sex, using the human hip bone**. *Am J Phys Anthropol*. 2002.

FRANÇA, G.V.1935- **Medicina legal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017, p.167,168.

FRANCESQUINI, M. A. **Dimorfismo sexual por medidas da face e base do crânio e sua importância pericial**. [Dissertação], Piracicaba: Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas; 2001.

GAMBA, E. M. **Dimorfismo sexual secundário em escolares de diferentes níveis sócio-econômicos de um grande centro urbano do Brasil**, [Tese], Campinas: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas; 2006.

MOORE, K. L. **Anatomia orientada para a clínica** / Keith L. Moore, Arthur F. Dalley, Anne M.R. Agur; tradução Claudia Lucia Caetano de Araújo. - 7. ed. - Rio de Janeiro: Koogan, 2014.

PERO, B. et al. **Acetabular osteometric standards for sex estimation in contemporary Croatian population**. 2019 *Croat Med J*. 2019; 60:221-6

RABBI, R. **Determinação do sexo através de medições em ossos da pelve de esqueletos humanos**, [Dissertação], Piracicaba: FOP/UNICAMP; 2000. 149p.

SCHULTER-ELLIS, F.P; HAYEK, L.C; SCHMIDT, DJ. **Determination of sex with a discriminant analysis of new pelvic bone measurements: Part II**. *J Forensic Sci*. 1985 Jan;30(1):178-85.

UBELAKER, D. H. **Introduction to Forensic Anthropology**. *Forensic anthropology and medicine: complementary sciences from recovery to cause of death/ edited by Aurore Schmitt, Eugénia Cunha, and João Pinheiro*. Humana Press, Totowa, New Jersey, c.1, p. 3-12, 2006.

O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM *ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAIS*

Data de aceite: 17/06/2020

Data de submissão: 19/03/2020

Maria Carolina Moreira Moracci

Universidade de São Paulo, Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de Antropologia
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/4374748781007534>

RESUMO: O presente artigo¹ se propõe a trazer a leitura de Gilles Deleuze sobre o conceito de eterno retorno de Nietzsche para a questão da morte entre os Araweté, a partir da obra *Araweté: os deuses canibais* (1986) de Eduardo Viveiros de Castro. A fim de traçar uma linha reflexiva entre a filosofia de Gilles Deleuze com uma filosofia indígena, a pesquisa foi desenvolvida com base em uma bibliografia selecionada dos autores mencionados e teve como intuito pensar em termos que resvalam entre ontologias distintas, mas precisamente, de analisar de que maneira conceitos deleuzianos se conectam com conceitos ameríndios.

PALAVRAS-CHAVE: eterno retorno, Araweté, Viveiros de Castro, Deleuze.

ETERNAL RECURRENCE OF THE
DEADS AND GODS: A READING OF THE
CONCEPT IN *FROM THE ENEMY'S POINT
OF VIEW*

ABSTRACT: This paper presents a result from an earlier research that proposes to bring Gilles Deleuze's definition of eternal recurrence in Nietzsche to the issue of the death among the Araweté through *From the Enemy's Point of View* (1986) by Eduardo Viveiros de Castro. In order to draw a reflexive line between the philosophy of Gilles Deleuze with an indigenous philosophy, the research was developed based on a picked literature and was intended to think in terms that slip from distinguished ontologies, but accurately, of analysing on how Deleuze's concepts are linked to amerindian concepts.

KEYWORDS: eternal recurrence, Araweté, Viveiros de Castro, Deleuze.

1 | INTRODUÇÃO

O texto a seguir será dividido em duas partes principais a fim de esmiuçar os tópicos elementares da cosmologia Araweté a partir da tese de Viveiros de Castro. A primeira será dedicada à leitura de Deleuze sobre o

¹ Resultado parcial de uma pesquisa de iniciação científica realizada em 2017/2018 através do PIBIC com apoio do CNPq.

eterno retorno de Nietzsche; e a segunda na análise do deslocamento do conceito para o caso Araweté na construção da Pessoa, da Morte e do Canibalismo. Esse formato visa articular aspectos que delineiam a cosmologia Araweté e de que maneira seus temas presentes se conectam com a interpretação deleuziana do eterno retorno. Recorremos rapidamente à noção de conceito etnográfico proposta por Marisol de la Cadena² para elucidar como o conceito de eterno retorno opera entre os Araweté. Tal concepção permite a captura de uma realidade outra sob a condição de conceitos que concebem mundos como possibilidades, descrevendo-os e produzindo-os por meio de descrições.

Ao pesquisar os Araweté, Viveiros de Castro direciona seu trabalho na tentativa de compreender sobretudo a concepção de Pessoa, na qual, após sua morte, sua alma é devorada pelos deuses *Mai*, ressuscitam e tornam-se imortais, como os deuses. Tal formulação reúne os principais aspectos da cosmologia Araweté, onde a pessoa tem por destino tornar-se outro, isto é, um devir. Na época em que Viveiros de Castro escreveu sua tese, em 1986, ele dialogava especialmente com as pesquisas feitas durante o projeto Harvard-Brasil Central alguns anos antes. Coordenado por antropólogos como David Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira, o projeto pesquisava povos do Brasil Central, tais como os Jê, procurando ressaltar sobretudo o sistema de metades. É possível encontrar entre os Jê-Bororo o máximo do “conservadorismo sociológico” no que diz respeito aos princípios de oposição que os caracterizam. A Pessoa nesse sistema é pensada de modo dual e construída a partir de um ligeiro desdobramento da divisão entre Natureza e Cultura, Devir e Ser, Indivíduo e Personagem. Tais sociedades apresentam um formato social aparentemente adequado de ser lido através das concepções estruturalistas, pois sua lógica dialética precisa é ideal para as operações efetuadas pela antropologia estrutural³. Entre os Tupi-Guarani não seria possível encontrar esses aspectos. Suas propriedades sociológicas aparentemente frouxas e suas fronteiras fluidas exigem que novas ferramentas analíticas e de reflexão sejam evocadas na tentativa de solucionar alguns problemas teóricos. No que se refere aos Araweté, Viveiros de Castro afirma que os Tupi-Guarani arriscam uma dupla afirmação: o vivo e o morto, o eu e o Outro: “[a] sociedade Araweté não é dialética” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 29).

A análise feita a seguir se sustenta com base nessa interpretação acerca dos Araweté e propõe refletir sobre os usos de conceitos filosóficos a fim de entender um pensamento outro. Embora a tese do antropólogo seja substancialmente fundamentada em teorias estruturalistas, especialmente no que se refere à mitologia, é com um raciocínio perspicaz que Viveiros de Castro vai alargando esse método analítico ao perceber que o próprio material etnográfico o exige e que, talvez, seja preciso estendê-lo para que seja possível dar conta

²“Natureza incomum: histórias do antrope-cego”, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n69/2316-901X-rieb-69-00095.pdf>.

³ No entanto, “[a] maior parte dos críticos tendeu a ler a obra de Lévi-Strauss como redução do mundo dinâmico do vivido ao mundo estático das categorias puras e das oposições binárias, em vez de enfatizar aquilo que permite dotar de movimento os princípios e esquemas que encontramos sob a diversidade de fenômenos observados etnograficamente.” Ver mais sobre a discussão das sociedades ameríndias e o dualismo em perpétuo desequilíbrio em SOUZA & FAUSTO, 2004.

da cosmologia Araweté. A chave para tal alargamento está em *Metafísicas Canibais* (2015), onde o autor faz uma leitura “pós-estruturalista” de Lévi-Strauss e, com muita ousadia, traça uma linha de continuidade entre o estruturalismo levistraussiano com a filosofia da diferença de Deleuze. Tal passo foi bastante significativo para entender a cosmologia Araweté, uma vez que essa sociedade tupi é movida pelo devir. Ainda, é fundamental esclarecer que a inserção desse conceito filosófico foi feita para pensar termos indígenas que, segundo o autor, os próprios dados etnográficos o exigiram na intenção de elucidar um mundo que não é o dele, mas dos Araweté.

2 | UMA LEITURA DO ETERNO RETORNO NIETZSCHEANO

A seguir pretendo expor brevemente o conceito de eterno retorno para Gilles Deleuze, a partir de sua monografia sobre Nietzsche (*Nietzsche e a filosofia*). Deleuze era conhecido pela maneira como “enrabava” os autores, valendo-se do pensamento alheio para responder questões que não estavam abertamente presentes nele. O retrato que Deleuze pinta de Nietzsche em suas monografias (1962, 1965) fornece importantes traços que delineiam seu pensamento, inclusive em sua formulação do conceito de devir a partir da reinterpretação de uns dos principais conceitos nietzscheanos, o Eterno Retorno. A leitura deleuziana de Nietzsche acerca do eterno retorno se dá pela mudança de questão que Nietzsche faz em *O nascimento da Tragédia* (1872) ao substituir a pergunta “a existência culpada é responsável ou não?” por “a existência é culpada ou inocente?”. Tal substituição remete a uma reforma dos valores até então bastante contundentes, o que engendra uma transvaloração que se estende para a afirmação da inocência de tudo o que é: o acaso, a multiplicidade e o devir. Essa interpretação de Deleuze faz o Mesmo se dizer da Diferença que retorna envolvendo a afirmação do acaso (diferença entre todos), do múltiplo (diferença entre um e outro) e do devir (diferença de si mesmo). Aqui o múltiplo já não é capaz de se justificar através do Uno, tampouco o devir do Ser. Tais termos tomam agora um novo rumo: o Uno se diz do múltiplo enquanto múltiplo, fragmentos; e o Ser se diz do devir enquanto devir, diferir-se de si. Essa é a inversão de Nietzsche: devir não é oposto ao Ser nem o múltiplo ao Uno, tais oposições são consideradas como categorias niilistas. Pelo contrário, o Uno do múltiplo e o Ser do devir são afirmados, ou seja, afirma-se a necessidade do acaso. A chave para esse entendimento está na essência do trágico que, segundo Nietzsche, encontra-se em Dionísio, pois com ele tudo é afirmado. Nesse sentido, o trágico pode ser afirmado porque não se encontra na angústia nem em algo faltoso; ele reside somente na multiplicidade. A tragédia se torna, portanto, uma forma estética da alegria, não mais como solução moral da dor, como era tida pelos antigos. O que Nietzsche faz é compreender a tragédia de outro modo, como alegria, afirmá-la, e não como garantia moralizante. Isso nos remete a uma certa forma de compreender a existência, de maneira trágica, na qual ela é justificada pela afirmação, inclusive o sofrimento. Ao invés de utilizar o sofrimento como um meio de provar como a existência é injusta, o filósofo propõe dar à irresponsabilidade um sentido positivo, e com Dionísio a inocência da pluralidade e do devir são realizadas. Ao criticar a maneira

incessante de procurarmos responsáveis pelo sofrimento da existência, Nietzsche recorre à inocência para atribuir a veracidade do múltiplo.

A figura emblemática afinada para a superação do niilismo nietzscheano é o lance dos dados. O verdadeiro jogador faz do acaso um objeto de afirmação: a necessidade se afirma com o acaso no mesmo sentido em que o ser se afirma no devir e o um no múltiplo. Desta afirmação surge o número necessário que conduz ao relançamento dos dados, o único número do acaso. É ele a necessidade. A seguir, a próxima figura que se apresenta é o Eterno Retorno: é o resultado do lance de dados. Retornar é o ser do devir; o uno do múltiplo; a necessidade do acaso. Assim é preciso evitar que o eterno retorno seja um Retorno do Mesmo. Aqui, não é o mesmo que volta, já que voltar é a forma original do Mesmo, que apenas se diz do diverso, do múltiplo, do devir; *o Mesmo não volta, é o voltar apenas que é o Mesmo daquilo que devém.*

Eterno retorno pelo viés Araweté

Consideramos que seja possível estabelecer uma conexão entre o eterno retorno e a questão da morte para os Araweté, traçando uma linha reflexiva entre conceitos deleuzianos e o problema da morte. Como visto, na leitura de Deleuze sobre o eterno retorno de Nietzsche, a diferença é a potência primeira que surge ao acaso do encontro entre forças como diferença intensiva, determinando forças ativas e reativas. Sem identidades previamente estabelecidas, cada retorno é uma nova contingência que pressupõe o esfarelamento da identidade, a dissolução de todo sujeito⁴. A identidade não retorna, o que retorna é o fluxo das diferenças intensivas que atuam clandestinamente. O retornar é a criação do novo a partir das diferenças que avançam ao limite de sua potência, verdadeira força de metamorfose que expulsa de seu movimento toda identidade. Tanto o idêntico quanto o semelhante correspondem ao mundo empírico das coisas, onde se encontra todo o universo transcendental das diferenças intensivas e, por isso, jamais retornam. Não retornam porque tanto o idêntico quanto o semelhante são escassos de potência transformatória, pois neles toda intensidade está aniquilada na superfície. Antes de tudo, é preciso que essa superfície seja dissolvida, segmentada, para que seja possível liberar as intensidades para que as diferenças intensivas afirmem o acaso de cada encontro. Dessa forma, o eterno retorno seleciona a diferença como aquilo que retorna porque arranca de sua potência suas últimas consequências. O negativo, o idêntico e o semelhante não retornam pois neles a intensividade da diferença se encontra aniquilada. É preciso primeiro despedaçar as coisas, diluir as identidades para então liberar as intensidades que a constituem. Por isso o eterno retorno é intensivo. Ele é a “reedição infinita da diversidade sensível num grande círculo do mesmo” (FORNAZARI, 2006, p. 29). O retorno da diferença delinea a produção do novo a partir da afirmação do acaso que vem reformado dos encontros furtivos e dos desdobramentos de uma multiplicidade intensiva. O eterno retorno não diz nada sobre identidade, ele é a repetição da diferença, é a diferença

⁴ Tanto o idêntico quanto o semelhante correspondem ao mundo empírico das coisas, onde se encontra todo o universo transcendental das diferenças intensivas e, por isso, jamais retornam. Não retornam porque tanto o idêntico quanto o semelhante são escassos de potência transformatória, pois neles toda intensidade está aniquilada na superfície. Ver FORNAZARI, 2006.

que repete, que retorna sempre. Tudo ter um retorno nos apresenta ao mundo do devir, aquilo que não pôde começar e que não pode acabar de tornar-se. O próprio fato de retornar, de estar sempre voltando é que é o Ser afirmado no devir. Retornar é o Um, o Ser afirmado do múltiplo. Tal leitura de Deleuze confere um novo sentido ao Eterno Retorno de Nietzsche.

Seguindo essa linha da interpretação deleuziana do eterno retorno de Nietzsche, onde o ser do devir é o próprio retornar, é possível conectar conceitos e pensar sobre a questão dos mortos nos Araweté. Estes, reaparecem nos cantos de xamã sempre marcados pela impermanência, ou seja, a brevidade de sua passagem é posicionada na fala do xamã que atua como um rádio transmitindo a fala de um deus (um morto). Quando alguém morre, seus ossos e seus nomes não perduram. Os primeiros se dissolvem na terra (os ossos não possuem memória⁵), e o segundo cai logo no esquecimento dos vivos. Os vivos se realizam, assim, com a presença da morte, pois é através dela que é possível se tornar aquilo que desejam ser. O que não quer dizer que exista um desejo de morrer entre os Araweté. Pelo contrário, se lamenta essa condição. Entretanto, o que é importante notar aqui é que a morte é afirmada, há nela uma positividade, e isso não implica uma negatividade da vida, mas sim uma afirmação de ambas. Através dos deuses e dos mortos que se conhece melhor os vivos. Mediante a morte é possível garantir uma continuidade entre a terra e o céu, entre os vivos e os deuses; a morte efetiva o entrelaçamento entre Eu-Outro. É esse acontecimento que move a sociedade e a Pessoa Araweté. A sociedade Araweté é apenas inteira enquanto cosmologia, pois ela não é feita somente de seres humanos, mas de deuses também (Viveiros de Castro, 1986: 609). Seu princípio metafísico demonstra que o Ser só se realiza na sua exterioridade, em última análise, nesse complexo dualismo entre metade terrestre, *bide*, e celeste, *Mai*.

Assim, é nesse processo de transformação do morto em deus que mais se compreende a Pessoa Araweté. Entendida como devir, eterno tornar-se, a Pessoa pressupõe o morto, o retorno da diferença enquanto deus, isto é, o devir afirmado na diferença. O que retorna nos Araweté são os mortos, mas retornam como outros, como deuses. O morto transformado em deus afirma aquilo que a Pessoa irá se tornar, ou seja, a morte, inevitável à vida, afirma o futuro Araweté: transformar-se em divindade.

3 | O CASO ARAWETÉ

A pessoa: entre outros, vive-se intervalo

A pessoa Araweté não propriamente existe: enquanto devir, ela não é; enquanto relação móvel entre termos, ela é um 'entre' (um entre dois), não um ente. (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 118)

A princípio, é importante ressaltar dois aspectos da cosmologia Araweté para entendê-

⁵ Após a carne dos mortos ser comida pelos *Mai hete*, seus ossos são recompostos pela divindade *Tiwawi* e as almas são ressuscitadas. "Transformar-se em divindade, é esquecer". Ver VIVEIROS DE CASTRO, 1986, pp. 238, 519, 524.

la: o primeiro deles é a separação entre homens/deuses, Araweté/inimigos; e o segundo está na dinâmica que fornece consistência a essa cosmologia, o devir. O primeiro aspecto é notado ao analisarmos o mito de origem desse povo que revela uma separação de mundos e de seres criando uma nova relação entre eles; e o segundo, na construção de Pessoa. De acordo com o mito de origem Araweté, no início dos Tempos, os deuses e os humanos compartilhavam o mesmo plano, mas por conta de um insulto que a divindade *Aranãmi* ouviu de sua esposa, houve uma divisão de mundo que foi responsável por originar um mundo subterrâneo e mais dois planos celestes. Assim, os *bïde* (humanos) foram “abandonados” pelos *Mai* (divindades), e enquanto os *bïde* passaram a habitar a terra junto com os *awí* (inimigos, outros povos indígenas e o homem branco), os *Mai* e outros espíritos foram para o céu. É a partir desse traço do mito de origem que se torna viável pensar a noção de perspectiva que acabará por inaugurar o conceito de perspectivismo⁶ apresentado pelo autor anos depois. A fim de compreender cosmologias baseadas em um tempo mítico onde todos os seres habitavam o mesmo plano e, por algum acontecimento catastrófico, foram separados fornecendo, por sua vez, diferentes pontos de vista, o perspectivismo foi elaborado. A divisão ontológica que separa homens de deuses e Araweté de inimigos indica uma separação mais ampla entre Eu/Outro, nunca enquanto opostos, mas como afins⁷. A separação entre os seres narrada no mito provoca uma nova maneira de se relacionarem entre si, alocando os humanos Araweté *entre outros*, entre aqueles que se constituem enquanto futuro, enquanto devir, elemento indispensável para compreendermos o fluxo constante no qual a Pessoa Araweté se constrói. Se a relação entre céu/terra, deuses/humanos presente nos Araweté nos leve logo a pensar em uma relação de oposição, é importante ressaltar que na lógica do devir não é isso o que ocorre. Embora a noção de devir não elimina a ideia de oposição, ela se contrapõe sobretudo à concepção de oposição estruturante. Como mencionado anteriormente, canibalismo, morte e construção da pessoa são os principais temas por onde um devir atravessa essas relações; a pessoa se realiza na morte e por meio desta que o canibalismo é imprescindível para o “tornar-se outro” através do retorno como um deus.

Mortos e deuses

Em *Araweté: os deuses canibais*, Eduardo Viveiros de Castro dá ênfase ao conjunto de complexas relações que intermediam os humanos e os espíritos, centrando na morte, o lugar onde a pessoa se realiza. A pessoa Araweté, ou *bïde*, é algo entre dois: o morto

6 Ao longo de sua tese, Viveiros de Castro articula certas noções de perspectivismo a partir de análises e reflexões sobre a construção da pessoa tupi-guarani e como esta se insere no mundo. Em resumo, o perspectivismo introduz noções a respeito da maneira em que humanos, animais e espíritos vêem a si mesmos e os outros a partir da ideia de “ponto de vista” ou “perspectiva”. Essa noção está associada à ideia de que há um traço comum universal que seria a condição humana, o que é transformável é o corpo, essa roupagem que se usa para esconder a forma interior humana. Entre os Araweté, seu perspectivismo é intra-humano, pois o que se coloca em jogo é o ponto de vista do inimigo. É importante ressaltar que os múltiplos pontos de vista existentes no perspectivismo sugerem que todos os seres refletem o mundo da mesma forma – sob a *condição* humana e não sob a *espécie* humana, o que muda é a perspectiva, isto é, de onde esse olhar é lançado no mundo. Ver mais em VIVEIROS DE CASTRO, 1996.

7 Ver mais sobre a análise da afinidade investigada em seus pormenores em VIVEIROS DE CASTRO, 1986, capítulo V, subcapítulo 4.

que foi, o deus que será. Seu Ser é produto desta dupla alteridade que se efetua com o canibalismo. Por isso os deuses devoram os mortos: para que os Araweté existam. A morte entre os Araweté faz com que a pessoa seja dividida em uma espécie de espectro vital (*i*) terrestre relacionada ao corpo e aos espíritos *Añi* e em um *i* celeste que se relaciona aos *Mai*. A *i* do morto visita o mundo dos vivos diversas vezes, rondando parentes até a total decomposição do corpo. Ao entrar no céu, em um ato de canibalismo, a alma é devorada pelos deuses e ao ser ressuscitada após um banho fervente retorna ao frescor da jovialidade e se transforma em uma divindade. No céu, o morto é tido como o estrangeiro, o inimigo, o Outro. É como se os deuses fossem “nós” e os humanos o inimigo (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 519). Um morto é feio e cheira mal e no céu ele é recebido com raiva pelos deuses justamente pelo fato de estar morto. Por ter sido afastado dos vivos um morto insiste em não aceitar sua nova condição. Além de sentirem raiva *das* almas por serem podres, os deuses também sentem raiva *pelas* almas e as desejam muito. Para resolver esse desejo ambíguo, as almas são, portanto, mortas e devoradas pelos *Mai hete* (deuses verdadeiros), divindade mais importante entre os *Mai*. O autor nota que “a necessidade do canibalismo divino reside justamente no fato de que o apodrecimento não é suficiente para a transfiguração da Pessoa” (1986, p. 523), pois mesmo com o cadáver em decomposição, o morto ainda persegue os vivos sugando a *i* desses. Cabe ao xamã convencer a alma de que ela é, respectivamente, um *Mai da'i* (deus macho) ou uma *Mai daiyi* (deus fêmea), que sua vida agora é outra e, por isso, deve abrir mão de seus parentes vivos. Segundo os Araweté, somente após a transformação das almas em divindade é que estas se acalmam; suas novas relações *apihi-pihã*⁸, os perfumes divinos, enfim, a alegria celeste as fazem esquecer da terra: *transformar-se em divindade, é esquecer*. Entretanto, nada é tão simples como parece. Nem os mortos esquecem tão rapidamente os vivos nem estes querem romper imediatamente os vínculos com aqueles. Por anos o xamã traz à terra os mortos para que possam ver, visitar e participar de algumas atividades dos vivos, até que suas visitas se tornem cada vez menos frequentes e cessem por completo. Agora sim os mortos são esquecidos: quando os vivos os esquecem. No período mítico, as pessoas subiam ao céu sem passar pelos procedimentos da morte, mas os *Mai*, que são os verdadeiros Outros, as abandonaram nessa época e as criaram por exclusão nessa condição humana que *morre*⁹. Para os Araweté, tal possibilidade que era tangível nesse tempo mítico, se torna possível hoje quando se é devorado pelos deuses, ressuscitando de outra forma que não a de cadáver, próprio da morte. Nesse sentido, os mortos são fundamentais para os vivos e o canibalismo dos deuses não serve somente para certificar os mortos de que eles estão bem e precisam esquecer os vivos. É mais que isso: é através dos mortos que os vivos mantêm suas relações com os deuses, são como uma “ponte” que não apenas torna os Ausentes, isto é, os *Mai*, presentes, mas os coloca *em*

8 Tipo de relação mais valorizada entre os Araweté, na qual dois casais compartilham seus companheiros sexualmente, passam longos períodos juntos na caça e são parceiros obrigatórios nas danças durante as *cauinagens* (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 273).

9 O ideal tupi se caracteriza em atingir outro mundo sem passar pelos caminhos tenebrosos, como bem lembra Hélène Clastres “chegar à terra sem mal, sem perder a sua natureza, sua forma humana: ereto, em postura vertical. Sem sofrer, portanto, a prova da morte” (*Terra sem mal* [1978], p. 89).

Os Araweté se declaram, segundo Viveiros de Castro, enfaticamente não praticantes do canibalismo; para eles, jamais se comeu um inimigo. Pouco importa, contudo, já que a crença tradicional dos Araweté engloba um canibalismo real, produtor da imortalidade e da eterna juventude dos canibais celestes. Apesar de não ser um assunto do qual os Araweté se sintam confortáveis em falar, o que não se pode negar é que seus deuses são de fato canibais. O canibalismo divino Araweté serve para ressaltar a figura do Inimigo-Outro. Os mortos são devorados por recusarem a se relacionar com os deuses, e enquanto gente, eles são inimigos dos *Maĩ*. Diante de gente, os deuses são canibais porque são inimigos. Tal canibalismo surge então como condição de aliança entre os vivos e os deuses, através da transformação dos mortos em *Maĩ*. Distante de uma lógica dialética de dupla negação como possuem os Jê (“eu sou aquilo que o que eu não sou não é”)¹⁰, os Tupi-Guarani revelam uma espécie de “fuga” dessa dialética. Devorar o inimigo se caracteriza como uma singularidade Tupi-Guarani, uma “máquina de devir-Outro” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 619). Nesse sentido, comer o outro serve exatamente para impedir que uma imagem identitária seja devolvida, desmanchando a representação e efetuando a passagem para a alteridade para tornar-se Inimigo.

Desse modo, devorar o inimigo não é tornar-se inimigo, identificar-se com ele ou tomar para si suas qualidades; é, sobretudo, estender-se enquanto alteridade de Inimigo. Essa passagem para a alteridade se cumpre com o canibalismo celeste, isto é, ao chegar no céu depois de morrer, é-se devorado pelos deuses. Entretanto, o que se come, na verdade, é uma posição; a posição de Inimigo e não sua substância. O tema da morte entre os Araweté é centrado em duas escatologias que possuem percepções distintas: a dos xamãs e a dos guerreiros. Isso fica claro nos cantos de matador e de xamã: a “música dos deuses” é cantada pelos xamãs e a “música dos inimigos” pelos guerreiros. Enquanto o canto xamanístico demonstra que o Outro é quem fala, o xamã é como se fosse um veículo, um “rádio” que mantém contato entre os dois mundos, ele exerce o papel de interlocutor com o além, pois o xamã nada incorpora. Esse canto envolve a posição dos *Maĩ*, do morto e do xamã: “o xamã canta algo dito pelos *Maĩ*, citado pelo morto, referente a ele (xamã)... Quem fala, assim, são os três: *Maĩ*, morto e xamã, um dentro do outro”¹⁰ (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 549). Os mortos são, portanto, essa superfície de contato entre os mundos e fazem essa renúncia à vida apenas para que os vivos contemplem, através do canto do xamã, a perspectiva desses deuses que é, por sua vez, a *origem e destino dos humanos*.

Enquanto os xamãs cantam os deuses e os mortos do grupo “em cascata”, através

¹⁰ Manuela Carneiro da Cunha sustenta que, entre os Krahô, os mortos servem para afirmar os vivos, pois “o pensamento krahô parece proceder [] por complementaridades, por negações; eu sou aquilo que o que eu não sou não é. Os inimigos, os afins, os amigos formais, são tantas formas que reveste o outro para que se estabeleça o eu. E este eu é ser-se vivo, ser-se Krahô, ser-se de certo segmento residencial, ostentar-se um certo nome.” (1978, p. 145). A autora distingue aqui a Pessoa Krahô tanto da “identidade biológica” quanto da “identidade social” (o clássico dualismo Jê indivíduo/personagem), questionando se ela não estaria “entre esses dois polos” (p.37). No entanto, o que se vê é que esse “entre” não corresponde à mesma natureza que “a intercalabilidade vazia e tensa da Pessoa Tupi-Guarani; pois parece que não há como pensar a Pessoa Jê senão nos termos de uma problemática da Identidade.” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 120).

¹⁰ Ver “O Canto da Castanheira” como exemplo de “música dos deuses” em VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 550.

da sobreposição de vozes, os guerreiros cantam em primeira pessoa, do ponto de vista do inimigo, como se o próprio inimigo – aquele que morreu – estivesse cantando; quem canta aqui é o Outro: “A música dos inimigos é um canto do inimigo, cantado pelo matador” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 582). É importante lembrar aqui que os guerreiros não são devorados pelos deuses quando chegam ao céu, são privilegiados quando lá chegam. O guerreiro se transforma em *Iraparadi*, Araweté-Inimigo-Imortal, e isso ocorre porque quando um Araweté mata um inimigo ele também morre: seu próprio cadáver é ao mesmo tempo o do inimigo morto. É o inimigo morto que desperta o matador e o “ensina” o canto. Nos versos do canto, é possível ouvir o inimigo citar o nome de um Araweté morto e, em seguida, do seu matador pela boca do próprio matador. O inimigo enuncia seu ponto de vista através de daquele que o assassinou, e assim, a palavra do matador se entrelaça com a da vítima. Essa proximidade entre matador e inimigo morto implica um movimento de alteração, um devir-outro do guerreiro. É como se houvesse uma traição à sociedade, pois o espírito do morto jamais deixa seu matador, tornando-se, assim, inimigo.

Com suas raízes tupi, o pensamento Araweté possui uma espécie de canibalismo: o dos deuses. Nesse complexo conjunto de relações que intermedia os humanos e os espíritos centrado na morte é onde a pessoa Araweté se realiza. Sendo algo entre dois - o morto que foi, o deus que será - seu Ser se estabelece como produto dessa dupla alteridade que se efetiva com o canibalismo. O morto no céu é tido como o estrangeiro, o inimigo, o Outro. É como se os deuses fossem “nós” e os humanos o inimigo. Se de acordo com Viveiros de Castro, a prática canibal ocorre no interior de uma filosofia do devir com seus sujeitos e hábitos, comer o outro é impedir a construção de uma identidade, impedir que o outro devolva uma imagem identitária. Devorar o inimigo não é tornar-se inimigo, se identificar com ele ou tomar para si suas qualidades, mas é, sobretudo, estender-se enquanto alteridade de Inimigo. Essa passagem para a alteridade se cumpre com o canibalismo quando alguém morre: devir-morto, devir-animal, devir-Inimigo. Por isso os deuses devoram os mortos: para que os Araweté existam. A metafísica canibal é uma metafísica que tem como ponto crucial a diferença e sua produção, as sínteses disjuntivas que nela se criam e se proliferam. A insubmissão do Devir ao Ser coloca essa sociedade e seus hábitos para além da representatividade, da relação de oposição e da metáfora, passando antes pelo Real que a separação entre realidade e representação ocorra.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita aqui pretendeu refletir sobre como conceitos filosóficos são capazes de operar em outras realidades atuando, portanto, como um *conceito etnográfico*. Essa afirmação não pressupõe a ideia de que os Araweté entendem a morte a partir da perspectiva do eterno retorno, mas sim de que forma tal conceito se conecta com as realidades observadas no campo etnográfico. Ressalto ainda que, de modo análogo, o motivo pelo qual Eduardo Viveiros de Castro optou (em uma nota de rodapé) pela inserção do conceito de devir foi devido à necessidade dos próprios dados etnográficos e apontou para uma compreensão

da cosmologia Araweté. O autor articulou minuciosamente a relação entre sociologia e cosmologia nos Araweté, analisando de que maneira a categoria de Pessoa, constituída pela não-identidade, pelo Devir e a morte, entra na formação desse universo. Os Araweté não são senão na relação com o Outro, caracterizando uma transformação dos Tupi-Guarani. O antropólogo situa os Araweté entre os Tupinambá e os Guarani: eles fazem a transição entre esses dois povos. Seus deuses são canibais, assim como o eram os Tupinambá, ao passo que visam um devir-deus, assim como os Guarani. Tal condição manifesta que entre os Tupi o lugar da exterioridade é Outro, a diferença é diferente. Para os Araweté, o Eu só se faz no Outro, sua noção de pessoa é constituída a partir da alteridade; por isso, comer o inimigo, o Outro, constitui a construção de Pessoa Araweté. Assim, a análise do conceito de devir na obra permitiu pensar que o movimento pelo qual uma pessoa Araweté passa quando morre e se transforma em divindade pode ser lido através da dinâmica do eterno retorno deleuziano.

É a partir dos processos envolvidos em torno da morte da pessoa Araweté que se pode conhecer melhor os vivos. O eterno retorno entre os Araweté se expressa no retorno de um morto em um deus, retornando como um *outro*. Assim como no eterno retorno proposto por Deleuze, aqui é a diferença que retorna. Ao morrer, a alma de um Araweté vai para o céu e é devorada pelos deuses *Mai*, seu corpo é jogado em um banho fervente e, após isso, é ressuscitada e transformada também em um *Mai*. É através da morte e dos deuses que se compreende a posição da pessoa Araweté, pois tornar-se um deus revela sua aspiração. Esse processo de transformação do morto em deus informa a posição da pessoa que se encontra como um eterno tornar-se. Entre os Araweté, o que retorna são os mortos, porém retornam como outros, como deuses. A morte afirma aquilo que a Pessoa irá se tornar, uma divindade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.

1978. *Os Mortos e os Outros: Uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahô*. São Paulo: Editora Hucitec.

DELEUZE, Gilles.

[1962] 1976. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de *Nietzsche et la philosophie*. Paris: PUF por Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Editora Rio.

[1965] 2007. *Nietzsche*. Tradução de Alberto Campos. *Presses Universitaires de France*. Lisboa: Edições 70.

[1968] 2018. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi e Roberto Machado. São Paulo: Paz & Terra.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix.

2012. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 4*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34.

2010. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire.

[1977] 1998. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta.

FORNAZARI, Sandro Kobol.

2006. “A diferença e o eterno retorno”. in *Cadernos Nietzsche* 20, pp. 19-32. Disponível em <http://gen.fflch.usp.br/sites/gen.fflch.usp.br/files/u41/CN020.19-32.pdf>. Acessado em Jan/ 2020.

SOUZA, Marcela Coelho de; FAUSTO, Carlos.

2004. “Reconquistando o campo perdido: o que Lévi-Strauss deve aos ameríndios” In. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, vol. 47, no. 1, pp. 87-131. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ra/v47n1/a03v47n1.pdf>. Acessado em Jan/2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo.

1986. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

1996. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio” In. *Mana*, vol. 2, no. 2, pp. 115-144. Rio de Janeiro.

2007. “Filiação intensiva e Aliança demoníaca”. in *Novos Estudos* 77, pp. 91-126. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a06n77.pdf>. Acessado em Jan/2020.

2015. *Metafísicas Canibais*. São Paulo: Cosac Naify/ n-1 Edições.

2017. *Araweté: um povo tupi na Amazônia*. São Paulo: Editora Sesc.

LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO

Data de aceite: 17/06/2020

Izaias Geraldo de Andrade

Doutorando da Universidade Católica de Pernambuco. izaiasgandrade@yahoo.com.br

Maria das Dores Andrade de Barros

Pós- graduanda .poetisadeolinda@gmail.com

1 | INTRODUÇÃO

Refletiremos sobre o “Discurso de Metafísica” de Leibnz. Ambientado entre 1646 e 1716, foi um homem do futuro. Souza, (2015), filósofo complexo, matemático competente e cristão ecumênico, na época dos conflitos religiosos europeus, foi ofuscado¹ pela sociedade de seu tempo, mas contribuiu com questões necessárias à Filosofia e à vida contemporânea.

Porque a Metafísica de Leibnz foi desconsiderada quando publicada? Este é o questionamento de nossa reflexão. Utilizaremos a Análise do Conteúdo pela qual procuraremos refletir sobre: o homem, o filósofo, o matemático e o religioso. O

panorama pertinente as ideias de 60% de seu “Discurso de Metafísica” liga esses quatro aspectos de sua vida sob uma ótica contextualizada com o homem, seu tempo e a atualidade. Leibnz está inserido na História Moderna (1453 a 1789), Oscar, (1999), tradição intelectual entre Renascimento e Iluminismo, ascensão do cartesianismo e descobertas de Isacc Newton.² A Germânia, lar de Leibnz, só tornou-se estado moderno entre 1870/1871. Órfão paterno e socioeconomicamente bem, vai orbitar na periferia das elites político-econômicas.

Começou intelectualmente muito cedo, autodidata eficiente, dissertou sobre direito, teologia, filosofia e ciência. Boa parte de seus escritos não foram publicados em vida, mesmo associados à intelectualidade da época. As questões de seus escritos ficaram para as discussões pós-morte e pós-modernas, uma vez, eclipsado pela hegemonia acadêmica, como diria Tomas Kuhn³.

1 SOUZA, André F C de. **Dez lições sobre Leibnz**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 18 e 19.

2 OSCAR, Aquino Jacques Denize. **História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1999, p. 99 à 103

3 FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e Filosofia da Ciência: aplicação na teoria social e estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2003.

2 | AS TRÊS CATEGORIAS ESSENCIAIS DE LEIBNZ

O Filósofo disserta com os temas de sua época, mais negligenciado pelos pares ingleses e franceses, 'As suas investigações metafísicas', concilia Renascimento, Iluminismo e Metafísica Tradicional, essa apegada ao conceito de 'entre'⁴ e conseqüentemente a reconstrução de uma nova ontologia racional moderna. A fragmentação da Cristandade pelo individualismo protestante, ainda processava a relação razão e fé. Grodin (2012), uma frente de debates filosóficos era a radicalização da mudança da metafísica teológica, para a racional, essa mudava todo discurso filosófico negando as entidades teológicas e, a visão tradicional cristã. O resultado foi a reivindicação dos cétricos de uma nova ética racional que se acreditava surpreender o mundo e a qual se bastasse.

Esse movimento explicita-se na Revolução Francesa e sua história culmina com a morte de Deus segundo Nietzsche. A Metafísica da razão substitui a teológica mudando a natureza dos entes. Leibnz procura um caminho intermediário apesar de inatista⁵. O empirismo contraria a Metafísica tradicional e as tentativas de conciliação entre ela e uma nova. Chauí, (2011), e o racionalismo radical ataca os pressupostos metafísicos e o embate entre Metafísica cristã, Metafísica racionalista e o empirismo, favorecem o racionalismo radical de maior plasticidade e estrutura discursiva.

O matemático se destaca chegando a inventar o cálculo diferencial ao seu modo, e, entrando em controvérsia com Newton, no entanto, hoje tem importância primordial na matemática contemporânea. Também preocupado com o sistema lógico aristotélico, procurou estabelecer uma linguagem matemática que contribuísse para solução de problemas entre as retóricas das teorias científicas, filosóficas, e do Direito, bem como da linguagem em geral, SOUZA, (2015). Hoje o conhecimento do sistema de informática prescinde do sistema binário de numeração e comunicação inspirado em sua lógica. Usamos seu cálculo diferencial, sua lógica matemática e sua prática, indiscutíveis contribuições que usufruímos atualmente do filósofo, de sua matemática, e da sua busca pela síntese do Universo.

O cristão Ecumênico de Leipzig se mostra com sua Metafísica conciliatória e obras que discutem temáticas aparentemente religiosas. Nascido protestante, assim continuou até sua morte, o que não o impediu de relacionar-se com autoridades e governantes de todos os credos. A atividade de Leibnz, tanto quanto seu estilo teórico foi sempre conciliatório. Segundo interpretes⁶, buscou sempre uma teologia eclética no cristianismo no caminho de considerar as teologias talvez até complementares. Isso revela seu ecumenismo, uma vez que, mesmo sendo protestante não fazia acepção de credo nos seus relacionamentos. Então o homem, o filósofo, o matemático e o cristão se unem numa teoria complexa sobre os questionamentos primordiais (Quem sou? De onde vim? Para onde vou?).

O racionalista simplificaria essas questões, respondendo: semelhante a Deus; Do seu

4 MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Trad. de António José Massano e Manuel Palmeirim. Publicações Dom Quixote. Lisboa 1978. O ente e a ontologia?

5 Ver, p. 95. CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 14^o Ed. Rio de Janeiro: CIP. 2011.

6 FICHANT, M. Da substância individual à nômada. *Analytica*, vol. V. 2000. E, SOUZA, André F C de. **Dez lições sobre Leibnz**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

plano; Para o melhor. Obviamente o Deus de Leibnz não é tão simples, razão de tudo, substância primeira, para um leigo religioso de antes e de hoje, provavelmente ele assim poria as respostas as perguntas primordiais. Leibnz sob a óptica pós-moderna é filosoficamente um metafísico universalista que mostra a importância das grandes narrativas. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. (2004), o universalismo pluralista vigente nesses tempos pós-modernos, aliás, carente de grandes reflexões para o cotidiano, vislumbra não que não existe mais Metafísica, mas que não se necessita teorizar sobre grandes narrativas, pois o mundo do “aqui e agora”⁷ impera como se fosse uma metafísica medíocre, pois prevalece a realidade dos dominantes/governantes do mundo ocidental que praticamente negam a possibilidade de planos futuros, inclusive materiais, alegando ironicamente como falava de Leibnz, do “melhor dos mundos” impondo-nos a perspectiva de suas realidades de privilegiados sem espaço para críticas sobre a situação dos marginalizados e do futuro do planeta ameaçado pelas ações humanas. Como se debruçar sobre o passado (as origens), o presente (a realidade) e o futuro (as perspectivas de longo prazo). A Metafísica num certo sentido leigo é uma introspecção no passado no sentido do começo, um diagnóstico e sentido do presente, e um plano estabelecido para o futuro.

Fichant (2000), Discurso de Metafísica; Escritos Filosóficos; Novos ensaios sobre o entendimento humano e outros, são exemplares no encontro do sentido subjetivo e coletivo da interpretação atual sobre o pensador. Como matemático, Leibnz, tinha preocupações com a lógica pura e linguística que posteriormente vão ser consideradas Wittgensteiniana⁸, embora a função da lógica matemática de Leibnz fosse procurar um melhor caminho para resolução de problemas na área do Direito. O estabelecimento e aperfeiçoamento da tautologia, com o reforço da teoria do terceiro excluído não vai impedir o matemático de criar a categoria das contingências envolvidas com a abertura de uma relatividade acerca das ditas verdades factuais, em contrapartida as verdades universais e ou necessárias, uma complexidade interdisciplinar que ironicamente está para época como a de Morin, (2008), está para atualidade. O pensamento leibnziano vai mais longe combinando com o racionalismo aristotélico e um tanto de matemática moderna, dos seus polinômios, ao cálculo diferencial, influencia a lógica moderna e a geometria somada à força arquetípica do universo. Basicamente tudo que compõe o mundo moderno e racionalista, exceto o fato de que Leibnz acredita no arquiteto universal. Ironicamente essa última convicção de Leibnz coloca-o na racionalidade moderna e pós-moderna simultaneamente, pois os racionalistas modernos, Leite (2015), não eram majoritariamente materialistas e o pensamento atual está vacinado do racionalismo materialista radical. Vê-se hoje na Ética uma ‘substancia’ capaz de assumir o lugar do ontológico e suavizar a miséria dos significados que se perderam na pulverização dos modos de vida pós-modernos, civilização da quantificação matemática, e sua consequência esvaziadora da qualidade (substancia) da vida, Leibnz já criticava a quantificação do mundo e universo.

7 Ver, p. 100 (Tempo espetacular) e 133 (Ideologia Materializada). DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Tradução: Railton Sousa Guedes. eBooksBrasil.com. <http://www.cisc.org.br/porta/biblioteca/socespetaculo.pdf> 18/03/2020

8 ARRUDA JUNIOR, Gerson Francisco de. Dez lições sobre Wittgenstein. Ed. Vozes, 2017.

3 | ANÁLISE DO CONTEÚDO DO “DISCURSO DE METAFÍSICA” DE LEIBNZ

O texto que começa com a Metafísica Medieval evoluindo em direção a escolástica e sintetizando essas com o racionalismo matemático e linguístico moderno, Leibnz culmina seu discurso com uma confissão de Fé não antes de reformular em termos conciliatórios tradicional e moderno, subjetivo e mecânico, sentimental e racional, a ontologia metafísica que vinha sofrendo ataques constantes dos “modernos” radicais.

O filósofo disserta e teoriza o que são as substâncias enveredando para hierarquização e complexificação das mesmas, introduzindo a força como substância essencial e negligenciada pelos racionalistas e empiristas radicais. Incorpora a ética/moral no discurso metafísico enfatizando as dimensões, ontológico e ôntico abrindo espaço também para a biologia e antropologia no discurso metafísico. E por fim equacionando grandezas substancias/entes, como comportamento humano e natureza da razão, todos simplificados ao denominador comum do onipresente, onisciente e onipotente que dilui suas qualidades infinitas no amor, esse à moda agostiniana.

I- **“Da perfeição divina e de que Deus faz tudo da maneira mais desejável”**. A crítica dele que fundamenta a Razão é perfeita, os filósofos modernos não a consideram. Raciocinando sobre os entes geométricos Leibnz considera as imperfeições destes e de substancias necessárias, por isso, para ele, elas não podem explicar as causas primeiras e ou finais. É preciso nesse caso algo que conceba as formas geométricas, pois elas não se constituíssem por si mesmas. Evocando duas das qualidades primordiais atribuídas a divindade judaico-cristã, o filósofo insinua que poder e ciência respectivamente como onipotência e onisciência são perfeições só atribuídas à razão divina. De onde se infere que tanto o Universo Físico, como o Moral/Ético estão sob as atribuições racionais em última análise. Daí decorre uma junção problemática, tanto para os modernos, quanto para os escolásticos, visto que o pensamento Moderno tende a separar moral/ética da physis. Pois, acredita que são dimensões incompatíveis ao extremo, Nicolau Maquiavel, e seu “Príncipe”, concebe a política como conhecimento prático, que é incompatível com onipotência divina e sua suprema bondade. Ainda mais a ideia, medieval de homem como pecador natural, que aproxima as criaturas corpóreas, mais do mal, que do bem. Leibnz via o homem como substância necessária e menos perfeita que a divina razão, mas mesmo assim essencialmente boa/do bem.

II -**“Contra aqueles que sustentam que não há bondade nas obras de Deus: ou que as regras da bondade e da beleza são arbitrárias”**. Aqui o autor ataca a ideia de um mundo mal concebido. Á época de seu discurso atacava-se a religião em sua institucionalidade e em sua prática, isso levaria basicamente a dois caminhos: primeiro, negar a (a) religião criticando-a como poder institucionalizado e ou como práticas supersticiosas; segundo, negando a relação ou mesmo a existência da racionalidade divina com o mundo prático/material. Em ambos os casos se trata de uma crítica social e política muito forte ao pensamento medieval. A despeito dessas opiniões, hoje temos a psicologia na sua competência e a própria Ciência Política. De qualquer forma toda crítica bem fundamentada

é válida cientificamente e no caso desse item do ‘Discurso’ de Leibniz criticava-se o excesso pessimista dos que combatiam a tradição filosófica. Então para combater essa crítica vigente de sua época, o filósofo dizia que, “é pelas obras que se pode descobrir o operário”. Leibniz e sua opinião sobre a harmonia universal e a teoria do “Melhor dos Mundos”, lembra que existe toda uma tradição racional filosófica por traz de suas posições, agostiniana, tomista e moderna.

III -“contra aqueles que creem que Deus poderia fazer melhor.” Leibniz menciona as Sagradas Escrituras como fonte de suas inferências sobre a harmonia universal e a “Teoria do Melhor dos Mundos”. O autor do discurso usou primordialmente três fontes para sua dissertação: A Racionalidade aplicada a exemplo matemático, a Lógica aplicada á retórica dialética, e a Sagrada escritura. No primeiro caso: afinado com o racionalismo contemporâneo; no segundo a lógica dialética afinada com discurso metafísico; e no terceiro as escrituras afinadas como legado tradicional. A filosofia e a ciência em relação ao racionalismo radical, ao discurso retórico lógico dialético e a consideração das Escrituras como fontes do conhecimento contrastava com: os franceses do racionalismo radical; os ingleses, empiristas; e outros teóricos de partes distintas da Europa que orbitavam em volta dessas potências políticas e sociais. Assim uma filosofia alemã original e independente enfrentava desafios, ainda mais citando as Escrituras sagradas como fonte de conhecimento para seu discurso, visto que o laicismo, o anticlericalismo e o antitradicionalismo, levaria os filósofos iluministas pouco tempo depois, nomearam a Idade Média como idade das trevas e muitos filósofos viam como anedota a afirmação de Leibniz de “que Deus não faz coisa alguma pela qual não merece ser glorificado”.

IV -“Que o amor de Deus exige uma inteira satisfação e aquiescência no tocante ao que ele faz sem que para isso seja preciso ser quietista.” A afirmação de que o pensamento de que Leibniz era ingênuo e conformista se contrapõe a esse item no seguinte trecho: “quanto ao futuro, não é preciso ser quietista, nem esperar, ridiculamente, de braços cruzados, o que Deus fará, segundo o sofisma que os antigos chamam de *logon, áergon*, a razão preguiçosa, mas é preciso agir”. Esse argumento é contra as críticas negligentes de que seu pensamento apregoava a passividade diante do mundo. Leibniz como a maioria dos filósofos de sua contemporaneidade tinha muito cuidado no expressar-se sobre as mudanças, pois suas atividades eram patrocinadas por indivíduos ou grupos abastados financeira e politicamente. A crítica sobre passividade política de Leibniz resvala sobre toda classe filosófica de seu tempo. Nos séculos 19 e 20 quando a Filosofia ética-política se torna mais escolha que sociopolítica, é que os filósofos vão se tornar mais críticos quanto ao poder político. Magalhães (2015), Karl Marx pôs fogo na antiga cartilha de filosofar e praticá-la, e é preciso lembrar que o surgimento das classes médias e a contradição de seus interesses não fazem parte do contexto leibniziano nem de seus contemporâneos.

V-“Em que consiste as regras de perfeição e como a simplicidade das vias está em equilíbrio com a riqueza dos efeitos”. Para Leibniz ocorre o governo das coisas por uma razão divina e perfeita, inclusive o governo dos estados. E se um governo ou estado precisar mudar isso vai acontecer através das ações humanas, que com a ideia do “melhor

dos mundos possíveis”, dotado de razão a mudança poderá acontecer se tiver razão no esquema dos possíveis mundos escolhidos pela razão divina na sua onisciência. Um estado é um ente/ser e sobre os seres assim diz Leibnz: “os mais perfeitos de todos os seres e que menos ocupam volume, isto é, que menos se impedem, são os espíritos, cujas perfeições são as virtudes”. Mas para Leibnz as substâncias mais próximas da perfeição resguardam para si o direito de ter almas e espíritos, e os estados são entes/substâncias/seres que embora não sejam palpáveis materialmente encerram grande importância na hierarquia das substâncias já que tem caráter imprescindível à existência da sociedade humana, forma dele uma espécie de entidade sublime, quanto a isso Agostinho dissertou e pregou sobre a “Cidade de Deus” o que seria o equivalente até certo ponto, dizer: Estado de Deus; República de Deus; ou Reino de Deus, esse último tido como o mais justo e racional.

VI -“Que Deus nada faz fora da ordem e não é possível nem mesmo fingir eventos que não sejam regulares”. E “As vontades ou ações (racionais) de Deus são comumente divididas em ordinárias e extraordinárias”. O mundo é ordenado e racionalizado de acordo com o projeto original do ‘melhor dos mundos’ apesar de se enunciar que o arquiteto projetou o universo com onipotência e onisciências sendo onipresente nele. E nele também possibilitando os ‘mundos possíveis’. Na dimensão, do ordinário, o livre arbítrio impera estabelecendo um nível particular de relação entre os entes/substâncias extraordinários e ordinários. Os eventos são relações, entre sujeito e predicado não podendo fugir a lógica da razão divina, mesmo os contingentes que diferente das tautologias e das contradições segue por caminhos confusos para os homens, mas que estão previstos como ‘mundos possíveis’ para razão sublime. CERTEAU (2011), Daí pode-se dizer, que no plano histórico as diversas posições sociais, políticas e religiosas que se constituíam, por exemplo, o panorama da nação alemã dividida em pequenos estados, assim como a divisão e distinção entre eles, quanto às opções religiosas, são situações ordinárias direcionadas e escritas por ‘homens’ para homens. Leibnz previa essa questão dentre as possibilidades de mundos racionalmente cabíveis para a racionalidade plena de um destino que não se impõe, mas se mostra com a razão possível para os humanos.

VII-“Que os milagres são conformes à ordem geral, conquanto sejam contra as máximas subalterna, e do que Deus quer ou permite, por uma vontade geral ou particular”. Os milagres não são fatos extraordinários racionalmente falando, pois para Leibnz eles “estão na ordem tanto quanto as operações naturais, que se chamam assim porque são conformes a certas máximas subalternas que chamamos de natureza das coisas”. Assim é da natureza dos milagres eles serem incompreensíveis à razão humana. O filósofo tem ideia que uma vez incompreensível, um milagre pode por artifício da razão, ser compreendido, em última análise, está ao alcance da racionalidade divina, a qual as almas superiores ou os espíritos podem acessar ao entrar no plano racional próximo da divindade. Ele entra no mérito de ações boas e más: “pois se a ação for boa em si mesma, pode-se dizer que Deus a queira e a ordene... Mas se for má em si mesma e só se tornar boa por acidente, por que a consequência das coisas, e particularmente o castigo e a satisfação corrigem sua malignidade e recompensa seu mal com usura”. Para ele a razão divina não quer o mal, mas

por causa do livre arbítrio o permite. Então o livre arbítrio com sua natureza benéfica sendo impossível que dele surja consequência ou efeito maléfico absoluto.

VIII-“Para distinguir entre as ações de Deus e as das criaturas, explica-se em que consiste a noção de uma substancia individual”. Para fazer tal distribuição Leibnz recorre ao conceito de substancia individual dizendo que se trata “sempre... [de dar] vários predicados a um mesmo sujeito, e não se atribui esse sujeito a nenhum outro” predicado. Para ele sendo essa explicação apenas nominal é preciso que toda predicação verdadeira tenha algum fundamento na ‘natureza das coisas’, ou seja, se existe comprovação espaço temporal, histórica, da relação entre o sujeito e seu predicado, sendo que não podem existir sujeitos com predicados idênticos e as qualidades e ações do sujeito precisam estar compreendidas no próprio sujeito. Ele cita o rei Alexandre, e não a substância individual, enquanto a posição de ‘ser Alexandre’ o grande é tal substancia individual. Disso decorre que ‘substancias individuais’ tem alma e ou são espírito gozando da razão e do livre arbítrio. No caso de uma crítica racional, mas não individual/subjetiva Leibnz vai agir em relação a seus pares, vendo outros filósofos como substâncias não individuais com suas teorias, seriam o que podemos chamar de critério de impessoalidade, e isso é muito importante na teoria dele que segundo interpretes foi ignorado pelos seus contemporâneos. Apesar de não ter sido correspondido nas cartas aos seus pares, parece que Leibnz usou o mesmo raciocínio filosófico, ignorou os indivíduos e pontuou falhas e as poria em suas teorias.

IX-“Que cada substancia singular exprime todo o universo à sua maneira e que em sua noção todos os seus eventos estão compreendidos com todas as suas circunstâncias e toda a sequência das coisas exteriores”. O filósofo reporta-se a pernosticidade de alguns filósofos de seu tempo sobre temas filosóficos. Para ele, já que só a razão divina tem acesso à perfeição, de modo, acadêmico, Leibnz iguala-se aos seus pares. Seus raciocínios, sentimentos e paixões fizeram-no demonstrar racionalmente sua paridade com relação aos concorrentes e suas teorias. Quando introduziu a força na discussão sobre o funcionamento do universo. Força e vontade obrigaram o filósofo a inverter a lógica que vinha sendo posta gradualmente sobre o antropocentrismo do mundo. Ao dar ênfase a antropologia Leibnz teria que cair na lógica de seus adversários, por um lado ou por outro. Se o universo é mecânico e corpóreo, o homem poderia aproxima-se das leis da mecânica e dos corpos dominando o mundo, mas se por outro lado o mundo é obra exclusiva da razão divina sem auxílio humano, teocentrismo, o homem nada poderia sobre seu destino como substância singular. Ele explorou outra via e para isso usou como argumento o homem foi criado a “imagem e semelhança de Deus”, Razão. A partir de então demonstrou todo um sistema hierárquico dos entes/coisas.

X-“Que a opinião das formas substanciais terá algo de sólido, se os corpos forem substâncias, mas que estas formas não mudam nada nos fenômenos e não devem ser empregadas para explicar os efeitos particulares”. Ao deslocar a ênfase do discurso metafísico dos corpos e movimento para uma força motriz, Leibnz precisa se apoiar em uma autoridade que definisse força e vontade, nada havia sido descoberto sobre as leis da energia e força. O que definia o poder e com esse a força era a teoria da onipotência divina,

ele não tinha outra opção se não a tradição judaico-cristã católica, isso soou como retrocesso, quando na realidade foi o complemento da equação sobre o funcionamento do Universo que precisa da força e energia para existir. Dentre os motivos que podemos citar para a teoria de Leibniz não ser incorporada as discussões hegemônicas sobre o funcionamento do universo de seu tempo, temos: Leibniz não havia tomado partido quanto as correntes em disputa, visto que seu raciocínio era conciliador; depois, que não tendo estudos filosóficos puros para se apoiar, retornou a Teologia para harmonizar sua teoria. A inclusão da onipotência como substância e grandeza universal deu coerência e racionalidade a sua teoria. Isso não atendia aos interesses sociopolíticos dos poderosos, assim foi negligenciado, mas possivelmente uma leitura apropriada das ideias dele inspirou a inclusão de forma laica da força e da energia como elementos primordiais do Universo.

XI-“Que as meditações dos teólogos e filósofos chamados escolásticos não devem ser desprezadas”. Para Leibniz a reabilitação da escolástica é paradoxal religiosamente, mas necessária. A reforma religiosa do século XVI retomou o platonismo. Por isso a reabilitação do tomismo causaria um mal estar nos meios teológicos protestantes, visto que eram concorrentes dos católicos e o tomismo era essencialmente católico. Por outro lado, a filosofia buscava traçar um caminho divergente da teologia, libertando-se de seu jugo medieval. Travava-se uma batalha interna cujo critério era separar Ética essencialmente humana e demasiadamente antropológica e teológica das reflexões sobre o funcionamento físico do universo. Para os filósofos modernos seria um erro primário voltar à tradição regida pela ética judaico-cristã, no entanto o que os modernos não sabiam era que Leibniz havia encontrado um elemento fundamental para o entendimento do funcionamento físico do universo como conhecemos hoje, a saber a grandeza da força que por sua vez exigia considerações sobre a energia, essa estava encoberta pelos conceitos de onipotência e vontade divina e amor como bem maior, substâncias essencialmente teológicas e éticas. Apesar da teoria da gravidade de Newton, Leibniz esteve mais da teoria geral do funcionamento do universo como conhecemos, visto que a força é elementar à a gravidade.

XII -“Que as noções que consistem na extensão encerram algo de imaginário e não poderiam constituir a substância dos corpos”. Leibniz considera as substâncias por uma ótica além da escolástica. Buscando conciliá-la com o racionalismo moderno, mas a substância pura, ou seja, na sua ‘extensão’ não se equivale às substâncias singulares que prescindem de corpos e em muitos casos são palpáveis. O imaginário que ele cita é algo mais para o ideal que o existente material, além disso, os modernos procuram erradicar as teorias sobre as substâncias ficando apenas com o racionalismo radical e empirismo radical. Ele discorda dos contemporâneos e é a teoria dele, que de forma geral chegará naquela época próxima do entendimento pós-moderno sobre o Universo. Apesar de ser inatista é uma teoria formada por um discurso aberto ao aperfeiçoamento, Diz ele: “toda natureza do corpo não consiste somente na extensão, isto é na grandeza, figura e movimento,... é preciso necessariamente reconhecer... relação com as almas e que se chama vulgarmente de forma substancial”. Quando fala do imaginário, está contestando que a substância pura possa se incluir diretamente na natureza das singulares. Assim separa o mundo das ideias

substanciais, do mundo das substancia singulares, exceção a onipotência divina dentro desse raciocínio, pois ela está no topo da hierarquia das entidades substanciais.

XIII-“Como a noção individual de cada pessoa encerra, de uma vez por todas o que lhe acontecerá para sempre, nela se vêem as provas a priori da verdade de cada acontecimento, ou por que um aconteceu em vez do outro; mas estas verdades, conquanto asseguradas, não deixam de ser contingentes, estando fundadas no livre arbítrio de Deus ou das criaturas, cuja escolha tem sempre suas razões que inclinam sem necessitar”. O exemplo de Júlio César foi usado por Leibniz para materializar as teorias das substancias necessárias e sua relação com as substâncias singulares, realidade histórica e sua lógica da contingência, o filósofo demonstra, que além da teoria do ‘Melhor dos Mundos’ e da perfeição e bondade divina, na materialidade as verdades são relativas à capacidade de acessar o conhecimento. E as realidades são alternativas possíveis, cabendo aos sujeitos que a incorporam também realizá-las. Certos predicados como o de ser rei/general/ditador não decide sobre seu destino que até certo ponto independe dos planos da Razão divina, visto que essa delegou a gerência da vida material ao sujeito que a vive. É fato que existe uma meta para humanos, a ser alcançada (o melhor dos mundos possíveis), mas como caminha até atingir tal meta é uma tarefa do sujeito de livre arbítrio. O problema estaria no fato de que o homem ou sujeito tem o conhecimento confuso, não apenas pela sua natureza, mas principalmente por só conhecer, a contradição, a contingência e não refletir e agir segundo as verdades necessárias, visto que põe suas paixões primárias à frente das reflexões racionais e necessárias. O ‘melhor dos mundos’ racional material é o ordinário, que cabe ao livre arbítrio.

XIV-“Deus produz diversas substâncias segundo as diferentes visões que ele tem do universo, e, pela mediação de Deus, a natureza própria de cada substância determina que o que acontece a uma corresponda ao que acontece a todas as outras, sem que ajam imediatamente umas sobre as outras”. Uma espécie de emanção divina conserva e produz substâncias, mas a teoria de Leibniz não é tão simples, pois também para ele “É muito verdade que as percepções ou expressões de todas as substâncias se entrecorrespondem de sorte que cada um, seguindo com cuidado certas razões ou leis que observou-se encontrar com o outro que faça o mesmo, como quando varias pessoas, tendo combinado de se encontrarem juntas em algum lugar em certo dia prefixado, o podem fazer efetivamente se quiserem”. A Filosofia moderna marchava em direção às separações entre metafísica e teologia e o materialismo mecanicista, Leibniz continuava buscando aperfeiçoar uma filosofia que pudesse comportar a particularidade dessas dimensões e ao mesmo tempo sua união como num corpo composto por vários membros. É possível que ele tenha se preocupado com a relação que o protestantismo passou a manter em relação à Ciência, como se ele soubesse que esse comportamento levaria a filosofias e ciências que não só se purgariam de religião/teologia e filosofia, como mesmo da Ética.

XV-“A ação de uma substancia finita sobre outra consiste apenas no aumento do grau de sua expressão, junto à diminuição da outra, enquanto Deus as obriga a se acomodarem juntas”. Nesse caso, por exemplo, se tivermos como substancia finita

e ordinária o relacionamento entre Leibnz e seus concorrentes racionalistas radicais e empiristas, ao nível formal lingüístico e prático “basta... para conciliar a linguagem metafísica com a prática, notar que nós nos atribuímos mais e com razão os fenômenos que exprimimos mais perfeitamente, e atribuímos às outras substancias, o que cada uma exprime melhor”, ele continua falando sobre o relacionamento entre verdades tautológicas e contingentes dizendo que “uma substância de extensão infinita, exprime tudo se torna limitada pela maneira de sua expressão mais ou menos perfeita”. A perfeição é marcada pela clareza racional com que se apresenta uma substância/ente, seja pelo seu perfil racional e ou virtude, seja pela impossibilidade de ser refutada pela razão ou confundida com outra substância. Os filósofos modernos negligenciaram o talento e racionalidade de Leibnz, pois se negava a recortes epistemológicos entre, físico e não físico: O espiritual e metafísico; racional e sensível; e o sensível e o empírico etc.. Até os germânicos terem suas academias filosóficas e científicas, ele não foi levado a sério, daí a criação da Academia de Berlim pelo próprio Leibnz.

XVI -“O concurso extraordinário de Deus está compreendido no que a nossa essência exprime, pois esta expressão se estende a tudo, mas ultrapassa as forças da nossa natureza ou nossa expressão distinta, a qual é finita, e segue certas máximas subalternas”. O estatuto do extraordinário que a divina razão exerce sobre as substâncias ordinárias e as substâncias necessárias é um recurso compreensível na integralidade, apenas pela razão divina, embora seja possível que os sujeitos como substâncias vertidas da razão divina, possam entender intuitivamente, que pessoas/substâncias são conseqüências da própria natureza da substância supranatural e compartilham com ela sua filiação. Leibnz tem a seu favor o fato de que a Ciência e a Filosofia de sua época são limitadas e o que era milagre, hoje é conhecido e explicado. Por outro lado o filósofo não consegue pensar o mundo possível como algo não integral, compartimentado pela modernidade que subtraía da sabedoria filosófica as ciências como as compreendemos hoje. O vínculo da ciência com a Ética é um *a priori*, e as compartimentações, ao mesmo tempo, que reduziram a Filosofia e expandiram maravilhosamente os conhecimentos disciplinares nos trouxe a uma ciência altamente eficiente e aplicada à realidade material. Mas sua filosofia, conquanto não seja *ipsis litteris*, adequada à pós-modernidade inspira-nos buscar por conciliar de novo e eficientemente Filosofias Éticas, Antropologia e principalmente as diversas Ciências aplicadas atuais.

XVII -“Exemplo de uma máxima subalterna ou lei da natureza. Onde é demonstrado, contra os cartesianos e vários outros, que Deus conserva sempre a mesma força, mas não a mesma quantidade de movimento”. As controvérsias contra o racionalismo mecanicista tomou muito das energias de Leibnz e, diga-se de passagem, literalmente Energia e sua companheira, a Força, são os vocábulos que destruiriam o mecanicismo que privilegiava principalmente o movimento e os corpos. O filósofo vai questionar sobre essas substâncias e sua capacidade de se auto gerir. O que gera corpo e movimento? Dessa forma chegou à conclusão que Força é uma grandeza negligenciada pelos cartesianos e assim diz: “o Sr Descartes, e muitos outros hábeis matemáticos, acreditaram que a quantidade de movimentos, isto é a velocidade, multiplicada pela grandeza do móvel convém inteiramente

à força motriz, ou,... geometricamente, que as forças são em razão compostas da velocidade e dos corpos”. Para os cartesianos a força era resultado da massa e do movimento corporal, mas Leibnz discorda, vendo nos fenômenos universais a grandeza da força, isso levará a perguntar sobre o que é mesmo a força/energia e donde vem? Marcando um novo capítulo sobre o entendimento da física universal. Newton negligenciou o papel da força e da energia. Refazendo cálculos e citando Galileu, Leibnz diz: “a força deve ser estimada pela qualidade do efeito que ela pode produzir,... Descartes... caiu aqui no erro” e seus discípulos o repetiram.

XVIII-“distinção entre força e quantidade de movimento é importante, dentre outras coisas, para julgar que é preciso recorrer a considerações metafísicas separadas da extensão a fim de explicar os fenômenos dos corpos”. Leibnz está certo, mas o problema é que no seu momento histórico por falta de teorias sobre força e energia e por causa das suas convicções inspiradas no pensamento medieval ele usou o protótipo da força divina referenciando-se no gênese e na onipotência de Deus. Sua escolha é racional uma vez que as dissertações e teses prescindem de razão, mas também de argumentos de autoridade, ambos científicos até hoje. Que todos os movimentos prescindem de força, mesmo naquela época esse raciocínio não era absurdo, pelo contrario a negação da força é um recurso filosófico e matemático para não cair em abstrações incoerentes nem no teísmo radical dos teólogos de plantão á espreita para retomarem o teocentrismo de outrora. Além, da concorrência entre Leibnz e os ilustres de seu tempo existe também uma disputa entre o teocentrismo e antropocentrismo. Ele pondera essas contendas, bem como sua posição teórica no geral é sempre conciliatório, fato que pode ser ligado ao sonho de uma nação germânica unida, a despeitos de suas, religião e política, naquela época polarizada entre católicos e protestantes e divididos entre outras concepções de razão, estado, salvação, graça e mesmo de Deus.

XIX -“Utilidades das causas finais”. Ao retornar ao tema inicial do “Discurso de Metafísica” põe-se que as causas finais da física não podem ser descartadas sem que haja prejuízos para a percepção da realidade física e da dimensão metafísica. Diplomático, Leibnz discorre sobre as teorias e os teóricos modernos que “perigosamente” negam as causas finais. Diz ele que: “é preciso buscar o princípio de todas as existências e leis da natureza, por que... [a substância divina] se propõe sempre o melhor e mais perfeito... estamos sujeitos a nos enganar quando pretendemos determinar os fins... mas só quando os pretendemos limitar a algum desígnio particular.” A desconsideração das causas finais, substâncias necessárias e divinas é uma busca de pulga a filosofia de categorias teológicas como, amor, por exemplo, no entanto naquele contexto não ficava claro separar a amizade à sabedoria, do estudo das coisas divinas, visto que nesse último caso a teologia, tratava da Moral/Ética e conseqüentemente dos valores, os quais são na realidade toda força matriz de um mundo pertinentemente humano. A vontade humana provida de sentido Ético/Moral é particularmente a entidade fenomênica que faz o mundo existir, pois não havendo essa vontade ética, determinante da humanidade não passaríamos de primatas quaisquer.

XX -“Passagem notável de Sócrates em Platão contra os filósofos demasiado materiais”. O texto discursivo de Leibnz segue primeiro a fixação dos conceitos primordiais

sobre as substâncias, junto com o combate ao materialismo e a refutação das teses racionalistas radicais e dos empiristas, visando conectar coerentemente os principais pressupostos metafísicos com a física moderna. Seu intuito não era negar o poder do racionalismo, mas conciliá-lo com a parte Ética da Filosofia, esse empreendimento não era coisa fácil, embora necessário, pois o discurso filosófico, sem sua reflexão ética, soa incompleto e simplório. Então Leibniz resgata a discussão metafísica dos primeiros pensadores e filósofos, tanto procurando mostrar a antiguidade daquela discussão, que em sua época negligenciou, o ético, o biológico e o antropológico. É evidente que ele não dominava essas duas últimas áreas do saber como as vemos hoje, mas talvez as vejamos como são hoje por que ele diz: “assim, o homem só teria que considerar em si ou em qualquer outra coisa o que seria o melhor e o mais perfeito”. Mesmo considerando a teoria da simplificação caberia ao filósofo questionar: o que é o homem? O que é si próprio? Quais são as outras coisas? O que são o melhor e o perfeito? Essas continuam inspirando a Filosofia e, portanto definindo que o simples não se equivale ao medíocre, e sim ao que é o sentido e o aceito provisoriamente pelo homem para o homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vinte teoremas para estabelecer que a Força e a Vontade divinas sejam os elementos motrizes do Mundo e do Universo o Filósofo menciona onze vezes a palavra, Deus, e no total de trinta e sete teoremas a repete dezenove, superando em mais de 50% os teoremas, nos quais o termo é ausente. Podemos inferir que Deus é o tema central do “Discurso de Metafísica”? Essencialmente, não, porque o próprio título da obra contradiz tal conclusão, tendo então uma problemática complexa, porém como pensava Leibniz de enunciado simplificável. Para equacionar esse problema basta simplificá-lo evocando a concepção Leibniziana de Deus e vinculando-a ao real problema filosófico em aberto até hoje, a saber, os questionamentos primordiais/causas finais e ou as perguntas existenciais.

Na *doxa* Deus e ou deuses são as respostas mais completas para esses questionamentos, no caso de Leibniz, cristão estudioso, Deus é a força motriz, criadora, sustentadora e final de todas as substâncias, principalmente o homem. A categoria, Deus usada pelo filósofo não trata de teologias e ou religiões e a ínfima ciência seiscentista e sua filosofia conheceu apenas parte da equação sobre o funcionamento do Mundo e do Universo, já a Ética antes de ser secularizada era o avançado fruto do milênio de cristianismo. Leibniz sabia da incompletude da teoria mecanicista e cartesiana, dessa forma não segue o fluxo hegemônico dessas ideias, mas procurou a solução para variáveis desprezadas dessa equação. Voltando a Teoria das Substâncias de Tomas de Aquino e aos pressupostos do Deus, onisciente, onipresente e onipotente, ele relacionou a grandeza Força com a onipotência divina e completou o entendimento do funcionamento do Mundo e do Universo com o relacionamento e a submissão das substâncias; Forma e Movimento à Força.

Embora os avanços tecnológicos, fruto do materialismo racionalista e empírico tenham nos legado algo sem precedentes entre os sécs. XVII e meados do XX, a descoberta do

binômio, força e energia foi intuída por Leibnz e é consideravelmente vista no binômio poder e vontade divina. O conteúdo racional idealista concepto de Deus no texto Leibniziano ultrapassa os limites do materialismo e pragmatismo e enuncia que corpos e movimentos se submetem ao poder/força/energia, e ainda insinua algo de biológico e antropológico. A possibilidade de optar por uma Metafísica Integral levou o filósofo a incluir no seu texto elementos de Antropologia, Biologia e Ética. Ao hierarquizar e dimensionar as substâncias criou complexos que se comunicavam entre si, e respondiam as suas próprias leis, que se atrelavam a Força.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade pluralidade e crise de sentido: Orientação do homem moderno**. Trad. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3º ed. Rio de Janeiro: CIP. 2011.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Tradução: Railton Sousa Guedes. eBooksBrasil.com. <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf> 18/03/2020

GRODIN, Jean. **Que saber sobre: filosofia da religião**. Trad. Lucia Mathilde Endlich Orth. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

HOBBSAWN, Erik J. **Era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991**. 3. ed. Trad Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEIBNZ, Gottfried Wilhelm. **Tratado de Metafísica**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2019
MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Trad. de António José Massano e Manuel Palmeirim. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1978.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: Repensar a reforma, reforma o pensamento**. Trad. Elóia Jacobina. 14º ed. Bertrand Brasil, 2008.

OSCAR, Aquino Jacques Denize. **História das sociedades – das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Editora Afiliada, 1999.

PEQUENO, Marconi. **Dez lições sobre Hume**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, José Tadeu Batista de. **Ética como metafísica da alteridade em Levinas 2007**. 197f. Tese (Doutorado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Data de aceite: 17/06/2020

Leila Sala Prates Ferreira

Mestre e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. Brasil. *E-mail:* sallaprates@gmail.com

Tânia Rocha Andrade Cunha

Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da UESB. Brasil. *E-mail:* rochandrade@uol.com.br

RESUMO: Neste artigo apresentamos reflexões sobre a violência perpetrada contra as mulheres e o papel da memória nesse processo. Dessa maneira, o fenômeno que apresentamos e discutimos, ou seja, a violência contra as mulheres, tem suas bases na própria história da civilização, na construção desigual entre homens e mulheres. Por sua vez, essa desigualdade social e histórica persiste até os dias atuais, gerando relações de dominação e submissão. Desse modo, os discursos de inferiorização e discriminação do feminino, assim como a violência, têm atravessado a História, sendo imprescindível destacar o papel da memória na manutenção

desses padrões disseminados por meio dos discursos sociais de misoginia e discriminação. Nesse contexto, a memória na condição de fenômeno social pode ser entendida como resultado de um processo coletivo construído com base nas interações sociais dos indivíduos. Ademais, verificamos que por meio do estudo da memória, especificamente da memória coletiva de Maurice Halbwachs (1877-1945), podemos tentar compreender a manutenção desses padrões patriarcais, que, ainda hoje, estão presentes nos discursos sociais, muitas vezes velados, mas travestidos de verdadeira misoginia que legitimam as mais diversas formas de violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Mulher. Memória.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal trazer a discussão sobre a violência contra a mulher e o papel da memória nesse processo, almejando com isso apresentar um estudo sobre os discursos sociais que até hoje fomentam o preconceito e a diferença entre homens e mulheres, e que, por fim, criam novos padrões de violência.

Por conseguinte, não podemos deixar de analisar este fenômeno sob a

perspectiva da cultural patriarcal, visto que, a partir dela nos deparamos como herdeiros de uma educação diferenciada, baseada nas diferenças e na desigualdade. Tal construção social de discriminação é o resultado de uma ideologia de forte dominação masculina que acaba sendo produzida e reproduzida não apenas por homens, mas também por mulheres.

Nesse contexto, os discursos de preconceito e inferiorização do feminino estão presentes e são reforçados pelo que podemos denominar, utilizando o estudo de memória de Halbwachs (1990), de uma memória coletiva. Assim, por meio dessa análise, poderemos tentar compreender a razão da continuidade das práticas da violência contra a mulher e da manutenção de certos padrões patriarcais.

Historicamente, a sociedade ocidental, herdeira de uma cultura patriarcal, adotou esse sistema como modelo social, colocando a mulher num papel de submissão e atribuindo-lhe características inerentes à sua “natureza”. Nesse sistema, houve uma naturalização dos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino, ou seja, uma verdadeira construção social dos papéis atribuídos como próprios de cada sexo.

No Brasil, esse processo se estabeleceu desde a colonização, marcada pelas unidades familiares, pelo latifúndio, pelo escravagismo, e, principalmente, pela cultura baseada em princípios patriarcais. De acordo com Castells (2003), o patriarcado é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas, desse modo, os relacionamentos interpessoais são marcados e influenciados pela violência e dominação que têm suas raízes na própria cultura.

Com efeito, o patriarcado compõe a dinâmica social como um todo, estando, inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres, individualmente e no coletivo na condição de categorias sociais (CASTRO; LAVINAS, 1992). Ademais, com o estudo sobre gênero, foi possível afirmar que os papéis designados aos homens e às mulheres não são atribuições naturais ou biológicas, mas, sim, construídos de acordo com cada sociedade.

Desse modo, os papéis de gêneros foram e ainda são tão repetidos e reafirmados pela sociedade que acabam sendo internalizados como naturais. Essa naturalização permite a aceitação indiscriminada das desigualdades entre o masculino e o feminino, estabelecendo, geralmente, uma valoração na qual tudo que se liga às mulheres é visto como menor e/ou menos importante.

Nesse contexto, não podemos negar que as mulheres têm alcançado conquistas importantes na direção de uma maior proteção e garantia dos seus direitos. Contudo, precisamos ressaltar que, infelizmente, esses avanços alcançados não têm se traduzido em resultados práticos no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher, que continua permeando as relações de gênero na sociedade, especialmente na brasileira.

Assim, ao abordarmos a memória coletiva numa perspectiva de gênero, percebemos que ela possui um movimento de recepção e transmissão que, por sua vez, permite a perpetuação dessa memória, ou seja, memória formada por práticas culturais, tradicionais, valores, ritos, crenças, dentre outros, que são determinadas e determinantes, muitas vezes, por representações do que é ser homem e ser mulher.

Desse modo, segundo Halbwachs (1990), as concepções são mantidas e transmitidas

pelo grupo social ao qual pertencemos. Para o sociólogo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos nos quais está inserido e é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos, etc. Ou seja, não podemos deixar de levar em consideração os contextos sociais que servem como base para a reconstrução da memória.

Diante deste enquadramento, podemos estudar a memória coletiva da desigualdade de gênero, e mais precisamente, da violência contra a mulher, pois, para compreendermos essa violência, se faz necessário evocar essa memória coletiva; memória herdada que, transmitida de geração a geração, soma-se à memória individual de cada indivíduo nas sociedades contemporâneas, dando legitimidade à permanência da desigualdade social entre homens e mulheres.

DESENVOLVIMENTO

Halbwachs (1990), em sua obra *A Memória Coletiva*, publicada em 1950 após a sua morte, afirma a existência de uma memória individual e de uma memória coletiva, sendo incisivo ao explicitar que a memória individual está apoiada e existe através das lembranças de não apenas um, mas de vários grupos sociais. Para esse sociólogo, a memória individual não se encontra “fechada” e isolada, pois o indivíduo, para evocar seu passado, apoia-se nas lembranças dos outros e de grupos.

Nesse contexto, Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês, consagrou-se como responsável pela inauguração dos estudos da memória na área das ciências sociais, criando a categoria da memória coletiva. Segundo o sociólogo, o fenômeno de recordação só pode ser efetivamente analisado se for levado em consideração os contextos sociais, ou seja, a memória deixa de ter parâmetro apenas individual, visto que nenhuma recordação pode coexistir isolada de um grupo social.

Ademais, segundo o sociólogo, para se recordar é necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros membros do grupo. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos, colegas de trabalho, etc.

Halbwachs (1990) ainda menciona que, conseqüentemente, atribuímos a nós mesmos, ideias e reflexões, sentimentos e paixões que nos foram inspirados por nosso grupo, nos posicionando como um verdadeiro eco. Dessa forma, a maioria das influências sociais que obedecemos nos passam despercebidas, pois, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. Desse modo, as nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e das nossas preferências nada mais são do que a expressão de uma sociedade.

Percebemos, então, diante dessa perspectiva, que a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e

sofre influência, seja da família, da escola, da religião, do grupo de amigos ou do ambiente de trabalho. Para Halbwachs (2004, p. 174)

Los recuerdos de familia se desarrollan, a decir verdad, en muchos terrenos diferentes, en las conciencias de los diversos miembros del grupo doméstico: aun cuando están juntos, com mayor razón cuando la vida los mantiene alejados, cada cual se acuerda a su manera del pasado familiar común.

Desse modo, podemos entender como valores patriarcais ainda permanecem presentes no nosso cotidiano, legitimando a violência em face do feminino por meio da manutenção de uma memória coletiva de desigualdade e submissão. Nesse esteio, as considerações acerca da memória coletiva nos auxiliam na compreensão da permanência e da continuidade desses padrões na nossa sociedade, apesar das rupturas históricas e avanços alcançados.

Com efeito, Magalhães e Almeida (2011, p. 108, destaques dos autores):

Valendo-se de um modelo de sociedade tecnicamente igual, ampliam-se as contradições e desigualdades sociais e se convive, a cada dia, numa formação social cuja representação dita “moderna” e “democrática” em sua configuração liberal/neoliberal, muitas vezes se apropria da memória social construída com base em tradições religiosas, patriarcais, clientelistas, patrimonialistas para apresentar propostas educacionais técnicas ou assistencialistas. Assim, molda-se uma memória urbana, escolar, modernista para criar e manter determinadas expectativas de sucesso, fracasso ou explicação/acomodação das desigualdades sociais.

Diante desse cenário, a discriminação contra a mulher é uma construção secular incutida no imaginário social, configurando-se uma verdadeira memória herdada. Pollak (1992), numa breve sistematização, ao discutir os elementos da memória, afirmou que as lembranças dos indivíduos são alimentadas por três dimensões: os acontecimentos vividos diretamente, os fatos experimentados por tabela e aqueles aos quais ele chamou de memória herdada

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201, destaque do autor).

Nesse esteio, Magalhães, Souza e Santos (2009) ressaltam que falar em memória implica, necessariamente, discutir a transmissão de experiências e o conjunto de complexidades que daí decorre, ou seja, como ocorre o processo de transmissão e recepção das experiências coletivas, sociais, herdadas, construídas etc., que são mantidas, valorizadas e/ou modificadas pela prática social.

Com efeito, como destacam Tornay e Vega (2009, p. 61), “[...] toda transmissão de saberes e sentidos do passado é uma questão aberta e pública, objeto de lutas estratégicas e políticas de memória, em que as experiências e memórias devem ser laboriosamente tratadas para que outros a recebam e a incorporem”, ou seja, não há recomposição da memória sem uma dada finalidade.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. O sociólogo ainda explica que há uma história vivida que se perpetua e se renova através do tempo, e é nessa história que se apoia a memória coletiva, aqui compreendida como uma forma de transmissão e conservação de valores, concepções e ideias. Desse modo, apesar das rupturas históricas, a memória alimenta, por exemplo, a permanência de tradições e visões de mundo que acreditávamos terem ficado no passado.

Portanto, é nesse passado vivido, bem mais do que no passado apreendido pela história escrita, que se apoiará a nossa memória coletiva. Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva não há linhas de separação nitidamente traçadas, o presente não se opõe ao passado, a memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta (HALBWACHS, 1990).

Nessa confluência, Halbwachs ainda explica que: “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Diante desse contexto, Magalhães e Almeida (2011, p. 107) explicitam que:

Não são memórias espontâneas, mas retentivas imbricadas na dinâmica social, sob tensão, valendo-se de múltiplos lugares, tanto nos espaços mais tradicionais quanto nos “modernizados”: nos modelos hegemônicos de família, religião, como também no trabalho, na escola, nos meios de comunicação, nos grupos de iguais que, muitas vezes, se apropriam dessa memória para gerar e reproduzir os padrões estéticos, filosóficos e éticos baseados em uma lógica que represente o estado de desejo, imagem etc., da sociedade dominante.

Assim, ao analisarmos a memória coletiva numa perspectiva de gênero, podemos verificar que, quando um grupo social legitima papéis, ele cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo. Esse sistema de crenças vai legitimar, por sua vez, a violência, estabelecendo como norma a condição do homem como herdeiro único do sistema patriarcalista, machista e viril, bem como do capitalismo selvagem do qual fazemos parte (SILVA, 2010).

Segundo Bourdieu (2003), vivencia-se, desta maneira, um conjunto de experiências que, com o passar dos tempos, vão se naturalizando e se transformam em ações inconscientes, ou seja, as formas de se manifestar e comportar estão condicionadas ao *habitus*. Ou seja, “[...] incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação,

as estruturas históricas de ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação” (BOURDIEU, 2003, p. 13).

Em outras palavras, esta “[...]divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural” (BOURDIEU, 2003, p. 17, destaque do autor). Ou seja, esta visão está tão introjetada nos seres humanos e na sociedade, incorporada ao pensamento, ao modo de orientar suas ações e seus passos, sem que haja questionamentos.

Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, [...] só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem (BOURDIEU, 2003, p. 50).

Em relação à transmissão destes valores, ritos, crenças, etc., podemos, aqui, citar Marc Bloch, historiador francês, que elogia o trabalho realizado por Halbwachs como uma “obra extremamente rica e sugestiva” (BLOCH, 1998, p. 224), mas que tece contra ele algumas críticas, dentre elas, uma perspectiva de como essas lembranças ou memórias são transmitidas e alcançam um “além” grupo.

Na crítica de Bloch, ele ressalta que pelo menos uma parte dos fenômenos que são chamados de memória coletiva significa, na verdade, “fatos da comunicação entre indivíduos”. Isso porque “para que um grupo social cuja duração ultrapassa uma vida humana se ‘lembre’ não basta que os diversos membros que o compõem em um dado momento conservem no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo”. Antes de qualquer coisa, “é também necessário que os membros mais velhos cuidem de transmitir essas representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998, p. 229).

Contudo, importante ressaltar que Halbwachs (1990) aponta que a capacidade humana de recordar permite evocar e recuperar a memória para incorporar seus conteúdos ao ritual social da conversação. Logo, ele não deixou de tecer relação entre a memória e sua transmissão pela comunicação. Para Halbwachs, a memória tem relação com o presente, pois o que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, segundo o sociólogo, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas na medida em que os grupos mudam.

Nesse sentido, conforme Magalhães e Almeida (2011, p. 102):

Tais afirmações nos levam a considerar a existência de um controle da transmissão da memória social, na medida em que define o que se recorda coletivamente e quais os aspectos selecionados para o processo de memorização social, aproximando-nos, sobremaneira, da relação entre memória e ideologia. Nesse sentido, há várias memórias coletivas ou de grupos, de classe, que se tornaram memórias sociais validadas, legitimadas e, conseqüentemente, mais evidenciadas e reproduzidas em detrimento de outras.

Dessa forma, analisando a estreita ligação entre memória coletiva e a manutenção das práticas de violência contra a mulher percebemos que a memória da desigualdade de gênero é legitimada e fomentada pela própria coletividade, atuando não de forma aleatória, mas tendo em vista uma ideologia política e social.

Halbwachs (1990) ensina que os costumes modernos estão assentados sobre “ilhas de passado conservadas”, ou seja, o que somos, como agimos e pensamos dependerá dos fatos passados, que sobrevivem apenas na memória, no entanto, nos influenciam no presente. Desse modo, é necessário muito esforço, sacrifício e resistência para que uma nova ideia ou conduta entre em vigor, por conta do que herdamos dos nossos pais e do ambiente onde vivemos, porque, segundo o sociólogo, as ideias iniciais sempre marcam e perduram numa sociedade, daí a dificuldade de romper padrões.

Nesse aspecto, Paul Ricoeur (2007) aprofunda a percepção de Halbwachs, ao contemplar a possibilidade de manipulação da memória para atender a determinados interesses de manutenção de poder. Essas importantes considerações acerca da memória coletiva nos auxiliam a entender a permanência e a continuidade dos resquícios patriarcais em nossa sociedade. Para o autor, o processo de manipulação se vale da fragilidade das identidades, devido ao tempo, alteridade ou violência fundadora.

Desse modo, analisando a memória coletiva numa perspectiva de gênero, percebemos a influência dessa memória herdada na manutenção da violência contra a mulher, visto que a memória coletiva construída por séculos de dominação favorece a permanência de crenças e práticas que perpetuam essa discriminação. Assim, é necessária a desconstrução dos preceitos patriarcais que vigoram ainda hoje, rompendo com as estruturas de opressão que subsistem na memória coletiva/social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É verdade que evoluímos e que muitas foram as conquistas alcançadas pelas mulheres no decorrer das últimas décadas. Contudo, é fácil observar, ainda hoje, a presença de valores que celebram as diferenças sexuais e que disseminam a violência contra as mulheres, ou seja, uma memória herdada de uma cultura patriarcal que permanece incutida no imaginário social de uma forma tão profunda que se torna natural ou, pelo menos, tolerada socialmente.

Desse modo, o estudo da Memória, principalmente, da chamada memória coletiva proposta por Halbwachs (1990) demonstra ser um campo fértil de análise do passado, visto que, por intermédio dela, podemos verificar que as ideias incutidas no imaginário social sobre o feminino e o seu papel na sociedade podem ser analisadas como resultado das memórias coletivas que foram construídas ao longo dos séculos.

Utilizando o conceito de memória coletiva do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), percebemos que a memória tem o poder de transportar, dentre outras coisas, hábitos, conhecimentos e representações. Neste sentido, a memória não é apenas um fenômeno individual, mas também, e sobretudo, uma construção social coletiva. Ainda segundo Halbwachs (1990), a memória revela o modo como foram constituídos os valores, as crenças

e as tradições de um grupo, sendo ela capaz de imprimir sua identidade e a forma como essa experiência do passado é representada no presente.

Vivemos numa sociedade “moderna” que, por sua vez, está arraigada de valores patriarcais, que estão incutidos no imaginário social de uma forma tão velada e profunda que permitem a naturalização da violência praticada contra as mulheres. Deste modo, ao analisar a manutenção dessa violência contra as mulheres à luz da memória, podemos reconhecer a presença do preconceito, da discriminação e da desigualdade social existente na relação entre homens e mulheres que vigoraram durante a maior parte da história ocidental e que não apenas são mantidos como criam novos padrões de violência.

Desse modo, tais valores presentes na nossa memória coletiva acabam por naturalizar e perpetuar a inferiorização da mulher dentro da sociedade, pois, sendo a memória uma construção social, ela é, em parte, moldada pela própria sociedade, ou seja, pela religião, pela literatura, pela família, pela mídia e tantos outros campos sociais. Desse modo, verificamos que a violência contra a mulher não pode ser estudada apenas por meio de fatos e eventos isolados, visto que, antes de tudo, ela é um reflexo da própria sociedade.

Para Halbwachs (1990), ao lado da história escrita, há uma história viva que se perpetua e se renova através do tempo, e é nessa segunda história que se apoia a memória coletiva, aqui compreendida como uma forma de transmissão e conservação de valores, concepções e ideias. Desse modo, apesar das rupturas históricas, a memória alimenta a permanência de tradições e visões de mundo que acreditávamos terem ficado no passado.

Dessa forma, analisando a estreita ligação entre memória coletiva e a manutenção das práticas de violência contra a mulher percebemos que a memória da desigualdade de gênero é legitimada e fomentada pela própria coletividade. E que, das narrativas dessas memórias é possível extrair as bases que formam a identidade de uma sociedade, pois, o que chamamos de cultura são, na verdade, práticas sociais transmitidas a partir de memórias coletivas.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente”. In BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. p. 78-83.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**, Barcelona: Anthropos, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

MAGALHÃES, Livia Diana; SOUZA, Daniela Moura R.; SANTOS, Polliana Moreno dos. Memória e transmissão das experiências como desafios para os estudiosos da educação. **Revista HISTEDBR**, n. 36,

Campinas, dez 2009. p. 105-114.

MAGALHÃES, Livia Diana; ALMEIDA, José Rubens. Relações simbióticas entre Memória, História e Educação. In: **História, Memória e Educação**. Campinas: Alínea, 2011. p. 99-109.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios. Ciências Sociais. FLACSO-Brasil. Junho, 2009.

SCOTT, Joan W. **Gênero y história**. México: FCE, Universidad Autonoma de la Ciudad de México, 2008.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicol. cienc. prof.** [online]. Vol. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>> Acesso em: 20 de agosto de 2019.

TEDESCHI, Losandro. Os lugares da história oral e da memória nos estudos de gênero. **Opsis**, v. 15, p. 330-343, 2015.

TORNAY, María Laura; VEGA, Natalia. Entre la memoria y la historia: deslindes conceptuales y cuestiones metodológicas. In: ALONSO, L.; FALCHINI, A. (editores). **Memoria e historia del pasado reciente**. Problemas didácticos y disciplinares. Santa Fé-Argentina: UNL, 2009. p. 51-77.

MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO

Data de aceite: 17/06/2020

Allan Rodrigo de Campos Silva

Doutor em Geografia Humana pela
Universidade de São Paulo

O linguajar cotidiano torna-se mais vazio a cada vez que são pronunciadas as explicações técnicas acerca das medidas drásticas tomadas para o bem geral da nação. Demissões em massa, aumento dos juros e da jornada de trabalho, restrições à aposentadoria, cortes em saúde e educação ou alienação de direitos políticos, tudo é “explicado” a partir de uma misteriosa “necessidade econômica”. E tal desentendimento causado pelo confinamento dos termos da explicação passa a restringir também nosso horizonte de expectativas de entendimento de mundo.

O migrante e a migração, entretanto, pertencem a uma categoria de assuntos que guardam uma estranha nitidez: mesmo os especialistas de plantão não conseguem esconder por muito tempo as verdadeiras intenções atrás de suas falas enigmáticas. O cosmopolitismo e a universalidade, inerentes à temática migratória, guardam uma potência de alargamento do nosso

horizonte de entendimento, sempre insuficiente frente à complexidade e extensão dos problemas que os envolvem.

Entretanto, como nossa experiência individual de enfrentamento e entendimento do mundo está sempre submetida a mediações que controlamos apenas aparentemente, muitas vezes sequer chegamos a problematizar os termos das relações às quais nos submetemos. Contudo, ainda que a tomada de consciência e o descortinar da realidade não sejam simples etapas que levam necessariamente a um nível superior de vida social, a bem dizer consciente sobre a sua forma, sem uma reflexão crítica só podemos ser levados à autodestruição, já que o mundo tal e qual se nos apresenta é movido por um processo cego de convergência autodestrutiva.

É possível – necessário – trilhar um caminho de reflexão crítica sobre a migração no mundo moderno porque vivemos hoje sob a égide do controle populacional. Sob a tutela do paradigma dos direitos humanos assistimos à hiper tecnificação do controle dos corpos (digital e virtual) tornados improdutivos e supérfluos frente ao movimento de valorização do dinheiro em escala global.

Como fenômeno amplo, a *gestão populacional* traz à tona o tema das expulsões, dos encarceramentos, dos confinamentos, dos guetos, da assistência social, das políticas de emprego e habitação até ao mais nefasto nível da transformação dos corpos em objetos, do tráfico humano ou de partes de corpos humanos no mercado de órgãos. A migração contemporânea é um dos sintomas do colapso geral das sociedades modernas e de seus regimes de soberania estatal em frangalhos. O planeta, tornado um território fronteiro global onde impera o estado de exceção (Agamben, 2004) permanente, carrega consigo a ameaça da transformação dos mercados de trabalho regionais e mesmo nacionais em gigantescas zonas de confinamento e de espera, como de fato acontece nos campos de refugiados administrados pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e pela OCHA (Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU), as entidades responsáveis pela reciclagem das sobras humanas das guerras de ordenamento mundial promovidas pela OTAN e capitaneadas pelos EUA.

Se vistos sob o prisma da mobilidade do trabalho, os vínculos internos entre esta série de fenômenos revelam de contundente. Consequentemente, a crítica ao trabalho enquanto tal, como forma de relação social única e exclusiva da modernidade a ser abolida compõe o horizonte de expectativas do qual este trabalho é tributário.

Garantir uma boa dose de consciência histórica aos termos que utilizamos é importante porque a própria sociedade tem história e os significados e capacidades comunicativas das palavras transformam-se ao longo do tempo, revelando transformações na própria ordem do tempo histórico ao qual estamos atados. Por outro lado, também pode se transformar o lugar social de quem fala e que tem o direito de se pronunciar sobre o que de fato são estes problemas e para onde corre o comboio da modernização.

As raízes da modernização

As luzes da modernidade embaçam a vista de todos que olham para ela diretamente. Para percorrer um caminho crítico em relação às ilusões que carrega e projeta sobre nós, portadores do mesmo conhecimento moderno que pretendemos criticar, uma linha oblíqua parece ser o único possível. Entretanto, mal nos desviamos no caminho seguro da Razão e da sua apologia, logo percebemos o grotesco e sinistro ignorado pelo olhar obtuso.

Em um panfleto de muito sucesso, a apologia da modernidade e de sua Razão irrefletida se faz sentir sem o menor constrangimento: o prefácio de ‘A ética protestante e o espírito do capitalismo’, do sociólogo alemão Max Weber (Weber, 2004), é uma síntese, ao mesmo tempo arrogante e ingênua, da pretensa superioridade histórica da racionalidade moderna em todos os campos produzidos separadamente ao longo do próprio processo de autonomização da modernidade capitalista. Do ponto de vista da obtusa racionalidade modernizadora, ou seja, do ponto de vista científico, a arquitetura, as artes, a engenharia etc., nunca antes puderam ser vivenciadas em uma organização social baseada no funcionário especialmente treinado. O *ethos* protestante do trabalho – a sujeição à maquinaria de trabalho como atividade cujo fim reside em si mesma – surge para Weber como uma compulsão *quasi* objetiva. Entrementes,

Weber percebe que o trabalho é uma prática social que fundamenta o critério da participação social de que os sócios só tomam parte na medida em que a ele se submetem.

A moderna catequese de Weber, entretanto, toma a determinação moderna do trabalho como invariável humana, um axioma, e sua pregação volta-se para o entendimento da *apropriação do impulso humano para o ganho e sua racionalização*.

A racionalização de indivíduos adequados à rentabilidade é a tese em que se apoia a ingenuidade e a arrogância histórica da modernidade de Weber, mas também de qualquer outro apologista, tão enfeitiçados pelos ganhos futuros que mal conseguem se perceber frente aos processos que a sociedade instaurou e que, historicamente, nunca foram diretamente controlados pelo conjunto da população. Como o *Golem* que é criado da lama por mãos humanas e ganha vida própria, o amadurecimento do Capital como um sistema total coincidiu com a autonomização da sua lógica interna a qual, por sua vez, permitiu o surgimento de campos autonomizados que passaram à catalogação dos procedimentos úteis a cada departamento da sociedade. A autonomização, neste sentido, pode ser entendida analogamente, como a lógica do Capital em fuga do controle social e político sobre si.

O movimento operário e o marxismo também orbitaram por muito tempo ao redor do campo de forças da apologia à modernização. A emancipação da crítica social à modernização depende, em nossos dias, da decantação do evangelho do trabalho e de sua transformação em instrumento de crítica da sociedade do trabalho. Isso se faz mais urgente na medida em que a sociedade do trabalho passou crescentemente a se auto deslegitimar, ao perceber, ainda que de forma incipiente, a dessubstancialização do trabalho em relação à valorização do valor. O cinismo da prática social em geral – inclusive no interior das próprias relações de trabalho *strictu sensu* – e a virada cínica (e pragmática) pós-moderna são ambos subprodutos desse desatamento histórico.

Parteira ao mesmo tempo da lógica objetiva do Capital e das formas de percepção e entendimento às quais estamos atados, a modernidade erigiu a si como o patamar pretensamente mais alto na história da civilização humana. Mas, na medida em que alguns investigadores passaram a enxergar a si mesmos como personagens na própria trama da modernização, um caminho oblíquo foi sendo aberto em seu próprio terreno. O século XIX produziu grande parte desta capacidade auto reflexiva gerada pela modernidade.

Em linhas gerais, o problema do entendimento crítico do capital e a percepção da sua lógica entranhada na nossa capacidade reflexiva remete a um campo duplo. Ao elaborar o problema do fetichismo da mercadoria como lógica que passa às costas dos sujeitos modernos, Karl Marx precisou lançar mão deste campo duplo, a saber, da crítica da economia política e da elaboração sobre o fantástico. A coexistência destes dois campos, aparentemente contraditórios e auto excludentes, é até hoje causa de um entendimento parcial e superficial da crítica radical à modernidade preconizada pelos escritos de Marx, ora tomados como evangelho modernizador, ora como filosofia metafísica e ultrapassada. Pensados em conjunto, entretanto, estes dois campos só podem apontar para uma fantástica crítica da modernização, com perdão do trocadilho.

Os rascunhos de Walter Benjamin sobre o *Capitalismo como religião* reúnem de forma

surpreendente estes dois campos, ainda que por uma via própria, já que o contato do autor com Marx vai se dar nos anos seguintes à redação deste pequeno ensaio (Benjamin, 2013). Benjamin reorganiza os critérios de avaliação da autoconsciência histórica da modernidade ao subverter o diagnóstico weberiano, tornado ele mesmo uma versão inconsciente de seus próprios termos. Para Benjamin o capitalismo, parasita da religião, substitui seu hóspede e toma seu lugar de mediador inconsciente com a dimensão transcendental do Capital que emerge no seio da modernização. Isso ocorreria na justa medida em que a religião do progresso consegue esculpir seus ídolos inquestionáveis: o dinheiro torna-se um deus ingovernável, um princípio objetivo ao qual devem ser oferecidos contínuos e crescentes sacrifícios humanos; sob a carcaça da culpa (do alemão *schuld*) instala-se a dívida e o trabalho toma o lugar do sacrifício redentor do pecado.

Como um turbilhão em alto-mar, um maelström na versão de Edgar Allan Poe, o moderno feitiço da mercadoria submete todo esforço humano aos seus próprios caprichoso movimento autodestrutivo. Ao mesmo tempo, a modernização prepara no seio da Razão a autonomização das práticas e entendimentos como se fossem auto referidos. Enquanto giramos dentro do turbilhão acreditamos estarmos movendo o mundo só por estarmos vendo-o girar. Assim, diferentemente daquilo que preconizavam as teorias estruturalistas, do ponto de vista da crítica ao fetichismo da mercadoria, a sujeição moderna depende da Liberdade e não é sua negação.

O homem-máquina, que acompanha os ponteiros do relógio com o próprio corpo, como um funcionário reverente e consciencioso, é o seu totem, como bem figuraram os personagens de Fritz Lang em *Metropolis*. A forma social da mercadoria é o seu feitiço. E o Barão de Münchhausen que ergue a si mesmo, carroça e cavalos do atoleiro da mercadoria, puxando-se para cima pelos próprios cabelos, é a metáfora do neutro cientista-sacerdote. (Löwy, 1994)

A esta auto-ilusão de desvendamento e controle auto-irrefletido do mundo e de si mesmo também sucumbiu grande parte da própria teoria crítica, mesmo marxista; e é este o ponto de apoio de uma crítica oblíqua ao processo de modernização que precisa ver-se como parte da trama.

Assim, se não conseguimos pensar de fora a modernidade, estamos fadados a projetar nossa linguagem e nossa vida social sobre qualquer outra sociedade ou linguagem que nos dispusermos a analisar. A essa projeção da sociabilidade moderna sobre outras sociedades Karl Marx chamava *Robisonadas*, em alusão a Robinson Crusóe, o famoso naufrago que começou a organizar sua ilha deserta sob os princípios da moderna economia, tão logo pôs seus pés em terra firme. (Marx, 1983)

Por isso, o que nos resta é a crítica do presente por diferenciação do passado, sem a pretensão de tomá-lo como objeto de entendimento positivo. A sociedade moderna, na qual vivemos, produziu uma forma de sociabilidade específica a que chamamos inicialmente de modernidade capitalista. Mas o conceito de capital também tem história: trata-se da relação na qual toda uma sociedade passou a participar por meio da troca de mercadorias a partir de uma medida de tempo abstrata de trabalho, representado monetariamente em

cada mercadoria, tornada um objeto externo que passa a regular o tempo de trabalho e por consequência a prática social de seus produtores. O trabalho morto passa a comandar o trabalho vivo.

Um conjunto de relações tal não pode ser o resultado fortuito da evolução humana ao longo da história das civilizações. Foram necessários muitos canhões, tostões, expropriações, legislações sanguinárias, perseguições, genocídios, tribunais da Inquisição e formações coloniais – para dizer o mínimo – para que o mundo moderno, absorto na produção de riqueza, como dizia Marx, passasse a aceitar como natural e casual o fato de termos de gastar nossos nervos, músculos e cérebros de forma abstrata, calculada em tempo de trabalho, para produzir, fazer circular, trocar e consumir tudo sob a forma de mercadorias por meio da forma incontrolável do dinheiro que se auto valoriza.

Entre os séculos XII e XVIII e entre o velho e o novo mundo a modernidade foi se impondo lenta, mas obstinadamente, como única forma aceitável de vida sobre a face da terra. Apesar de ser um produto social e histórico, quanto mais se revelava a si mesma, mais claramente se percebia que o capitalismo era uma forma de sociabilidade que escapava ao controle dos homens e mulheres que a produziram. A começar justamente por isso, a questão do gênero no capitalismo precisa ser pensada a partir do embate que a sociabilidade moderna estabelecia com as formações sociais pretéritas, mais especificamente com os regimes agrários no cristianismo.

O século XVI é paradigmático para essa questão. Naquele século coexistiram as expedições colonizadoras dos recém-formados estados português e espanhol para as então chamadas Índias, a ocidente e a oriente de Roma, e a Reforma protestante, impulsionada pela tradução e impressão de versões da Bíblia em línguas acessíveis às populações europeias, como inglês e alemão, que tornaram possíveis a reinterpretção dos dogmas católicos e a elaboração de uma liberdade subjetiva das quais o capitalismo maduro é inteiramente dependente. Como anotou Benjamin (2013), o próprio capitalismo nasce como parasita do cristianismo e só aos poucos toma por completo o corpo do seu hóspede. Ou ainda, com um empurrão e um chute, como escreveu Marx, o capital derrubou todos os ídolos e proclamou a si mesmo como o deus total sobre a face da terra (Marx, 1983).

O mundo que começava a surgir da instalação de feitorias mercantis comandada por estados absolutistas da Europa nunca mais seria o mesmo e vai guardar esta marca enquanto o próprio capitalismo existir. Isso porque a colonização carregou consigo, para além da própria mercadoria, que começa a magnetizar as relações de cada território onde desembarca, aquilo que hoje chamamos de cultura e mentalidade europeia. Já a partir do século XVII a modernização aliou a nascente ciência moderna aos projetos coloniais: a Europa seria a portadora de uma racionalidade objetiva que deveria controlar o terrível mundo natural, catalogá-lo, submetê-lo à régua, ao compasso e à pólvora das naus iluminadas.

À época, a ciência e a filosofia ainda não haviam tido a oportunidade de refletir criticamente sobre o que seria esta tal racionalidade objetiva. O Ocidente - entendidos mais especificamente como meia dúzia de Estados nacionais absolutistas europeus - via a si mesmo como o mais alto grau civilizatório que uma sociedade já atingira, em grande parte

graças à capacidade científica de manipular o mundo a partir de leis universalmente válidas. Mas tal racionalidade objetiva só pôde existir como forma de conhecimento graças a uma objetividade das próprias relações sociais (Ortlieb, 2010). Contudo, o projeto civilizatório do Ocidente deveria ser imposto de maneira dupla: pelo controle da natureza no mundo e pelo controle da natureza no homem.

O controle da natureza no mundo é a formação territorial do Capital de fato, a gigantesca empreitada que transformou o globo terrestre em espaço abstrato, dividido em paralelos e meridianos. As localidades deste planeta existem enquanto potenciais plataformas de produção de mercadorias, sempre voltadas para o comércio mundial. Wallerstein chamaria a esse espaço mundializado do Capital de um sistema-mundo (Wallerstein, 1979). Claro que a eliminação de qualquer organização humana e a sua transformação em sociedade capitalista é o fundamento da territorialização do capital. Entretanto, não devemos nos enganar: apesar de a palavra *território* trazer a ideia de *terra*, para o território do Capital não importa se realmente existe chão sob seus pés para chamar aquilo de território. Provas disso não faltam: nas metrópoles do século XXI as prefeituras regulam o mercado do espaço aéreo para a construção civil. Mas já a caça às baleias produziu uma desenfreada disputa pelo controle dos oceanos e rotas marítimas em nome do óleo de baleia. Aliás, a narrativa de Moby Dick (Melville, 2008) é a metáfora precisa da modernização enquanto controle da natureza no mundo: a submissão do terrível demônio branco dos mares do Pacífico é o combustível que ilumina Paris, capital do século XIX. É curioso também que Melville tenha o disparate de afirmar que na verdade foram os baleeiros que emanciparam as colônias da América hispânica do jugo da coroa ao contornarem o cabo Horn e oferecerem outra possibilidade de comércio que não passasse pela malha real - há quem concorde que independência nacional é só uma questão comercial. Mas voltemos à terra seca.

Historicamente, a territorialização do capital aconteceu de maneiras distintas e com diferentes durações temporais. A expropriação dos camponeses feudais na Inglaterra para o estabelecimento de grandes produções de algodão para a indústria têxtil coexistiu com a matança geral nas chamadas Índias para a formação das feitorias litorais que passaram a servir às metrópoles com mercadorias tropicais produzidas por populações escravizadas. Assim, tanto o camponês feudal como o tupinambá é entendido como não civilizado: são bárbaros, parte da natureza e devem ser controlados, catalogados, subjugados à força, queimados se for preciso, assim como se faz com uma terra inóspita antes da aragem. É por isso que o operário inglês tomando chá com açúcar é uma imagem sintética do processo de modernização.

Na Europa ocidental podemos ver a territorialização do Capital caminhando a passos de ganso quando olhamos para os primeiros exércitos compostos de soldados assalariados, tomando corpo dentro dos Estados nacionais em formação. A concorrência, o pilar que organiza a relação entre os soldados de um batalhão, entre grupos de saqueadores ou até entre dois exércitos, ou ducados, ou reinos, surge como uma relação negativa própria da individualidade moderna, na qual a prosperidade de um ente só pode estar referida à ruína de outro. *O aventureiro Simplíccissimus*, romance barroco alemão de Grimmelshausen

(Grimmelshausen, 2008), no mais, oferece um rico quadro de uma dimensão deste longo e violento processo, escrito ainda no calor das batalhas da Guerra dos Trinta Anos na Europa do século XVII.

Nunca é demais lembrar que a mobilização soldadesca contou com a força espiritual das cartilhas jesuítas para inculcar a obediência e escalonar o tempo (*cronos*) abstrato em batalhões da Espanha e da Prússia até o Novo Mundo, como bem nos ensinam as exortações de Naphta, o filósofo jesuíta de *A montanha mágica* (Mann, 1999).

Já na bacia do rio Paraguai, a obstinação das missões dos jesuítas sobre as populações originárias chegou a criar um padrão territorial de mobilização para o trabalho que assustou as duas coroas ibéricas pelo seu altíssimo grau de adesão e eficiência. O poder das missões religiosas dos católicos na mobilização para o trabalho nos séculos XVI, XVII e XVIII é tão expressivo que o geógrafo Pasquale Petrone, nos anos 1960 do século XX, chegou a se referir à experiência da Companhia de Jesus na América como uma tentativa de consolidação de um Estado Teocrático (Petrone, 1995). A mão pesada da Igreja se fez presente no processo de monetarização do tempo desde a Idade Média, por meio da proibição e da punição da usura com a generalização do Direito Canônico – o direito canônico repercute em outros campos da modernidade e obviamente no próprio campo jurídico autonomizado. O escritor alemão Heinrich Heine anotou uma vez que onde as tropas do Império Romano chegavam, a Igreja desembarcava seus dogmas (Heine, 2011).

Mas enfim, como pode pretender um fiel vender o tempo, se o tempo é antes uma matéria divina (*kairós*), que não lhe pertence? Os juros não são outra coisa senão uma remuneração em dinheiro sobre o empréstimo de dinheiro por um tempo determinado. A proibição da usura determinou por consequência o lugar social do judeu no seio da sociedade moderna, figura a quem coube os negócios bancários aos quais os católicos não podiam estar ligados, mas do qual não podiam se ver separados. Shylock, o mercador de Veneza da tragédia shakesperiana, revela bem o lugar social contraditório que os judeus e os juros ocupam em meio às grandes navegações, famintas de empréstimos. Deve-se a isso também a longa gestação do antissemitismo na Europa, o encurralamento de judeus em guetos no século XVI, os *pogroms* dentro do Império Russo no século XIX, a estatização da ideologia de Estado antissemita na Alemanha nazista dos anos 1930, até o atual antissemitismo nos poros das práticas e discursos do *Occupy Movement*, que confundem Capital e sistema financeiro – tomam a dimensão financeira do capitalismo como excrescência a ser expurgada em nome de um capitalismo depurado, industrial e nacional, ideologia que compartilham irrefletidamente com o terceiro *reich* e outros antissemitas declarados (Postone, 2010).

A territorialização do Capital surgiu historicamente do entroncamento das formações estatais burguesas da Europa ocidental com as navegações mercantis em direção ao Novo Mundo. Apesar de a colonização ser produto da universalização dos princípios objetivos da modernização, aos olhos da teoria eurocêntrica a colonização aparece como consequência da irradiação da cultura e da mentalidade europeias – da razão moderna. Essas explicações põem demasiado relevo na dimensão cultural e correm o risco de oferecer uma autonomia explicativa para um elemento que é apenas parte do problema. A modernização nunca

deixou de ser a imposição da racionalidade econômica do Capital, mas fez isso às costas dos sujeitos (Marx, 1983) que a carregaram. *Fazem a história, mas não sabem o que fazem*, como dizia Marx (Marx, 2011).

A colonização moderna, desde os seus primórdios, estabeleceu uma relação negativa com as populações que encontrava. O genocídio ameríndio e o redirecionamento da *mita* pelos espanhóis para o mercado mundial são capítulos dessa história. Também nesse aspecto deve-se considerar a particularidade de cada encontro. É possível identificar uma inflexão geral na relação entre colonizadores e colonizados: entre os séculos XVI e XVIII, essa relação se dava a partir de um discurso religioso que diferenciava povos pela cor da pele e justificava as ocupações territoriais enquanto justicamento divino concedido aos povos catequizados na fé verdadeira: negros escravizados na América portuguesa deveriam agradecer a escravização que sofreram porque só assim teriam sido trazidos para o caminho de uma nova transmigração, em direção aos céus, como exortavam os sermões do Padre Antonio Vieira. Já indígenas eram alvo de disputa: os jesuítas acreditavam na existência da alma indígena, de olho no seu potencial enquanto corpo útil, ainda que estes fossem vistos como portadores de uma menoridade, infantilizados e mais próximos da natureza do que os metropolitanos – e por isso chamados de ‘negros da terra’. Para o jesuíta, o indígena era a encarnação do mito do *Bom Selvagem de Cristovão Colombo ou de Bartolomé de Las Casas*. Já o negro, para a modernidade, é a imagem de degenerescência completa: *Caliban* é filho do demônio com uma bruxa maligna, todos habitantes de uma “ilha remota”, fora da Europa. A figura do *Caliban* apresenta uma imagem tão caricata que a comédia shakespeariana ganhou uma versão pós-colonial ambientada no Haiti, escrita por Aimée Cesaire (Cesaire, 1997). Especula-se que a palavra *Caliban* seria um anagrama de Canibal. Também é de se notar que no século XVI fez algum sucesso o ensaio de Michel de Montaigne sobre canibais, que invertia palavras para chamar o velho mundo de bárbaro e o canibalismo é praticado pela civilização moderna (Montaigne, 2010).

Já a partir do século XIX, através da proliferação do Iluminismo, o discurso científico toma o lugar das antigas exortações religiosas que justificavam a escravidão. No período conhecido como neocolonialismo, o estatuto da raça, baseado em uma falaciosa explicação biológica da história das sociedades – uma ficção útil, anota Achille Mbembe (Mbembe, 2013) - ganha força e passa a organizar a consciência moderna em diversos níveis. Valeria lembrar que o holocausto de judeus durante a 2ª Guerra Mundial se fundamentava em uma explicação racista - somente a partir do século XIX o antissemitismo passa a enxergar o judeu como uma raça no sentido biológico; até então o hebreu era antes de tudo uma religião e um povo (Arendt, 2014). Mas o racismo tornou-se ainda mais profundo, a ponto de organizar a mentalidade moderna em relação à identidade e à diferenciação que a sociedade moderna passou a fazer de si.

Na Geografia, a teoria de Friederich Ratzel também situa a experiência social e histórica na fronteira com a biologização ao apresentar *a família, a tribo e a comuna* como unidades populacionais basilares sobre as quais se constitui um território. E disso deriva a sua teoria do Espaço Vital (*lebensraum*): Do mesmo modo, com o crescimento em amplitude do Estado,

não aumentaram apenas os metros quadrados, mas sua força, sua riqueza, sua potência (Ratzel, 1990).

Da família ao Estado, o vínculo originário do laço de sangue estabeleceria os fundamentos para a evolução do território da família ao território do Estado-Nação, ao qual corresponderia um espaço vital cuja ocupação seria legítima, em um arranjo que conjuga as explicações darwinistas e a sede de expansão imperialista depositada no Estado com um ser biológico.

Em alguns casos o racismo tornou-se política oficial de Estado – como no apartheid sul-africano. Nesse sentido a pesquisa de Hannah Arendt (Arendt, 2014) sobre as origens do antissemitismo é fundamental, uma vez que situa a metamorfose do racismo em ideologia de Estado, na passagem do século XIX para o XX. De qualquer maneira, o racismo encontra-se também dissolvido na ideologia cotidiana, seja na definição das estratégias da polícia militar do Estado de São Paulo, seja na corrente islamofóbica parisiense. A matriz cultural moderna é, portanto, branca e ocidental mas não de forma essencialista, antes relacional. A fronteira entre os estudos étnicos e a genética nunca deixou de propiciar conclusões insuficientes quanto à relação entre a base genética e a origem étnica, já que não existe uma base global comparativa que indique a origem étnica de cada gene. Por mais que se insista, não existe uma essência biológica para o que significa ser branco ou ocidental. Essas condições só passaram a existir na medida em que o sentido histórico e social do que é ser branco ou ocidental foram sendo construídos, sempre de maneira relacional ao que passou a significar ser não branco, não ocidental – características estas que se formaram historicamente em relação com o surgimento da sociedade do valor (Scholz, 2005).

Aos poucos podemos ver como a racionalidade moderna esteve inseparavelmente ligada às atrocidades com que conviveu. Mas, com o passar dos séculos sua violência decantou em formas econômicas de violação dos corpos. Durante o longo processo de formação dos estados nacionais constituiu-se a soberania; sob o princípio burguês da cidadania, a violência tornou-se monopólio dos estados e é acionada somente para nos fazer aceitar o inaceitável e metamorfoseá-lo sob a forma da normalidade do Estado de exceção permanente ao qual estamos sujeitos (Agamben, 2011).

O controle da natureza no próprio homem é o outro lado da moeda. O paradigma moderno da racionalidade acreditava combater o instinto animalesco no homem ao combater aquilo que havia de natureza nele – até um renomado socialista alemão do século XIX escreveu um artigo sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (Engels, 1990). Assim, para a modernidade, a sociedade surgia em oposição à natureza também no homem. A industrialização ampliou a docilidade dos corpos frente ao trabalho, que passou de instrumento de tortura (*tripalium*) a caminho ascético de cidadãos puritanos e bem-aventurados. Essa operação dependeu profundamente do desenvolvimento de uma frieza para com o próprio Eu, cujos últimos desenlaces estão estampados nas capas de jornais de todo o mundo sob a forma do amoque suicida. (Kurz, 2003)

De toda forma, a invenção da eletricidade encontrou uma de suas primeiras aplicações nas linhas de produção fabris para que a jornada de trabalho de fato não tivesse mais nada

a ver com o tempo do sol. Mas, ainda que as fábricas do século XIX contassem com a força de trabalho de mulheres e crianças, a batalha pelo controle da sociedade sobre a natureza no homem se dava em um terreno que entendia a feminilidade como parte da natureza e a masculinidade como instrumento civilizatório. Na poesia e nos primeiros romances modernos – para não dizer na forma como a modernidade leu os textos antigos – a mulher ocupa o lugar de musa, símbolo da relação com o divino, da beleza, enquanto o poeta ou o escritor, nomeadamente masculino, ocupa o lugar do artista, aquele que decodifica os símbolos e os transforma em obra do espírito humano, ou seja, da razão masculina.

Na modernidade, todo símbolo, manifestação cultural e estado psíquico passaram a ter sua existência mediada no seio familiar, enquanto unidade produtiva de sujeitos para o mundo do trabalho. A família moderna é assim a síntese de uma relação que define para todos que participam dela padrões culturais, psicológicos e simbólicos de acordo com o sexo, ou seja, da imposição de uma relação de gênero biologizante (Scholz, 1996). Dentro do processo de modernização o homem deveria ocupar o lugar social da produção, da racionalidade, da objetividade, da economia de mercado e do espaço público. A mulher, por sua vez, deveria ocupar o lugar social da reprodução da unidade familiar (alimentar e educar os filhos), da sensibilidade, da paixão, e do espaço privado do lar.

A própria moderna educação surgiu como imposição da racionalidade masculina sobre o corpo e a mente infantilizados e feminilizados da criança, entendida como matéria natural modelável. No romance *David Copperfield*, do escritor inglês Charles Dickens (Dickens, 2014), a educação aparece figurada no personagem do Sr. Murdstone, um padrasto austero que combate o excesso de compaixão da mãe no processo educativo do filho e introduz a criança no universo produtivo e racionalizado na economia empresarial – *Copperfield* torna-se funcionário das docas de Londres aos sete anos de idade. Também em relação aos processos de educação, a violência decantou e foi internalizada pelos sujeitos modernos, que passaram a conviver intrinsecamente com a dissociação sexual produzida pela modernidade, com a qual o sujeito moderno toma contato no seio familiar e nas primeiras experiências de socialização (Scholz, 1996).

Por sua vez, a luta por direitos políticos das mulheres é tão longa quanto o moderno Estado nacional, mas desde os anos 1970 este jogo de relações tem sido diretamente confrontado, ainda que nunca tenha deixado de conviver com a questão da dupla jornada de trabalho. O colapso da modernização, além de acarretar atribuições acrescidas às mulheres, também conduz a luta feminista para o interior da esfera concorrencial capitalista. O valor e a *dissociação sexual* formam a armadura protetora do Capital e nesse aspecto as reflexões de Roswhita Scholz são fundamentais.

Uma sociedade que existe a partir desta lógica faz tudo que pode contra si mesma: porque, ao transformar a totalidade das relações em instrumento de valorização do valor, o mundo passa a existir enquanto um álibi do Capital. Em nossos dias todo esforço físico e anímico tem lugar garantido nas prateleiras, nos consultórios ou nos campos de concentração, todos a serviço do impessoal e cego processo de valorização do valor. O trabalhador, quando por um lampejo percebe a tautologia da sua prática social, vê-se em uma encruzilhada: pode

optar por uma virada cínica e pragmática em nome de realizações pessoais e recompensas reificadas, ou cultivar um olhar oblíquo, irônico, sobre os processos que produziram a sua própria situação social e em alguma medida torná-los objeto de reflexão consciente e coletiva.

A dissociação sexual projeta uma sombra, entretanto, sobre cada tentativa de totalizar a forma da mercadoria no mundo. A relação entre aquilo que se submete ao mundo masculinizado do trabalho e o mundo feminilizado do cuidado demanda uma formulação teórica não resolvida, em aberto, porque a própria reprodução da sociedade opera sobre bases relacionais que estão em processo contínuo de transformação.

Mesmo assim é possível dizer que a modernidade comporta posições de gênero impostas pela universalização do Capital. Na modernidade surgiram posições sociais que personificam quem *teria imposto* e *a quem teria sido impostas* estas relações. Nesse aspecto não faltam controvérsias. O burguês é a personificação mais nítida da figura que impõe ao mundo a racionalidade objetiva do Capital. E o proletariado foi entendido por muito tempo como classe conscientemente explorada pela burguesia e por ser sujeito e objeto da exploração continente da emancipação social em razão da sua posição na sociedade social. O marido é o executor do mundo patriarcal e a esposa a figura de sujeição ao patriarcado. Nada disso vai tão fundo na questão quanto é necessário.

Ambas as personificações existem no âmbito da sociabilidade da mercadoria, que é ela mesma esta racionalidade objetiva, uma espécie de Deus total, como dizíamos, que captura toda ação e subverte os seus fins à sua própria lógica. O planejamento e a execução das ações dos sujeitos que vivem na modernidade capitalista se depara constantemente com a negação das intenções ou a contradição do resultado esperado, porque o Capital subverte cada ação em meio para a valorização do valor e sua dissociação. Como o crítico literário Theodor Adorno (Adorno, 1969) destaca, Hamlet (Shakespeare, 2019) é a metáfora desta subjetividade moderna. Ele planeja a morte do tio que matou seu pai, executa o planejado, mas não atinge o objetivo almejado, porque seus planos são agarrados e transformados por algo que vai além do seu controle. Na tragédia de Hamlet, como em grande parte da literatura moderna, a representação do feminino segue à risca a dissociação sexual. Sua recusa em aceitar o novo pai leva-o a projetar sobre a figura materna a imagem da submissão e da fragilidade. Hamlet propõe, portanto, uma pergunta sobre o contexto relacional da capacidade masculina da razão em executar uma ação planejada e o contexto relacional da fragilidade e da submissão feminina frente à estrutura familiar, ambos forjados no seio dos padrões culturais, psicológicos e simbólicos do patriarcado moderno. Um passo importante nesta reflexão começa na formulação de perguntas sobre o caráter naturalizante do patriarcado, suas delegações de funções psicossociais e identidades simbólico e culturais aos indivíduos a partir de seu sexo. Na versão literária do drama real, o escritor Büchner (Büchner, 2003) relata a história de Woyzeck, um soldado insubmisso que acochado pelo mundo masculino que se volta sobre a única pessoa a quem ainda pode subjugar, a namorada, a quem ele assassina.

Uma reflexão paralela é necessária quando o tema é a posição do burguês e do proletário na sociedade. Aqui vale um conto: certa vez, o escritor Franz Kafka caminhava

acompanhado de um amigo em uma galeria aonde se encontrava um quadro do pintor expressionista Georg Grosz, mostrando uma versão caricaturada de um burguês gordo e um trabalhador pauperizado e magro. O amigo achava a representação bastante verossímil. Mas Kafka achava-a pobre porque acreditava que, na sociedade, ambos os personagens se encontram manietados, dominados (Janouch, 2008). No reino da mercadoria, quem não é escravo?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Palavras e sinais: Modelos críticos 2. Vozes, Petrópolis, 1995.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção: Homo sacer. O poder soberano e a vida nua II, São Paulo, Boitempo, 2011.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Companhia das Letras, São Paulo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.
- BÜCHNER, Georg. Woyzeck. Hedra, São Paulo, 2003.
- CESAIRE, Aimée. Une tempête, d'après La Tempête de Shakespeare. Points, Paris, 1997.
- DICKENS, Charles. David Copperfield. Cosac Naify, São Paulo, 2014.
- ENGELS, Friederich. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem Editora Global, São Paulo, 1990.
- GRIMMELSHAUSEN, Hans Jacob Christoffel Von. O aventureiro Simplicissimus. Editora UFPR, Curitiba, 2008.
- HEINE, Heinrich. História da Religião e da Filosofia na Alemanha. Madras, São Paulo, 2011.
- JANOUCHE, Gustav. Conversas com Kafka. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.
- KURZ, Robert. A guerra de ordenamento mundial. O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização. Obeco, Lisboa, 2003.
- LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen. Marxismo Positivismismo na Sociologia do Conhecimento, São Paulo, Editora Cortez, 1994.
- MELVILLE, Herman. Moby Dick. Cosac Naify, São Paulo, 2008.
- MANN, Thomas. A montanha mágica. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Antígona, Lisboa, 2013.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I V.1, Abril Cultural, São Paulo, 1983.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Boitempo, 2011.

MONTAINGE, Michel. Os Ensaio. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.

ORTLIEB, Claus Peter. Objetividade inconsciente. Obeco, Lisboa, 2000.

PETRONE, Pasquale. Aldeamento Paulistas. São Paulo, HUCITEC, 1995.

RATZEL, Friederick. Geografia do homem. In: Ratzel. Coleção Grandes Cientistas Sociais. MORAES, Antonio Carlos Robert de (Org.). São Paulo, Ática, 1990.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. LP&M, Porto Alegre, 2019.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. In Revista Novos Estudos CEBRAP, n.45 1996.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS

Data de aceite: 17/06/2020
Data de submissão: 16/03/2020

Márcia de Oliveira Siqueira

Universidade de Passo Fundo,
Departamento de Pós-graduação em
Envelhecimento Humano, Passo Fundo,
Rio Grande do Sul.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4759612504799150>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7294-644X>

Leonardo Saraiva

Universidade de Passo Fundo,
Departamento de Pós-graduação em
Envelhecimento Humano, Passo Fundo,
Rio Grande do Sul.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4521864253633103>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8783-657X>

Lia Mara Wibelinger

Universidade de Passo Fundo, Fisioterapia,
Departamento de Pós-graduação em
Envelhecimento Humano, Passo Fundo, Rio
Grande do Sul.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5316498913581625>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7345-3946>

RESUMO: Com o aumento da expectativa

de vida, existe um aumento das doenças crônicas não transmissíveis, isso gera um grande desafio para a gestão de saúde pública brasileira, isso porque elas causam uma alta morbidade e onerosos custos aos sistemas de saúde de nosso país. Dentro dessas patologias podemos citar as demências, essas patologias afetam os hábitos de vida e o bem-estar dos indivíduos que são acometidos por elas. As demências podem ser caracterizadas por prejudicar a memória, o pensamento e o comportamento, afetando assim, na realização do planejamento e na execução das atividades básicas diárias. O objetivo desse estudo foi realizar um levantamento na literatura científica sobre a multidimensão que essa patologia engloba à vida dos idosos. Foi possível concluir que o envelhecimento da população é um dos fenômenos de grande impacto no setor socioeconômico. O idoso apresenta uma condição complexa nos aspectos etiológicos, patológicos e neurodegenerativos tornando-se desafiador a todos os envolvidos no seu cuidado. Enquanto não surgem melhores propostas de novos diagnósticos e terapêuticas, o conhecimento de mecanismos neuropatológicos é fundamental. Devemos investir na prevenção, controlando os fatores de risco e os sinais degenerativos

impedindo a evolução da demência. Dessa maneira, a percepção por parte dos profissionais de saúde na realização de um diagnóstico precoce e preciso é imprescindível, assim como a intervenção multidisciplinar e o envolvimento familiar são primordiais para o tratamento bem-sucedido destes pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Saúde Pública. Doença de Alzheimer. Demência com corpos de Lewy. Demência vascular

MULTIDIMENSION OF DEMENTIAS IN ELDERLY

ABSTRACT: With the increase in life expectancy of, there is an increase in chronic non-communicable diseases, this poses a great challenge for the management of Brazilian public health, because they cause a high morbidity and costly costs to the health systems of our country. Within these pathologies we can mention dementias, these pathologies affect the lifestyle and well-being of individuals who are affected by them. Dementias can be characterized by impairing memory, thinking and behavior, thus affecting planning and performing basic daily activities. The objective of this study was to carry out a survey in the scientific literature on the multidimension that this pathology encompasses in the lives of the elderly. It was possible to conclude that the aging of the population is one of the phenomena of great impact in the socioeconomic sector. The elderly has a complex condition in terms of aetiological, pathological and neurodegenerative aspects, making it challenging for everyone involved in their care. While there are no better proposals for new diagnoses and therapies, knowledge of neuropathological mechanisms is essential. We must invest in prevention, controlling the risk factors and the degenerative signs preventing the development of dementia. Thus, the perception on the part of health professionals in making an early and accurate diagnosis is essential, as well as multidisciplinary intervention and family involvement are paramount for the successful treatment of these patients.

KEYWORDS: Aging. Public Health. Lewy Body Disease . Dementia, Vascular. Alzheimer Disease

O IMPACTO FAMILIAR DO IDOSO COM DEMÊNCIA

Os últimos anos temos acompanhado profundas mudanças demográficas e epidemiológicas, caracterizadas pela redução das taxas de mortalidade e de natalidade. Associado a isso, o aumento da expectativa de vida vem fazendo com que o número de idosos se eleve, promovendo uma inversão da pirâmide etária. Pela primeira vez na história, em 2018, esta faixa etária atingiu índices superiores ao número de crianças menores que 5 anos. Diante deste contexto, estudos mostram que há uma expectativa de que, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos até 2050, compreendendo cerca de 16% da população mundial (CALDAS, 2002; ONU, 2009; SANTOS; BRESSA, XAVIER, 2020).

No Brasil, esta transição pode ocorrer de forma mais acelerada, onde espera-se a elevação do número de idosos de 13,7% em 2020 chegando a 23,8% em 2040, o que significa quase um quarto do total de habitantes no país.

O aumento da expectativa de vida impacta no crescente número de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), o que gera um grande desafio para gestão da saúde pública em razão da alta morbidade que causam. Estas patologias afetam também a economia, hábitos de vida e o bem-estar do indivíduo (SANTOS; BRESSA, XAVIER, 2020). Ao considerar todas as DCNT, as demências são uma das principais patologias relacionadas ao envelhecimento, afetando a capacidade funcional e a qualidade de vida do idoso. Nos países em desenvolvimento, as demências poderão alcançar índices próximos a 60%, podendo chegar a 71% em até 2040 afetando 81 milhões de indivíduos (SANDOVAL; TURRA, LOSCHI, 2019).

A demência é um conjunto de sinais e sintomas clínicos, portanto é considerada uma síndrome de natureza crônica ou progressiva, caracterizada por prejudicar a memória, o pensamento, o comportamento afetando na realização do planejamento e na execução das atividades diárias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL, 2012; QUEIROZ et al., 2018). Mesmo que a identificação dos sintomas seja incipiente para o diagnóstico da demência, os fatores de risco associáveis poderão ser modificáveis, o que torna efetiva a prevenção primária que incluem: o diabetes, a hipertensão, o tabagismo e a obesidade que propiciam as doenças vasculares (WORLD HEALTH ORGANIZATION, ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL, 2012).

A demência é considerada uma das principais causas de dependência ou incapacidade no desempenho das atividades, sendo desgastante não somente para o paciente, mas também para o cuidador e os familiares (SOUZA et al., 2015). A dinâmica no cuidado ao idoso demencial é totalmente diferente da assistência daquele que não apresenta comprometimento cognitivo. O cuidador responsável pela assistência é geralmente, o familiar mais próximo por ter uma relação íntima anterior ao quadro demencial. Assim a figura feminina da família apresenta-se, por muitas vezes, a responsável por este cuidado. Culturalmente, tanto a sociedade como o idoso, esperam do familiar a responsabilidade para o seu cuidado. Essa tradição é observada em diversos países. Mas, muitas vezes, esta expectativa não se confirma, em razão das estruturas familiares serem menores e a entrada da mulher no mercado de trabalho diminuindo a disposição destes membros. (CALDAS, 2002; VITORELLI et al., 2017). Podemos considerar que ritmo de vida atual e as dificuldades financeiras que as famílias brasileiras enfrentam tornam difícil a manutenção do idoso no lar. Diante deste cenário, os familiares alegam exaustão na demanda de cuidados, surgindo como alternativa a institucionalização (LISBOA; CHIANCA, 2012). A instituição de longa permanência oferece não só um abrigo, mas a oferta de profissionais especializados em tempo integral para sua assistência, atendendo suas necessidades biopsicossociais (VITORELLI et al., 2017).

Demências introdução e conceito

Com o envelhecimento populacional é esperado que o número de pessoas com demência triplique de 50 milhões para 152 milhões no ano de 2050. Atualmente quase 10 milhões de indivíduos apresentam demência a cada ano, concentrando em torno de seis

milhões delas nos países de baixa e média renda (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002).

A demência pode ser definida como uma condição de decréscimo cognitivo, quando comparado a um estado prévio do indivíduo, comprometendo as capacidades funcionais e sociais. Seria prudente, na avaliação do paciente, acompanhar e comparar longitudinalmente o comportamento cognitivo para que o diagnóstico seja mais fidedigno. Mas, como na prática a aquisição destes dados são difíceis, determina-se o diagnóstico por meio de exames cognitivos através de escores e valores padrões para a média da população (PARMERA; NIRINI, 2015).

Os critérios diagnósticos segundo o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM IV), definem o comprometimento memória e o declínio cognitivo é avaliado frente a comparação a um padrão prévio, não sendo incluído alterações de comportamento no percurso da avaliação. Outras propostas como a do grupo de trabalho do *National Institute on Aging and Alzheimer's Association* (NIA-AA) e pela Associação de Psiquiatria Americana (APA), preconiza critérios que não exigem o declínio da memória anterior favorecendo a identificação em diversas etiologias de demência (PARMERA; NITRINI, 2015).

A demência é uma síndrome caracterizada pelo declínio cognitivo e alterações comportamentais acometendo as atividades diárias. Apresenta caráter crônico, evolutivo e degenerativo afetando a memória, raciocínio, orientação, cálculo, aprendizagem, compreensão e o julgamento. As alterações das funções cognitivas estão diretamente relacionadas na compreensão das informações, nas tomadas de decisões, no planejamento e no desempenho das atividades diárias. Estas alterações promovem, em certos casos, o isolamento social e depressão (BURLA et al., 2013).

Tipos de demências

Várias morbidades podem causar a demência, de maneira que podemos classificá-las de duas formas: as demências reversíveis e não reversíveis. As reversíveis apresentam condições clínicas que podem causar declínio cognitivo, confusão e demência, tais como: tumor cerebral, alterações metabólicas, problemas na tireoide e deficiências nutricionais, drogas ou toxinas (alcoolismo) incluindo medicamentos. Enquanto que as irreversíveis causam destruição neurológica de maneira progressiva representadas principalmente pela Doença de Alzheimer, Demência Vascular, Demência com corpos de Lewy e Demência frontotemporal (BELLO; SCHULTZ, 2011).

Doença de Alzheimer

De todas as síndromes demências a Doença de Alzheimer (DA) é a mais prevalente correspondendo a 60% a 80% dos indivíduos idosos. A DA é uma doença neurodegenerativa progressiva apresentando diversos aspectos na etiologia e neuropatologia (FORNARI et al., 2010). A idade avançada, histórico familiar e a genética são os principais fatores de risco.

O diagnóstico é feito através da análise histopatológica do córtex cerebral *post-mortem*. As alterações patológicas da DA incluem atrofia cortical macroscópica, principalmente nas

áreas neuronais das camadas piramidais e lesões sinápticas, tanto nas regiões temporais mesiais quanto nas áreas do córtex associativo neocortical. Microscopicamente são visualizados emaranhados neurofibrilares intracelular com proteína TAU e placas senis com deposição de peptídeo β -amilóide (GALLUCCI NETO et al., 2005; PARMERA; NITRINI, 2015).

O diagnóstico da DA é clínico, baseado na anamnese e exames neurológicos que aferem as funções cognitivas, associados a exames laboratoriais e de imagem a fim de excluir as outras causas de demência. O exame de neuroimagem funcional representada pela tomografia por emissão de pósitrons e a tomografia computadorizada por emissão de fóton único revelam áreas de funções reduzidas e baixa perfusão sanguínea. Enquanto que a degeneração estrutural é avaliada pela ressonância magnética sendo visualizado a atrofia de estruturas temporais mesiais e o aumento do corno temporal dos ventrículos laterais. Além da dosagem proteica no exame do líquido cefalorraquidiano, que revela o aumento da proteína TAU e TAU hiperfosforiladas com redução de β -amiloide. Os critérios para diagnosticar DA são orientados pelo *National Institute of Neurological and Communicative Disorders and Stroke* e pelo *Alzheimer's Disease and Related Disorders Association* (NINCDS – ADRDA).

O declínio cognitivo funcional e a perda da autonomia, faz com que o indivíduo afetado tenha dificuldade em desempenhar as atividades habituais, tornando-se um indicativo da deterioração das funções cognitivas e de uma variedade de perturbações no comportamento e a presença de sintomas neuropsiquiátricos (FREITAS et al., 2013).

O primeiro sintoma da DA é a perda da memória recente, podendo evoluir e comprometer a memória semântica (julgamento, modo de expressar uma ideia, afasia, dificuldade de nomear objetos) e a memória de trabalho ou operacional (números de telefone, raciocínio matemático, apraxia). Nos estágios terminais as alterações de comportamento (irritabilidade e agressividade), sintomas psicóticos, apraxia severa e incapacidade de realizar as atividades habituais estarão mais afetados. Assim, de forma evolutiva outras funções cognitivas poderão surgir juntas ou posteriores a amnésia (FORNARI et al., 2010; GALLUCCI NETO et al., 2005).

Demência com corpos de Lewy

A demência por corpúsculos de Lewy (DCL) acomete cerca de 20% dos pacientes com demência (GALLUCCI NETO et al., 2005). A DCL é uma síndrome neuropsiquiátrica degenerativa primária, caracterizada por um quadro demencial evolutivo, apresentando alterações cognitivas, motoras psiquiátricas e autonômicas. Este tipo de demência é considerada a segunda mais frequente após a DA, sendo prevalente mais em homens que em mulheres, diagnosticada em idosos acima de 65 anos, mas podem acometer indivíduos mais novos (MANFRIN; SCHIMIDT, 2011; PARMERA; NITRINI, 2015).

A fisiopatologia da DCL é determinada pela agregação anormal da proteína sinápticas alfa-sinucleína que está presente nos corpos de Lewy, chamadas de neurites de Lewy, que se acumulam principalmente nas regiões límbicas, tronco cerebral e córtex cerebral.

Suas manifestações clínicas são diferenciadas do Alzheimer em razão da memória estar preservada, mas os demais sinais e sintomas patológicos são muito semelhantes (MANFRIN; SCHIMIDT, 2011; MOLINA, 2016).

A alteração cognitiva é a manifestação principal podendo ocorrer em 90% dos pacientes. O diagnóstico é muito complexo, pois os sintomas são semelhantes ao da DA e a demência estar associada a doença de Parkinson. O quadro demencial caracteriza-se pelo declínio cognitivo com manifestações de alucinações visuais e delírios, apresentando sintomas de Parkinson, quedas e perdas da consciência. As alucinações são sintomas que caracterizam a DCL. Existem aspectos que facilitam o diagnóstico como: hipersensibilidade aos neurolépticos, quedas frequentes e distúrbio do sono. Outro coadjuvante no diagnóstico é a neuroimagem funcional. A Tomografia computadorizada por emissão de fóton único (SPECT) e a tomografia por emissão de pósitrons (PET) demonstram alteração de perfusão ou do metabolismo em regiões parietais posteriores e occipitais (GALLUCCI NETO et al., 2005; PARMERA; NITRINI, 2015).

Demência vascular

Um evento vascular pode originar o correspondente até um terço das demências, de modo que os sintomas demenciais representam apenas uma parte da alteração de disfunção cognitiva associada a patologia cerebrovascular. Estudos indicam que até 34% de casos de demência mostram alguma neuropatologia vascular (FROTA et al., 2011). Atualmente o termo demência vascular está sendo substituído por comprometimento cognitivo vascular (CCVa). Assim, quando o paciente sofre algum impacto na qualidade de vida e no desempenho na realização das atividades diárias caracteriza-se a CcVa, por estar relacionado a origem cerebrovascular e não pelos critérios de demências. Por essa razão é fundamental o diagnóstico prévio ao dano, o que permite a evolução evitando a demência vascular (FREITAS et al., 2013).

Deste modo, a doença vascular pode ser fator de risco para a demência, entre eles destacamos: hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemia e tabagismo podendo ser passível de controle (FREITAS et al., 2013; PARMERA; NITRINI, 2015). Outras condições como o infarto lacunar e a lesão da substância branca podem ocasionar declínio cognitivo sem demência. Assim, a sequência de quadros patológicos que definem o aparecimento da demência, inicialmente, são os fatores de risco vasculares, que causam as doenças vasculares cerebrais (arteriosclerose, angiopatia, aterosclerose) que originam as lesões vasculares cerebrais (CUSTODIO et al., 2016).

O diagnóstico para demência vascular é o do *National Institute of Neurological Disorders and Stroke – Association Internationale pour la recherche et L'enseignement en Neurosciences* (NINDS-AIREN), que avalia a demência associada a doença cerebrovascular. Alguns sintomas como alterações na marcha e no equilíbrio, distúrbios de urgência urinária além de mudanças no humor e personalidade (PARMERA; NITRINI, 2015).

Demência frontotemporal

Demência lobar frontotemporal (DLFT) é a segunda demência prevalente abaixo dos 65 anos após a doença de Alzheimer, correspondendo a 20% dos idosos desta faixa etária.

Quanto aos aspectos genéticos, em torno de 40% dos indivíduos apresentam histórico familiar e cerca de 10 a 20 % confirmam um padrão autossômico dominante correspondendo cerca de 10% a 20% dos casos.

Enquanto a DA apresenta degeneração na região lobo temporal, a DLFT caracteriza-se por lesões na região lobar frontotemporal, isto significa que a demência nem sempre está presente, somente os transtornos de personalidade. (MOLINA, 2016; TEIXEIRA-JR; SALGADO, 2006).

A DLFT corresponde a um grupo heterogêneo de patologias neurológicas, caracterizada pela degeneração progressiva dos lobos frontal e/ou temporal através de três síndromes clínicas: demência frontotemporal variante comportamental (DFTv), demência semântica (DS) e afasia não fluente progressiva (ANFP) (FREITAS et al., 2013)

Quando as lesões acometem áreas do lobo préfrontal manifestam mudanças no comportamento como: afeto inapropriado, irritabilidade, alterações de comportamento (desinibição, obsessões, rituais, mudanças nos padrões alimentares) (FREITAS et al., 2013, PARMERA; NITRINI, 2015).

A DS é uma síndrome clínica caracterizada pela perda evolutiva da memória semântica causando distúrbios na linguagem fluente, no conhecimento das palavras e compreensão. Este comprometimento semântico progressivo afeta a fala, causando a redução e a alteração na articulação de palavras. Está associada patologicamente à atrofia anteroinferior seletiva e assimétrica do lobo temporal.

Os sintomas iniciais da ANFP são o agramatismo e o esforço na articulação das palavras, com declínio no discurso verbal e apraxia de fala. Na fase inicial da doença a compreensão da fala é preservada, mas o entendimento de frases estará prejudicado. O diagnóstico é realizado através de imagens de ressonância de encéfalo e Tomografia por Emissão de Pósitrons com FDG e exame do líquido cefalorraquidiano (FREITAS et al., 2013; PARMERA; NITRINI, 2015).

Considerações finais

O envelhecimento da população é um dos fenômenos de grande impacto no setor socioeconômico. O idoso apresenta uma condição complexa nos aspectos etiológicos, patológicos e neurodegenerativos tornando-se desafiador a todos os envolvidos no seu cuidado. Enquanto não surgem melhores propostas de novos diagnósticos e terapêuticas, o conhecimento de mecanismos neuropatológicos é fundamental. Devemos investir na prevenção, controlando os fatores de risco e os sinais degenerativos impedindo a evolução da demência.

Contudo, a percepção por parte dos profissionais de saúde na realização de um

diagnóstico precoce e preciso é imprescindível, assim como a intervenção multidisciplinar e o envolvimento familiar são primordiais para o tratamento bem-sucedido destes pacientes.

REFERÊNCIAS

- BELLO, V. M. E; SCHULTZ, R. R. Prevalência de demências potencialmente reversíveis: estudo em um ambulatório de demência. **Dement. neuropsychol.** [online], v. 5, n. 1, p. 44-47, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-57642011DN05010008> Acesso em 11 mar. 2020.
- BURLA, C. et al. **Panorama prospectivo das demências no Brasil: um enfoque demográfico.** **Ciênc. saúde coletiva** [online], v. 18, n. 10, p. 2949-56, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000019>> Acesso em 10 mar. 2020.
- CALDAS, C. P. **O idoso em processo de demência: o impacto na família.** In: MINAYO, M. C. S. et al. *Antropologia, saúde e envelhecimento.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- CUSTODIO, N. et al. Nuevos términos clínicos, prevención y tratamiento del trastorno cognitivo vascular:revisión de literatura basada en la evidencia. **Rev Neuropsiquiatr,** Lima, v. 79, n. 3, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-85972016000300004 Acesso em 16 mar. 2020.
- FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
- FORNARI, L. H. T. et al. As diversas faces da síndrome demencial: como diagnosticar clinicamente? **Scientia Medica,** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-93, 2010.
- FROTA, N. A. F. et al. Critérios para o diagnóstico de doença de Alzheimer. **Dementia & Neuropsicologia,** Fortaleza, v. 5, supl.1, n. 0 - de 2011.
- GALLUCCI NETO, J. et al. Diagnóstico diferencial das demências. **Rev. psiquiatr. clin.** São Paulo, v. 32, n. 3, p. 119-130, junho de 2005.
- LISBOA, C. R. Perfil epidemiológico, clínico e de independência funcional de uma população idosa institucionalizada. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online], v. 65, n. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000300013> Acesso em 15 mar. 2020.
- MANFRIN, A.; SCHMIDT, S. L. Diagnóstico diferencial das demências. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 157- 168.
- MOLINA, M. El Rol De La Evaluación Neuropsicológica En El Diagnóstico y En El Seguimiento De Las Demencias. **Revista Médica Clínica Las Condes,** Condes, v. 27, n. 3, p. 319-331, 2016.
- ONU. Organização das nações Unidas. **População mundial deve ter mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601> Acesso em 15 mar. 2020.
- PARMERA, J. B; NITRINI, R. Demências: da investigação ao diagnóstico. **Rev Med,** São Paulo, v. 94, n. 3, p. 179-184, 2015.
- QUEIROZ, R. S. et al . Perfil sociodemográfico e qualidade de vida de cuidadores de idosos com demência. **Rev. bras. geriatr. gerontol.,** Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, p. 205-214, 2018.
- SANDOVAL, J. J; TURRA, C. M; LOSCHI, R. H. Taxas corrigidas de mortalidade atribuíveis à demência pela doença de Alzheimer, Brasil, 2009-2013. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, e00091918. Epub July 04, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00091918>. Acesso em 10 mar. 2020.

SANTOS, C. S; BESSA, T. A; XAVIER, A, J. Fatores associados à demência em idosos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, Epub Feb 03, 2020.

SOUZA, L. R. et al. Sobrecarga no cuidado, estresse e impacto na qualidade de vida de cuidadores domiciliares assistidos na atenção básica. **Cad. saúde colet.** [online]. v. 23, n. 2, p.140-149, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020063> Acesso em 08 mar. 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. L; SALGADO, J. V. Demência fronto-temporal: aspectos clínicos e terapêuticos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2006.

VITORELLI, D. L. F. K. et al. Long stay institutions as an alternative for protecting the elderly. **Rev. salud pública** [online]. v. 19, n. 2, p .210-214, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v19n2.41541> Acesso em 09 mar. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL. **Dementia: a public health priority**. 2012

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). RELATÓRIO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. 2002. Disponível em: < https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf> Acesso em 16 mar. 2020.

OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA

Data de aceite: 17/06/2020

Data de submissão: 23/04/2020

*O presente artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Sociologia do Centro Universitário Internacional UNINTER, sob orientação da Professora Especialista Aline Cavalcante Barbosa de Almeida.

Matheus Luiz de Souza Céfaló

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7524689328123543>

RESUMO: Considerando que o século XXI testemunha a vivacidade de uma sociedade de consumo pautada, sobretudo no consumismo de produtos marcados por uma obsolescência planejada, a presente pesquisa busca compreender a relação entre o consumismo e a supervalorização da individualidade com a fragilidade das relações sociais. Objetiva-se, então, analisar como se formou uma sociedade de consumo diante do modo de produção capitalista, relacionando as características dessa sociedade com os elementos que caracterizam a Modernidade Líquida descrita por Zygmunt Bauman. Para tanto,

procede-se à uma revisão bibliográfica, fazendo referência a autores que discutiram a sociedade de consumo e/ou a Pós-Modernidade, como Beck (2011), Bauman (2009), Giddens (2002) e Adorno e Horkheimer (1985). Desse modo, observa-se que, motivado pela Indústria Cultural, o consumismo está atrelado às questões identitárias, possuindo uma relação com a supervalorização do individualismo, ao passo que a sociedade que decorre dessa prática desvaloriza a durabilidade, transformando a obsolescência em uma das principais características da sociedade líquido-moderna, o que fragiliza as relações sociais, pois, essas passam a ser marcadas pela efemeridade e pelo descarte, haja vista que o descarte do outro é um resultado direto da permanente insatisfação gerada por uma síndrome consumista.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade Líquida. Sociedade de Consumo. Sociologia do Consumo. Pós-Modernidade. Zygmunt Bauman.

THE EFFECTS OF CONSUMERISM ON SOCIAL RELATIONSHIPS: DISPOSAL OF OTHERS IN LIQUID MODERNITY

ABSTRACT: Considering that the 21st century bears witness to the liveliness of a

consumer society guided, especially in the consumerism of products marked by planned obsolescence, this research seeks to understand the relationship between consumerism and the overvaluation of individuality with the fragility of social relations. The objective, then, is to analyze how a consumer society was formed in the face of the capitalist mode of production, relating the characteristics of that society with the elements that characterize the Net Modernity described by Zygmunt Bauman. To this end, a bibliographic review is made, referring to authors who discussed the consumer society and / or Post-Modernity, such as Beck (2011), Bauman (2009), Giddens (2002) and Adorno and Horkheimer (1985). Thus, it is observed that, motivated by the Cultural Industry, consumerism is linked to identity issues, having a relationship with the overvaluation of individualism, while the society that results from this practice devalues durability, transforming obsolescence into one of the main characteristics of liquid-modern society, which weakens social relations, as these are marked by ephemerality and discard, given that the discarding of the other is a direct result of the permanent dissatisfaction generated by a consumerist syndrome.

KEYWORDS: Liquid Modernity. Consumer society. Sociology of Consumption. Post-Modernity. Zygmunt Bauman.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com Zygmunt Bauman (2001), o século XXI é a personificação de uma modernidade líquida, termo cunhado pelo autor para explicar as transformações da Modernidade para aquilo que outros sociólogos consideram como “Pós-Modernidade”. Para Bauman (2001), ela é marcada pela fragilidade das relações humanas, pelo consumo desenfreado, pela cultura do imediatismo e pela ascensão do sentimento de individualização. Em sua obra *O mal-estar da Pós-Modernidade*, o autor aponta que vivemos em uma era do consumo, dada pelo fato de que o “consumo abundante [...] é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso e à fama” (BAUMAN, 1998, p. 55).

Contudo, o autor (ibidem, p. 91) aponta a existência de pessoas tidas como “párias da sociedade”, isto é, pessoas que vivem na base da sociedade, desafortunados e vítimas dessa era do consumo, pelo fato de não terem as condições necessárias para tal, o que reforça a ideia de que o consumo passou a ser tratado como uma prática fundamental à dignidade humana, ao passo que a felicidade foi tornada uma consequência do aumento do consumo. Essa relação entre o consumo e a felicidade permitiu a ascensão de uma sociedade de consumidores.

De acordo com Bauman (2008, p. 20), nesta sociedade de consumidores, “ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável”. Desse modo, ele assevera que a principal característica da sociedade de consumidores é a “transformação dos consumidores em mercadorias” (BAUMAN, 2008, p. 20).

No entanto, um dos aspectos levantados pelo autor (2008) é a desvalorização da durabilidade na sociedade líquido-moderna. Essa desvalorização é perceptível no descarte

de produtos que são, constantemente, tidos como defasados, isto é, aquilo que não pode mais ser usado, é destinado ao lixo, pois o consumismo dirigido pelo mercado apresenta como estratégia para a era do consumo, “[...] a troca de uma mercadoria defeituosa, ou apenas imperfeita e não plenamente satisfatória, por uma nova e aperfeiçoada” (BAUMAN, 2008, p. 31). Logo, percebe-se que, nesse tipo de sociedade, aquilo que não causa mais satisfação deve ser trocado.

Contudo, considerando que o consumidor foi transformado em mercadoria e que, para Bauman, há um paralelo entre as relações de consumo com as relações humanas, como essa prática de descarte daquilo que é considerado obsoleto e não satisfatório influencia na efemeridade das relações humanas na sociedade líquido-moderna? Diante disso, torna-se necessária uma investigação sobre a relação dessas características com o advento da sociedade de consumo, buscando compreender como relações com o consumo operam na modernidade líquida, bem como quais são os efeitos do consumismo nas relações sociais.

Assim, o que se propõe aqui é discutir como se formou uma sociedade de consumo diante do modo de produção capitalista e analisar as características da Modernidade Líquida descrita por Zygmunt Bauman, sobretudo, a questão da individualidade e relacionar a fragilidade das relações sociais ao consumismo. Para tanto, recorre-se à uma pesquisa bibliográfica, fazendo referência às obras de Beck (2011), Bauman (2009), Giddens (2002) e Adorno e Horkheimer (1985).

2 | A ASCENSÃO DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Segundo Bauman (2008), o século XX evidenciou a iminente transformação da sociedade de produtores¹ em uma sociedade de consumidores. Assim, considerando que o modo de produção capitalista opera sobre a ótica da propriedade material, o consumo influencia em todos os segmentos da vida humana, de modo que as relações com ele “passaram a mediar nosso próprio conceito de subjetividade e a maneira de nos reconhecermos no mundo” (SOUZA, 2017, p. 166). No entanto, para Bauman (1998, p. 54), o consumo, diferente do processo produtivo, é uma “atividade inteiramente individual”.

Uma das principais características da sociedade de consumo é a sedução do mercado consumidor, pois, para Bauman (1998, p. 55), “quanto mais elevada a ‘procura do consumidor’ (isto é, quanto mais eficaz a sedução do mercado), mais a sociedade dos consumidores é segura e próspera”. Segundo o autor, essa procura diz respeito à criação de impulsos sedutores, com vistas a perpetuar um sentimento de que “possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana” (BAUMAN, 1998, p. 56).

Desse modo, essa sedução é, simultaneamente, “a grande igualadora e a grande

1 Para Bauman (2008, p. 42), a sociedade de produtores é “o principal modelo societário da fase ‘sólida’ da modernidade”, isto é, o modelo de sociedade estabelecido em uma Modernidade marcada por “uma era de fábricas e exércitos de massa, de regras obrigatórias e conformidade às mesmas, assim como de estratégias burocráticas e panópticas de dominação que, em seu esforço para evocar disciplina e subordinação, basearam-se na padronização e rotinização do comportamento individual”.

divisora” entre os que desejam consumir e os que, de fato, o podem (BAUMAN, 1998, p. 55). Observa-se, então, que o consumo de objetos confere poder aos sujeitos, haja vista que:

Na sociedade de consumidores, a dualidade sujeito-objeto tende a ser incluída sob a dualidade consumidor-mercadoria. Nas relações humanas, a soberania do sujeito é, portanto, reclassificada e representada como a soberania do consumidor – enquanto a resistência ao objeto, derivada de sua soberania não inteiramente suprimida, embora rudimentar, é oferecida à percepção como a inadequação, inconsistência ou imperfeição de uma mercadoria mal escolhida (BAUMAN, 2008, p. 31)

Dessa forma, observa-se que a sociedade de consumidores é pautada na relação entre potenciais consumidores e os objetos de consumo, pois

os encontros dos potenciais consumidores com os potenciais objetos de consumo tendem a se tornar as principais unidades na rede peculiar de interações humanas conhecida, de maneira abreviada, como “sociedade de consumidores”. Ou melhor, o ambiente existencial que se tornou conhecido como “sociedade de consumidores” se distingue por uma reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança, das relações entre consumidores e os objetos de consumo. Esse feito notável foi alcançado mediante a anexação e colonização, pelos mercados de consumo, do espaço que se estende entre os indivíduos – esse espaço em que se estabelecem as ligações que conectam os seres humanos e se erguem as cercas que os separam. (BAUMAN, 2008, p. 19)

Com efeito, a relação entre o consumo e a subjetividade implica no conceito de estilo de vida, definido por Giddens (2002, p. 79) como um “conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular de autoidentidade”. Em concordância a isso, pode-se afirmar que “um estilo de vida está diretamente relacionado à sociedade de consumo” (SOUZA, 2017, p. 169).

O consumo é, portanto, uma das bases identitárias da narrativa do eu, ou seja, a “estória (ou estórias) por meio da qual a autoidentidade é entendida reflexivamente, tanto pelo indivíduo de que se trata quanto pelos outros” (GIDDENS, 2002, p. 222). Além disso, ele estimula nas pessoas a concepção de que elas também são uma mercadoria que precisam ser desejáveis (SOUZA, 2017), pois, segundo Bauman (2008, p. 13), as pessoas são “ao mesmo tempo, os promotores das mercadorias e as mercadorias que promovem”.

Marx (1994) define as mercadorias como o fundamento da riqueza das sociedades capitalistas, criada para a satisfação das necessidades das pessoas. No entanto, ela traz consigo um fetichismo, isto é, “o hábito de, por ação ou omissão, ignorar ou esconder a interação humana por trás do movimento das mercadorias.” (BAUMAN, 2008, p. 22), pois, para Marx:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-lo como relação social existente; à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 1994, p. 81)

De acordo com Bauman (2008), com a transformação da sociedade de produtores em sociedade de consumidores, houve a ascensão do fetichismo da subjetividade, ou seja, a falácia de que o consumo promove a construção da identidade, encobre o fato de que a subjetividade dos consumidores é objetificada, isto é, “adquire a forma de uma lista de compras” (ibidem, p. 24).

De certa forma, a questão da identidade atrelada à mercadoria fomenta o consumismo, que pode ser definido como “um conjunto de práticas e atitudes que visam ao consumo crescente de produtos, muitos deles supérfluos e de baixa durabilidade” (SOUZA, 2017, p. 208). Bauman (2008) conceitua o consumismo como um atributo da sociedade, o que significa que ele é:

[...] um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na **principal força propulsora e operativa da sociedade**, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. (BAUMAN, 2008, p. 41. Grifo do autor)

Observa-se que, para o autor, o consumismo é a principal força operativa da sociedade, sobretudo, pela sua capacidade de subjetivação. No entanto, há de se considerar a “reciclagem de vontades e desejos” apontadas por ele, o que promove a constante insatisfação com aquilo que é durável, haja vista que, para Bauman (2008, p. 31), “a sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando ‘velho’ e ‘defasado’, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo”.

O lixo, conforme Bauman (2009, p. 17), é “o principal e comprovadamente mais abundante produto da sociedade líquido-moderna de consumo” (BAUMAN, 2009, p. 17). Segundo o mesmo autor (2008, p. 31), “a sociedade de consumidores é impensável sem uma florescente indústria de remoção do lixo. Não se espera dos consumidores que jurem lealdade aos objetos que obtêm com a intenção de consumir”. Ainda, para ele,

Numa sociedade líquido-moderna, a indústria de remoção do lixo assume posições de destaque na economia da vida líquida. A sobrevivência dessa sociedade e o bem-estar de seus membros dependem da rapidez com que os produtos são enviados aos depósitos de lixo e da velocidade e eficiência da remoção dos detritos. (BAUMAN, 2009, p. 9)

Importante frisar que o descarte dos objetos faz parte de uma lógica de obsolescência planejada, isto é, os produtos já são fabricados com vistas ao descarte e à substituição, isso significa que:

Esses objetos têm uma expectativa de vida útil limitada e, uma vez que tal limite é ultrapassado, se tornam impróprios para o consumo, já que “ser adequado para o consumo” é a única característica que define sua função. Eles são totalmente impróprios e inúteis. Por serem impróprios, devem ser removidos do espaço da vida de consumo

(destinados à biodegradação, incinerados ou transferidos aos cuidados das empresas de remoção de lixo) a fim de abrir caminho para outros objetos de consumo ainda não utilizados. (BAUMAN, 2009, p. 17, grifo meu)

Para Bauman (2001, p. 100), “a produção de mercadorias como um todo substitui hoje ‘o mundo dos objetos duráveis’ pelos ‘produtos perecíveis projetados para a obsolescência imediata’”. Em *The Leisure Society*, Jeremy Seabrook (1988), descreve essa substituição, apontando que:

O capitalismo não entregou os bens às pessoas; as pessoas foram crescentemente entregues aos bens; o que quer dizer que o próprio caráter e sensibilidade das pessoas foi reelaborado, reformulado, de tal forma que elas se agrupam aproximadamente [...] com as mercadorias, experiências e sensações [...] cuja venda é o que dá forma e significado a suas vidas. (SEABROOK, 1988, p. 183)

Segundo Bauman (2008), na modernidade líquida, a insatisfação leva ao célere descarte daquilo que a causa, mantendo em funcionamento o fetichismo da subjetividade, pois “é pela alta taxa de desperdício, e pela decrescente distância temporal entre o brotar e o murchar do desejo, que o fetichismo da subjetividade se mantém vivo e digno de crédito, apesar da interminável série de desapontamentos que ele causa” (BAUMAN, 2008, p. 31).

Nota-se que o consumismo assevera, portanto, a questão da insatisfação e coloca o ser humano em contato com a obsolescência, sobretudo com o descarte daquilo que ele julga como efêmero, velho e insuficiente. Porém, nesta lógica da insatisfação e, considerando que, para Bauman (2009, p. 17), nas relações sociais dentro da modernidade líquida há a “ameaça de ser jogado no lixo”, até que ponto isso pode influenciar no descarte das relações humanas?

Com efeito, há de se considerar que, além dessas relações com a subjetividade, o consumo também diz respeito ao outro, haja vista que “para Zygmunt Bauman [...] as relações de consumo são aplicadas diretamente às relações humanas” (SOUZA, 2017, p. 166). No entanto, o fator preocupante se dá pela forma como o ser humano caracteriza o outro dentro da sociedade de consumo, pois Beck (2011) aponta que a humanidade vive em uma sociedade de risco, marcada pela individualização, o que permite a indagação sobre como a supervalorização da individualidade, fruto do consumismo, pode fragilizar as relações sociais.

2.1 A sociedade de consumo como resultado da Indústria Cultural

Para dar seguimento à análise da sociedade de consumo, há de se considerar as contribuições da Escola de Frankfurt², pois, esses “pesquisadores construíram conceitos e reflexões de extrema influência para o pensamento social, principalmente para os estudos no

² Também conhecidos como pensadores da Teoria Crítica, de acordo com Souza (2017, p. 70), este é “o nome dado a um amplo grupo de pesquisadores que atuaram no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Os investigadores que ali trabalham partiram de referências neomarxistas, isto é, correntes teóricas que revisaram a teoria marxista e publicaram uma série de artigos e livros, sobretudo durante a segunda metade do século XX”.

campo da cultura, das artes, da comunicação e do consumo”. (SOUZA, 2017, p. 70). Nesse aspecto, destacam-se os autores Max Horkheimer e Theodor Adorno que, segundo Souza (2017, p. 70), foram estudiosos da “ampliação dos meios de comunicação e das técnicas de reprodução em massa de produtos culturais”.

Com o crescimento do fascismo na Europa, especificamente, a ascensão do regime nazista de Adolf Hitler, a partir de 1933, na Alemanha, a Escola de Frankfurt foi perseguida, pois, muitos de seus pesquisadores eram judeus, isto é, alvos da política antissemitista empreendida pelo governo totalitarista alemão da época. Com isso, buscaram refúgio em países europeus vizinhos e nos Estados Unidos, levando a transferência do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt para Nova York, passando a se chamar Instituto Internacional de Pesquisa Social (SOUZA, 2017).

Segundo Souza (2017, p. 73), uma das características observadas pelos pesquisadores da Escola de Frankfurt, em relação ao avanço do fascismo na Europa, foi a “utilização de ferramentas de comunicação de massa para convencer as populações de suas intenções, controla-las e incentivá-las a agir de acordo com os preceitos estabelecidos por eles”. Com efeito,

mensagens de cooperação e controle social, como as de incentivo ao racionamento de alimentos, apoio às tropas militares e valorização da nação, chegavam aos lares por meio das ondas de rádio. Cartazes e folhetos explicativos também eram produzidos e distribuídos de maneira massiva. **Outro meio utilizado com viés propagandístico foi o cinema**, com produções financiadas pelos governos citados, os filmes eram exibidos regularmente em salas lotadas de espectadores. (SOUZA, 2017, p. 74, grifo meu).

Observa-se, então, o uso da propaganda e da comunicação em massa, sobretudo por meio da cultura, com vistas à manipulação social. Ainda, essa questão motivou os pesquisadores da Escola de Frankfurt a refletirem sobre o surgimento das técnicas de reprodução de massa, cunhando o conceito de reprodutibilidade técnica, isto é, o momento em que a arte passa a atender à demanda industrial de produção em larga escala (SOUZA, 2017). Sobre isso, Walter Benjamin (1975) comenta que houve uma subversão da função da arte, haja vista que:

a emancipação da obra de arte com relação à existência parasitária que lhe era imposta pelo seu papel ritualístico. Reproduzem-se cada vez mais obras de arte, que foram feitas justamente para serem reproduzidas. [...] Mas, desde que o critério de autenticidade não é mais aplicável à produção artística, toda a função da arte fica subvertida. Em lugar de se basear sobre o ritual, ela se funda, doravante, sobre uma forma de práxis: a política. (BENJAMIN, 1975, p. 17).

Considerando a lógica capitalista da busca pelo lucro, os autores da Teoria Crítica constataram que a cultura foi tornada mercadoria, haja vista que “em uma sociedade onde tudo se transforma em coisa, a cultura também passou a ser pensada dentro da lógica da indústria, como algo que poderia seguir a produção em série” (SOUZA, 2017, p. 84).

Essa transformação da cultura em mercadoria foi testemunhada pelos autores da Escola

de Frankfurt refugiados nos Estados Unidos, principalmente, pelo contato com a produção hollywoodiana (SOUZA, 2017), o que levou os autores Theodor Adorno e Max Horkheimer a formularem o conceito de indústria cultural, usado, pela primeira vez, em sua obra *Dialética do Esclarecimento*, em 1947.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural opera sob a padronização de bens culturais para atender as necessidades dos consumidores. Nas palavras dos autores, “o fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100). Segundo os autores, a fim de atender aos interesses do mercado,

O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtores. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100).

Segundo os mesmos autores (1985, p. 108), a indústria cultural recorre à produção em série, ao passo que “o denominador comum ‘cultura’ já contém virtualmente o levantamento estatístico, a catalogação, a classificação que introduz a cultura no domínio da administração”. Isso significa que há a subordinação da cultura aos interesses do modo de produção capitalista, que passa a lucrar duas vezes com o trabalhador. Primeiro, pela sua força de trabalho explorada nas fábricas e, segundo, com o consumo da cultura, haja vista que “os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses”, o que significa que “a produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 110).

Em *Teoria da semicultura*, Adorno (1996 apud Souza, 2017, p. 90) assevera que a diversão é um prolongamento do trabalho, ou seja, o consumo do entretenimento é uma forma de o trabalhador estar sempre ocupado, ora pelo trabalho, ora pelo consumo da cultura. Dessa forma, segundo Souza (2017, p. 91), “o ganho do trabalhador retorna para o mesmo sistema que o explora”.

A conformidade dos compradores seduzidos pela indústria cultural passa a ser, então, a síntese do sucesso dessa indústria, dada pelo controle alcançado por meio da transformação das forças produtivas em, também, forças consumidoras, sobretudo, consumidoras de entretenimento, pois, segundo Adorno e Horkheimer (1985),

a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 112).

Ainda, é importante frisar o papel da propaganda na atuação da indústria cultural, haja

vista que, para os autores (1985, p. 115), ela “[...] não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer”. Assim, a promissória, isto é, a promessa vendida do alcance do prazer pelo consumo de objetos de desejo, passa a ser uma importante ferramenta desse tipo de indústria, não só por seduzir os consumidores, mas, acima de tudo, padronizá-los mediante necessidades comuns e controlá-los sob a crença de que essas só serão atendidas pela indústria cultural, haja vista que,

O princípio impõe que todas as necessidades lhe sejam apresentadas como podendo ser satisfeitas pela indústria cultural, mas, por outro lado, que essas necessidades sejam de antemão organizadas de tal sorte que **ele se veja nelas unicamente como um eterno consumidor, como objeto da indústria cultural**. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 117, grifos meus).

De acordo com esses pensadores, “quanto mais firmes se tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, **produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as** [...]” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 119, grifos meus), pois, para essa indústria, “o consumidor não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio [...]” (ibidem, p. 113). Sob esse controle social, os autores apontam que “o consumidor torna-se a ideologia da indústria da diversão, de cujas instituições não consegue escapar” (ibidem, p. 131), o que leva à sua alienação.

Pode-se verificar que o controle da indústria cultural sobre os consumidores, sobretudo por meio da reprodução em massa dos produtos culturais, da propaganda que visa a ampliação do consumo da diversão e da padronização das necessidades e desejos, promove as condições necessárias para o surgimento de uma sociedade de consumidores, haja vista que ela,

[...] em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumista, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. (BAUMAN, 2008, p. 71)

Com efeito, com vistas a atender aos interesses do capitalismo, a indústria cultural cria a necessidade, por meio da publicidade, e promete atendê-la pelo consumo, prevendo produtos para todos, fato que faz com que ninguém consiga escapar dela (SOUZA, 2017), pois,

Ao mesmo tempo, a indústria cultural cria a sensação de que está atendendo às necessidades dos consumidores, quando de fato cria necessidades até então inexistentes. Pelo fato de surgirem aparentemente das próprias necessidades dos consumidores, seus produtos acabam sendo aceitos sem resistência. (SOUZA, 2017, p. 90)

Por conseguinte, a relação entre a indústria cultural com a ascensão da sociedade de consumo pode ser interpretada como o “triunfo da publicidade na indústria cultural, a mimese

compulsiva dos consumidores, pela qual se identificam às mercadorias culturais que eles, ao mesmo tempo, decifram muito bem.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 138), ou seja, o uso da mercantilização da arte a fim de atender aos interesses capitalistas mediante o controle de uma sociedade de consumidores.

2.2 A fragilidade das relações sociais como reflexo da síndrome consumista

Para Bauman (2009, p. 105), “a sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação”, pois, “a promessa de satisfação [...] só permanecerá sedutora enquanto o desejo continuar irrealizado; o que é mais importante, enquanto houver uma suspeita de que o desejo não foi plena e totalmente satisfeito”.

Segundo o autor, isso é resultado da depreciação e desvalorização dos produtos de consumo logo após terem sido conquistados, o que leva à exaustiva acumulação de novos produtos, característica fundamental do consumismo. No entanto, o autor adverte que:

Por essa razão, o consumismo é uma economia do logro, do excesso e do lixo; logro, excesso e lixo não sinalizam o mau funcionamento da economia, mas constituem uma garantia de saúde e o único regime sob o qual uma sociedade de consumidores pode assegurar sua sobrevivência. (BAUMAN, 2009, p. 107)

Bauman (2009) assevera que, na sociedade líquido-moderna, a insatisfação está atrelada à alta taxa de mortalidade das expectativas, o que corrobora a obsolescência planejada e, conseqüentemente, naturaliza o consumismo. Nesse aspecto, “para que as expectativas se mantenham vivas e novas esperanças preencham o vazio deixado por aquelas já desacreditadas e descartadas, o caminho da loja à lata de lixo deve ser curto, e a passagem, rápida” (BAUMAN, 2009, p. 109).

Considerando que, para o autor (2009, p. 16), “a vida líquida é uma vida de consumo”, nota-se que o consumismo naturaliza a relação entre a sociedade de consumo com o lixo e, conseqüentemente, com o descarte. Um exemplo dessa naturalização é apresentado pelo mesmo autor na obra *Sobre Educação e Juventude*, em que ele discute a relação entre a juventude e o consumo, apontando o jovem “como lata de lixo da indústria de consumo” (BAUMAN, 2013, p. 51).

Uma vez que as características da sociedade de consumidores – especificamente, a tendência ao descarte – são refletidas na vida líquida, há de se considerar que as relações sociais não ficam intactas diante do consumismo. Nesse aspecto, a vida líquida e a modernidade líquida estão interligadas, pois, na sociedade líquido-moderna “não há um projeto de vida, nenhuma preocupação com os aspectos em comum da vida, nem uma identidade a se perseguir, apenas o interesse em alcançar a felicidade individual” (SOUZA, 2017, p. 254).

De acordo com Bauman (2009, p. 20), “o sucesso da busca da felicidade, propósito declarado e motivo supremo da vida individual, continua a ser desafiado pela forma de obtê-la (a única forma pela qual ela pode ser buscada no ambiente líquido-moderno)”. Essa busca pela felicidade individual é, então, um típico alvo da indústria cultural, pois, considerando

que “a vida humana é, assim, um esforço incessante para preencher um vazio assustador” (BAUMAN; RAUD, 2018, p. 17), a constante insatisfação é o ensejo para a publicidade que vincula a felicidade e a satisfação com o ato de consumir, ao passo que o fetiche da subjetivação torna-se, então, manifesto.

No entanto, em *A sociedade dos indivíduos*, Norbert Elias (1994) assevera que

Na vida social de hoje, somos incessantemente confrontados pela questão de se e como é possível criar uma ordem social que permite uma melhor harmonização entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduos pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social. (ELIAS, 1994, p. 17)

O mesmo autor aponta que o desenvolvimento da sociedade de modo que todos os seus membros possam alcançar essa harmonia descrita acima é desejável, mas, impossível, haja vista que

[...] só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só pode haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social pertinente for mais livre de tensão, perturbação e conflito. A dificuldade parece estar em que, nas ordens sociais que se nos apresentam, uma das duas coisas sempre leva a pior. Entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social, parece haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas. (ELIAS, 1994, p. 17)

Há de se questionar, portanto, se essa busca pela individualidade assegurada pelo consumo é capaz de segregar o indivíduo da sociedade, sobrepondo os seus interesses pessoais sobre o todo social. Com efeito, cobertas pela individualidade, as pessoas buscam uma autorrealização que, na modernidade líquida, é moldada para

Servir a um mundo em que a expectativa de vida de todos, ou quase todos, os ingredientes relevantes do ambiente de vida individual [...] está encolhendo num ritmo cada vez mais acelerado – a extensão da expectativa de vida do indivíduo é a única exceção a essa regra quase universal. (BAUMAN; RAUD, 2018, p. 80)

Sob o vínculo da autorrealização com o consumo, na sociedade de consumidores, “[...] a percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações que evocam e estruturam tendem a ser orientados pela ‘síndrome consumista’ de predisposições cognitivas e avaliativas” (BAUMAN, 2009, p. 108). Ainda, conforme Bauman:

Na hierarquia herdada dos valores reconhecidos, a síndrome consumista degradou a duração e promoveu a transitoriedade. **Colocou o valor da novidade acima do valor da permanência.** Encurtou drasticamente o lapso de tempo que separa o querer do obter (como sugeriam muitos observadores, inspirados ou desorientados pelas agências de crédito), mas também abreviou o surgimento do anseio pelo seu desaparecimento, assim como a estreita brecha que separa a utilidade e a conveniência das posses de sua inutilidade e rejeição. Entre os objetos do desejo humano, colocou a apropriação, rapidamente seguida pela remoção de dejetos, no lugar de bens e prazeres duradouros.

A síndrome consumista é, portanto, o que leva a fragilidade das relações humanas, pois, imersa na depreciação da durabilidade, a sociedade de consumo testemunha relações humanas efêmeras e, da mesma forma que os objetos de desejo, engendradas na obsolescência planejada, ou seja, no curto prazo de vida útil.

Nesse aspecto, de acordo com Bauman (2009, p. 110), “a sociedade de consumo não é nada além de uma sociedade do excesso e da fartura – e, portanto, da redundância e do lixo farto”. Em concordância a isso, Ribeiro (2016, p. 259) aponta que “o consumir e o descartar são as práticas mais vivenciadas pelos indivíduos”.

No entanto, Bauman (2009, p. 110) adverte que “o excesso, contudo, aumenta a incerteza das escolhas”, o que evoca relações incertas, pautadas na individualidade e, sobretudo, no descarte imediato do outro, quando este não atende mais aos interesses dos indivíduos.

Ao detalhar a vida líquida, Bauman (2009, p. 12), aponta que “[...] ‘propriedades, situações e pessoas’ continuarão deslizando e desaparecendo a uma velocidade surpreendente – quer tentem ou não reduzi-la, não faz diferença”. Pessoas se tornam, então, mercadorias descartáveis, quando já não podem mais ser objetos de consumo e isso assevera uma constante necessidade dos indivíduos se sentirem desejados, pois, sabem que vivem sob a incessante ameaça de serem descartados no lixo.

Assim, Bauman (2009, p. 9) descreve que na sociedade líquido-moderna, “nada pode reivindicar isenção à regra universal do descarte, e nada pode ter permissão de se tornar indesejável”. Diante disso, Ribeiro (2016) exemplifica esse descarte das pessoas na sociedade de consumo expondo que:

A ânsia em consumir e descartar produtos de forma desenfreada influencia também nos relacionamentos interpessoais, que tendem a ser mercantilizados e superficiais, o que é ocasionado, em parte, pelo medo de assumir compromissos em um mundo permeado pela velocidade das informações, das propagandas e dos meios de comunicação (RIBEIRO, 2016, p. 259)

Em *Amor líquido*, Bauman (2004) dedica um capítulo a discutir as dificuldades de amar o próximo na sociedade líquido-moderna. Fazendo referência à Freud³, o autor aponta o amor ao próximo como uma característica fundamental da vida civilizada, defendendo que “aceitar o preceito do amor ao próximo é o ato de origem da humanidade” (ibidem, p. 99).

No entanto, uma vez que, na vida líquida tudo passa a ser mercantilizado, o amor também pode ser vendido, comprado ou, até mesmo, descartado (RIBEIRO, 2016). Nesse sentido, Bauman (2004) aponta que, na sociedade líquido-moderna,

O compromisso com outra pessoa ou com outras pessoas, em particular o compromisso incondicional e certamente aquele do tipo “até que a morte nos separe”, na alegria e na tristeza, na riqueza ou na pobreza, parece cada vez mais uma armadilha que deve ser

3 Ver FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2011.

Para o autor, o receio em firmar compromissos com outros indivíduos decorre da conspiração contra a confiança, característica da modernidade líquida, ao passo que “a experiência individual aponta obstinadamente para o eu como o eixo mais provável da duração e da comunidade procuradas com tanta avidez” (BAUMAN, 2004, p. 113). Dessa forma, a estabilidade e a segurança das relações sociais abrem espaço para a efemeridade e o medo de confiar no outro, o que, sob a ótica consumista, favorece a noção de ver as pessoas como mercadorias que podem ser descartadas, haja vista que, nesta visão, a segurança deriva da individualização.

Outro aspecto relevante sobre os efeitos da síndrome consumista é o fato de que “a difusão de padrões de consumo tão amplos a ponto de abarcar todos os aspectos e atividades da vida pode ser um efeito colateral inesperado e não planejado da ubíqua e inoportuna ‘marketização’ dos processos da vida” (BAUMAN, 2009, p. 115). Para o autor, esse efeito colateral pode ser observado na atuação do mercado que cria serviços e produtos que podem substituir a interação humana, dada uma característica da modernidade líquida, a saber a “[...] ausência de habilidades sociais, da vida em sociedade e da vida em comum” (ibidem, p. 116).

Por conseguinte, sob a síndrome consumista, a fragilidade das relações humanas torna-se factível na sociedade líquido-moderna, haja vista que “[...] ‘relacionar-se’ com outras pessoas e desenvolver um *modus convivendi* duradouro seriam, para um número crescente de pessoas, tarefas assustadoras, além do seu alcance, talvez até inalcançável” (BAUMAN, 2009, p. 116), fato que torna o descarte do outro algo naturalizado e comum na modernidade líquida.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa é um artigo de revisão bibliográfica que, segundo a ABNT (2003, p. 2) “parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas”, sendo, portanto uma pesquisa qualitativa que se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Sobre esse tipo de pesquisa, vale ressaltar que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Desse modo, este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica à luz de obras

que retratam a temática da sociedade de consumo e/ou da Pós-Modernidade. Para tanto, a pesquisa faz referência as obras de Beck (2011), Bauman (2009), Giddens (2002) e Adorno e Horkheimer (1985).

O interesse por essa temática foi despertado durante o curso de licenciatura em Sociologia, além das aulas ministradas no Ensino Médio sobre a modernidade líquida descrita por Bauman. Ainda, a análise dos autores e de suas ideias é pertinente ao objetivo desse estudo que é proporcionar embasamento teórico sobre a Sociologia do Consumo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo compreender a relação entre a ascensão de uma sociedade de consumo com a fragilidade das relações sociais na modernidade líquida. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, constatou-se que a forma como o capitalismo operou no século XX, sobretudo por meio da atuação da indústria cultural e suas técnicas de controle social, favoreceu a transformação de uma sociedade de produtores, característica do capitalismo industrial dos séculos XVIII e XIX, em uma sociedade de consumidores.

Observou-se que, na sociedade de consumo, as pessoas são tidas como mercadorias e são seduzidas ao consumismo, principalmente pelo poder de persuasão da indústria cultural que, por meio da reprodutibilidade técnica da cultura, da publicidade e comunicação em massa, visa a padronização e a manipulação da sociedade. Essa indústria conta, ainda, com a mercantilização da Arte como entretenimento, ao passo que, os trabalhadores, agora tidos como consumidores de diversão, são transformados, além de forças produtivas, em forças consumidoras.

Notou-se, também, que o consumismo está relacionado à uma questão de identidade, pois, ele traz consigo uma falsa noção de felicidade e de valorização de sua individualidade. Contudo, essa individualidade foi vista como uma falácia, haja vista que, na impossibilidade de escapar do controle da indústria cultural, a padronização das pessoas como consumidores é, então, inevitável.

A indústria cultural recebe tal notoriedade por criar necessidades e prometer atendê-las, por meio de propagandas que vinculam a satisfação ao consumo. No entanto, verificou-se um efeito colateral nesse processo, a saber a permanente insatisfação dos indivíduos, levando-os a descartar tudo o que eles consideram como insatisfatório, velho e inútil, desvalorizando, assim, a durabilidade e tornando o lixo a principal característica da sociedade de consumo.

Identificou-se que a difusão de padrões de consumo provocou uma síndrome consumista na sociedade líquido-moderna, levando os indivíduos a tratarem todas as áreas de sua vida social da mesma forma como fazem com as relações de consumo. Desse modo, as relações sociais passaram a ser tratadas sob a ótica da obsolescência planejada, ou seja, passaram a ter um curto período de duração, com vistas à incessante busca por novidades e a facilidade do descarte do outro, algo que se torna comum e justificável pela sociedade de consumidores.

Nessa ótica, pessoas podem ser destinadas ao lixo, caso não atendam às necessidades – geradas, sobretudo pela indústria cultural – dos demais indivíduos, permanentemente

insatisfeitos. Nota-se que, na modernidade líquida, muitas pessoas iniciam relacionamentos com prazo de validade, principalmente pela falta de confiança e/ou a recusa de se relacionar com o outro, características recorrentes da sociedade líquido-moderno.

Assim, este estudo cumpre seu objetivo inicial ao demonstrar que, motivado pela Indústria Cultural, o consumismo está atrelado às questões identitárias, possuindo uma relação com a supervalorização do individualismo, ao passo que a sociedade que decorre dessa prática desvaloriza a durabilidade, transformando a obsolescência em uma das principais características da sociedade líquido-moderna, o que fragiliza as relações sociais, pois, essas passam a ser marcadas pela efemeridade e pelo descarte, haja vista que o descarte do outro é um resultado direto da permanente insatisfação gerada por uma síndrome consumista.

Por fim, não é objetivo deste estudo esgotar as discussões sobre a Sociologia do consumo, mas, promover material teórico que contribua para o debate das implicações da sociedade de consumidores. Com isso, esta pesquisa permite novos questionamentos sobre a síndrome consumista, como por exemplo, sua relação com a ostentação da posse de bens materiais luxuosos como uma forma de se tornar desejável e socialmente aceito por outros indivíduos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**, ano 17, n. 56, p. 24-56, set./dez., 1996

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: Informação e documentação** – Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

BAUMAN, Zygmunt; RAUD, Rein. **A individualidade numa época de incertezas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre Educação e Juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

_____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

_____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

RIBEIRO, C. A. B. C. **Teorias sociológicas modernas e pós-modernas**: uma introdução a temas, conceitos e abordagens. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo. CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. T.; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEABROOK, Jeremy. **The Leisure Society**. Oxford: Blackwell, 1988.

SOUZA, Milena Costa. **Sociologia do consumo e indústria cultural**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA

Data de aceite: 17/06/2020

Data de submissão: 03/03/2020

Natália Sant Anna Torres

Universidade Federal do Rio de Janeiro -
Instituto de Economia

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3255004143255890>

RESUMO: O artigo analisa os fundamentos e as limitações de um conjunto de estratégias de desenvolvimento insurgidas no bojo do sistema capitalista neoliberal a partir da virada do milênio, os chamados “negócios inclusivos”. Para tal, o período entre as décadas de 1980 e 2010 é observado tendo como fio condutor a atuação de dois organismos multilaterais – a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial – e 107 casos de negócios considerados inclusivos por tais organismos são analisados, a fim de entender de que modo tais estratégias se edificam como respostas do sistema capitalista a seus críticos.

Apoiamo-nos nas análises de Boltanski e Chiapello (1999) para compreender o conjunto de justificações que sustentam estas iniciativas no plano simbólico. Uma particular atenção é dada ao longo da análise ao papel da crítica – social e estética – como

instrumento balizador das abordagens de desenvolvimento mais proeminentes no período.

Concluimos que tais modelos não fazem frente às assimetrias estruturais do sistema produtivo e distributivo mundial, à medida que não rompem substancialmente com os parâmetros materiais e simbólicos do sistema vigente, mas sim dão forma ao chamado “neoliberalismo progressista”.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Internacional; Organismos Multilaterais; Negócios Inclusivos; Neoliberalismo Progressista; Crítica.

DEVELOPMENT PARADIGMS IN THE AGE OF PROGRESSIVE NEOLIBERALISM: THE CHANGES OF CAPITALISM AND THE ROLE OF CRITICISM

ABSTRACT: The article analyzes the foundations and limitations of a set of development strategies risen along the turn of the millennium within the neoliberal capitalist system, the so-called “inclusive businesses”. To this end, the period between the 1980s and 2010 is observed from two multilateral organizations’ perspective – the United Nations and the World Bank –, and we analyze 107 business cases recognized as inclusive businesses by such organizations, to understand how these strategies are built

as responses of the capitalist system to its critics.

We rely on the analysis of Boltanski and Chiapello (1999) to understand the set of justifications that support these initiatives at the symbolic level. Throughout the analysis, a particular attention is given to the role of criticism – both its social and aesthetic side – on shaping most prominent development approaches in the period.

We conclude that such models do not tackle the structural asymmetries of the world productive and distributive system, as they do not substantially break with the material and symbolic parameters of the neoliberal spirit of capitalism, but rather strengthen the so-called “inclusive neoliberalism”.

KEYWORDS: International Development; Multilateral Organizations; Inclusive Business; Progressive Neoliberalism; Criticism.

1 | INTRODUÇÃO

Em meados da década de 2000, uma suposta metamorfose no bojo do sistema capitalista neoliberal ganhava espaço em meio ao debate de desenvolvimento internacional. Richardson (2001), Craig & Porter (2005), e Ruckert (2006) apontavam para o surgimento de um neoliberalismo aparentemente mais “humano”, ao observar a emergência de uma série de políticas – organizadas em torno de palavras-chave como “inclusão”, “oportunidade” e “empoderamento” – que se propunham a unir ajustes econômicos neoliberais e inclusão social, em resposta às instabilidades políticas e sociais que se intensificavam globalmente desde a década anterior.

Na década seguinte, de maneira análoga, Nancy Fraser (2017) traz a luz a emergência do que seria um “neoliberalismo progressista”. Segundo a autora, tratava-se de uma nova configuração socioeconômica baseada no paradoxal casamento entre interesses do setor financeiro e correntes liberais ligadas às pautas identitárias dos novos movimentos sociais, como feminismo, antirracismo, o movimento LGBTI+, o ambientalismo, entre outros.

O presente artigo explora um microcosmo desta metamorfose em curso no bojo do sistema capitalista neoliberal – os chamados “negócios inclusivos” –, cuja presença tem-se ampliado crescentemente na agenda dos organismos multilaterais e do setor privado, evidenciam um movimento dos agentes econômicos em direção a abordagens de desenvolvimento e inclusão social conduzidas pelo mercado. Na análise, observamos os possíveis fundamentos e limitações deste conjunto de estratégias de desenvolvimento insurgidas a partir da virada do milênio, a partir da observação de seus condicionantes históricos e do conjunto de justificações que lhe dão sustentação no plano simbólico.

2 | O CAPITALISMO NEOLIBERAL E A PLASTICIDADE DO SISTEMA CAPITALISTA

Contrariando diversas previsões sobre seu colapso, o sistema capitalista tem se mostrado extremamente resiliente às crises pelas quais foi desafiado. O prognóstico marxista, segundo o qual o capitalismo sucumbiria em decorrência da instabilidade social, econômica ou política gerada pela queda contínua da taxa de rendimento do capital, não se

verificou. Mesmo as predições menos apocalípticas, como a de Schumpeter, segundo a qual o capitalismo se esgotaria pela redução de seu ímpeto inovador, em decorrência da própria evolução da economia capitalista, mostram-se questionáveis.

Na análise de Boltanski e Chiapello (1999), o que garante tal plasticidade e sobrevivência são, justamente, os pontos de convergência entre o sistema de acumulação ilimitada e a crítica de seus “inimigos”. Segundo os autores, a crítica é tida como motor propulsor de transformações do sistema capitalista, dada sua capacidade de aglutinar heterodoxias a ele, remontando à ideia polanyiana de “contramovimento”. Assim, paradoxalmente, os críticos ao capitalismo teriam ensejado as transformações necessárias, não somente para fortalecer os mecanismos de proteção da sociedade, como também para ocasionar mudanças incrementais capazes de frear o ímpeto autodestrutivo do sistema.

Segundo esta análise, certos aspectos da crítica, ao serem incorporados ao plano simbólico e ao modus operandi do capitalismo, oferecem aos indivíduos justificativas morais para se engajarem no sistema de acumulação. Isto, pois, tendo o processo de acumulação capitalista um caráter amoral, é através da interiorização de justificativas morais exógenas a ele – ou seja, a crítica – que o sistema capitalista reúne insumos para construir uma plataforma ideológica mobilizadora aos indivíduos, o chamado “espírito do capitalismo¹” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999).

O espírito vigente desde a década de 1980, que caracteriza o sistema capitalista neoliberal na visão de Boltanski e Chiapello (1999), é fruto do esgotamento de elementos cívicos e industriais estruturantes do espírito anterior, e tem como símbolo a empresa em rede, o trabalho organizado por projetos temporários, equipes difusas, possibilitados pela descentralização da produção e outros fatores ligados à globalização.

Este espírito, por sua vez, seria resultado de uma sobreposição, ao longo das décadas de 1970 e 1980, da crítica de cunho estético sobre às críticas de cunho social. Por um lado, a crítica social – aquela relacionada às pautas coletivas, ao movimento socialista, à luta por garantias de bem-estar e redistribuição – teria perdido força com a flexibilizações do trabalho e produção característicos do período e o conseqüente enfraquecimento de organizações coletivas, como os sindicatos. Por outro lado, crítica estética – aquela relacionada às pautas libertárias e identitárias, ao movimento hippie, à contracultura e às liberdades individuais – haveria ganhado espaço e respaldo ao serem paulatinamente cooptadas pelo universo corporativo e a serviram de insumo à revolução gerencial que se seguiu nos anos 1980.

A contestação das hierarquias e rigidez social impostas pela ordem produtiva anterior passa a dar espaço às empresas em rede e a flexibilização das relações de trabalho. Nesta configuração, os trabalhadores tendem a ser mobilizados pela promessa de mobilidade, inovação, gestão horizontal, fluidez de funções, conexões, e não mais pelas garantias de estabilidade.

1 Para Boltanski e Chiapello (1999), o elemento capaz de equacionar a assimetria entre a insaciabilidade do sistema e a saciabilidade de seus atores seria o chamado “espírito do capitalismo”, isto é, a ideologia, o conjunto de crenças que justifica e legitima o engajamento dos indivíduos no sistema. Este espírito não seria estático, à medida que necessita constantemente angariar ideias para manter os indivíduos mobilizados.

3 | ANOS 1990, O RESSURGIMENTO DA CRÍTICA SOCIAL E A CONFORMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Embora o aumento da riqueza e renda agregada globalmente seja um fato inegável, a imposição da cartilha neoliberal se mostrou desastrosa para grande parte dos países em desenvolvimento. Nas nações que gozaram de algum crescimento, os benefícios acabaram por se acumular entre os 10 por cento mais ricos, enquanto a pobreza permaneceu alta, acirrando assim as desigualdades “intra” e “inter” nações (STIGLITZ, 2002).

Como consequência, a consolidação da cartilha neoliberal a partir da década de 1990 trouxe consigo uma grande onda de questionamento acerca de sua efetividade para o desenvolvimento, reavivando novamente movimentos críticos relacionados às pautas redistributivas e combate às desigualdades.

Na comunidade acadêmica, inúmeros críticos ganham destaques ao denunciarem os erros sistemáticos das políticas econômicas recomendadas pelo “Consenso de Washington”, tais como o prêmio Nobel Joseph Stiglitz, Noam Chomsky, Ha-Joon Chang, Amartya Sen, entre muitos outros.

No campo dos movimentos sociais, as chamadas revoltas e articulações “antiglobalização” marcam a renovação da crítica social. Diversos movimentos transnacionais ganham destaque durante a década de 1990, ao trazerem o acirramento das injustiças sociais novamente ao debate público. Entre elas, estão o Fórum Social Mundial, a Ação Global dos Povos, o levante do movimento Zapatista, os conflitos em torno das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), os boicotes “anti-sweatshops”, entre outros.

A resposta política à reorganização da crítica social se conforma, no âmbito da política doméstica, em torno dos governos da “Terceira Via”, marcados sobretudo pelos mandatos de Bill Clinton e Tony Blair. Através de propostas conciliatórias entre políticas favoráveis ao grande capital e proteção social, a corrente da Terceira Via caracterizava-se por fazer concessões às críticas sociais emergentes, sem romper inteiramente com premissas neoliberais.

No âmbito das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), a resposta às críticas sociais se deu, sobretudo, pelo surgimento do Marco Integral de Desenvolvimento (*Comprehensive Development Framework – “CDF”*) em 1999. A nova linha de ação do Banco Mundial – uma espécie de revisão dos controversos Programas de Ajustes Estruturais (SAPs) – fundamentava-se em uma visão multidimensional do desenvolvimento – social, econômico, ambiental e financeiro – e em uma estratégia de longo prazo com foco a redução da pobreza e no protagonismo dos governos de países em desenvolvimento na condução dos processos (WORLD BANK, 1999, 2001 e 2002).

O CDF, ao trazer para a agenda das IFIs o tema da redução da pobreza, tenta incorporar “heterodoxias” e harmonizar o tema do desenvolvimento humano com o antigo foco em crescimento econômico, isto é, sem abandonar a ênfase em políticas macroeconômicas de austeridade fiscal e na prescrição de instituições pró mercado para o desenvolvimento (UNCTAD, 2003).

Portanto, em resposta aos atritos e conflitos que emergiram na segunda metade da

década de 1990, uma onda de programas e políticas centristas e conciliatórias toma conta, tanto do discurso das Banco Mundial, quanto de uma série de governos nacionais simpatizantes da Terceira Via, tendo como ponto de intersecção conceitos como “oportunidade”, “inclusão” e “empoderamento” (CRAIG & PORTER, 2005).

No que tange às Nações Unidas – que durante as três décadas anteriores endereçaram críticas² substantivas ao paradigma de desenvolvimento neoliberal – é possível observar um paulatino reposicionamento a partir da virada do milênio, sobretudo em relação à aproximação com o setor privado (ADAMS & MARTENS, 2015). Entre os marcos mais relevantes desta mudança está a criação, em 1998, de um sistema de captação de doações do setor privado para as Nações Unidas – a UN Foundation e o Fundo das Nações Unidas para Parcerias Internacionais – e, especialmente, a criação em 1999 do Pacto Global, sob o discurso se formar uma aliança mundial entre líderes do setor privado para dar uma “face humana” ao mercado internacional. Desde então, o Pacto Global se tornou o mais importante veículo de cooperação entre as Nações Unidas e as empresas (ADAMS & MARTENS, 2015).

A atuação das Nações Unidas a partir da virada do milênio, portanto, ainda que traga um questionamento à associação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento, distancia-se da compreensão do desenvolvimento como um problema de economia política, isto é, enquanto uma disputa distributiva inserida em uma estrutura assimétrica de poder.

Deste modo, na virada o século, o clima conflituoso entre Nações Unidas e IFIs dá espaço então a uma paulatina convergência de posturas. De um lado, as Nações Unidas começam a considerar, cada vez mais, o setor privado como um agente central na promoção do bem-estar social. Do outro lado, as Banco Mundial e FMI reconhecem, ainda que parcialmente, as limitações dos ajustes estruturais neoliberais e iniciam uma série de reformas em seus programas, como resposta às críticas sociais que ressurgem nos anos de 1990.

Assim, a plasticidade do capitalismo novamente se torna evidente, com o surgimento de uma versão aparentemente mais inclusiva de si mesmo, capaz de adaptar-se a certas demandas progressistas com facilidade, deixando de lado, contudo, demandas redistributivas mais profundas e estruturais relacionadas às assimetrias da economia global.

4 | NEGÓCIOS INCLUSIVOS E AS CONTRADIÇÕES DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Na passagem da década de 1990 e 2000, as práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) despontam em meio às grandes corporações como importante instrumento

² A formação da CEPAL na década de 1940, da UNCTAD na década de 1960 e do New International Economic Order (NIEO) demonstram como a ONU foi um espaço para reflexões críticas sobre os desequilíbrios do sistema econômico mundial. Neste contexto, dá-se também a criação, em 1974, da Comissão das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais (UNCTC), com o objetivo de estabelecer um código de conduta para as multinacionais. Da mesma forma, ao longo dos anos de 1980, a OIT, a OMS, o UNICEF, o PNUD e a ECA desempenharam um importante papel de oposição, ao endereçar fortes críticas e estudos acerca do aumento da pobreza e agravamento do sofrimento humano decorrentes dos Programas de Ajustes Estruturais (PAUL, 1996; STIGLITZ, 2002; RUCKERT, 2006; JOLLY, 2014).

de gestão de crises na opinião pública, gerenciamento de interesses de stakeholders, mitigação de riscos reputacionais e motivação empregados (KOTLER, HESSEKIEL, LEE, 2012).

Na esteira deste movimento, a atividade empresarial passa a ser compreendida como um mecanismo profícuo para a inclusão de grupos socioeconômicos periféricos. Surge assim o conceito de “negócios inclusivos”, cunhado em 2005 pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), para denominar “empreendimentos que vão além da filantropia, integrando as comunidades de baixa renda nas cadeias de valor das empresas como clientes, fornecedores, varejistas e distribuidores”.

Encorajadas por esta nova concepção do papel do setor privado no desenvolvimento, nascem dentro do sistema ONU uma série de iniciativas voltadas à temática de inclusão via cadeia de valor, tais como o *Growing Inclusive Markets* (2007), a plataforma *Business Call to Action* (2008) e o *Istanbul International Center for Private Sector in Development* (2011). O Banco Mundial, por sua vez, através do *International Finance Corporation* (IFC), declara ter investido, desde 2005, mais de 18 bilhões de dólares em 550 negócios inclusivos em mais de 90 países. Em 2010, como reflexo da evolução da importância atribuída ao tema dentro do Banco, é criado dentro da IFC um departamento especificamente orientado ao tema de negócios inclusivos.

Simultaneamente, a ideia ganha uma crescente ressonância juntamente às escolas de negócios e “gurus” da administração e marketing. Destacam-se o trabalho de C.K. Prahalad (2004), acerca das oportunidades de negócios na “Base da Pirâmide³” (BoP) e o conceito de “Valor Compartilhado⁴”, de Michael Porter e Mark Kramer (2011), que sugere que as empresas deveriam reconectar seu sucesso com o progresso social. Ambas as teses serviram como fundamento para influenciar diversas estratégias de RSE de grandes corporações, como Unilever, P&G, L’Occitane, Coca-Cola, por exemplo.

Assim, a amplitude global que ganhou o conceito de mercados inclusivos a partir da metade da década de 2000 demonstram que respostas do sistema capitalista global aos desafios de desenvolvimento atuais e aos questionamentos da crítica têm se organizado de maneira incisiva, ainda que não exclusiva, em torno da bandeira da “inclusão via mercado”. É fundamental observar que tal deslocamento das relações de negócio em direção à base da pirâmide é chave para que o espírito do capitalismo realmente o engajamento das pessoas na produção, visto que um negócio de “impacto” tende a ter maior facilidade em recrutar profissionais, reter talentos e fidelizar consumidores. Segundo relatório da iniciativa *Business Call to Action* (2016):

3 A “abordagem da Base da Pirâmide” (BoP) sugere que há um de compra inexplorado em meio à população de baixa renda e que ao operar nestes segmentos de renda, comercializando produtos e serviços, o setor privado supostamente contribuiria para a erradicação da pobreza, além de agregar inovações e oportunidades de lucro às empresas (PRAHALAD, 2004).

4 O conceito do “valor compartilhado”, cunhado por Michael Porter e Mark Kramer em 2011, sugere que a solução para os problemas de desenvolvimento residiria na criação de valor econômico concomitante ao valor para a sociedade, sugerindo que as empresas deveriam reconectar seu sucesso com o progresso social. Esta mudança, por sua vez, alimentaria a próxima onda de inovação e crescimento da produtividade na economia global.

As empresas agora competem globalmente por habilidades técnicas e profissionais cada vez mais escassas. Com a crescente transparência nas operações das empresas, todas as gerações de trabalhadores – millenniaus, baby boomers, aposentados e geração Xers – estão tomando decisões de emprego com base no tipo de impacto que as empresas estão tendo no mundo. (BUSINESS CALL TO ACTION, 2016, p. 12)

Na mesma linha, uma pesquisa publicada pela Deloitte⁵ constatou que geração Millennials tende a buscar carreiras “com proposito”, usando ferramentas de negócios, tecnologia e empreendedorismo para “transformar o mundo”. Por isso, as respostas das empresas em relação aos novos imperativos de engajamento dos empregados têm se dado, entre outras coisas, através de modelos de negócios inclusivos:

“Empresas multinacionais como SC Johnson, Grupo Danone, GE e Unilever lançaram unidades de negócios de inovação social, encarregadas de desenvolver produtos e serviços para grupos difíceis de alcançar, desfavorecidos e clientes da base da pirâmide.” (DELOITTE UNIVERSITY PRESS, 2015, p.3).

Portanto, ao imprimir em seu discurso uma promessa de transformação do mundo a partir das capacidades individuais – como empreendedorismo, dedicação e criatividade pessoal, autenticidade, reunidos na figura dos “*changemakers*” – a dinâmica do sistema capitalista busca produzir novas justificativas de engajamento individual para responder às críticas sociais e entusiasmar seus agentes.

A ideia de incluir a população de menor renda em diferentes segmentos das cadeias de valor, para além da empregabilidade, permite classificar as experiências mapeadas em três abordagens principais⁶: 1) a inclusão via cadeia de fornecimento, ou seja, quando pequenos produtores são compreendidos como fornecedores; 2) a inclusão via cadeia de distribuição, quando indivíduos de baixa renda são incorporados como vendedores e distribuidores; e 3) via consumo, através da venda de produtos e serviços que atendam demandas específicas das populações de baixa renda.

A partir destas três abordagens, classificamos os 107 estudos de casos elaborados pela IFC Inclusive Business⁷ e pelos programas *Growing Inclusive Markets*, *Business Call to Action* e Iniciativa Incluir, do PNUD⁸, e buscamos destacar características comuns e limitações para cada uma delas.

Dos 107 casos da amostra observada, 31% deles baseiam-se em mecanismos de inclusão via **cadeias de fornecimento**. Destes, 73% estão relacionados à compra de

5 Estudo disponível em: <http://dupress.com/articles/harnessing-impact-of-corporate-social-responsibility-on-talent/>

6 Observamos também um modelo adicional de inclusão, no qual indivíduos de menor renda tornam-se acionistas do negócio, porém a representatividade na amostra é pequena e, portanto, optamos por excluí-la da análise.

7 Casos disponíveis em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Inclusive+Business/Resources/CASE+STUDIES/

8 Casos disponíveis em: <http://www.iniciativaincluir.org.br/secao/25/Casos-de-Negocios-Inclusivos>; <http://www.businesscalltoaction.org/resources#>; e em <http://www.growinginclusivemarkets.org/>

commodities ou produtos de baixo valor agregado de países em desenvolvimento. Em sua maioria, tratam-se de multinacionais que, tendo em vista fortalecer suas cadeias de suprimentos e reduzir custos de transação, investem nas comunidades locais e cooperativas de pequenos produtores a fim de ampliar suas margens de receita e fortalecer suas capacidades produtivas, a la “*fair trade*”. Como exemplo, destacam-se o caso da L’Occitane e a cadeia da manteiga de karité em Burkina Faso, da Sab Miller e a cadeia de cevada na Índia, da IKEA e a produção de algodão no Paquistão, a Kraft Foods e a cadeia do Cacau em Gana e a Diageo e a produção de sorgo em Camarões.

Tais experiências, comparados aos modelos tradicionais, mostram-se inegavelmente positivas no que tange à construção de relações comerciais mais justas e aos benefícios imediatos dos pequenos produtores. Contudo, observados sob uma ótica de desenvolvimento de longo prazo, nota-se que tais modelos dificilmente farão frente às assimetrias estruturais do sistema produtivo e global, tampouco às pressões competitivas no comércio internacional. Neste sentido, Erik Reinert (2008) sugere que que uma economia paliativa, enfocada predominantemente no alívio dos efeitos da miséria, estaria roubando o espaço da verdadeira economia do desenvolvimento, que, segundo ele, deveria visar mudanças radicais nas estruturas produtivas dos países pobres.

Dentre os 107 casos, 21% apresentaram iniciativas de fomento ao empreendedorismo como estratégia de ***inclusão via cadeias de distribuição***. O Sistema de Vendas Direta⁹, que se popularizou como principal canal de vendas de indústrias de cosméticos como Natura e Avon, tem se expandido fortemente entre outras multinacionais do setor bens de consumo – como Unilever, Nestlé, Coca-Cola, e Ajinomoto – que têm se utilizado do recrutamento e da formação de microempreendedores de baixa renda, sobretudo mulheres, como força de venda descentralizada, micro franquizadas ou venda porta-à-porta.

No exemplo da Natura, cujo caso foi mapeado pelo PNUD como boa prática de negócio inclusivo, a empresa distribui seus produtos atualmente em sete países da América Latina através de uma rede de 1.5 milhões de revendedores, a maioria mulheres. Contudo, a despeito dos inquestionáveis benefícios gerados pelo incremento à renda, a inclusão econômica promovida por tais modelos acaba por precarizar as relações de trabalho, pois os benefícios deste modelo têm validade apenas enquanto os revendedores estiverem aptos ao trabalho, sendo a eles negado o direito de adoecer, envelhecer e férias. Segundo Abílio (2014), este sistema, marcado pela ausência de formas definidas e de regulação pública, coloca os revendedores na mesma condição de informalidade que vendedores ambulantes. Além disso, a empresa acaba transferindo parte dos custos de divulgação e promoção, bem como os riscos de inadimplência e estoque, aos consultores. Custos e riscos, estes, com os quais os consultores devem lidar a partir de seu suposto “espírito empreendedor”.

Por fim, 77% dos casos mapeados afirmam incorporar populações de baixa renda em suas cadeias de valor como consumidores. A “***inclusão via consumo***” baseia-se fortemente na premissa de que há um gigantesco poder de compra global – na casa de 5 trilhões de

9 de distribuição comercial sem vínculo empregatício entre revendedor e a empresa.

dólares¹⁰ – inexplorado na base da pirâmide social (IFC & World Resources Institute, 2007). Assim, muitas empresas passaram a ofertar produtos e serviços adaptados às realidades e ao poder de compra dos mais pobres, motivadas pelas projeções de mercado deste nicho e pela possibilidade de, com isso, aliviar efeitos da pobreza.

A abordagem de inclusão via consumo e os argumentos que a sustentam têm sido duramente criticados por diversos economistas, com destaque para Annel Karnani (2007), que contesta as enormes cifras apresentadas por Prahalad, afirmando que o mercado da base da pirâmide é, na realidade, bem menor e menos lucrativo do que se espera. Karnani defende que a ampliação do leque de escolhas do indivíduo de baixa renda, com a entrada de grandes empresas nestes mercados, não implica necessariamente na melhora de sua situação de pobreza, ainda que possa aumentar seu bem-estar imediato. Mantida sua renda nominal constante, a única maneira de um indivíduo pobre consumir novos bens e serviços seria em detrimento de outros já existentes em sua cesta, como alimentação e moradia. Assim, é possível que este desloque recurso de investimentos de alta prioridade para bens supérfluos e tenha, portanto, uma queda em seu bem-estar no longo prazo.

35% dos casos de inclusão via consumo atuam na oferta de serviços financeiros, como microcrédito; 21% serviços de saúde; 14% educação; e 8% água e saneamento; e 6% eletricidade. Embora muitos destes sejam considerados serviços básicos em boa parte dos países, apenas 25% dos casos mapeados fazem alguma interface com governos. Ao contrário, a grande maioria se apresenta como único serviço disponível, na ausência do serviço público, ou como alternativa concorrente ao serviço público existente.

A alta incidência dos serviços de microfinanças na amostra está relacionado, por sua vez, com a premissa de que há uma excepcional energia empreendedora e inovadora em meio à população de baixa renda e com a crença de que, uma vez fortalecidos os pequenos empreendimentos destas pessoas, a economia do país seria impulsionada como um todo (CHANG & BATEMAN, 2012). Esta ideia é respaldada pelo argumento, amplamente disseminado por Muhammad Yunus (2007), de que os indivíduos pobres não prosperam, pois não conseguem obter dinheiro para concretizar suas visões, seja pela discriminação que sofrem pelos bancos convencionais, seja pelas altas taxas de juros cobradas pelos agiotas locais.

Contrapondo esta premissa, evidências apontam que boa parte destes empreendedores são, na realidade, “empreendedores por necessidade”. Segundo Banerjee e Duflo (2011), salvos em casos talentos genuínos –encontráveis em qualquer classe econômica – a grande maioria dos microempreendimentos da base da pirâmide são negócios de subsistência, com baixíssimo potencial de crescimento, geração de renda, diferenciação e criação de empregos. Como resultado, alcançam um retorno muito baixo, o que dificilmente se converte em reinvestimento e ampliação do negócio, dadas as necessidades de subsistência destes empreendedores. Chang e Bateria (2012)

10 O estudo feito pela IFC & World Resources Institute em 2007, que teve uma imensa repercussão no meio empresarial, afirma haver um mercado consumidor de aproximadamente 5 trilhões de dólares em meio aos 4 bilhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.

ressaltam que a visão contemporânea de empreendedorismo é excessivamente afetada pela perspectiva individualista. Omite-se o fato de que sem o respaldo de uma infinidade de instituições coletivas – infraestrutura, legislação empresarial e comercial, sistema educacional e de pesquisa, sistema financeiro, entre outros – figuras como Bill Gates jamais alcançariam êxito.

Portanto, apesar dos benefícios incrementais inegáveis ocasionados por tais práticas empresariais, estas se mostram pouco capazes agir na efetiva redistribuição de poderes e na conformação de um modelo de governança mais democrático e favorável aos interesses dos países periféricos (CRAIG & PORTER, 2005; RUCKERT, 2006). Ao contrário, estas iniciativas transformam as questões sociais resultantes dos desequilíbrios do sistema econômico em novas oportunidades de acumulação de capital.

Entres as muitas contradições deste cenário, está também o fato de que algumas das multinacionais que figuram entre os casos de negócios inclusivos listadas pelas Nações Unidas, como Procter & Gamble, Coca-Cola e Pepsico, encontram-se também entre os 50 maiores empresas estadunidenses que utilizam paraísos fiscais offshore para evadir divisas, segundo a lista publicada pela ONG Oxfam em 2016.

Nota-se, portanto, um significativo distanciamento entre os motores reais de exclusão intrínsecos ao capitalismo e o potencial de inclusão de tais modelos de negócios. Isto, nos leva a inferir que, no bojo deste novo conjunto de respostas do capitalismo às suas críticas, as reivindicações voltadas à redução das desigualdades e erradicação da pobreza (*poverty eradication*) acabaram sendo atendida superficialmente, reduzindo-se a operações paliativas para o mero “alívio” da pobreza (*poverty relief*).

5 | CONCLUSÃO

A apreciação deste conjunto de iniciativas permite identificar traços relevantes do espírito do capitalismo vigente – como a centralidade do indivíduo e a flexibilização –, explícitos nas premissas de empreendedorismo individual e no seu distanciamento das garantias sociais e direitos coletivos. Nesta nova lógica de inclusão, como aventavam Boltanski e Chiapello, aqueles dotados de mobilidade e capacidade para expandir redes – neste caso, cadeias de valor – que incluam os mais fracos, conquistam uma chancela positiva na sociedade e conseguem se respaldar perante à crítica.

A observação da abordagem de negócios inclusivos em perspectiva histórica, permite também problematizar o lugar de destaque que o protagonismo do setor privado na condução do desenvolvimento tem ganhado no cenário internacional. Os organismos multilaterais de desenvolvimento, ao estreitarem suas pautas com o setor privado em temas como negócios inclusivos – em detrimento de outros temas críticos e estruturais, como evasão fiscal, investimento produtivo, corrupção, transparência em atividades de lobby, financiamento privado de campanhas políticas, entre outros – reduzem suas abordagens de desenvolvimento de longo prazo e combate às desigualdades ao mero alívio da pobreza.

Ademais, o redirecionamento das responsabilidades de provisão de bem-estar do público

para o privado se faz preocupante no que diz respeito a submissão das necessidades vitais dos cidadãos aos imperativos de lucro e às inconstâncias do mercado. Sob o ponto de vista estrito da conduta empresarial, esta reformulação de práticas em direção a operações mais responsáveis representa, certamente, um grande avanço. Contudo, estratégias empresariais – marcadas pelo voluntarismo, pela volatilidade do mercado e pelos compromissos de curto prazo – não podem ser confundidas com estratégias de desenvolvimento – que, ao contrário, devem ser balizadas por compromisso com o bem público e com o bem-estar da coletividade no longo prazo.

Por fim, a leitura dos fatos à luz da teoria boltanskiana e chiapelliana nos indica que o tom reformista do neoliberalismo inclusivo e suas abordagens híbridas – a Terceira Via, o CDF e, sobretudo, os negócios inclusivos – não têm sido suficientemente inclusivos de modo a gerar um consenso mínimo entre a sociedade e o grande capital. Não pudemos perceber, sobretudo em meio à crise dos anos 2008, uma contenção do poderio excludente do sistema capitalista, no sentido polanyiano, como assistimos outrora com a ascensão da social democracia. Conclui-se que uma articulação de uma crítica social que parta de reivindicações mais profundas – direcionadas às pedras angulares da exclusão social e ancoradas em uma crença revitalizada nas capacidades estatais em coordenar um projeto de crescimento sustentado, inclusivo e democraticamente participativo – se faz urgente e fundamental.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ADAMS, B.; MARTENS, J. **Fit for whose purpose?** Private funding and corporate influence in the United Nations. Nova York: Global Policy Forum, 2015.

BANERJEE, A.; DUFLO, E. **Poor Economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty**. Nova York: Public Affairs, 2011.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BUSINESS CALL TO ACTION. **Uncharted Waters**: Blending value and values for social impact through the SDGs. UNDP, 2016.

CHANG, H. **Bad Samaritans**. New York: Bloomsbury Press, 2008.

_____; BATERMAN, M. Microfinance and the Illusion of Development: From Hubris to Nemesis in Thirty Years. **World Economic Review**, v.1, p.13-36, 2012

CRAIG, D.; PORTER, D.: The third way and the third world: poverty reduction and social inclusion strategies in the rise of 'inclusive' liberalism. **Review of International Political Economy**. University of Auckland, v. 11 n.2, p.226-263, May. 2005.

FRASER, N. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. New Left Review, n. 56, março-abril, 2009.

IICPSD. **Business+ Inclusive Business: A New, Sustainable a New Sustainable and Innovative Private UNDP**, 2015.

IFC & World Resources Institute. **The next 4 billion: Market Size and business strategies at the base of the pyramid**, 2007.

HAMMOND, A.; KRAMER, W.J.; TRAN, J.; KATZ R. **The next 4 billion: Market Size and business strategies at the base of the pyramid**. Washington: World Resources Institute & International Finance Corporation, 2007.

IMF. **Strategy, Policy, and Review Department Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective**. Strategy, Policy, and Review Department. IMF Staff Discussion Note. Junho, 2015.

JOLLY, R. **Underestimated Influence: UN Contributions to Development Ideas, Leadership, Influence and Impact**. In: CURRIE-ALTER, B.; KANBUR, R.; MALONE, D.; MEDHORA, R. *International Development: Ideas, Experience, and Prospects*. Oxford: Oxford University press, 2014.

KARNANI, A. **The Mirage of Marketing to the Bottom of the Pyramid: How the Private Sector can help Alliviate Poverty**. *California Management Review* v. 49, n. 4, 2007.

KOTLER, P.; HESSEKIEL, D.; LEE, N. **Boas ações: uma abordagem empresarial. Como integrar marketing e ações corporativas que geram dividendos sociais e retorno financeiro sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OXFAM. **Broken at the top**, Oxford: Oxfam, 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, M.; KRAMER, M. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review Brasil**. Janeiro, 2011.

PRAHALAD, C.K. **The Fortune at the Base of the Pyramid: Eradicating Poverty through Profits**. Estados Unidos: Wharton School Publishing, 2004.

PRAHALAD, C.K; HAMMOND, A. Serving the World's Poor, Profitably. **Harvard Business Review**. Setembro, 2002.

REINERT, E. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E por que os Países Pobres Continuam Pobres**. Tradução Caetano Pena. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

RICHARDSON, J. L. **Contending Liberalisms in World Politics: Ideology and Power**. Boulder: Lynne Rienner, 2001.

RUCKERT, A. Towards an Inclusive-Neoliberal Regime of Development: From the Washington to the Post-Washington Consensus. **Labour, Capital and Society**. University of Ottawa, v. 39, n. 1, p.34-67, abril, 2006

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEN, A. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STIGLITZ, J. E. **A Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura Editora, 2002.

UNCTAD. **Development Policies and Income Inequality in Selected Developing Regions, 1980–2010**. Discussion papers n. 210 Dec, 2012.

UNCTAD; CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT HARVARD UNIVERSITY. **The World Bank's Poverty Reduction Strategy Paper Approach: Good Marketing or Good Policy?** G-24 Discussion Paper Series Research papers for the Intergovernmental Group of Twenty-Four on International Monetary Affairs,

n.21, 2003.

UNDP. **Inclusive Markets Development Handbook**. Nova York: Private Sector Division, Partnerships Bureau, 2010.

UNITED NATIONS. **Framework for Business Engagement with the United Nations**. New York: Global Compact Office, 2008.

WORLD BANK. **Toward a Comprehensive Development Framework**. OED Working Paper Series, n.16, Washington, 2000.

_____. **A Proposal for a Comprehensive Development Framework**, 1999.

YUNUS, M. **Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism**. Nova York: PublicAffairs, 2007.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento, pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO: Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0